MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Seminário Internacional
CULTURAS TRADICIONAIS E POPULARES E JUSTIÇA CLIMÁTICA
Diálogos Globais e Conhecimentos Locais

JUNHO
2026

© 2026 Ministério da Cultura.

Esta obra é de acesso aberto.
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Coordenação Editorial: Márcia Helena Gonçalves Rollemberg

Coordenação Técnica: Sebastião Soares

Apoio em Redação, Revisão e Organização da Publicação: Vanessa Vieira Santos e Ana Laura Ferrareze de Sousa (Consultora UNESCO)

Revisão técnica: ASCOM

Projeto gráfico e Diagramação: ASCOM

Fotografia: ASCOM

SEMINÁRIO Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática: diálogos globais e conhecimentos locais [recurso eletrônico] / Ministério da Cultura, Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, Diretoria de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares. — Brasília: Ministério da Cultura, 2026.
1 publicação digital (e-book) no formato PDF (269 p. : il.)
ISBN 978-65-982015-7-9
1. Políticas públicas culturais. 2. Culturas tradicionais e populares. 3. Justiça climática. I – Brasil. Ministério da Cultura II - Título

CDD (23ª) 306.0981

Ficha Catalográfica: Coordenação de Documentação e Informação do Ministério da Cultura.
Natália Cristina Ramos dos Santos – CRB-1/2895

Seminário Internacional

CULTURAS TRADICIONAIS E POPULARES E JUSTIÇA CLIMÁTICA

Diálogos Globais e Conhecimentos Locais

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes da Purificação

Secretário-Executivo
Márcio Tavares dos Santos

Assessoria Especial de Comunicação Social
Gabriella Gualberto Faria

Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural
Márcia Helena Gonçalves Rollemberg

Chefe de Gabinete
Sybele Avelino Pereira

Diretora da Promoção da Diversidade Cultural
Karina Miranda da Gama

Diretor da Política Nacional Cultura Viva
João Paulo Pontes e Silva

Diretor de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares
Sebastião José Soares

Coordenadora-Geral de Parcerias das Culturas Tradicionais e Populares
Sandra Cipriano Chaves

Coordenador-Geral de Articulação de Políticas para as Culturas Tradicionais e Populares
José Pedro da Silva Neto

Coordenadores
Gisele Pires de Melo
Marcus André Chagas Rocha
Tatiane Lima Souto
Vanessa Vieira Santos

Chefes de Divisão
Marina Leite da Silveira
Servidores
Bárbara Michelle Duarte Teixeira Lira da Silva
Evelyn Carvalho Silva
Ricardo Diego Vieira Vidal

Trabalhadores Terceirizados
Lorrane Marques
Mariana Ramos Gonçalves
Samuel Bringel Marcelino

Parceria

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte
Reitor
José Arnóbio de Araújo Filho

Pró-Reitora de Extensão (PROEX/RE)
Samira Fernandes Delgado

Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte
Superintendente
Tânia Costa

Sumário

Discurso da Ministra de Estado da Cultura - Margareth Menezes **12**

Diálogos Globais, Saberes Locais: A Cultura como Agente de Mudança Climática - Márcio Tavares **16**

É preciso cultivar a terra que nos habita - Márcia Helena Gonçalves Rollemberg **18**

Mosaico de vozes e o perfil dos participantes - Sebastião Soares **24**

Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge: 29 anos de trabalho pelas culturas brasileiras - Juliano George Basso e Tila Avelino **29**

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e seu papel na valorização dos saberes locais - José Arnóbio de Araújo Filho **35**

Introdução - Sebastião Soares **37**

Conferência de abertura: Ainda é tempo de ouvir nossas vozes - Ana Mumbuca **41**

Painel 1: Caminhos do Conhecimento: Trilhando a Epistemologia do Notório Saber **47**

Entre mestres(as) e doutores(as): apontamentos sobre o Consórcio do Notório Saber e a promoção da pluriepistemologia nas Instituições Públicas de Ensino Superior - Aterlane Martins 48

Partilha de saberes e lutas do Cerrado - Mestra Lucely Pio 56

O Notório saber para as culturas tradicionais e populares e a ampliação da democracia brasileira - Ricardo Nascimento 59

Um futuro em que todos os saberes caminham juntos - Mestra Carla Mara 65

O notório saber e as universidades públicas brasileiras - Guilherme Bertissolo 68

Mestras e Mestres em sala de aula - as ações da Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura para impulsionar o Notório Saber - Mariangela Andrade 77

Painel 2: Patrimônio Cultural e Salvaguardas: Desafios e Possibilidades na Construção de Políticas Efetivas **81**

Pontos de Memória e Patrimônio Cultural: Salvaguardas Comunitárias em tempos de Crise - Leila Regina da Silva 82

Patrimônio Cultural e Salvaguardas: desafios e possibilidades na construção de políticas efetivas - Rafael Barros 88

O patrimônio cultural e o futuro sustentável - Leandro Grass 91

O Jongo é bandeira de luta! - Mestra Fatinha do Jongo 96

O Boi de Pindaré - Mestra Bita e Mestre Castro, Mestra Bita e Mestre Castro 99

Governança Espiritual, Axeceno e a Pedra de Xangô: Justiça Ancestral e Resistência Climática nos Territórios Afro-Brasileiros - Maria Alice Pereira da Silva 103

Painel 3: Experiências Internacionais sobre a Proteção das Expressões Culturais Tradicionais, Conhecimentos Tradicionais e Culturas Populares **107**

A Construção de um Marco Legal para a Proteção dos Conhecimentos Tradicionais, Expressões Culturais Tradicionais e expressões da Cultura Popular no Brasil e no Mundo - Carolina Miranda 108

A experiência paraguaia na proteção dos conhecimentos tradicionais - Claudia Pamela Cristaldo 111

O Vale Jequitinhonha - Entre a Herança Cultural e a Agressão da Mineração Predatória - Mestra Daiane Santos das Neves 114

Painel 4: Culturas Populares e Propriedade Intelectual: Caminhos para a Proteção do Conhecimento Tradicional e das Expressões Culturais Tradicionais **121**

Não Existe Cultura sem Território! A Proteção dos Conhecimentos e Expressões Culturais Tradicionais dos Povos Indígenas - Lucia Fernanda Jófej–Kaingáng 122

Pelos caminhos do Jongo no Quilombo Santa Rita do Bracuí - Mestra Marilda de Souza 134

Experiências Internacionais na Proteção das Expressões Culturais Tradicionais, dos Conhecimentos Tradicionais e das Culturas Populares - Dr. Anthony C.K. Kakooza 137

Painel 5: Conhecimentos e Culturas Tradicionais e Ação Climática **141**

De histórias, contos e cantos: um relato de quem faz da história a sua arte e da arte a sua resistência - Mestra Esmeraldina dos Santos 142

Zenaide Parteira e a Crise Climática - Mestra Maria Zenaide Carvalho 148

Conhecimento, Biointeração e Enação: Saberes Tradicionais como Fundamento da Ação Climática - Kildren Pantoja Rodrigues 152

Culturas tradicionais, justiça climática e sustentabilidade: saberes ancestrais frente à crise ambiental global - José Marcio Barros 158

Painel 6: Povos e Comunidades Tradicionais e Defesa do Território 163

Povos e Comunidades Tradicionais em defesa de seus territórios: cosmologias e sociobiodiversidades ancestrais para futuros possíveis - Joana Ortigão Corrêa 164

Os saberes e o pertencimento cultural: uma questão política - Makota Cassia Kidoiale 172

O FONSANPOTMA e a defesa estrutural do território: a Soberania Alimentar e a Justiça Climática pelos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMA) - Kota Mulanji - Regina Nogueira 177

Painel 7: Escola das Marés e das Águas 189

A Escola das Marés e das Águas: educação diferenciada no tempo da maré, para povos e comunidades tradicionais costeiras e marinhas - Ananias Nery Viana, Erika de Almeida Gustavo, Hidelbrando dos Santos Soares, Josenilde Ferreira Fonseca Carlos, José Alberto de Lima Ribeiro, Katia Barros e Paulo Catunda 190

Painel 8: A Internacionalização das Culturas Tradicionais e Populares 199

As Culturas Populares Brasileiras e Seus Caminhos pelo Mundo - Joaquim Otávio Melo Lima 200

Internacionalização e valorização das Culturas Populares e Tradicionais - Prof. Dr. Geová Silva (Pai Geová D'Kavungo) 202

A Capoeira como Força Civilizatória, Diaspórica e Política da Cultura Brasileira - Jair Oliveira de Faria Júnior/Mestre Sabiá 207

Por Amor ao Forró: Marcas da Minha Vida - Mestra Joana Alves da Silva 211

A culinária afetiva da Bahia para o mundo - Mestra Rita Maria Ventura dos Santos 215

Diálogos globais: realizando a potência da cultura brasileira - Paul Heritage 220

As Culturas Tradicionais e Populares na Diplomacia Cultural Brasileira - Thiago Antonio de Melo Oliveira 224

Painel 9: As Pessoas como Patrimônio **227**

Pessoas como Patrimônio: políticas de reconhecimento de mestres e caminhos para a salvaguarda no Brasil e no mundo - Desirée Ramos Tozi 228

Cada qual para o que nasce - Mestre Rosildo Moreira do Rosário 233

As Pessoas Como Patrimônio: Corpo, Ancestralidade e Justiça Climática - Silvany Euclenio 242

Pessoas Detentoras de Patrimônios Culturais Imateriais: Balanço A Partir de Uma Perspectiva Institucional - Diana Dianovsky 249

A quem está endereçado o reconhecimento? - Adiel Luna 256

Cartas apresentadas ao final do Seminário **267**

1. Carta do Mestre José Ronaldo de Menezes, conhecido como Mestre Zé Rolinha, da cidade Laranjeira, em Sergipe, sobre as dificuldades para realizar a festa Lambe-Sujo e Caboclinhos.

2. Carta Por Uma Política de Arte e Cultura Popular do Campo.

3. Carta da Rede das Culturas Populares e Tradicionais.

4. Carta do Seminário Internacional de Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática para a COP 30.





FOTO: FILIPE ARAÚJO/ MINC



FOTO: FILIPE ARAÚJO/ MINC



Discurso da Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, proferido durante cerimônia de abertura do Seminário Internacional das Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática: desafios globais, conhecimentos locais

Queridos e queridas mestres e mestras, autoridades presentes, representantes das comunidades tradicionais, artistas, fazedores e fazedoras de cultura, é uma alegria participar deste **Seminário Internacional das Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática: desafios globais, conhecimentos locais.**

É com grande honra e compromisso que me dirijo a todos e todas vocês como ministra da Cultura, **neste evento em que reconhecemos e valorizamos as culturas populares e tradicionais como elementos centrais para a identidade e diversidade cultural do nosso país**.

Este encontro é também um ato de construção política que posiciona os **conhecimentos tradicionais e a sabedoria ancestral no centro da mais urgente pauta global: a justiça climática.** Quero saudar o empenho e o compromisso da **Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.** Na pessoa da Secretária **Márcia Rollemberg,** saúdo a todos os servidores, servidoras, colaboradores e colaboradoras - a toda a equipe - pelos esforços contínuos em **consolidar políticas da cultura como garantia de cidadania, valorizando e fortalecendo a nossa diversidade cultural**.

Desde que assumimos esta gestão, temos nos empenhado em promover e implementar políticas públicas de cultura para todos os brasileiros e brasileiras, e para as manifestações e expressões culturais que são tão diversas quanto nosso povo.

Estamos nacionalizando e democratizando o acesso, cumprindo **também com essa missão de combater desigualdades, de cuidar das pessoas.**

Com essa responsabilidade e comprometimento, construímos **coletivamente a Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares,** com ampla participação social e o engajamento de dezoito ministérios, entidades culturais, universidades, movimentos sociais e, acima de tudo, dos mestres e das mestras das tradições populares, que são a raiz viva de nossas expressões culturais, guardiões e guardiãs da memória e da sabedoria ancestral.

No MinC, contamos também com uma **Diretoria dedicada à proteção e promoção das culturas tradicionais e populares, e trabalhamos para ampliar o reconhecimento das práticas populares e tradicionais como parte do projeto de futuro sustentável e equitativo para o Brasil**. Os saberes e expressões culturais tradicionais e populares **são o fundamento da cultura brasileira, representando uma herança ancestral viva que, apesar de historicamente** negligenciada, inclui tecnologias de sobrevivência essenciais.

As comunidades detentoras desses saberes - como povos indígenas, quilombolas, o povo negro e ciganos - têm sido as mais afetadas por violências como o racismo ambiental e a exploração.

Diante disso, este seminário assume o compromisso com a **preservação e a salvaguarda dos mestres e mestras da cultura, propondo um espaço de diálogo guiado pela justiça social e reparação histórica, onde o protagonismo dessas comunidades exige uma escuta atenta e comprometida.**

Não há caminho possível para a **justiça climática sem a presença ativa das culturas tradicionais e populares**.

O Brasil, sob a liderança do Presidente Lula, tem **defendido o chamado por um planeta justo e sustentável, e a cultura é parte dessa agenda.**

Em diálogo com a comunidade internacional, avançamos na criação de iniciativas como o **Grupo de Amigos da Ação Climática Baseada em Cultura, lançado na COP28, e reforçamos a presença do setor cultural em conferências climáticas globais**.

Este é um espaço que inscreve a cultura na agenda da mudança do clima, não somente pela perspectiva de vítima de seus impactos dramáticos, **mas como agente ativo da adaptação, da mitigação e da transformação social.**

Este seminário internacional é também **fruto da luta e da resistência das comunidades tradicionais, quilombolas, povos originários e organizações da sociedade civil.**

Porque não fazemos políticas públicas sem as pessoas; sem ampla participação popular.

Inserimos este encontro em uma agenda mais ampla de nosso governo e do Ministério da Cultura, **de implementar políticas nacionais de cultura como políticas de Estado, em sintonia com as pessoas, com os territórios com a diversidade cultural.**

Não podemos falar sobre justiça climática, sem um compromisso efetivo do Estado com a transformação social.

Falar de justiça climática passa por enfrentar desigualdades sociais, combater a miséria, o racismo ambiental, o preconceito; significa garantir o direito à terra.

Justiça climática significa compreender que **a proteção dos biomas é inseparável da proteção dos territórios e dos direitos das comunidades que os habitam e defendem.**

Porque, sem terra, também não há cultura. E sem natureza, sem meio ambiente também não há cultura popular e tradicional.

E temos também um convite a vocês: em 2026, acontece a **6ª Teia - Pontos de Cultura pela Justiça Climática**, que vai ser esse momento de grande significado para todos nós que acreditamos na força transformadora da cultura.

O evento vai reunir ponteiros e ponteiras da Política Cultura Viva, que é símbolo de governança de nosso presidente Lula: **uma política democrática, que reconhece e valoriza as expressões e manifestações culturais do povo.**

E presentifica também o projeto de país que estamos construindo neste governo: em que **a cultura tem lugar central no desenvolvimento, no crescimento e na sustentabilidade.**

O governo federal, por meio do Ministério da Cultura, está destinando cerca de R$ 450 milhões anuais, fomentando aproximadamente 15 mil Pontos e Pontões de Cultura, apenas no primeiro ano da Política Nacional Aldir Blanc.

Nossa meta é alcançar a marca recorde de 20 mil Pontos e Pontões de Cultura até o final de 2025.

Defender e celebrar a **Política Nacional Cultura Viva é defender a democracia, é dar** acesso a quem nunca teve esse acesso, é transformar vidas, gerar emancipação, celebrar e fortalecer o acontecimento cultural do povo brasileiro!

Agradeço a cada um que tornou este momento possível. Desejo um excelente e produtivo seminário a todas e todos.

Salve nossos mestres e mestras! Salve as culturas tradicionais e populares! Por justiça climática, por justiça social e reparação!

Muito obrigada!

Para acabar meu discurso, vou puxar
uma saudação, uma quadra popular
de dentro do meu coração
para louvar e agradecer os mestres e as mestras
da cultura popular que vai do mar ao sertão.
De norte a sul, de
leste a oeste, só
temos que
agradecer
essa gente
brasileira
que nos
ensina a
viver em paz
com a
natureza,
respeitando
as belezas
que só faz
fortalecer.
Sou cantora
de terreiro
E por isso eu amo tanto a cultura
popular do meu povo brasileiro!

Margareth Menezes
Ministra de Estado da Cultura



Diálogos Globais, Saberes Locais: A Cultura como Agente de Mudança Climática

Márcio Tavares[1]

O Seminário Internacional de Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática representa um marco na construção de uma política cultural que reconhece as culturas tradicionais e populares como eixo central para o desenvolvimento sustentável e equitativo do Brasil. O encontro reuniu mais de 220 mestres e mestras de todos os estados brasileiros, gestores públicos, pesquisadores e representantes de organizações culturais, além de participantes internacionais de países como Austrália, Peru, Uganda e Paraguai.

Este evento ocorreu em um contexto de particular relevância: o ano em que o Brasil se posiciona no centro do debate mundial sobre mudanças climáticas, com a realização da COP30, em Belém. Neste cenário, o seminário reafirma uma convicção fundamental: as soluções para os grandes dilemas ambientais e sociais do mundo residem, em grande medida, nos conhecimentos ancestrais e nas práticas sustentáveis desenvolvidas pelas comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas, ao longo de séculos.

A diversidade cultural do Brasil constitui sua maior riqueza e sua maior capacidade de transformação social. Os povos ribeirinhos, as comunidades das matas, os representantes das tradições do samba de roda, maracatu, e demais expressões culturais populares demonstram que outras relações com a natureza, com a economia e com a vida são possíveis. É imperativo que essas vozes ressoem nos espaços de decisão política e nos debates internacionais sobre clima e desenvolvimento.

1 Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, é doutor em Arte pela Universidade de Brasília e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Historiador, curador de arte e gestor cultural, tem trajetória acadêmica e profissional voltada à pesquisa da arte na América Latina, à materialização da memória, ao audiovisual, à museologia e às políticas culturais.

Durante o seminário, foram debatidas questões críticas como a proteção da propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais, a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, a defesa dos territórios e a reparação econômica pelos usos indevidos das expressões culturais. Foram também debatidas políticas públicas essenciais, como a Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares, a criação do Consórcio Notório Saber em parceria com universidades federais, e o fortalecimento da Bolsa Cultura Viva, que investe mais de R$ 18 milhões em bolsas para mestres e mestras.

Esta publicação documenta os diálogos, as reflexões e as proposições que emergiram deste encontro histórico. Ela é uma contribuição do Ministério da Cultura para que as vozes das culturas tradicionais e populares possam provocar, inspirar e orientar as políticas de justiça climática e desenvolvimento sustentável que o Brasil e o mundo precisam construir.

17



É preciso cultivar a terra que nos habita

Márcia Helena Gonçalves Rollemberg[2]

O *Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática* se caracterizou como um espaço de diálogo e, principalmente, de compromisso, interação e devolutiva sobre o processo de construção coletivo de uma Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares, uma prioridade apresentada pela Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes. Tal processo contou com o envolvimento das secretarias e das entidades vinculadas que compõem o Sistema MinC e de outros dezoito ministérios, em parceria com a sociedade civil organizada e Mestras e Mestres das culturas tradicionais e populares de todos os estados brasileiros.

Trata-se de uma política de base comunitária, que se soma à Política Nacional de Cultura Viva - a qual tem uma dimensão muito importante, mas não supre todas as esferas necessárias do campo das culturas tradicionais e populares, em especial as culturas indígenas e de matriz africana. Por meio da cultura, o governo está aprendendo a trabalhar com os povos e comunidades tradicionais e cada vez mais considerar suas especificidades como direitos.

Nesse sentido, muito há para ser feito a fim de assegurar os direitos culturais, por meio da construção dessa política, e precisamos sempre lembrar que, como proposição pública e coletiva, ela traz uma trajetória de lutas, de ancestralidades e de iniciativas há muito semeadas e que hoje são terra adubada para vê-la crescer e florescer.

2 Atual Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, onde ocupou o mesmo cargo de 2011 a 2014. Assistente social e arte-educadora formada pela UnB, especializou-se em sistemas de saúde pela Unicamp e tem 30 anos de experiência em gestão de políticas públicas e cooperação internacional, particularmente nas áreas de saúde, cultura e patrimônio. Foi Diretora do Departamento de Articulação e Fomento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), de 2009 a 2011, e Gerente de Projetos de 2015 a 2023. Também atuou como Assessora de Patrimônio Cultural do Distrito Federal, de 2016 a 2022.

Sofremos muitos apagões na nossa história e, com a construção dessa política, a expectativa é dar visibilidade aos grupos que por muito tempo estiveram à margem da política pública e que, hoje, têm o direito de acessar o fomento cultural, sendo reconhecidos, valorizados e titulados como detentores de conhecimentos por suas comunidades, mas também pelas universidades e institutos de ensino, e também pela sociedade, pois precisam usufruir dos benefícios e da devida propriedade intelectual, no caso de uso comunal desses saberes e tecnologias.

A construção dessa política está sendo realizada de forma reflexiva, pois estamos fazendo algumas entregas muito importantes, como as "Escutatórias Culturais: círculos de encontros pelo Brasil", com comunidades, Mestras e Mestres e terreiros, sobre culturas tradicionais e populares, envolvendo mais de 24 mil pessoas.

O Ministério da Cultura e o Ministério da Educação anunciaram, em setembro de 2025, o edital "Arte e Cultura nas Escolas de Tempo Integral", fruto de acordo de cooperação técnica assinado por ambos. Esse edital prevê o ensino da história afro-brasileira e das culturas indígenas, e a participação de Mestras e Mestres das culturas tradicionais e populares dentro do espaço escolar.

Temos, no Ministério da Cultura, uma gestão muito comprometida em integrar a matriz da diversidade, ancorada nas culturas tradicionais e populares, fazendo a Cultura Viva reconhecer e valorizar os grupos e coletivos que fazem a cultura acontecer no Brasil, como por meio dos Pontos e Pontões de Cultura.

O campo da diversidade é complexo, traz uma gama de questões invisibilizadas, como a população de rua, as pessoas idosas, a juventude, o sistema socioeducativo, povos das águas, do campo e da floresta, dentre outros. Nesse sentido, estamos posicionando a cultura como estratégica também no desenvolvimento de outras políticas, como a Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024). Nessa área, as Mestras e Mestres das culturas tradicionais e populares são muito inspiradores, porque sempre foram cuidadores dos seus territórios, das suas comunidades. Hoje, inovam também em relação à visão equivocada de que o cuidado é uma função das mulheres. Precisamos ensinar aos homens, aos nossos filhos e netos, a importância do cuidar, pois todos temos de cuidar uns dos outros. E isso é uma construção de valores culturais.

Recentemente, os ministros, ministras e autoridades responsáveis pelo setor da cultura nos países membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) se reuniram em Barcelona, na Espanha, na Conferência Mundial Mondiacult (de 29 de setembro a 1º de outubro de

2025), sobre políticas culturais e desenvolvimento sustentável, e reafirmaram a Cultura como bem público cujo valor deve ser plenamente mobilizado para construir sociedades mais justas, reconhecendo também a prerrogativa de que todos participem da vida cultural como um direito humano, inerente à dignidade e à identidade.

É importante registrar que a pauta da Cultura Viva tem uma dimensão internacional, com o Programa de Cooperação Ibercultura Viva, atualmente presidido pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/MinC). O Programa teve início em 2014, na TEIA Nacional em Natal/RN, e já reúne quatorze países, nos quais essas pautas também podem ser abordadas e fortalecidas.

Ao mesmo tempo em que construímos juntos uma política, entregamos ações importantes para as culturas tradicionais e populares. Em 2023, realizamos o Edital de Premiação Cultura Viva Sérgio Mamberti, com premiações para as culturas tradicionais e populares - Prêmio Mestre Lucindo - e para as culturas indígenas - Prêmio Vovó Bernaldina, tendo uma participação muito significativa, uma vez que a ampla maioria da rede Cultura Viva é formada por culturas tradicionais e populares. O Cadastro Nacional de Pontos de Cultura foi reformulado e hoje traz os marcadores da diversidade das culturas tradicionais e populares, de matriz africana, dos territórios rurais e das culturas indígenas, o que possibilita dar mais visibilidade e ampliar a valorização da pluralidade de expressões, saberes, fazeres e modos de vida.

Por meio do Edital de Premiação de Pontos e Pontões de Cultura nº 47/2024, fomentamos a criação de uma Rede de 42 Pontões de Cultura, sendo 27 territoriais e 15 temáticos, voltados para as culturas tradicionais e populares, as culturas de matriz africana, os territórios rurais, as culturas indígenas, patrimônio e memória, com investimento total de mais de R$ 5,7 milhões, possibilitando a ativação de muitas entidades, mais de 2,7 mil coletivos e a formação de 593 agentes culturais.

Outra conquista que merece ser celebrada é a Política Nacional Aldir Blanc. É um marco histórico dispor de três bilhões de reais, descentralizados aos entes federados por ano. O primeiro ano da política trouxe resultados muito potentes. Neste momento, estamos avaliando os editais dos estados e das capitais e já identificamos 200 editais de Culturas Tradicionais e Populares, Cultura Viva e Diversidade. Além disso, a Cultura Viva foi contemplada com 87% dos Planos de Aplicação de Recursos (PAR) dos estados, distrito federal e municípios, com um comprometimento de cerca de R$ 450 milhões.

Em 2025, para o segundo ciclo da PNAB, foram elaborados modelos para Edital de Premiação de Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares e da Bolsa Cultura Viva para Mestras e Mestres, envolvendo escolas, comunidades e pontos de cultura, obtendo uma adesão muito significativa com 1.587 bolsas, representando cerca de R$ 18 milhões até o momento. As bolsas, que têm em média seis meses de duração, possuem paridade com o valor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): R$ 2,1 mil para vinte horas de atividade, sendo dez horas de planejamento e preparação e dez horas de atividades culturais.

Outro marco importante foi a implantação do Consórcio do Notório Saber de Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares, parceria formada entre o Ministério da Cultura e os Institutos e Universidades Federais para o desenvolvimento de ações com o intuito de reconhecer, valorizar, preservar e incluir as culturas tradicionais e populares do Brasil, por meio da Titulação do Notório Saber de Mestras, Mestres e praticantes dessas culturas, com a institucionalização de práticas educacionais que integrem esses conhecimentos aos espaços formais de educação.

A Lei Rouanet também ganhou uma nova categorização, explicitando a categoria de culturas tradicionais e populares que são enquadradas em seu artigo 18, e que permitem 100% de renúncia fiscal. E ainda em relação à Lei Rouanet, é importante lembrar que, em 2025, o Ministério da Cultura criou a modalidade de fomento a propostas voltadas ao desenvolvimento sustentável de Territórios Criativos, o que fortalece comunidades e a economia criativa e se somou às demais iniciativas de nacionalização do acesso à Lei Rouanet, como a Rouanet Nordeste, a Rouanet Norte, a Rouanet Juventude e a Rouanet Favela.

A proposta de Marco Legal, um Projeto de Lei sobre os Direitos de Patrimônio Intelectual para regulamentar a utilização de conhecimentos tradicionais e populares por terceiros foi elaborada, também, no período. Outra entrega importante que se soma à luta pela aprovação do Projeto de Lei dos Mestres e Mestres (PL nº 1176/2011), de autoria do deputado federal Edson Santos e de outros coautores, como a deputada Jandira Feghali, que está tramitando no Congresso Nacional.

Nesse escopo, há a inclusão de leis estaduais e municipais de patrimônio vivo, com o apoio de organizações que lutam no território para efetivar essas conquistas e a sensibilização de parlamentares e gestores públicos de cultura.

Registra-se ainda a importância das propostas culturais oriundas de emendas parlamentares, que permitem um investimento significativo no campo das

culturas tradicionais e populares. Em 2023 e 2024, esses recursos somaram R$ 55.392.213,00.

Dentre as muitas questões relevantes discutidas no Seminário, destacam-se os direitos culturais e está em elaboração uma Carta dos Direitos Culturais que possa traduzir o que diz a nossa Constituição Federal. Quando lemos a Constituição com um olhar atento para a dimensão Cultural, percebemos que ela não está apenas nos Artigos nº 215 e nº 216. Está no direito de livre expressão, está no direito ao território, no direito à integração latino-americana, no direito à função cultural dos direitos sociais, dentre outros, aprofundando a percepção sobre tais direitos. A proposta é traduzir e explicitar esses direitos, porque se não os conhecemos, não podemos nos apropriar e lutar por eles.

Na abertura do Seminário, tivemos a fala inspiradora da poeta quilombola do Jalapão, Ana Mumbuca, que nos trouxe a Carta do Bem Viver, de autoria do Mestre Nego Bispo, abordando a questão dos direitos culturais, a começar pelo direito de todos à vida, o direito de preservar e salvaguardar nossas histórias, o desafio da transmissão e do envolvimento da juventude com as tradições, em um mundo que estimula o individualismo e o consumo. Então, trata-se de um exercício de retomar a essência do ser, do ser humano, da ancestralidade, do sentido da consciência.

É muito importante valorizar a nossa terra, o nosso Brasil, a nossa alma, em um momento tão importante, que debate a justiça climática, e sabemos que as populações mais afetadas são as que vivem em situação de maior vulnerabilidade e desigualdades, em especial as mulheres.

Como queremos olhar o mundo, como queremos viver nesse mundo? Sabemos que a relação das Mestras e Mestres com a natureza é ser parte dessa natureza. É uma relação com harmonia e uma relação solidária, uma relação pelo bem viver. E é com eles que temos de aprender. Cito uma fala do Mestre Zé do Coco: "*O povo sabe viver em harmonia com a terra e é na nossa cultura que encontramos as respostas para cuidar do mundo*."

As culturas tradicionais e populares nos estimulam a ter consciência de que todos são responsáveis e que precisamos fazer nossa parte. Eu sonho com um mundo habitado pela diversidade cultural, com cultura de paz e com a natureza como sujeito de direitos. Eu sonho com o rio sendo cultivado como um ser, um sujeito de direito, a terra também sendo vista como um sujeito de direito. Temos exemplos na Bolívia, no Equador e na Índia, e o Brasil ainda tem de avançar nesse sentido.

Eu sonho com o mundo onde a inteligência artificial nos permita desenvolver a nossa inteligência espiritual. Que possamos ultrapassar os limites da matéria e entender a dimensão do sagrado, com a tecnologia e a ciência expressando a dimensão de divino e a sinergia com a sustentabilidade. Precisamos nos apropriar dessa dimensão para o bem-viver. Para que o desenvolvimento, a tecnologia e a cultura possam ser usados da melhor maneira, precisamos evoluir espiritualmente como seres humanos.

Eu sonho com o mundo onde as crianças sejam prioridade e sejam respeitadas, porque são sujeitos de direitos e merecem uma escuta ativa. "*Nada sobre nós sem nós*". É assim que devemos seguir, com fraternidade e sentido comunitário, pois é preciso uma aldeia inteira para educá-las.

Para enfrentarmos uma crise climática, devemos combater também a crise ética e, para tal, precisamos da poética e da estética. É necessário cultivar a terra que nos habita, pois uma coisa é certa: do pó viemos e para o pó voltaremos. E que possamos, então, honrar a nossa existência e que sejamos eternos aprendizes, capazes de estar ao lado dos povos originários e das comunidades tradicionais, que nos inspiram com suas cosmovisões e que nos mostram que outros modos de vida são possíveis.

Parabéns, Mestras e Mestres da cultura brasileira! Vocês são vida!

Viva a cultura brasileira!



Mosaico de vozes e o perfil dos participantes

Sebastião Soares[3]

A análise sociológica dos 730 inscritos no Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática revela um público demograficamente diverso, institucionalmente articulado e espacialmente concentrado, com implicações claras para desenho de políticas, práticas de inclusão e estratégias de mobilização.

Do ponto de vista de gênero, observa-se predominância de participantes cisgênero, com maior presença feminina (aproximadamente 53%); identidades trans e não-binárias estão presentes, mas em número reduzido. Isso sugere um público majoritariamente feminino nos moldes tradicionais de participação em atividades culturais e do terceiro setor, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de linguagem e acolhimento explícitos para pessoas trans e não-binárias, de modo a ampliar seu protagonismo e visibilidade no seminário.

Quanto à composição racial, a audiência mostra representatividade significativa de pessoas racializadas. Pretos e pardos somam cerca de 59% dos inscritos, enquanto brancos correspondem a aproximadamente 35% e indígenas, a 4%. Essa distribuição indica uma aproximação com a diversidade racial nacional e é um dado positivo para um seminário que trata de culturas tradicionais e populares. No entanto, a presença indígena, embora relevante diante de eventos acadêmicos ou institucionais, ainda é limitada, se confrontada com a centralidade do tema para povos tradicionais - é preciso garantir espaços efetivos de escuta e protagonismo indígena nas agendas e sessões.

A territorialidade dos inscritos evidencia forte centralização: 98% residem no Brasil, com concentração acentuada no Distrito Federal (22% dos participantes) e presença relevante em estados como Ceará e São Paulo. Estados do Norte e

3 Diretor de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura do Brasil. Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Educação, Especialista em Gestão e Políticas Culturais (Cátedra Unesco de Cultura–Universidade de Girona/ES).

algumas regiões interioranas aparecem com números baixos. Essa concentração sugere um efeito de proximidade junto a instituições federais e centros administrativos, o que facilita a participação institucional e política, mas simultaneamente revela lacunas de alcance territorial - particularmente problemáticas quando o seminário aborda práticas e saberes vinculados a territórios periféricos e povos tradicionais. Estratégias direcionadas para Amazônia, regiões rurais e áreas remotas são necessárias para descentralizar a participação.

Muito embora tenham-se diagnosticado algumas lacunas, destaca-se a presença e participação ativa de mestres e mestras de todos os estados brasileiros como protagonistas nas mesas de debates. A diversidade de saberes e experiências trazida por esses representantes enriquece as discussões e reforça a importância das vozes locais na construção de narrativas sobre culturas tradicionais e justiça climática, assegurando que essas perspectivas foram centrais nas deliberações do seminário.

No que tange à acessibilidade e participação social, apenas 4% declararam viver com alguma deficiência, percentual inferior às estimativas populacionais gerais; isso pode refletir barreiras de acessibilidade (físicas, digitais, comunicacionais) ou subdeclaração. A maioria dos inscritos (aproximadamente 71%) representa instituições, o que aponta para um público profissionalizado ou organizado coletivamente - ONGs, coletivos, órgãos públicos - e para um seminário com forte caráter institucional. Corroborando isso, 84% afirmam conhecer programas, projetos ou políticas do Ministério da Cultura, mas apenas 41% participam efetivamente de algum deles. Há, portanto, um hiato entre conhecimento institucional e engajamento prático, possivelmente explicado por limitações de tempo, recursos, formatos de participação pouco acessíveis ou falta de incentivos materiais.

As respostas sobre por que não participam de programas apontam, majoritariamente, para a falta de disponibilidade devido a outras ocupações, mais do que por desinteresse. Isso indica que existe interesse latente que pode ser mobilizado se forem oferecidas condições práticas - horários flexíveis, modalidades híbridas, bolsas de participação ou remuneração por contribuições, apoio logístico para representantes de comunidades e subsídios para deslocamento.

Os tópicos que os inscritos gostariam de ver abordados - comunidade, justiça climática, culturas tradicionais e culturas populares - aparecem de forma dispersa e com percentuais relativamente baixos por item, o que pode indicar fragmentação das demandas ou limitação na forma de coleta das preferências. Ainda assim, a presença da temática da justiça climática evidencia demanda

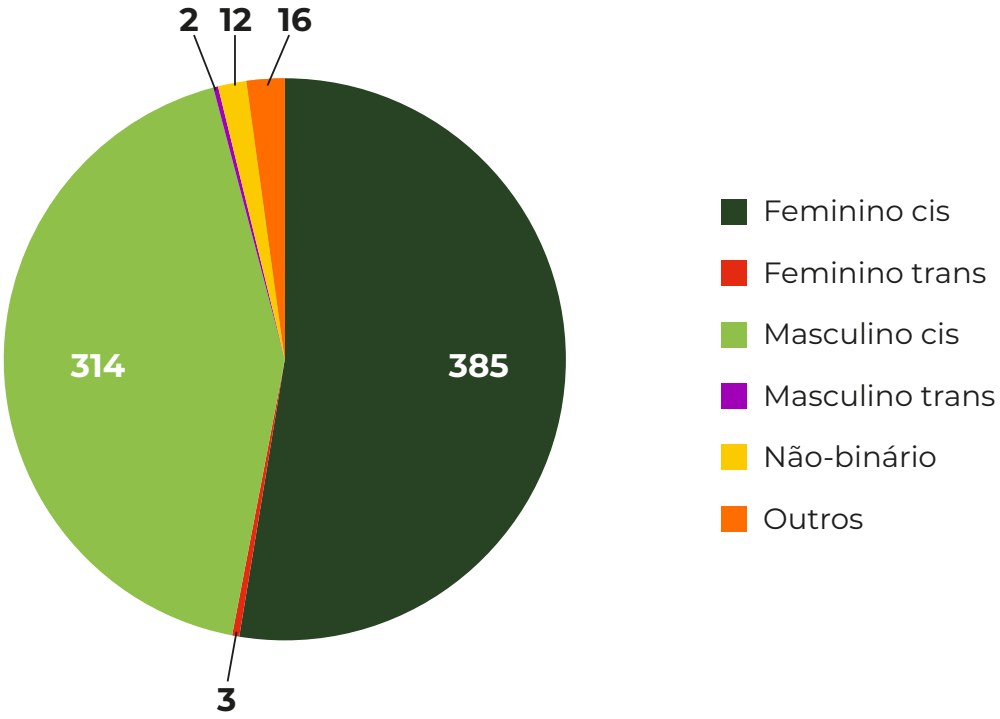
por articulação entre saberes tradicionais e políticas ambientais, e reforça a oportunidade de integrar debates multissetoriais que coloquem a voz das comunidades no centro das soluções climáticas.

Em termos de tensões sociológicas, o evento agrega um público racialmente diverso e institucionalmente engajado, mas sofre com centralização geográfica e barreiras práticas à participação efetiva. Há risco de reprodução de representações simbólicas sem garantir protagonismo real para povos tradicionais, indígenas e comunidades periféricas, se as medidas de inclusão não forem deliberadas. Além disso, a discrepância entre conhecimento das políticas do MinC e participação ativa sugere que as políticas culturais, apesar de conhecidas, podem não ser acessíveis ou não captar os condicionantes materiais da participação.

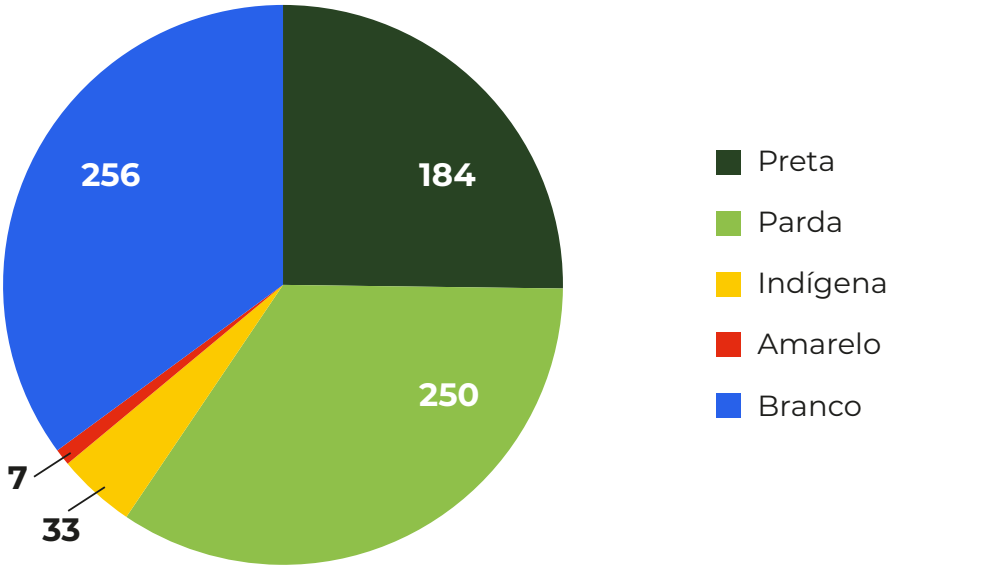
Diante desse diagnóstico, as implicações práticas são nítidas: é preciso ampliar acessibilidade (infraestrutura física e digital, legendagem, tradução, formatos híbridos), criar mecanismos de apoio material e desenhar estratégias de alcance territorial por meio de parcerias com redes locais e lideranças comunitárias nas regiões subrepresentadas. Também é recomendável tornar mais precisa a coleta de dados em futuras edições - distinguindo nitidamente entre “conhece” e “participa”, afinando categorias de motivos de não participação e incluindo perguntas que capturem barreiras concretas enfrentadas por distintos grupos. Finalmente, o desenho programático deve prever espaços, minimamente, deliberativos para representantes indígenas, mestras e mestres, comunidades tradicionais e agentes culturais racializados, garantindo que a representatividade numérica se traduza em poder de agenda e decisões.

Desta maneira, percebemos que o perfil dos inscritos oferece uma base promissora - diversidade racial, institucionalização e interesse nos temas -, e a presença de mestres e mestras como protagonistas enriquece as discussões. Contudo, a análise aponta para necessidades estratégicas de inclusão territorial, acessibilidade e transformação do conhecimento institucional em engajamento prático e protagonismo das comunidades que são centrais para as questões de culturas tradicionais e justiça climática.

Gênero



Raça/Cor



Unidades da Federação



*Não se aplica (participantes estrangeiros): 3

Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge: 29 anos de trabalho pelas culturas brasileiras

Juliano George Basso[4] e Tila Avelino[5]

Em 1997, na Vila de São Jorge, entre o chão de terra vermelha e cristais de quartzo e um céu imenso em estrelas, nascia a Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge. Erguida com paredes de pedra toá, às portas do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em pleno Cerrado goiano e planalto central do Brasil, surgia este espaço para as culturas brasileiras, um lugar feito para encontros.

Não por acaso este território foi escolhido. Próximo a Brasília, uma localização estratégica para a atuação política, e pela mística do povo brasileiro radiante nas culturas locais, um espaço propício para reunir o Brasil em seu centro, povos indígenas, quilombolas, mestres, brincantes, catireiros, violeiros, artistas e todos os representantes das riquezas do patrimônio cultural imaterial produzido principalmente nos interiores.

A história da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge caminha junto com a história de luta por políticas culturais democráticas e populares para o Brasil. Ela nasce em um dos ciclos históricos de ebulição política e cultural do País.

Em 2000, foi lançada a Política Nacional do Patrimônio Imaterial, coordenada pelo Iphan e fundamentada pelo Decreto nº 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Em paralelo, estava sendo gestado o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, cuja primeira edição ocorreu em 2001, inspirada por essa política.

4 Produtor e gestor cultural, fundador e Diretor-Geral da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge, é idealizador e coordenador do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros e da Aldeia Multiétnica.

5 Nativa de São Jorge, é produtora e gestora cultural, Presidente da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge e forte liderança tradicional na região da Chapada dos Veadeiros.

A partir de então, nossa trajetória é marcada pela construção das políticas culturais do País, em uma relação muito próxima com o Ministério da Cultura, o Iphan e mestres e mestras do Brasil. Em 2005, a Casa se torna Ponto de Cultura, integrando a grande rede da Cultura Viva que estava se formando. Em 2006, participamos do II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, que originou a importantíssima e muito atuante Rede de Culturas Populares e Tradicionais, após articulações e ações em fóruns, realizados desde 2003.

Em 2006, recebemos todos os gestores do Ministério da Cultura e representantes do Iphan para uma conversa sobre Patrimônio Imaterial com representantes das comunidades tradicionais participantes do Encontro. O Ministério da Cultura, com o ministro Gilberto Gil, começa a amadurecer as políticas públicas de cultura, o que reverbera em nosso trabalho e crescimento como instituição cultural. Neste mesmo ano, a Casa foi contemplada com o Prêmio Cultura Viva, como uma das dez melhores iniciativas em prol das culturas populares e tradicionais do País.

Em 2007, o Brasil é signatário da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, comprometendo-se a proteger e promover a diversidade cultural, o diálogo intercultural e o desenvolvimento de políticas para a produção e o acesso aos bens culturais, valores primordiais da Casa de Cultura aplicados em todas as ações e projetos realizados.

Sediamos encontros de grupos de trabalho e colegiados, diversas ações junto ao Ministério, como o encontro do GT Matrizes Africanas, em 2010, e a Reunião do Colegiado de Cultura Indígena, em 2011. Em 2015, o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros recebe o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido pelo Iphan, na categoria II, que contempla iniciativas de excelência na promoção e gestão compartilhada do Patrimônio Cultural. O prêmio prestigia ações que demonstram compromisso e responsabilidade com a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A partir de 2023, após o período desafiador de desmonte das políticas públicas culturais que vivemos de 2019 a 2022, a retomada do Ministério da Cultura traz esperança e um chão mais sólido. Em 2023, realizamos a Conferência Temática de Culturas Populares e Tradicionais, sempre em parceria com a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural e a Diretoria de Promoção de Culturas Tradicionais e Populares, com a participação de mais de 50 mestres e mestras populares de todo o Brasil, em preparação para a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC).

A Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge busca construir meios para que os povos brasileiros historicamente silenciados manifestem seus sonhos, expressem suas múltiplas identidades e preservem sua infinita diversidade em um movimento de diálogo intercultural, valorizando, assim, o caminho da descolonização pela reapropriação das culturas tradicionais, fortalecimento dos territórios e proteção do patrimônio imaterial brasileiro.

Valorização cultural, força, fé, alegria, resistência e diversidade são os valores que norteiam a história do Cavaleiro - como é carinhosamente chamado pela comunidade de São Jorge - que tem a missão de proporcionar encontros multiculturais que possibilitem a troca de saberes e fazeres, com o propósito de ser um espaço democrático para manifestações das culturas tradicionais e populares para o fortalecimento das expressões da diversidade cultural brasileira.

Metodologias de encontro

Em julho de 1998 e 1999, a Casa de Cultura realizou dois festivais independentes de cultura, contando somente com o voluntariado de seus membros e da comunidade. Mal se imaginava que ambos se tornariam o alicerce de um projeto muito maior, que nasceria em julho de 2001: o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros. Com o propósito de reunir expressões culturais tradicionais do Brasil, com destaque aos grupos da Chapada dos Veadeiros, se tornou um grande encontro anual de música, dança e fé.

O Encontro, nos primeiros anos, foi voltado principalmente às comunidades tradicionais da região da Chapada dos Veadeiros, que deram origem ao projeto e até hoje são as principais anfitriãs: Caçada da Rainha de Colinas do Sul; festas, folias e grupos de catira de São João d'Aliança; a dança Sussa e celebrações do povo Kalunga; e o Congo de Niquelândia. Também artistas locais da Vila de São Jorge e da região Centro Oeste, de música popular, dança, circo e artes plásticas.

O artista Moacir Farias, nativo de São Jorge, também é fundamental nesta história. Faz parte do Encontro de Culturas desde o início, com sua arte sendo a identidade visual do projeto. Foi com ele que o Encontro ganhou autenticidade e é reconhecido visualmente em todo o Brasil.

No período do evento, a região chega a receber, em média, 30 mil visitantes, vindos de todas as regiões do Brasil e de outros países, fortalecendo a economia local e formando um público variado para ser consciente da riqueza, identidade e diversidade cultural brasileira. As atividades despertam o interesse de

um público diverso, que passa a conhecer e reconhecer as culturas tradicionais, populares e originárias do Brasil e sua importância na construção de uma sociedade mais igualitária e sustentável - despertam as raízes das nossas células rítmicas como povo brasileiro, que estão guardadas com as manifestações tradicionais.

A partir do Encontro de Culturas, novos projetos culturais começaram a fluir. Em 2003, chega na Vila de São Jorge para participar do Encontro, Doroty Marques, com seu irmão, o também artista popular Dércio Marques, propondo a necessidade de um projeto para as crianças e jovens da região. Firmando parceria, em 2004 Doroty volta à Vila para realizar sua primeira opereta popular durante o Encontro de Culturas. Em 2004, ela se muda definitivamente e, assim, começam as atividades da "Turma Que Faz". "Andei, andei e nunca encontrei uma Casa tão bonita como a nossa. Por isso, eu sempre volto e fico no meu São Jorge", é uma fala recorrente de Doroty.

Nosso encontro com ela forma a base política, cultural e comunitária para que a Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge consolidasse a trajetória de 29 anos onde a relação humana, o meio ambiente, a cultura e a arte formam o conteúdo da própria educação, expressa por três metodologias principais: o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, a Turma Que Faz e a Aldeia Multiétnica, que nasce em 2007, proporcionando vivências e integração com costumes, tradições e modos de vida dos povos indígenas do Brasil.

A Aldeia, localizada em uma área de preservação ambiental do Cerrado, tornou-se um ponto de encontro entre diferentes povos indígenas e entrou no calendário anual de representantes de muitas etnias. No evento, realizado em julho, delegações indígenas saem de suas aldeias, em diferentes territórios do Brasil, e se encontram aqui para compartilhar suas culturas e as lutas por seus direitos originários e para manter seus territórios e tradições.

Em torno da maioria das terras indígenas e quilombolas, os interesses são conflituosos. A maioria desses povos enfrenta preconceito, violência e ataques contra suas culturas, que partem de fazendeiros, madeireiros, grileiros, garimpeiros e demais pessoas interessadas em suas terras preservadas e repletas de riquezas naturais. Ao longo desses anos, a Aldeia Multiétnica estabeleceu-se como referência para aqueles que querem entrar em contato e se aprofundar nas questões dos povos tradicionais. Tornou-se um novo território cultural brasileiro, no Estado de Goiás, construído em conjunto com esses povos, que a cada ano conquistam mais aliados para suas lutas por meio do projeto.

Nosso território

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul. A sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos encraves no Amapá, Roraima e Amazonas. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade.

Considerado como um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade, o Cerrado brasileiro apresenta extrema abundância de espécies endêmicas. Do ponto de vista da diversidade biológica, é reconhecido como a savana mais rica do mundo.

Além dos aspectos ambientais, o Cerrado tem grande importância social. Muitas populações sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo povos indígenas, raizeiros, ribeirinhos e comunidades quilombolas que, juntos, fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro e detêm o conhecimento tradicional de sua biodiversidade.

Com a crescente pressão para a abertura de novas áreas, visando incrementar a agroindústria, tem havido um progressivo esgotamento dos recursos naturais do Cerrado. Nas três últimas décadas, o bioma vem sendo degradado pela expansão da fronteira agrícola brasileira e é palco de uma exploração extremamente predatória de seu material lenhoso para produção de carvão.

A ocupação humana do território de Goiás e da região da Chapada dos Veadeiros, onde está localizada a Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge, reflete a história do Brasil. É terra de indígenas - com destaque para os Avá-Canoeiro, que foram violentamente atacados pelos colonizadores durante a febre do ouro –, quilombolas - especificamente o povo Kalunga, guardião do maior território quilombola do Brasil, que ocupa as cidades de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina - e de migrantes nordestinos que chegaram em São Jorge com o sonho de riqueza e melhores condições de vida, encontrando no garimpo de cristal o seu sustento durante muitos anos.

Até a década de 1990, a principal economia de São Jorge era o garimpo de cristal. A vila chegou a receber mais de 3 mil pessoas nos tempos áureos da atividade. Atualmente, muitos dos nativos ou foram garimpeiros, dependendo da idade, ou são filhos de um. Com o fim do garimpo, a economia estagnou. Foi o ecoturismo que a reergueu, com o impulso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, criado em 1961, e que hoje protege uma área de 240.611 hectares

de cerrado de altitude. O turismo despertou os olhares não só de pessoas de fora, mas dos moradores. A principal renda local hoje é o turismo.

Artistas e comunidades se encontram aqui, no coração do Brasil, e se sentem à vontade para apresentar suas culturas e serem eles mesmos, pela ambiência simples e acolhedora, semelhante a tantos lugares dos interiores do Brasil - suas casas, nossas casas.

Esperança

Vivemos agora um momento de renovação de esperanças, celebrado com eventos como o Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática, organizado durante o XXV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, em parceira com o Ministério da Cultura. Esse seminário reafirma nossa atuação em defesa da justiça social e ambiental, reconhecendo o papel das culturas tradicionais e populares como guardiãs de saberes milenares que revelam caminhos sustentáveis para o futuro. É um momento para além do que sonhamos: estamos construindo um legado.

A Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge é um organismo vivo, alimentado pelas histórias e trajetórias de todos que por aqui passaram. Cada pedra de nossa construção, literal e metaforicamente, carrega partes de uma história feita a muitas mãos. Da Turma Que Faz à Aldeia Multiétnica, do Encontro de Culturas aos projetos comunitários cotidianos, somos o reflexo do Cerrado e de seus povos tradicionais que nos compõem: fortes, resilientes na adversidade e ricos em diversidade, cores, sonoridades, movimentos.

A cultura e a natureza são os pilares que sustentam um Brasil mais justo e plural e a Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge segue de portas abertas para acolher sonhos, guardar e construir memórias, transformar realidades e espalhar arte e cultura aos quatro ventos.

Com alegria, força e fé, seguimos.

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e seu papel na valorização dos saberes locais

José Arnóbio de Araújo Filho[6]

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) é uma instituição pública de educação federal que atua na oferta de ensino técnico, tecnológico e superior, articulando ensino, pesquisa e extensão. Com forte compromisso social, o IFRN desenvolve diversas ações voltadas à valorização da diversidade cultural brasileira, incluindo atividades relacionadas às culturas tradicionais e populares, por meio de projetos de extensão, eventos culturais, formação continuada e ações integradas com comunidades locais e movimentos sociais.

Nesse contexto, o IFRN participou da realização do Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática: Diálogos Globais, Conhecimentos Locais, com o objetivo de promover um espaço de reflexão crítica e construção coletiva de conhecimentos, reunindo especialistas, acadêmicos, ativistas, representantes de comunidades tradicionais e mestras e mestres da cultura popular.

O Seminário buscou debater a intersecção entre as culturas tradicionais e populares e a crise climática, reconhecendo que os saberes ancestrais, desenvolvidos e transmitidos por essas comunidades ao longo de gerações, constituem práticas sustentáveis fundamentais para a preservação da biodiversidade e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Ao valorizar esses conhecimentos, o evento contribui para a promoção da justiça climática e do desenvolvimento sustentável.

Além dos debates e das apresentações culturais, foi produzida esta publicação com os resultados do seminário, em formato impresso e e-book, a fim de

6 Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

garantir ampla disseminação dos conhecimentos gerados e das propostas construídas coletivamente.

A realização do evento, junto ao Ministério da Cultura e ao Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, alinhou-se à missão do IFRN de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, reforçando seu compromisso com a educação, a cultura e a valorização dos saberes locais como ferramentas de transformação social e ambiental.

Introdução

Sebastião Soares

A interseção entre Culturas Tradicionais e Populares e a crise climática é uma questão que exige atenção imediata, ação conjunta e respostas que ultrapassem soluções técnicas: requer transformação ética, poética e ontológica. O Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática: Diálogos Globais, Conhecimentos Locais revelou que os conhecimentos ancestrais não são meros repertórios de técnicas - são matrizes de sentido capazes de orientar práticas sustentáveis, práticas de cuidado e modos de vida que colocam em questão a primazia do “ter” sobre o “ser”.

A justiça climática aqui pensada articula-se como uma questão ética que combina reconhecimento de direitos, reparação histórica e responsabilização distributiva. Autoridades, mestras e mestres das culturas tradicionais e populares e especialistas insistiram na proteção dos conhecimentos e na defesa dos direitos culturais como elementos centrais de políticas climáticas justas. Trata-se de promover estruturas de reconhecimento, responsabilização e cogovernança, que assegurem autonomia comunitária, proteção territorial e repartição equitativa de benefícios - medidas que enfrentem o racismo ambiental e institucional e afirmem a dignidade dos modos de vida tradicionais.

A diversidade cultural é um recurso inestimável na luta contra a crise ambiental. A abertura do Seminário foi marcada por uma conferência que trouxe à tona a indissociabilidade entre cultura e natureza. Essa conexão é essencial

para compreender que a justiça climática não se limita apenas a questões ambientais, mas também envolve reflexões sobre desigualdades sociais, racismo ambiental, racismo institucional. A conferência, conduzida por autoridades, mestras, mestres das culturas tradicionais e populares e especialistas, enfatizou que a proteção dos saberes e dos conhecimentos tradicionais é crucial para enfrentar as injustiças que as comunidades vulnerabilizadas enfrentam. Essa integração entre cultura e natureza se torna um pilar fundamental na busca por soluções equitativas para os desafios e mudanças climáticas.

Ser *versus* ter: mudança ontológica como pivô da transformação. O Seminário problematizou a dicotomia ser/ter como eixo interpretativo da crise socioambiental. Enquanto lógicas do "ter" promovem extração, apropriação e valorização monetária do vivente, epistemologias tradicionais frequentemente articulam éticas do "ser" - reciprocidade, cuidado, pertencimento. Promover justiça climática implica reorientar políticas e instituições para priorizar relações de cuidado e reprodução da vida, não apenas indicadores de produção ou propriedade. Essa reviravolta ontológica demanda educação, legislação e práticas administrativas que reconheçam sujeitos coletivos, territórios vivos e direitos inalienáveis à continuidade cultural.

O primeiro painel de discussão, "Caminhos do Conhecimento: Trilhando a Epistemologia do Notório Saber", explorou a importância da interseção entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos. As discussões revelaram que as vivências culturais enriquecem as identidades, promovendo uma troca de conhecimentos que beneficia, enriquece a construção da intercientificidade, a interculturalidade nos espaços onde a educação acontece. Essa interação é fundamental, pois soluções criativas e sustentáveis podem surgir a partir da combinação de diferentes perspectivas para uma universidade plural e pluriepistêmica.

O segundo painel, "Patrimônio Cultural e Salvaguardas: Desafios e Possibilidades na Construção de Políticas Efetivas", concentrou-se na proteção do patrimônio cultural diante das mudanças climáticas. O debate destacou a necessidade de estratégias que reconheçam a pluralidade cultural como parte da identidade nacional. Exemplos de iniciativas bem-sucedidas em outros países mostraram que é possível unir a proteção cultural, os direitos culturais, as expressões e manifestações tradicionais e populares à conservação e proteção ambiental, de forma eficaz.

No terceiro painel, "Experiências Internacionais sobre a Proteção das Expressões Culturais Tradicionais", foram compartilhadas políticas e práticas

globais de salvaguardas. A troca de experiências demonstrou como ações bem-sucedidas em outros contextos podem inspirar iniciativas locais. Essa troca é vital para amplificar o alcance das práticas de proteção cultural e ambiental, criando uma rede de apoio entre comunidades.

O quarto painel, “Culturas Populares e Propriedade Intelectual”, enfocou a proteção da propriedade intelectual sobre conhecimentos e expressões culturais. Discutiu-se a relevância dessa proteção em um cenário de mudanças sociais e ambientais. Garantir que as comunidades tenham voz ativa na preservação de suas tradições e de seus direitos culturais é crucial para a justiça social e ambiental.

O quinto painel, “Conhecimentos e Culturas Tradicionais e Ação Climática”, abordou a contribuição vital dos conhecimentos ancestrais na conservação e proteção ambiental. As práticas locais foram apresentadas como aliadas na proteção do meio ambiente. A integração desses conhecimentos nas políticas públicas é essencial para enfrentar a crise climática, mostrando que as soluções mais eficazes podem vir de tradições que resistem ao tempo.

O sexto painel, “Povos e Comunidades Tradicionais e Defesa do Território”, destacou as lutas e estratégias das comunidades tradicionais em defesa de seus territórios. Essa discussão evidenciou a interconexão entre direitos territoriais e a conservação da biodiversidade. As vozes dessas comunidades são fundamentais para garantir que suas práticas de proteção ambiental sejam respeitadas, reconhecidas e valorizadas.

O sétimo painel, “Escola das Marés e das Águas”, apresentou uma proposta de valorização dos mestres e mestras guardiões dos conhecimentos. Refletiu-se sobre práticas de educação e conservação de ecossistemas, ressaltando-se a importância da transmissão de conhecimentos intergeracionais. A cultura é uma ferramenta estratégica para organização e formulação de um projeto de educação diferenciada e promove a consciência crítica e ambiental entre as novas gerações.

O oitavo painel, “A Internacionalização das Culturas Tradicionais e Populares”, abordou como as culturas tradicionais se conectam globalmente, contribuindo para a valorização cultural e econômica do Brasil no exterior, em uma perspectiva global. Essas conexões são essenciais para promover a diversidade cultural em um mundo cada vez mais mundializado.

Por fim, o nono painel, “As Pessoas como Patrimônio”, discutiu a condição humana na perpetuação das culturas tradicionais. A transmissão de saberes e conhecimentos intergeracionais é vital para garantir a continuidade das tradições.

Cada pessoa desempenha um papel importante na preservação e na proteção da cultura, e essa responsabilidade deve ser reconhecida e valorizada.

Ao final do Seminário, o Encontro de Mestras e Mestres proporcionou um espaço onde suas vozes e conhecimentos se tornaram protagonistas na construção da Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares. Esse diálogo ressaltou a necessidade de alinhar os conhecimentos ancestrais às diretrizes institucionais, fortalecendo a abordagem cultural e os direitos culturais das comunidades.

Por fim, o Seminário não apenas promoveu um debate enriquecedor sobre a justiça climática, mas também destacou a importância de integrar culturas e conhecimentos locais nas políticas ambientais, transcendendo a compreensão do entrelaçamento e a indissociabilidade entre cultura e natureza.

A proteção e a valorização das culturas tradicionais e populares são fundamentais para construir um futuro sustentável e inclusivo. Ao reconhecer a diversidade cultural como uma aliada na luta contra a crise climática, abre-se um caminho promissor para soluções que respeitam tanto o meio ambiente quanto as comunidades que nele habitam. A reflexão sobre desigualdades sociais, racismo institucional e racismo ambiental deve sempre acompanhar as discussões sobre justiça climática, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas, reconhecidas e respeitadas.

Conferência de abertura: Ainda é tempo de ouvir nossas vozes

Ana Mumbuca[7]

Conforme Decreto, "*Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Empregam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos de geração em geração*". Somos 28 segmentos que constituem parcela significativa da população e ocupam parte considerável do território nacional, oficialmente reconhecidos pelo Decreto nº 6.040, de 7 fevereiro de 2007, e representados pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Estamos presentes em todos os biomas - Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Diante disso, gostaria de aprofundar este diálogo a partir do segmento ao qual pertenço, o quilombola.

Primeiro, devo dizer que não somos descendentes de escravos. A escravidão, um dos atos mais covardes cometidos por humanos, não pode ser um marco de descendência. Nenhuma pessoa de pele branca se declara como descendente de escravagistas. Se for para falar em descendência de escravos, tem de se falar em descendentes de escravagistas, uma coisa não existe sem a outra. Onde estarão? Quem tem coragem de carregar a marca do escravagismo?

É possível falar do nosso processo histórico sem nos marcar como descendentes de escravos. Somos, sim, descendentes de africanos. Aqui neste continente, nos constituímos de diversas formas, desde matando o senhor, ganhando terras, comprando terras, conquistando ou nos retirando para lugares os mais isolados possíveis. É certo que não conseguiram nos exterminar. Atualmente, o chamado navio negreiro ainda não se ancorou, ainda estamos à deriva, sem

7 Quilombola do Jalapão/TO, artesã e poetisa, é diretora de Proteção aos Quilombos do Tocantins pela Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais. Graduada em Serviço Social, tem mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela UnB e é doutoranda em Direitos humanos e Cidadania.

o território. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE, no Brasil existem 8.441 localidades quilombolas e 7.666 comunidades quilombolas declaradas. Em cinco séculos, apenas 161 territórios quilombolas têm titulação definitiva. As outras comunidades não têm nem regulamento definido.

Chamo para compor esta fala o Velho Bispo, por meio de texto que integra o livro "***Cartas para o Bem Viver***", organizado por Rafael Xucuru-Kariri e Suzane Lima Costa:

"***De Nego Bispo para a geração neta afrodescendente e afrodiaspórica***

Quilombo Saco Curtume, 07 de outubro de 2020

Querida geração neta afrodescendente e afrodiaspórica, onde quer que esteja e como preferir ser chamada,

Axé

Ao tempo em que eu, Antonio Bispo dos Santos, Velho Bispo, Nego Bispo, ou seja, lá como queiram me chamar, como parte da geração avó quilombola... ouso escrever estas mal ortografadas linhas com assuntos que me interessam muito, porém não sei se vão interessar às pessoas para quais estou destinando, porque estou me dispondo a receber as respostas tais quais se tornarem consequentes.

Neste momento, estou bastante festivo e espero que estas escritas possam lhes encontrar em situações de muitas festividades, assim iniciaremos nossas confluências.... Nesse sentido, peço licença para compartilhar algumas inspirações que recebi da minha geração avó e depois lhes fazer algumas perguntas a respeito.

Então, vejamos o que as mestras e os mestres de minha geração avó, mais presente em minha vida, me falaram, não nessa ordem, mas em contextos diversos, o que da mesma forma pretendo dizer a vocês.

Eu não tive filhas nem filhos, porém ajudei a criar muita gente. Não tive riquezas, mas comi e dei de comer... estou chorando, porque lhe ensinei tudo que sabia, mas não sabia tudo que queria lhe ensinar... às vezes precisamos nos juntar às pessoas ruins, porque as boas já têm donos... a vasilha de dar é a mesma de receber... tudo que se mede é pouco... não espere ajuda de quem você ajudou, não confunda ajuda com troca... ao desatolar uma rês tenha cuidado, ela pode arremeter contra você... plante o que precisar e a terra lhe dará o que você merecer...

A terra dá e a terra quer... o melhor lugar para se guardar os peixes é no rio... o melhor lugar para se guardar as batatas é na terra... o melhor lugar para se guardar os frutos é nas árvores... não é feio pedir, pedir é ruim, feio é deixar pedir... tudo vai acabar como começou... devemos transformar as armas dos inimigos em nossas defesas etc.

O que eu compreendi a partir de tudo isso? Que a vida é começo, meio e começo, ou seja: geração vó começo, geração mãe meio e geração neta começo de novo. Assim como a semente é o começo, a árvore é o meio e a semente o começo novamente... que o mundo é redondo para que as pessoas não se enganchem nos cantos... quem nunca passou por uma encruzilhada não sabe escolher caminhos...

cupim que vai para festa de tamanduá, dificilmente volta... nossas trajetórias sustentam nossos discursos.

É a partir daí que algumas questões me aparecem com respostas muito explicativas e pouco resolutivas, tais como: por que entre as vidas animais, que eu conheço, só a humanidade produz armas de destruição em massa!? Será por se autointitular como a única existência inteligente!? Como fica a situação de um povo que põe a geração neta na creche e a geração avó no asilo e diz que a família é a base de tudo!? E mais: um povo que põe veneno na terra, põe esgoto nas águas e resíduos gasosos no ar, o que deve esperar da natureza!?

Todos os exercícios que eu fiz, na tentativa de responder a essas questões, estão estruturados em minha trajetória e escriturados no livro Colonização quilombos, modos e significações, que está disponível na Internet em PDF.

Serei muito grato pelas respostas que vocês da minha geração venham me oferecer através de qualquer forma de linguagem...

Já me darei por satisfeito só pelo fato de haver um diálogo intergeracional.

Com os sentimentos de quem está se preparando para um novo começo, eu faço uma pausa dizendo que:

Nós nascemos nos ventres das mães mulheres para aparecermos na terra...

E nascemos no ventre da terra para aparecermos na ancestralidade!

Vivas, porque todas as vidas importam!

NEGO BISPO"

Culturalmente, somos direcionados pelas fases da lua e temos dependência do território de terra e águas. Não dá para plantar mandioca da mesma forma que plantamos milho. Mas o importante é germinar, crescer e dar frutos. Mesmo quando árida e sofrendo com as modificações climáticas, a terra tem sido generosa. Mais importante do que ocupar espaços, é saber quem somos, de onde viemos e ter para onde voltar. Lutamos para que tenhamos um lugar para voltar! Quando chegamos em casa, quando voltamos para a roça, tudo faz sentido, tudo se acalma, tudo se conecta.

Vemos de forma muito límpida que o mundo é circular "começo, meio e começo". Mesmo com as manobras do patriarcado, somos de territórios. Temos sido seduzidos a pararmos de comer com a mão, não falamos sobre a existência dos seres encantados, deixamos de participar do samba de roda, da sussa, da marujada, da folia e do reisado, entre outros. Como geração neta, seguimos levando os nossos modos de ser para os diversos territórios e seguimos construindo redes de parentescos, afetos, proteção de saberes por onde andamos.

Reafirmamos, com isso, o nosso compromisso com a dádiva das defesas dos nossos territórios como forma de manutenção física, cultural e espiritual das

gerações atuais e futuras. Seguiremos fazendo alianças com nossas irmãs e nossos irmãos e conspirando contra o sistema, até que verdadeiramente possamos gritar o grito da liberdade. Continuaremos a nascer na terra por meio dos ventres das mães e continuaremos a nascer para a ancestralidade por meio do ventre da terra, pelos ventres possíveis, tangíveis e intangíveis. Defendemos os povos diversos, como quem faz assentamento para caboclo sem esquecer as identidades afroindígenas, como direito à nossa ancestralidade. Defenderemos os territórios quilombolas onde nossos umbigos estão enterrados, onde nossos mais velhos estão fincados como marcos da resistência, em diálogo com nossa territorialidade transatlântica, onde os nossos encantados nos pegam no colo e nos acalentam. Defendemos os territórios quilombolas, onde as nossas crianças possam correr, aprender e brincar, onde emergem mundos novos e novas possibilidades de vida, a cada dia.

Sou artesã e sei o quanto um começo é importante. É pelo começo que se define o acabamento. Por isso, precisa-se de um quilombo inteiro para cuidar da formação de uma criança. Geração neta. A partir das reflexões de Nego Bispo, é preciso perguntar: que dia a sociedade colonialista vai declarar que perdeu? Que perdeu para as abelhas, pois as abelhas fazem mel. E você faz o quê? As abelhas polinizam e o sistema faz o quê? Em uma lógica competitiva dos que mandam no mundo, nós somos insignificantes como os insetos. Dentre os insetos, somos abelhas Tataíra, Abreu, Arapuá, Mumbuca, entre outras. Somos fazedoras de mel, somos polinizadoras do planeta e nosso jeito de existir faz nascer frutos que alimentam as vidas.

Quem se importa com as vidas das pequenas abelhas? Tempo de modificações climáticas, também é tempo de fazer alianças. Quais e como estão sendo as suas alianças? Assim como as abelhas, nós, povos e comunidades tradicionais, continuamos espalhando pólen e fazendo germinar vidas. No dia em que a sociedade colonialista perceber o quanto as abelhas são necessárias, se é que isso vai acontecer, talvez seja tarde demais. Enquanto o sistema vive as incertezas, construindo as certezas autodestrutivas, decidimos compartilhar viver, pois a única certeza de vida, até agora, é neste planeta. Fora isso, para sair do planeta, só morrendo. Os colonialistas constroem o fim, mas não estão preparados para ele. Têm medo de morrer, têm medo do porvir e medo do cosmo. Mas não têm medo do sagrado do outro.

O apocalipse não é uma previsão escatológica e sim uma construção sofisticada. Uma das grandes covardias globais é ser morto por pertencer a um grupo. Nos matam de diversas formas, por sermos quem somos, mas ainda assim

vivemos e cultivamos vidas. Justiça climática é uma utopia. Quem acredita que os responsáveis irão se responsabilizar? Nisso, que não se impute aos povos e às comunidades tradicionais a reponsabilidade de curar, de salvar o planeta. Ainda estamos lutando pelo básico: comer, beber, e morar com dignidade. Estamos lutando para não sermos exterminados. O muito que podemos fazer é apresentarmos os nossos modos de vida, sendo inspiração para o mundo colonial, freio para o auto-consumismo.

Nós não estamos preocupados em possuir a bolsa do ano, o carro do ano. Outro dia, fui contatada por uma organização ofertando um curso sobre mudanças climáticas para o meu quilombo. Nós recusamos, pois os mais velhos nos alertaram: não estamos conseguindo resolver nem os problemas de perto, imagine os de longe. Ou seja, o problema local precisa ser resolvido para que consigamos absorver o problema global, pois as consequências do problema global já estamos sentindo: rios perenes secando, chuvas escassas, plantações inteiras não nascendo etc. E o ato de saber dói e traz perturbações. Nossa lógica engajada de viver está sendo impactada pelas lógicas externas. Como enfrentamento à tal influência, destaca-se a força da nossa lógica do comprometimento. Somos comprometidos com o que gostamos, somos comprometidos com o nosso modo de vida.

Vamos fazer um exercício imaginário: se o mundo fosse ocupado apenas pelos povos e comunidades tradicionais, como seria? Já imaginou? Não seria o mundo perfeito, mas, no mínimo geologicamente, estaríamos melhor. Viveríamos o mundo do sossego, em vez do sucesso. O mundo do ser em vez do ter. O mundo do compartilhamento em vez da competição. Consequentemente, não teríamos rios poluídos e nem todas as mazelas advindas do modo de vida predatório do sistema colonialista. Viveríamos a alegria contemplativa, de forma integral.

Com o Capitaloceno e o Antropoceno, conceitos muito utilizados na antropologia, nós, povos e comunidades tradicionais, não temos nenhuma relação - não fomos responsáveis por alterar uma era geológica em tão pouco tempo. Não temos de pensar em cultura sem pensar nos modos de vida dos quais cada indivíduo faz parte. Defendo que nós, povos e comunidades tradicionais e populares, não só fazemos cultura, nós somos cultura. Vivemos em inspiração que reverbera nas diversas manifestações culturais como música, dança, culinária, artesanato, festas populares, religiosidade etc.

Vivemos em tempo de crises, nos quais vão morrendo as inspirações. Sou de um mundo em que as jaós cantam e contam histórias, em que os sabiás nos dizem quando vai chover, em que as formigas dizem se vai ter muita chuva ou

muita seca e, assim, um vai ensinando o outro. Meses atrás, meu pai foi convidado para fazer uma palestra na USP, fui acompanhando-o. Ao passar em frente ao Rio Tietê, vi o meu pai chorar, por ver um rio morto. Das poucas vezes em que vi meu pai chorar, ele chorou pelo Rio Tietê. Nesse dia, uma amiga nos levou a um prédio bem alto na Avenida Paulista. Lá em cima, ele perguntou para ela qual era o lugar mais importante de São Paulo e ela falou: "*Faria Lima*". Ele perguntou o porquê e ela respondeu: "*pelos bancos, pelas lojas, pelo valor do metro quadrado*". Ele olhou para nós: "*o lugar mais importante não deveria ser o Tietê*?"

Onde é o lugar mais importante de uma cidade? No quilombo, com certeza, é onde brota água bebível. Daqui a alguns meses, vai ter um grande espetáculo da hipocrisia do planeta. E nós, povos e comunidades tradicionais, precisamos lutar para ter lugar de fala e conseguir compor, como seres humanos que também habitam este planeta.

Ainda é tempo de ouvir as nossas vozes. Os mestres ainda estão ecoando a voz. Daqui a pouco vão ouvir o silêncio. Porque o que hoje chamam de resistência se tornará cansaço. Cansaremos junto com a Terra. Se são poderosos, que colonizem o sol! Quem conseguir domar o sol, este sim é poderoso. Fora isso, são só acordos. Está na hora de fazer o grande desacordo.

FOTO: MICHELLY MATOS/ MINC



Painel 1

CAMINHOS DO CONHECIMENTO: TRILHANDO A EPISTEMOLOGIA DO NOTÓRIO SABER

Entre mestres(as) e doutores(as): apontamentos sobre o Consórcio do Notório Saber e a promoção da pluriepistemologia nas Instituições Públicas de Ensino Superior

Aterlane Martins[8]

> *Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida.* (Bispo dos Santos, 2025, p. 4–5)

Este texto apresenta inicialmente um breve panorama do Consórcio do Notório Saber para Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares nas Instituições de Ensino Superior (CNS), desde a sua idealização até a sua apresentação pública, por ocasião do Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática: Diálogos Globais e Conhecimentos Locais. Segue, desenvolvendo-se com foco especial nas palavras das mestras presentes, pontuando os(as) agentes participantes do painel temático do referido seminário, e as questões postas ao longo do debate por outros participantes do evento.

É premissa, nesse momento, dizer que, para além do reconhecimento e da inspiração que diversas experiências de longa trajetória, como o Encontro de Saberes (UNB e sua Rede), a Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) e o Programa de Professores Visitantes Notório Saber (UFBA), o

8 Professor e Coordenador de Arte e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Historiador e pesquisador do patrimônio cultural. Mestre em História e doutorando em Geografia. Coordenador do Consórcio do Notório Saber para Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares nas Instituições de Ensino Superior (CNS).

Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais (UFMG), o Miraira/LPCT - Laboratório de Práticas Culturais Tradicionais (IFCE), e o recente Ciclo de Saberes dos Mestres e Mestras da Cultura da Chapada do Araripe (UFCA), guiam, sustentam e dão sentido à nossa proposta das *Palavras Germinantes* de Nego Bispo, dentre as quais, particularmente, *Confluência, Compartilhamento e Envolvimento*, compõem a tríade inspiradora do nosso caminho na construção e desenvolvimento do CNS.

O caminho é coletivo, é feito por e para comunidades, acadêmicas, tradicionais, de mestres(as), agentes culturais, gestores(as) públicos(as). É espaço para encontro, troca e intercâmbio, é soma e multiplicação de saberes, de experiências - no dizer de Nego Bispo, é espaço que "rende" –, nunca diminui, divide ou nega o(a) outro(a). É lugar de encontro de cada um e cada uma, para afetar-se e tornar-se outro(a). É espaço de compartilhamento, de socialização, de conhecimento mútuo, de respeito recíproco e de reconhecimento dos saberes e fazeres tradicionais e populares. É um compromisso público, pessoal e institucional, com a democratização dos espaços formais e oficiais de produção do conhecimento. É a prática de uma justiça epistêmica, que teima em ocupar e existir, nos ambientes onde os conhecimentos ancestrais, tradicionais e populares sempre foram vistos como de segunda ordem.

Nesse cenário, e em um contexto de lutas e mobilizações para o reconhecimento e a valorização desses patrimônios culturais, de seus(suas) agentes, de seus territórios, por meio de sua inserção institucional na educação superior, o Consórcio se constitui como ideia e como ação efetiva e eficaz. Sendo um marco político e cultural que atua para fortalecer ações de inclusão epistêmica que desenvolvam e consolidem políticas institucionais, especialmente de Notório Saber, no âmbito do ensino formal.

Ademais, as políticas de Notório Saber podem reposicionar mestras e mestres das culturas tradicionais e populares como sujeitos(as) de cultura, sujeitos(as) de educação e sujeitos(as) de conhecimento, criando possibilidades efetivas de participação ativa e de reconhecimento nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES).

Confluências e compartilhamentos: o caminho até o Consórcio...

Historiando a idealização e a elaboração do Consórcio do Notório Saber, enquanto proposta e ação pública, remontamos aos debates havidos em dezembro

de 2023, durante o *XV Encontro Mestres do Mundo*[9], particularmente na programação do *Seminário Interdisciplinar de Patrimônio Imaterial - 20 anos de Futuro*, a partir da mesa temática *Para Quem - As experiências de Notório Saber*[10]. A diversidade de experiências apresentadas na referida mesa suscitou a compreensão de valiosas ações existentes, em distintos estados brasileiros, com grande longevidade de execução. Contudo, apontou também para a pouca ou inexistente integração entre estas ações, embora todas ocorressem em âmbito institucional do ensino superior.

Findado o debate na mesa, abriu-se a conversa em busca de um caminho comum, observando-se a diversidade e a autonomia das instituições em plano nacional. Ampliou-se assim o debate, com a participação de outros(as) agentes institucionais ali presentes, com o objetivo de apontar alternativas para uma possível interseção, e desejada integração nacional, das ações em torno do Notório Saber e de outras formas de inclusão epistêmica. Um grupo virtual foi criado naquele momento, para comunicação entre aqueles(as) agentes, o que permitiu a aproximação e o afinamento da articulação entre os(as) participantes.

No decorrer de 2024 várias ideias foram sendo apresentadas e debatidas nas Escutatórias Culturais (SCDC/MinC), em seminários e encontros acadêmicos e, por fim, durante a programação do *Seminário Dentro-e-fora: O Notório Saber e outras estratégias de reconhecimento e inclusão das culturas tradicionais populares na academia*[11], quando a articulação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e o Ministério da Cultura (MinC) apontou para a criação do Consórcio do Notório Saber. A proposta ecoou no *XVI Encontro Mestres do Mundo*, especialmente na programação do Seminário, realizado em dezembro do mesmo ano.

9 O XV Encontro Mestres do Mundo - 20 Anos de Futuro, ocorreu de 7 a 10 de dezembro de 2023, no Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo, no Crato, Ceará. O evento celebrou as duas décadas da política de Tesouros Vivos da Cultura do Ceará, reunindo mestres e mestras para intercâmbio de saberes, pesquisadores e gestores em seminário temático, apresentações artísticas e entrega de títulos de Notório Saber. Para maiores informações consultar: **https://www.secult.ce.gov.br/encontro-mestres-do-mundo-2023/**

10 A programação da mesa contou com a participação de Ricardo Nascimento (Fórum do Notório Saber do Ceará/UNILAB); Guilherme Bertissolo (Universidade Federal da Bahia); Fernando Mencarelli (Universidade Federal de Minas Gerais); José Jorge de Carvalho (Encontro de Saberes da Universidade de Brasília); Aglaíze da Silva Damasceno Levy (Universidade Federal do Cariri) e Fabiano Piúba (Secretaria de Formação, Livro e Leitura/MinC). Acesso em: **https://www.youtube.com/watch?v=uRYG4-KDtCQ&list=PLwa8cvK0Qe9pQceyCmiBknwGp-C_MDGKS&index=3&t=2s**

11 O Seminário realizado pela Coordenação de Arte e Cultura da Pró-reitoria de Extensão do IFCE, teve programação nos dias 27 e 28 de setembro de 2024, com mesas temáticas que contaram com a participação de representações do Ministério da Cultura (Sebastião Soares, diretor de Promoção das Culturas Populares - SCDC; Fabiano Piúba, secretário de Formação, Livro e Leitura/SEFLI) e das demais instituições convidadas: IPHAN, IFCE, UFBA, UFC, UFCA, UFMG, UNILAB e Secretaria da Cultura do Ceará (Coordenação de Patrimônio e Memória), e com Vivências no território, na Associação Zumbi Capoeira, no Terreiro de Umbanda São Miguel (Pai Neto Tranca Rua) e no Centro Cultural Bom Jardim - CCBJ. Acesso em: **https://portal.ifce.edu.br/institucional/extensao/notorio-saber/**

Em setembro de 2025, por ocasião do *Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática*, realizado pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/MinC), integrando a programação do *XXV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros*, o Consórcio, já oficializado[12], é apresentado no *Painel Temático 1 - Caminhos do Conhecimento: Trilhando a Epistemologia do Notório Saber*, com a participação das mestras da cultura Carla Mara (Ceará) e Lucely Pio (Tocantins), da diretora de Educação e Formação Artística da Sefli/MinC Mariângela Andrade, dos professores Ricardo Nascimento (Unilab/CE) e Guilherme Bertissolo (Proext/UFBA), com a mediação do professor Aterlane Martins (IFCE/CNS).

A partir dessa mesa confluente, apresentaremos a seguir alguns destaques das falas das mestras e dos(as) demais participantes, percebendo como a inclusão epistêmica já é uma realidade experimentada por distintos(as) agentes, em diversos territórios, mediada por diferentes instituições. Embora estas experiências sejam válidas e louváveis, ainda configuram uma tímida expressão da grandiosidade e da relevância dos saberes tradicionais e populares nos processos de produção de conhecimento oficiais.

O envolvimento é o caminho: o que nos contam as experiências pessoais e institucionais?

Apresentaremos agora, com foco na fala das mestras, os apontamentos apresentados no Painel 1, buscando compreender como cada experiência narrada é uma prática de vivência da inclusão epistêmica, o que pode nos proporcionar uma reflexão coletiva sobre os caminhos a seguir, nesse trajeto de construção do Consórcio. O professor Aterlane Martins abre o painel, apresentando o contexto e o propósito deste momento, e anunciando o Consórcio do Notório Saber:

> É uma experiência que nós estamos iniciando agora, juntamente com várias outras instituições, Universidades e outros Institutos Federais para institucionalizar e pesquisar sobre, para entender como se processa nesse momento o Notório Saber, o que ele é e onde está, quem são as pessoas que participam, como o praticam. Vamos realizar também vivências educativas em escolas de ensino médio, institutos federais e universidades, para, a partir dessas experiências, poder ainda mais ampliar [ações de inclusão epistêmica]. (Martins, 2025)

12 O Consórcio é resultado da parceria entre o Ministério da Cultura (MinC), por meio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), e o Instituto Federal do Ceará (IFCE). Suas ações e metas são definidas pelo Termo de Execução Descentralizada - TED e pelo Plano de Trabalho nº 975109/2025 (SEI nº 23255.008097/2024-98). O CNS institucionaliza-se como Programa de Extensão do IFCE, registrado no sistema institucional Sigproext, sob o número 7966 **(https://sigproext.ifce.edu.br/acoes/7966).**

É preciso compreender este grande e diverso Brasil, que abriga uma riqueza imensurável de saberes tradicionais e populares, praticados e compartilhados por diversas populações detentoras de conhecimentos ancestrais, práticas culturais e modos de vida que constituem parte fundamental do patrimônio cultural do país. Entretanto, somos cientes que esses saberes, artes, ofícios e cosmologias, os(as) agentes que deles são detentores(as) e seus territórios foram historicamente mantidos à margem das estruturas formais de educação, permanecendo até hoje com pouco ou nenhum reconhecimento de sua legitimidade e validade. É para a mudança desse quadro que o Consórcio trabalhará.

Do ponto de vista político e epistemológico, destacamos que o Consórcio, composto por diversas instituições que efetivam o Notório Saber, representa um significativo avanço. Pela primeira vez, oficialmente, diferentes instituições de educação superior se reúnem com mestres(as), para consolidar processos e mecanismos formais de integração entre as instituições e os conhecimentos, os(as) agentes e os territórios dos saberes tradicionais e populares, experimentando ações de pesquisa e vivências educativas, como processos de ação e reflexão propositiva, visando apontar rumos para uma política pública nesse campo.

Deste preâmbulo, passamos às falas das mestras Lucely Pio e Carla Mara, que nos contam suas experiências pessoais e comunitárias com a inclusão epistêmica. É a mestra quilombola que inicia, se apresentando e falando da sua comunidade:

> Eu sou uma mulher preta, quilombola (...) da comunidade do Cedro, município de Mineiros, Goiás. A minha comunidade foi fundada em 1830 (mil oitocentos e trinta) com a chegada do meu tataravô Chico Muleque e a minha vó Ana. Para vocês terem uma ideia, a minha comunidade está com 160 (cento e sessenta) anos e a minha cidade está com 83 (oitenta e três) anos. Então eu estou muito feliz de poder estar aqui compartilhando esse momento com vocês. (Pio, 2025)

Marcada sua ancestralidade na raça e no território, Mestra Lucely nos chama a atenção para a presença secular do seu quilombo, onde ela se fez mestra, espaço onde saberes são produzidos e preservados, de onde são compartilhados para além, alcançando escolas e universidades:

> A minha comunidade, o nosso trabalho lá é com a medicina tradicional. A gente hoje ainda trabalha com as mesmas receitas, com o mesmo modo de saber e fazer. Lá a gente tem o repasse de oralidade. Então o que eu faço hoje eu aprendi com a minha avó e a gente continua passando para nossos filhos, para os nossos netos. A gente trabalha com as escolas do município e tem várias parcerias também com a universidade da cidade, com a faculdade. Então a gente trabalha muito com essa troca do nosso saber para não ficar só com a gente. (Pio, 2025)

Para além da atuação em sua comunidade, nas lutas e conquistas sociais que trava para as raizeiras do Cerrado, Mestra Lucely também reconhece a importância de estar "dentro da universidade", oportunidade iniciada em 2010, no Encontro de Saberes da UnB:

> (...) eu falo para vocês que é muito importante as universidades levar essa disciplina pra dentro, porque ter os mestres e mestras dentro da universidade para a gente não deixar perder a nossa cultura e ensinar o nosso jovem como que é esse respeito dos ofícios que os povos e comunidades tradicionais traz. Então isso é muito importante.

A relação intergeracional, com marcada presença de jovens nos processos de aprendizagem que envolvem o Notório Saber de mestras e mestres, quase sempre idosos(as), é um aspecto comum, reivindicado por ser válido e eficaz na transformação das realidades educacionais monoepistêmicas. Seja no campo ou no espaço urbano esta é uma constatação que deve ser considerada. Mestra Carla Mara, também evoca esta realidade *"a gente acredita que a transmissão do saber, e essa roda que gira é muito importante, principalmente para os nossos jovens que estão na comunidade periférica"* (Silva, 2025). Particularizando a sua realidade territorial, urbana e periférica, e o seu trabalho diverso com expressões da cultura negra, a mestra nos apresenta valiosas reflexões sobre a inclusão e a exclusão epistêmica:

> E trago aqui a força do povo do Ceará a partir da capoeira, que é o lugar que eu ocupo. (...) A gente está aqui numa mesa muito importante, que fala da inclusão epistêmica, que significa reconhecer que não existe uma única forma de produzir e transmitir o conhecimento. Significa afirmar que os saberes dos povos tradicionais, dos terreiros, das comunidades, dos mestres, das massas populares têm uma legitimidade, [e também entender] que os saberes tradicionais têm a mesma legitimidade que os saberes acadêmicos. Não se trata apenas de escutar. Trata-se de considerar esses saberes como centrais, como necessários para construir a solução social, cultural e política. Quando falo da inclusão epistêmica, eu falo a partir do meu corpo e da minha trajetória na capoeira, na roda, no jongo, no samba de roda, no coco, no maculelê. Aprendi que cada gesto é conhecimento. (Silva, 2025)

Pautada no conhecimento que se dá nas trajetórias, aprendido e ensinado pelo corpo, pelo gesto, Mestra Carla ressalta a importância desses saberes como "*solução social, cultural e política*" em todas as realidades sociais, mas, sobretudo, nas periféricas. A mestra adverte ainda que a legitimidade desses saberes e práticas não se dá pela simples escuta e observação que os acadêmicos possam fazer delas. Sua legitimidade está na igualdade de valor entre quaisquer formas de conhecimentos - o que não requer qualquer aceitação externa, mas, sim, o legítimo reconhecimento de seu valor intrínseco, e, diante desta constatação,

requer que estes saberes sejam colocados “como centrais” na produção de conhecimentos.

Após as falas das mestras, as representações institucionais pontuaram ações de relevância no âmbito da inclusão epistêmica, sendo destacadas, entre outras, a experiência da Rede de Escolas Livres, que vem sendo desenvolvida pela Sefli/MinC e que *“hoje tem 68 escolas em todo o território nacional. Muitas dessas escolas são compostas por mestres e com linguagens completamente variadas, desde a gastronomia aos raizeiros, a capoeira, a dança, enfim, todas as linguagens da arte e da cultura.”* (Andrade, 2025).

A trajetória de ações na UFBA foi pontuada desde a criação das ACCS, que data de 1996, e a atual contratação de Mestres Notórios Saber como Professores Visitantes, e nesse ponto, Bertissolo antecipa uma ponderação importante, que retomaremos ao final deste texto, sobre a inclusão: “*além de a gente contratar, a gente precisa contratar com paridade salarial (...) O mestre e a mestra entram na carreira, eles recebem igual ao que o professor recebe, né?”*

Fechando o painel temático, o professor Ricardo Nascimento propõe uma série de questões para reflexão, dentre elas, esta que traz uma centralidade, pela relação que apresenta entre a especificidade do Notório Saber e a amplitude da realidade contemporânea da sociedade brasileira: “*E é sobre isso o Notório Saber. É sobre inclusão, mas é sobre como nós entendemos a sociedade brasileira, que sociedade é essa que temos e que queremos? Que imaginário, que hegemonia é essa que esse Notório Saber pode disputar na sociedade brasileira?*” (Nascimento, 2025).

Marcados pela desigualdade estrutural que funda nosso país, temos uma construção social pautada em uma lógica colonialista alicerçada no racismo, no machismo, na misoginia, na LGBTfobia, no patriarcalismo e no patrimonialismo, aspectos que repercutem em tudo, especialmente nos processos e nas instituições educacionais públicas, aqui representadas pelo seu sistema único de produção de conhecimento monoepistêmico e eurocentrado. A consumação das políticas institucionais de Notório Saber é a chave para uma mudança estrutural do projeto de ensino oficial brasileiro. Por isso, estamos em disputa do espaço legítimo de produção de conhecimento. Por isso, queremos ampliá-lo, democratizá-lo, dando acesso contínuo aos mestres e às mestras e o Consórcio é um instrumento para este fim.

Reconhecer e Incluir, binômio cunhado nas reflexões de Nascimento e Martins (2024), síntese do processo do Notório Saber, já não dá conta de expressar uma prática de justiça epistêmica, que considere a materialidade da vida de mestras

e mestres da cultura que, em sua quase totalidade, são pessoas negras, indígenas, de origem periférica, economicamente empobrecidas e idosas, sofrendo toda sorte de violências ao longo da vida. Mesmo quando alcançam um patamar de melhoria social, como o mestre Ananias Ferreira, que hoje está na UFBA, na condição de Professor Visitante Notório Saber, de quem selecionei um breve trecho de sua fala, representando os mais de 20 (vinte) mestres(as) que se manifestaram no debate, cujas palavras expõem cruamente o racismo institucional vigente em nossas instituições educacionais, e aponta para a necessária discussão sobre a remuneração digna pelo seu trabalho, pelo seu conhecimento, como parte inegociável do processo de Notório Saber:

> Então, então sabemos fazer ciência e assim queremos que todos respeitem a nossa ciência. E a nossa ciência tem que ser paga como a de qualquer outra pessoa. É desafio? É. Está sendo um desafio pra mim. Está sendo um desafio pra mim dentro da universidade, está sendo um desafio. Sabe por quê? Eu estou indo também de encontro a um sistema perverso que não quis a gente lá dentro em momento nenhum. (Ferreira, 2025)

A partir desta fala do mestre Ananias, repensamos a síntese do processo de Notório Saber, reescrevendo-a para a versão tríade: Reconhecer, Incluir e Remunerar. Reconhecer legalmente, Incluir efetivamente, Remunerar igualitariamente.

> A inclusão epistêmica e o caminho da justiça social e reparação histórica é abrir espaço para que os nossos povos possam existir também no campo do conhecimento. Epistemicamente, revolucionar a forma como entendemos o mundo é romper com a lógica colonial que decide quem pode ensinar e quem deve apenas aprender. É garantir que nossas ancestralidades sejam reconhecidas como futuro. E é neste futuro que eu acredito. Um futuro em que todos os saberes caminham juntos no respeito e no fortalecimento. (Silva, 2025)

Por fim, sem esquecer as necessárias pontuações críticas do mestre Ananias, concluo este texto sob as palavras de mestra Carla Mara, que nos aponta para a crença em um futuro confluente, no qual os caminhos vários, dos distintos saberes, poderão, se cruzando, compartilhar igualitariamente os mesmos espaços, promovendo a justiça epistêmica como garantia de existência dos conhecimentos ancestrais, tradicionais e populares antes negados.

Que o Consórcio do Notório Saber seja um instrumento de ação pública, eficaz e eficiente, nessa transformação. O Consórcio é processo social, o Consórcio somos todos(as) nós!

Partilha de saberes e lutas do Cerrado

Mestra Lucely Pio[13]

Sou Lucely Pio, mulher preta, quilombola, mestra raizeira e herdeira de uma longa história de luta, resistência e celebração da cultura quilombola e dos saberes tradicionais. Venho da Comunidade Quilombola do Cedro, localizada no município de Mineiros, estado de Goiás. Nossa comunidade tem uma trajetória de mais de 160 anos, desde que foi fundada em 1830, com a chegada do meu tataravô, Chico Muleque, e da minha avó, Ana. É com essa ancestralidade no coração que divido minha vivência com vocês.

A história da minha comunidade é de resistência, de muito aprendizado e continuidade. Para se ter ideia, enquanto nossa comunidade quilombola tem 160 anos de existência, a cidade de Mineiros tem apenas 83 anos. Isso reforça a importância de reconhecer que nós, quilombolas, já estávamos nesses territórios muito antes de eles serem organizados pelo colonizador em municípios ou propriedades privadas. A nossa existência ali não é só geográfica, ela está profundamente ligada ao Cerrado.

Na minha comunidade, o trabalho que desenvolvemos está conectado à medicina tradicional. Trata-se do conhecimento ancestral passado de geração em geração, de forma oral. O que faço hoje como raizeira aprendi com a minha avó. Isso significa que, há anos, séculos até, transmitimos não apenas técnicas e receitas, mas modos de ser e fazer. É um ensinamento que carrega respeito, troca e cuidado com a natureza. Esse conhecimento não fica apenas dentro da nossa comunidade. Ele é compartilhado com parceiros, com escolas do município e com universidades. Dessa forma, conseguimos garantir que esses saberes cheguem a mais pessoas, mostrando a importância de cuidar da saúde de maneira sustentável, respeitando a tradição e os recursos naturais. A gente trabalha muito com essa troca dos nossos saberes, para eles não ficarem só com a gente.

No Cerrado, continuamos trabalhando com as mesmas receitas utilizadas por nossos ancestrais, respeitando os princípios de cuidado com as espécies medicinais e com o bioma. Essa medicina é um cuidado com o corpo e uma prática espiritual e cultural, em que a cura vai além do remédio físico e passa a envolver

13 Mestra quilombola e raizeira, tem uma vida dedicada às lutas em defesa dos territórios e dos direitos culturais e ambientais.

a conexão com o território, com os modos de viver e com a identidade do povo quilombola. O Cerrado é nosso parceiro nesse processo. Ele é a fonte do nosso conhecimento e o local para onde nossas práticas reverberam em forma de cuidado e reciprocidade.

Redesenhando caminhos: redes de fortalecimento e saberes compartilhados

Minha atuação vai além da minha comunidade. Estou em duas redes fundamentais no Cerrado: sou sócia-fundadora da Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado e vice-coordenadora da Rede Cerrado.

A Rede Cerrado é composta por mais de 600 grupos e organizações, todos comprometidos com a valorização dos povos e de seus modos de fazer. Ela promove o fortalecimento das comunidades, capacitando, criando oportunidades e articulando recursos para apoiar quem luta pela permanência no território e pela preservação do Cerrado. É a prova de que a união entre os diversos povos tradicionais é estratégica e essencial para que possamos enfrentar os desafios que surgem em nossa luta.

Já a Articulação Pacari é voltada para a proteção e registro dos saberes sobre plantas medicinais do Cerrado. Por meio dela, desenvolvemos instrumentos muito importantes para assegurar que esses conhecimentos não sejam perdidos. Sou autora da Farmacopeia Popular do Cerrado, nossa primeira grande obra de registro, que documenta a história e as práticas dos raizeiros da nossa região. Esse livro está disponível de forma online, em PDF, para que todos possam acessar e conhecer mais sobre essa sabedoria ancestral.

Outro marco importante foi a criação do Protocolo Biocultural dos Raizeiros e Raizeiras do Cerrado. Nesse documento, explicamos o que define uma raizeira, qual o papel que ela desempenha e por que esse trabalho merece atenção e respeito por parte das políticas de conservação e saúde no Brasil.

Há também um terceiro instrumento importante: o dossiê e o filme que registram o ofício das raizeiras e raizeiros como Patrimônio Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional–Iphan. Esse processo vem sendo construído com muita pesquisa e dedicação por parte da Articulação Pacari e de todas as comunidades participantes. Espero que traga força para nossa luta por políticas públicas que reconheçam e protejam a medicina tradicional em nosso país.

Educação e universidade: lugar de resistência e transformação

Desde 2010, sou professora do Encontro de Saberes na Universidade de Brasília (UnB), sob a coordenação do professor José Jorge, além de trabalhar com outras instituições como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Acreditamos que as universidades se tornam mais ricas e completas quando abrem espaço para mestres e mestras dos povos tradicionais. Por meio dessas iniciativas, conseguimos preservar nossas culturas e ensinar aos jovens o valor e o respeito que nosso trabalho demanda.

Levar os mestres e as mestras para dentro das universidades transforma os espaços acadêmicos e as comunidades. Muitos jovens têm seu primeiro contato com práticas tradicionais através dessas iniciativas, o que desperta neles a curiosidade e a vontade de aprender mais. Além disso, é uma forma de garantir que os saberes tradicionais sigam vivos, sejam transmitidos e adaptados às realidades contemporâneas.

As universidades têm cumprido o papel de pontes entre os mundos acadêmico e tradicional, valorizando a medicina natural, os costumes e métodos que utilizamos para viver em comunhão com a terra. É um trabalho gratificante, que reforça que o saber tradicional é uma prática viva e que, ao ser compartilhada, fortalece tanto quem ensina quanto quem aprende.

Um compromisso com o futuro

Minha fala é sobre luta, celebração e continuidade. A luta está em resistir, em proteger nossos territórios, nossas culturas e nossos modos de vida. A celebração está no orgulho de ver nossas práticas sendo registradas, reconhecidas e transmitidas para as próximas gerações. E a continuidade está na certeza de que seguiremos ensinando, cuidando e repassando esse legado. O Cerrado e suas raízes, a medicina tradicional, a oralidade e o conhecimento dos mestres e mestras são ferramentas poderosas de resistência e de justiça climática.

Como raizeira quilombola, sei que nosso futuro está em nossas mãos e em nossa capacidade de compartilhar o que sabemos. Essa é a única forma de garantir que aquilo que nossos ancestrais nos legaram continue vivo e potente. Gratidão por esse espaço de diálogo, que nos permite reafirmar nossa existência e nosso direito de sonhar juntos com um mundo mais justo e sustentável.

O Notório saber para as culturas tradicionais e populares e a ampliação da democracia brasileira

Ricardo Nascimento[14]

Introdução

Nos últimos dez anos, o debate sobre o Notório Saber e a inclusão epistêmica nas instituições públicas de ensino superior ganhou proporções e foi alargado para vários outros setores da sociedade brasileira. Com o advento das cotas e das ações afirmativas nas universidades e institutos federais a entrada de jovens negros, de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e periféricos se tornou uma realidade concreta. Contudo, a inserção destes segmentos da sociedade nos sistemas de ensino superior não se fez com a inclusão dos saberes de suas comunidades que dão suporte às identidades étnicas, raciais e culturais, mas foi mobilizada como enunciado de demandas destes grupos sociais. Portanto, quando falamos de Notório Saber, falamos também de cotas epistêmicas e de ações afirmativas que devem ter em linha de conta a inclusão de saberes que fazem parte do universo social da sociedade brasileira, na sua diversidade (Carvalho, 2022). Trata-se de um avanço nas IPES, quebrando paradigmas da meritocracia e da excelência do saber acadêmico, como saber quase divino e que se constitui como poder sobre o outro subalternizado.

Nas instituições públicas de ensino superior, a materialidade do Notório Saber se dá através de um instrumento técnico e burocrático que são as resoluções de Notório Saber. Suas construções nas IPES são feitas a partir de conjugações especificas de situações que envolvem, por vezes, as demandas de comunidades que já entraram na Universidade através das cotas, a sensibilidade de colegas docentes e da comunidade acadêmica e o interesse político e institucional das gestões em dar respostas a estas demandas sociais. O que sabemos até aqui sobre o número de resoluções já criadas, indica que são ainda muito poucas

14 Mestre de capoeira, pesquisador e brincante da cultura popular, é Professor da Universidade da Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira–Unilab, onde leciona as disciplinas de Estudo das Performances Culturais e Sociologia da Cultura.

nas universidades, e até a data desta escrita apenas uma nos institutos federais, produzida no Instituto Federal do Ceará.

No entanto, as IPES sempre foram espaços de formação das elites e de reprodução das desigualdades sociais. Talvez isso explique, em parte, porque temos ainda tão poucas resoluções. O ensino superior público, convenhamos, está em disputa, em uma sociedade brasileira marcada por desigualdades e clivagens. Deste modo, o debate sobre Notório Saber trata também da qualidade da democracia brasileira e o que pensamos sobre o futuro do ensino superior no Brasil. Promover o Notório Saber é lutar por democracia e por um novo imaginário para a educação no país.

Neste contexto, o Notório Saber também se torna um movimento de caráter social e cultural que, entre outros aspectos, visa a inclusão epistêmica nos sistemas de ensino, mas que mobiliza todas as instâncias da sociedade. Recordamos que a luta pela manutenção da democracia brasileira é uma constante ao longo da história social do país e não está dada na sua completude. A inclusão epistêmica deve ser compreendida como uma demanda social de povos e de comunidades tradicionais e culturas populares na busca pela ampliação dos seus direitos, integração social e combate ao racismo epistêmico. Neste ensaio, discutiremos conceitos básicos do Notório Saber enquanto resolução adotada nas IPES, mas também como enquadramento social de ativismos contemporâneos em defesa da democracia e de sua ampliação.

Notório Saber, a quem se destina?

As instituições públicas de ensino superior dispõem de alguns mecanismos de reconhecimento que podem ser muito diversos e abarcar diferentes camadas da sociedade. É o caso da atribuição do reconhecimento por Doutor Honoris Causa, dado a figuras de relevância social, mas como um reconhecido contributo à sociedade, não se constituindo propriamente como um título acadêmico válido numa área do saber. Outras formas de reconhecimento podem ser ainda postas como o Re-Saber, o Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais que se aplica a reconhecimento de saberes profissionais, atribuído pelos Institutos Federais. Do mesmo modo, outras modalidades de reconhecimento, como o Notório Saber em Artes, estão em debate nas IPES. Nesta modalidade, se torna possível atribuir um título ou certificação a uma/a profissional das artes que ainda não dispõe de reconhecimento acadêmico.

Compreendemos que as formas de reconhecimento descritas acima, são válidas e importantes, mas não se trata do recorte social que aqui indicamos como os mestres e mestras das culturas tradicionais e populares. No âmbito deste segmento específico, reconhecemos uma pertença étnica e racial que dá escopo a um olhar diferenciado sobre o Notório Saber, por se tratar de uma parcela da sociedade objeto de racismo e exclusão. Assim sendo, devemos nos reportar ao Notório Saber para culturas tradicionais e populares como um devir que contém particularidades e urgências, no que tange à adoção de políticas públicas voltadas para a cultura e a educação.

Deste modo, pensar o Notório Saber para povos e comunidades tradicionais e culturas populares, é também combater o racismo nas suas várias formas, em particular no seu viés epistêmico. Ademais, se trata de um meio de promoção da justiça social, um instrumento de reparação histórica e ampliação dos espaços de atuação de intelectuais orgânicos, que já começam a pautar o pensamento social brasileiro.

Reconhecer, incluir e remunerar

Tal como enunciamos acima, as formas de reconhecimento podem ser diversas, sendo o Notório Saber uma delas. No âmbito do binômio reconhecimento e inclusão dos saberes dos povos e comunidades tradicionais e populares, temos também o surgimento das cátedras, como mecanismo de inserção dos mestres/as que não necessariamente pressupõe a atribuição de certificações ou títulos, mas da circulação dos mestres e mestras e seus saberes no ambiente acadêmico. Neste sentido, destacamos a Cátedra de Saberes Tradicionais da UFMG, que dispõe de resolução própria voltada para as culturas tradicionais e populares; a Cátedra Kaapora de conhecimentos tradicionais e não-hegemônicos, institucionalizada pela Unifesp e; a Cátedra Encontro de Saberes da USP, que faz alusão a um importante encontro e articulação de povos e comunidades tradicionais iniciado na UNB. De modo semelhante, encontramos as Licenciaturas Interdisciplinares Indígenas e Quilombolas como forma de inclusão de saberes que passam por residências parciais nos quilombos e aldeias, conjugando saberes e modos de vida, mas cujo corpo docente ainda é composto por professores/as não indígenas e quilombolas, em sua maioria.

Reconhecer nem sempre se efetiva com a inclusão, e as diferentes formas de inclusão dos mestres e mestras e seus saberes muitas vezes não partem do reconhecimento formal. O reconhecimento ocorre, como dissemos, quando a instituição dispõe de uma resolução própria que permite certificar ou titular

o mestre e a mestra, e que indica em seu preâmbulo que estes/as podem ser remunerados/as pelo conhecimento compartilhado, tal como qualquer outro trabalhador/a do saber. Uma amplitude de atividades de inclusão já ocorre nas IPES, tais como rodas de conversa com os mestres/as, aulas de campo, debates temáticos, participação em seminários e eventos, mas que podem, ou não, seguir o rito do reconhecimento formal e da possível remuneração.

Portanto, o que designamos por reconhecimento, passa pela atribuição formal de um título ou certificação de Notório Saber que se dá por procedimento próprio em edital ou fluxo contínuo, onde mestres e mestras podem concorrer apresentando suas trajetórias em forma de dossiê individual. A formalização do reconhecimento é a garantia de que o estado atesta e autoriza a circulação de pessoas e saberes nos sistemas de ensino, ainda que não garanta a inclusão formal por meio de remuneração por contratação ou concurso.

Neste Seminário Internacional, Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática que estamos realizando, ouvimos reiteradas vezes dos/as participantes que não basta reconhecer, não basta incluir de qualquer forma, é preciso remunerar. A remuneração surge como demanda objetiva, questionando os mecanismos ainda contidos e pouco incisivos de reconhecimento e inclusão. A ser justa e válida, a remuneração deve seguir parâmetros de equiparação a bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado indicadas por agências de fomento, se não mesmo a categorias de pagamento dadas a docentes em sua escala de progressão.

Certificar e titular

A certificação e a titulação são dois parâmetros importantes para compreendermos o funcionamento das resoluções de Notório Saber no Brasil (Nascimento, Martins 2024). Grosso modo, as certificações são atribuídas pelas Pró-reitorias de Extensão que atestam a validade de um saber, sem gerar equivalência a uma área do conhecimento nas graduações e pós-graduações existentes nas instituições. Regra geral, estes procedimentos são os mais comuns nas resoluções existentes, e na sua maioria dão suporte às leis estaduais e municipais de patrimônio e tesouro vivo nos estados, caso da Universidade Estadual do Ceará, uma das primeiras resoluções do país a proceder a atribuição de certificações no âmbito das políticas de patrimônio. Do mesmo modo, universidades como a UNILAB, a UFC, UPE, UFSB certificam, na sua maioria, enquanto poucas titulam.

A titulação surge como uma reflexão premente sobre o sentido do reconhecimento que se dá de forma superficial na certificação. Enquanto a certificação equipara saberes, a titulação faz equivalências. Normalmente, é competência das Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação a atribuição de títulos que podem ser de graduados/as, mestres/as ou doutores, a depender da existência e disponibilidade de programas. A vantagem da titulação se dá pelo fato do candidato/a puder aceder a um título acadêmico que possui validade legal no território, podendo candidatar-se a concursos, certames e outros editais sem problemas de ordem legal. Embora as certificações sejam uma forma de reconhecimento recorrente e fácil, na ausência de uma legislação ou normativa adequada, elas escondem uma realidade precária no que tange o uso do reconhecimento institucional. A título de exemplo, utilizamos a resolução do Notório Saber do Instituto Federal do Ceará, por agora a única do país nos IFs, que dispõem de atribuições de títulos e inserção dos mestres/as no sistema, garantindo a efetiva contratação. Após a sua aprovação, a resolução do IFCE passou a constar em leis municipais, caso do Município de Cascavel, no Ceará, onde o IFCE abrirá um dos seus campis.

Modos de inclusão

Considerando que o mestre e mestra poderá a vir a ser reconhecido/a, incluído/a e remunerado/a, devemos pensar de que forma estes sujeitos sociais serão de fato incluídos no sistema. Recordamos que os mestres/as são portadores de saberes que cruzam campos disciplinares e não se encaixam precisamente em lugares acadêmicos preestabelecidos. Seus saberes envolvem cantos, ritos, batuques, movimentos corporais, ervas e manipulação de diferentes materiais. Enquanto saber orgânico, é um conhecimento a ser compartilhado na comunidade e que se origina dela, sendo indissociável do seu lugar de origem e resolutividade. Também não é um saber cuja aprendizagem se dá pelo modo avaliativo das universidades, onde o conhecimento é medido com a atribuição de uma nota. Por tudo isso, a entrada dos mestres e mestras nas IPES deve ser pensada de forma a adaptar-se causando impacto sobre o sistema, sua forma de pensar o conhecimento, a difusão do saber e os processos de avaliação. Algumas universidades têm sido exitosas na forma como construíram seus modos de inclusão, caso da UFMG que dispõe do Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais, criado em 2015.

Por modos de inclusão entendemos os modelos de inclusão adoptados pelas IPES, a partir de características organizacionais e políticas próprias. Os modos

de inclusão podem ser variados, a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, incluindo a cultura que aos poucos se institucionaliza. Gira de Saberes, Encontro de Saberes, Saberes transversais, Ciclos de Saberes, cátedras, encontros anuais, pesquisas compartilhadas formam um leque vasto de possibilidades que respeitam a autonomia das intuições de ensino superior.

Temos a convicção de que nos próximos anos, o número de resoluções deve crescer nas universidades e institutos federais, assim como uma maior mobilização do campo, consolidando o Notório Saber como movimento social para a inclusão epistêmica. O impacto destas políticas sobre os sistemas de ensino certamente levará a uma remodelação das IPES e da forma como hoje concebemos o saber acadêmico, popular e tradicional. Utopia ou não, o debate sobre inclusão é uma realidade consolidada e que fará seu caminho ampliando os sentidos da democracia.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Jorge. Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: base para uma antropologia antirracista e descolonizadora. MANA 28(3): 1-36 2022.

NASCIMENTO, Ricardo César Carvalho, Martins, Raimundo Aterlane Pereira. Notório saber: a emergência epistêmica popular e a inclusão de saberes tradicionais nas instituições públicas de ensino superior. Revista Sul-sul. v. 5 n. 1, 2024.

Um futuro em que todos os saberes caminham juntos

Mestra Carla Mara[15]

Trago aqui a força do povo do Ceará a partir da capoeira, que é o lugar que eu ocupo. A gente está aqui numa mesa muito importante e que fala da inclusão epistêmica, que significa reconhecer que não existe uma única forma de produzir e transmitir o conhecimento. Significa afirmar que os saberes dos povos tradicionais, dos terreiros, das comunidades, dos mestres, das massas populares têm uma legitimidade e têm a mesma legitimidade que os saberes acadêmicos. Não se trata apenas de escutar. Trata-se de considerar esses saberes como centrais, como necessários para construir a solução social, cultural e política. Quando falo da inclusão epistêmica, eu falo a partir do meu corpo e da minha trajetória na capoeira, na roda, no jongo, no samba de roda, no coco, no maculelê. Aprendi que cada gesto é conhecimento.

Na umbanda e nos terreiros onde eu faço parte também, aprendemos filosofias de vida, pedagogias do cuidado, formas de resistência que atravessam séculos. São saberes que não cabem em manuais, mas que educam, transformam e sustentam comunidades. A exclusão epistêmica é também uma forma de racismo e de desigualdade. Quando o saber de uma mestra de capoeira, de um mestre, de um pai de santo, de uma mãe de santo, de uma quebradeira de coco ou de uma parteira não é reconhecido como válido, a sociedade perde.

A inclusão epistêmica e o caminho da justiça social e reparação histórica é abrir espaço para que os nossos povos possam existir também no campo do conhecimento. Epistemologicamente, revolucionar a forma como entendemos o mundo é romper com a lógica colonial que decide quem pode ensinar e quem deve apenas aprender. É garantir que nossas ancestralidades sejam reconhecidas como futuro. E é neste futuro que eu acredito. Um futuro em que todos os saberes caminham juntos no respeito e no fortalecimento.

Na Associação Zumbi Capoeira Centro Cultural Mestre Lula, que é um Ponto de Cultura em Fortaleza, a gente desenvolve atividades de capoeira, desenvolve atividades culturais, faz várias relações com outros mestres e outras mestras, tanto da cidade como de outros estados do Brasil, e a gente acredita que a

15 Mestra da Cultura do Estado do Ceará, foi iniciada na Capoeira em 1984, em Fortaleza. Atual presidenta da Associação Zumbi Capoeira - AZC, integra o Fórum da Capoeira do Ceará.

transmissão do saber e essa roda que gira é muito importante, principalmente para os nossos jovens que estão na comunidade periférica.

Nosso trabalho é 100% em periferia, em Fortaleza e na região metropolitana. Lá a gente tem algumas ações que, para a gente, são muito caras e importantes, que é o coletivo de mulheres, onde a gente trata das nossas questões e discute as nossas relações e avança nesse campo. Eu venho do lugar da capoeira e é um lugar ainda com muitos homens presentes, as mulheres estão chegando e estão ocupando também ao lado desses homens, para que a gente possa continuar com esse legado.

E nós temos um coletivo da diversidade, um coletivo LGBT, onde a gente acha também muito importante esse diálogo para que esse lugar seja para além de seguro, seja uma transformação social para nós que estamos lá e para o nosso povo que passa por lá. Temos uma cozinha solidária, que é um projeto político do estado do Ceará, que é uma cozinha social. Há dois anos, essa cozinha distribui, diariamente, de segunda a sexta-feira, cem quentinhas por dia, feitas por duas mães alunas da casa, que também cozinham para essas pessoas que são cadastradas a partir dessa necessidade. Esse projeto para a gente também é muito valoroso e a gente tem muito orgulho de ser um braço para que isso aconteça.

Dentro desse lugar em que a gente faz algumas coisas, tenho certeza de que eu estou repetindo muito do que vocês também fazem nos espaços culturais e nos espaços em que vocês promovem a cultura de cada um. É só um fortalecimento para a gente dizer tanto para o poder público, para os gestores, para os professores, o quanto é importante e valoroso esse lugar nosso, essa transmissão.

A capoeira é um saber. Um saber do corpo, que existe porque o corpo fala, tem conhecimento, tem movimento, tem ciência. A ciência acadêmica despreza o corpo e os conhecimentos que dele possam vir. Nós não. Nela, na capoeira, temos a roda. A roda é uma tecnologia ancestral. Uma tecnologia em que todos os saberes giram. Lá aprendemos sobre diversidade, sociabilidade, interação e envolvimento com o outro e com a outra. A roda é uma metáfora do mundo, da vida, tem saber mais abrangente do que a roda? Precisamos ampliar o entendimento sobre o que é o saber. Mestre Pastinha afirmava que a capoeira é tudo que a boca come. Se é tudo isso, ela também é uma ciência. A quem serve manter a distinção entre saberes? Serve ao poder. Num país desigual como o nosso, lutar pelo reconhecimento dos nossos saberes é uma forma de reduzir a desigualdade.

O Notório Saber é, para nós, neste momento, uma das reivindicações mais importantes das nossas pautas. Veja que nós somos mestres porque nossas comunidades assim afirmam, não é o Estado nem as universidades que devem atestar isso. No entanto, nós precisamos dessa validação e desse reconhecimento das universidades, como um direito histórico. Nós já temos as cotas para entrada do nosso povo, mas isso não significa dizer que os nossos saberes chegam lá com facilidade. Precisamos de cotas para os nossos saberes. Quem dera não precisássemos de cotas, mas são necessárias e estamos aqui para reivindicá-las.

Por fim, digo que o Notório Saber é uma revolução e uma mudança enorme na sociedade brasileira. Não é um fim em si. Na verdade, é o começo de uma luta.

Muito obrigada!



O notório saber e as universidades públicas brasileiras

Guilherme Bertissolo[16]

1. Contexto: o Notório Saber nas universidades brasileiras

As universidades públicas brasileiras são instituições culturais (RUBIM, 2019). Ao tempo em que produzem conhecimento, atuam como agentes de transformação social, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX, 2012; MEC, 2014; MEC/CNE/CES, 2018). O objetivo deste artigo é discutir o Notório Saber nas universidades brasileiras, considerando-as como instituições culturais, apresentando algumas iniciativas no país e ações da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

No contexto das instituições públicas de ensino superior brasileiras (IPES), a extensão universitária tem contribuído para a transformação social, mas também para a atuação nos campos da cultura, das artes e do patrimônio, em articulação com outros setores da sociedade, bem como comunidades e territórios. Para além do lugar comum do discurso de indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, a extensão contribui decisivamente para a redução das desigualdades e para o enfrentamento a todas as formas de preconceito (Bertissolo; Rosa, 2024). Aqui, cabe uma especial ênfase na formulação “outros setores da sociedade”, uma vez que a universidade não pode ser considerada à parte da sociedade, como se estivesse alheia às contradições, às desigualdades e às formas de preconceito que precisamos enfrentar na busca pela sociedade.

A imbricação entre universidade e demais setores da sociedade se potencializa mais a cada dia, uma vez que as nossas instituições são atravessadas por uma pluralidade de corpos, experiências, saberes, articulados com diversas comunidades e territórios, representando uma capilaridade na extensão universitária como espaço de diálogo e transformação social. As universidades, sobretudo a partir da política de cotas - que, em algumas instituições, como a UFBA, ocorre

16 Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal da Bahia–UFBA. É Professor Associado de Composição e Teoria Musical na Escola de Música da UFBA. Atual Vice-Presidente da Associação Brasileira de Cognição e Artes Musicais.

há mais de 20 anos, com diversas modalidades de ingresso - têm possibilitado, cada vez mais, uma pluralidade e uma diversidade que precisam ser aprofundadas e defendidas. A permanência simbólica desses discentes depende, necessariamente, de uma abertura epistemológica que permita uma maior diversidade no corpo docente das IPES.

É preciso reconhecer, porquanto, as diferentes visões de mundo e concepções envolvidas na produção de conhecimento - considerando a visão positiva da imbricação entre universidade e outros setores da sociedade. As universidades, enquanto instituições democráticas, públicas, gratuitas, inclusivas e de qualidade, devem criar mecanismos concretos para garantir a pluralidade de pensamento, o respeito à diversidade e a redução das desigualdades em articulação com os territórios. A extensão, como lócus de uma relação dialógica transformadora com comunidades, é um espaço privilegiado para o cumprimento desta árdua tarefa. Nesse sentido, a articulação com os territórios deve fomentar e valorizar as ações com mestres/as dos Saberes Tradicionais e das Culturas Populares, das Artes e dos Ofícios e lideranças comunitárias, contribuindo para a transformação social, a redução das desigualdades e a educação de qualidade.

Neste sentido, o protagonismo de mestres/as dos Saberes Tradicionais, de Artes e Ofícios, da Cultura Popular, bem como lideranças comunitárias, deve cada vez mais incidir sobre a produção de conhecimento, articulada com o ensino e a extensão, permitindo o aprofundamento da democracia e da pluralidade epistemológica nas instituições públicas de ensino superior (IPES).

Alguns dos projetos recentes que têm possibilitado que as universidades brasileiras cumpram seu papel como vetores da transformação social por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com protagonismo de mestres(as) dos Saberes Tradicionais e das Culturas Populares são: o *Encontro de Saberes* (iniciativa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior/UnB), o *Programa Saberes Tradicionais* (UFMG), *Tesouros Vivos do Ceará* e o Notório Saber em Cultura Popular (UECE); o *Notório Saber em Cultura Popular* (UPE).

Sob o ponto de vista metodológico, é preciso esclarecer, a qual concepção de Notório Saber nos referimos. Infelizmente, alguns destes programas, embora promovam a inclusão de mestres/as, ainda não estabelecem o reconhecimento formal com a respectiva titulação, com a devida contratação para o magistério superior. O mecanismo que tem sido eficaz e proporcionado uma mudança epistemológica no ensino superior no país é previsto no parágrafo

único do Art. 66 da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996):

> Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.
>
> Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

É preciso esclarecer que o dispositivo do Notório Saber nas universidades, no que concerne à carreira docente no Magistério Superior, difere da concepção dada pela Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017), voltada para o ensino técnico na educação escolar básica, cuja aplicação causou polêmica com a publicação da Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016 (BRASIL, 2016), que estabeleceu o novo ensino médio no país (MACIEL & SIQUEIRA, 2023; MACHADO, 2021; FERRETI, 2018)[17]. Esta concepção foi referendada na Lei nº 14.945, que estabeleceu o Novo Ensino Médio (BRASIL, 2024).

Portanto, a concepção aqui defendida é aquela que valoriza os/as mestres/as dos saberes tradicionais e das culturas populares, sobretudo pela articulação com comunidades e territórios, possibilitando a pluralidade epistemológica, a diversidade cultural e de racionalidades, ao tempo em que contribui para formação dos profissionais que atuarão na educação básica. Nos últimos anos, essa estratégia tem representado uma mudança de paradigma em diversas instituições, uma "revolução no mundo acadêmico", como propôs o pesquisador e professor da Universidade de Brasília (UnB), José Jorge de Carvalho (2021).

2. Desafios contemporâneos

O desafio de aprofundar a democracia cultural, valorizando a pluralidade de opiniões e a diversidade cultural e epistemológica nas IPES brasileiras, depende da criação de mecanismos concretos de reconhecimento - mas, sobretudo, da contratação de mestres(as), com dignidade, paridade salarial e bolsas equivalentes."

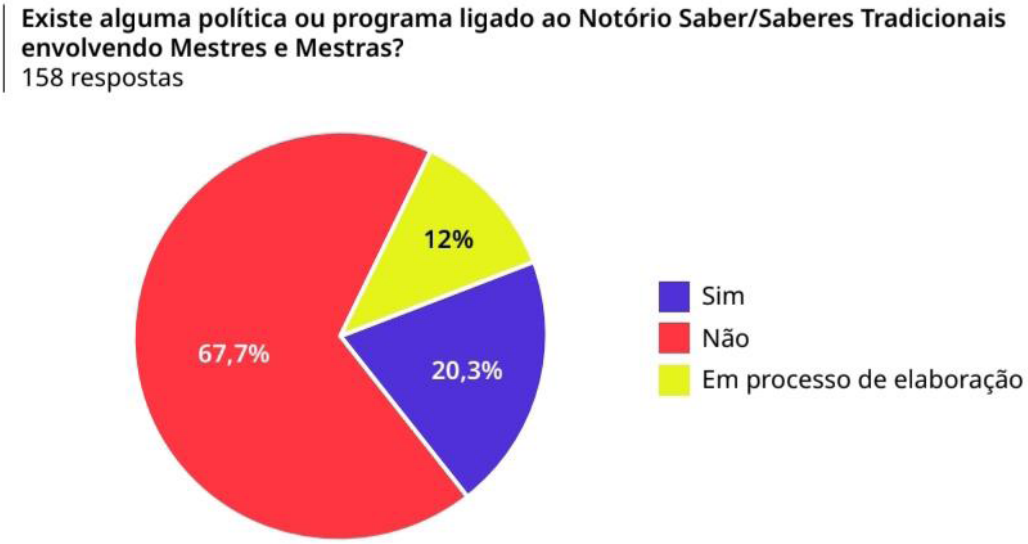
Quando docentes e mestres(as) compartilham os mesmos espaços, mas sem a mesma remuneração ou valor de bolsa, há uma assimetria sendo praticada. É preciso, nesse sentido, que as instituições estabeleçam Políticas e Planos

17 Para se ter uma ideia da controvérsia, há uma cobertura consistente da imprensa sobre o assunto: **https://educador.brasilescola.uol.com.br/noticias/mec-esclarece-polemica-sobre-fim-obrigatoriedade-licenciatura/33135.html, https://www.cartacapital.com.br/educacao/professor-por-notorio-saber-nao-tornara-o-ensino-medio-mais-atraente/, https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/10/24/apos-criticas-e-consulta--publica-sobre-reforma-mec-apresenta-proposta-para-novo-ensino-medio.ghtml, https://www.ubes.org.br/2016/o-notorio-saber-colabora-gravemente-com-a-desvalorizacao-dos-professores-afirma-daniel-cara/,**

de Cultura, Arte e Patrimônio, que permitam a criação de diretrizes, ações e metas estratégicas para o desenvolvimento do campo cultural que potencializem essa imbricação e sejam capazes de estabelecer mecanismos concretos de contratação.

Diversas instituições brasileiras, desde a segunda metade dos anos 1990, têm estabelecido resoluções internas para o reconhecimento do Notório Saber, embora o número de instituições com políticas específicas seja ainda minoritário (FALCÃO, BERTISSOLO & MENCARELLI, 2025). Na figura 1, apresento uma parte do levantamento realizado por mim, em colaboração com a colega Andrea Falcão, em um esforço conjunto entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex) e o Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (Forcult).

FIGURA 1 - POLÍTICAS E PROGRAMAS NAS IPES BRASILEIRAS ENVOLVENDO MESTRES E MESTRAS



Como retorno a esta pergunta obtivemos um total de: 32 respostas afirmativas (20,3%), 107 respostas negativas (67,7%) e 19 respostas em que os respondentes indicaram estarem em processo de elaboração de instrumentos para esta finalidade (12%).

Questão 19. No caso de resposta afirmativa na pergunta anterior, qual é a política ou o programa ligado ao Notório Saber/Saberes Tradicionais envolvendo Mestres e Mestras?
Nesta questão pedimos para os respondentes indicarem escrevendo por extenso o nome ou documento que cria a política e/ou o Programa.

Nesse sentido, há um longo caminho a percorrer no âmbito das IPES Brasileiras. Os desafios repousam em cinco principais questões: a) a necessária discussão sobre o marco legal, que prevê que apenas universidades possam reconhecer o Notório Saber, não considerando os institutos; b) a necessidade de ações de mapeamento e identificação das referências culturais e os(as) mestres(as) dos Saberes Tradicionais e das Culturas Populares que representam comunidades e territórios; c) o estabelecimento de dispositivos de reconhecimento formal da titulação de Notório Saber por meio da publicação de resoluções nas IPES, prevendo a equivalência a títulos de doutorado e que possibilite o ingresso na carreira do magistério superior; d) o estabelecimento de dispositivos adequados de contratação, que não sejam relacionados a atividades pontuais, envolvendo soluções como o ingresso na carreira do magistério superior, a contratação como docente visitante, a concessão de bolsas de pesquisa e extensão etc.; e) a difusão do conhecimento produzido, resultando em produtos adequados, tais como livros, catálogos, vídeos, documentários, material fonográfico, etc.

3. Algumas possíveis soluções e as propostas no contexto da UFBA

Na UFBA, o reconhecimento do Notório Saber foi instituído pela Resolução Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) nº 03, de 2001. Atualmente, o instrumento que regulamenta a concessão é a Resolução Consepe nº 02, de 2015.

FIGURA 2: UMA DAS CERIMÔNIAS DE ENTREGA DOS TÍTULOS DE RECONHECIMENTO DE NOTÓRIO SABER, NA UFBA, EM 2025



Mas os principais resultados neste campo ocorreram a partir de 2023, por meio do *Programa de Saberes Tradicionais e Culturas Populares* da Proext, que estabeleceu uma Política de Contratação de Professoras(es) Visitantes por Notório Saber com paridade salarial. Essa política resultou, em apenas dois anos, na contratação de 20 mestres(as) (tabela 1) e no reconhecimento de 16 títulos de Notório Saber (tabela 2).

TABELA 1: CONTRATAÇÕES NO EDITAL DE PROFESSORAS/ES VISITANTES POR NOTÓRIO SABER UFBA

CONTRATAÇÕES NO EDITAL DE PROFESSORAS/ES VISITANTES POR NOTÓRIO SABER UFBA	
2023	Antônia Braz Santana–Mestra Japira (Notório Saber UFMG)
	Ítala Nandi (Notório Saber UNIRIO)
	Joelson Ferreira de Oliveira (Notório Saber UFMG)
	Maria José Muniz de Andrade Ribeiro–Mestra Mayá (Notório Saber UFMG)
	Norival Moreira de Oliveira–Mestre Nô (Notório Saber UFBA)
	Ricardo José Aleixo de Brito (Notório Saber UFMG)
2024	Aguinaldo Roberto da Silva–Mestre Aguinaldo (Notório Saber UFBA)
	Ananias Nery Viana–Mestre Ananias (Notório Saber UFBA)
	Charles Trocate (Notório Saber UFBA)
	Geronilde Otavia Barbosa Alves–Dona Gegé (Notório Saber UFBA)
	Verônica Tamaoki (Notório Saber UFBA)
	Washington Tenório Silva–Pajé Jaguriçá (Notório Saber UFBA)
2025	Berenice Borges dos Santos–Mãe Biu (Notório Saber UFBA)
	Diana de Souza–Mãe Diana de Oxum (Notório Saber UFBA)
	Edson da Conceição Falcão (Notório Saber UFBA)
	Iaut Arara (Notório Saber UFBA)
	Manoel Nascimento Machado–Mestre Nenel (Notório Saber UFBA)
	Nailton Pataxó (Notório Saber UFMG)
	Pedrina de Lourdes Santos (Notório Saber UFMG)
	Wakay Cícero Pontes da Cruz (Notório Saber UFBA)

TABELA 2: RECONHECIMENTOS DE NOTÓRIO SABER UFBA EM 2025

RECONHECIMENTOS DE NOTÓRIO SABER UFBA EM 2025	
NOME	**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/ÁREA**
Aguinaldo Roberto da Silva–Mestre Aguinaldo	Artes Cênicas
Ananias Nery Viana–Mestre Ananias	Difusão do Conhecimento
Bárbara Santos	Artes Cênicas
Berenice Borges dos Santos - Mãe Biu	Educação
Charles Trocate	Geografia
Diana de Souza–Mãe Diana de Oxum	Arquitetura e Urbanismo
Edson da Conceição Falcão	Educação
Geronilde Otavia Barbosa Alves–Dona Gegé	Educação
Gersonice Azevedo Brandão–Ekedy Sinha	Artes Cênicas
Iaut Arara	Cultura e Sociedade
Manoel Nascimento Machado–Mestre Nenel	Educação
Megaron Txucarramãe	Cultura e Sociedade
Mestre Dionísio	Artes Cênicas
Verônica Tamaoki	Artes Cênicas
Wakay Cícero Pontes da Cruz	Artes Cênicas
Washington Tenório Silva–Pajé Jaguriçá	Cultura e Sociedade

Um outro instrumento que tem permitido a atuação de mestres(as) na UFBA é o Edital *Residências em Arte, Cultura e Extensão*, criado em 2024, que visa o fortalecimento dos campos das artes, cultura e extensão, da inserção das atividades de extensão nos currículos dos seus cursos de graduação, bem como o aprimoramento da articulação entre a UFBA, as comunidades, territórios e demais setores da sociedade. O edital prevê a realização de residências na UFBA por artistas, mestres(as) da Cultura Popular, de Ofícios e Saberes Tradicionais, lideranças comunitárias e de movimentos sociais, pelo período de 2 a 6 meses. Cada residência prevê a concessão de uma bolsa, com valores praticados para pós-doutorado por agências de fomento, além de uma ajuda de custeio para viabilização das atividades da residência. Esse modelo de concessão de bolsas, envolvendo fundações de apoio a pesquisa e extensão tem sido o mais recorrente entre as instituições que costumam financiar o protagonismo de mestres(as).

As ações do Notório Saber na UFBA integram o conjunto de compromissos institucionais expressos no seu *Plano de Cultura, Artes e Patrimônio*, documento construído de forma amplamente participativa (BERTISSOLO;

AQUINO; ROCHA, 2025). Acreditamos que o debate contemporâneo no campo do Notório Saber tem ganhado cada vez mais repercussão no país, envolvendo universidades, institutos, governos e organizações da sociedade civil.

Entretanto, é preciso que se estabeleçam mecanismos concretos de implementação de políticas intersetoriais, tanto no nível acadêmico - que envolve o reconhecimento –, quanto no nível de viabilidade de financiamento e contratação. O reconhecimento em si não basta. A verdadeira transformação poderá ocorrer por dentro das instituições, pela presença dos mestres(as) na sua atuação nos campos de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando o aprofundamento da democracia cultural e da pluralidade de saberes. Esperamos que, cada vez mais, as universidades brasileiras cumpram o seu papel constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a transformação social e a produção de conhecimento socialmente referenciado.

Referências Bibliográficas

BERTISSOLO, Guilherme; ROSA, Katemari (org.). *Ressonâncias: experiências extensionistas*. Série Nexos, vol. 1. Salvador: EDUFBA, 2024.

BERTISSOLO, Guilherme; AQUINO, Rita F.; ROCHA, Renata. O lugar da cultura na universidade e o lugar da universidade no campo cultural: considerações sobre o plano de cultura, artes e patrimônio da Universidade Federal da Bahia (UFBA). In: RIBEIRO, Mônica M; MENCARELLI (org.). *Cultura, democracia e cidadania na América Latina*. 1. ed. Belo Horizonte: Literíssima, 2025.

BRASIL. *Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. *Lei N° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as diretrizes e bases da educação nacional e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. *Medida Provisória (MP) n° 746, de 22 de setembro de 2016*. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2022.

BRASIL. *Lei n° 14.945, de 31 de julho de 2024*. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio. Brasília: Diário Oficial da União, 2024.

CARVALHO, José Jorge. Notório Saber para os Mestres e Mestras dos Povos e Comunidades Tradicionais: Uma Revolução no Mundo Acadêmico Brasileiro. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 54–77, 2021.

FALCÃO, Andrea; BERTISSOLO, Guilherme; MENCARELLI, Fernando. *A Cultura nas IPES Brasileiras*. Belo Horizonte: UFMG, 2025.

FERRETI, Celso J. Open-access A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Ensino de Humanidades*, v. 32, n. 93, 2018.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. FORPROEX, 2012.

MACHADO, Lucília. R. S. Políticas de formação de professores: notório saber e possibilidades emancipatórias. *Retratos da Escola*, v. 15, n. 31, p. 95–109, 2021. DOI: 10.22420/rde.v15i31.1262. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1262. Acesso em: 31 out. 2025.

MACIEL, Carina E.; SIQUEIRA, Romilson Martins. Reforma do ensino médio e o notório saber - qualificação precária para baixa remuneração. *Seminários Regionais da ANPAE*. Goiás/GO: ANPAE, 2023.

MEC (2014). *Plano Nacional de Educação (2014-2024)*. Brasília, 2014.

MEC/CNE/CES. *Resolução MEC/CNE/CES n° 7/2018*. Brasília, 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Universidade e planos de cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). *Planos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2019.

Mestras e Mestres em sala de aula - as ações da Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura para impulsionar o Notório Saber

Mariangela Andrade[18]

Este texto é uma revisão da fala realizada no Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática: Diálogo Globais, Conhecimentos Locais, durante o Painel 1 - Caminhos do Conhecimento: Trilhando a Epistemologia do Notório Saber. Peço a Licença dos meus mais velhos e dos meus mais novos. Licença, mestres.

Na Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura do Ministério da Cultura (Sefli/MinC), temos duas ações que se somam aos assuntos do nosso encontro de hoje. A primeira é a Rede de Escolas Livres que amplia para todo o território nacional a necessidade de incentivar que os mestres tenham recursos para realizar ações de formação nos seus lugares de trabalho. Hoje, a Rede tem sessenta e oito escolas em todo o território nacional. As escolas atuam em diversas linguagens das artes e campos da cultura, desde a gastronomia aos raizeiros, à capoeira, à dança, ao circo, incluindo até a formação de gestores. Muitas dessas escolas são compostas por mestras e mestres.

A segunda ação envolve a articulação com o Ministério da Educação e a Educação Integral nas Escolas de Tempo Integral. Desde 2023, iniciamos os diálogos com o Ministério da Educação (MEC) para articular que fosse possível implementar ações que estimulassem a presença das mestras e mestres dentro das Escolas, mas que os educandos também pudessem frequentar os espaços dos mestres, com atividades integradas ao currículo escolar. A ação que lançamos no dia 17 de setembro de 2025 tem a colaboração de todo o Sistema MinC, mas especialmente da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, com a pauta dos mestres, por meio da atuação de Tião Soares, diretor de promoção de Culturas Tradicionais e Populares.

18 Pesquisadora, tradutora, artista da dança e angoleira, é doutora em Teoria da Literatura, integra o grupo de pesquisa “Escritura, linguagem e pensamento” da Universidade de Brasília–UnB. É servidora do Ministério da Cultura, ocupando o cargo de Diretora de Educação e Formação Artística.

A ação Arte e Cultura nas Escolas de Tempo Integral é uma estratégia para o desenvolvimento dos estudantes, garantindo a circulação, a produção e a difusão da diversidade artística e cultural. Ela faz parte do programa Escola em Tempo integral e prioriza escolas em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica e cultural. Além disso, prioriza iniciativas que visam implementar as Leis nº 10639/2003 e nº 11645/2008, com o ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas.

A pactuação envolve uma sinergia entre os entes federativos que deverão propor, juntos, um plano de ação. A proposta é pactuar com a Secretaria de Estado de Cultura um plano que indique as escolas que irão desenvolver as ações. Essa indicação deve partir da Secretaria de Educação, que pode também indicar os municípios que poderão se envolver na implementação de mais ações de arte e cultura nas escolas.

É importante dizer que o recurso que será destinado aos estados visa ampliar as ações estabelecidas nos currículos e não devem, de modo algum, substituir as atividades que já estão previstas. Isso significa que os estados podem aplicar o recurso na ampliação de ações já implementadas e bem avaliadas. Dentro das linhas de atuação que estão pensadas nesta ação, estão o ensino da História e Cultura Afro-Brasileiras e Indígenas, a residência de artistas nas escolas, o aprendizado com os metres e mestras das culturas populares e tradicionais, a promoção da leitura e da escrita criativa, as atividades em espaços culturais fora da escola, como bibliotecas, museus, teatros, terreiros de mestres ou outros espaços e equipamentos culturais, a produção audiovisual e os cineclubes e, as ações voltadas para a acessibilidade.

O que fundamenta a proposição de ter mestras e mestres em sala de aula, mas também de ter os estudantes frequentando espaços culturais, é a importância da convivência para o processo de aprendizagem. Conviver com mestras e mestres amplia o repertório cultural e, portanto, a leitura de mundo que esses jovens podem ter. Já para os mestres e mestras, conviver com os jovens também é fundamental. Na dinâmica mesmo de como se dá o processo de transmissão de saber, do fundamento do que é ser mestra e mestre, é necessário estar em constante fluxo de ensino e aprendizado. Por fim, esse processo de aprender e ensinar garante que os saberes e conhecimentos sejam transmitidos e mantidos vivos na cultura de um povo.

De todos os objetivos que circundam essas ações de desenvolvimento integral dos educandos, talvez a mais potente delas seja a atuação conjunta com os mestres e mestras da Cultura e das Artes. Garantindo que jovens e crianças

estejam aprendendo com uma diversidade de atores e de modos de transmissão de saberes.

É muito importante ressaltar que essa ação prioriza ou torna obrigatória a inserção das ações que visam ao ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas. Isso significa dizer que, de todas as ações que o Estado pode propor no seu plano de ação, é fundamental que tenha o ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas. No entanto, entendo que a prioridade é a implementação das duas leis já publicadas. Mas, considerando a diversidade do território, o Estado tem a prerrogativa de entender qual o território que precisa ser contemplado com a ação neste momento, sem uma linha diretriz que seja única e fechada, mas ampla o suficiente para contemplar as características e necessidades de cada estado.

Além dessa ação, é importante ressaltar que os planos de ação precisam tratar com prioridade de acesso e de acessibilidade, garantindo que as ações contemplem as pessoas com deficiência, assegurando a fruição, a formação e o aprendizado para essas pessoas. Para além apenas das barreiras físicas do acesso, a acessibilidade é pensada também nos níveis atitudinal, comunicacional, instrumental e metodológico. Garantindo, minimamente, a diminuição das barreiras existentes.

Outro aspecto importante são as ações de difusão do audiovisual brasileiro nas escolas, alinhadas a processos pedagógicos de ensino de outras linguagens e, inclusive, às linhas condutoras do processo. Para isso, contamos com a ação da Secretaria de Audiovisual do MinC que está desenvolvendo uma plataforma para divulgação de conteúdo audiovisual brasileiro, que também tem uma articulação de conteúdo pedagógico para ser usado em sala de aula.

Além dessas duas grandes ações que contemplam todo o território nacional, no último ano implementamos um projeto para atuação dos mestres e mestras da Cultura com a Universidade do Cariri, no Ceará, em que foram selecionados quarenta mestres e mestras que estiveram e, ainda estão, durante todo o ano de 2025, desenvolvendo aulas-espetáculos nos territórios. O Ciclo de Saberes é o nosso projeto embrião para fomentar a atuação dos mestres e mestras. Esse teste bem-sucedido balizará nossos próximos projetos de fomento, e a atuação dos mestres. Para isso, temos feito uma grande articulação com o MEC, em busca de mais recursos.

Cabe dizer ainda que estamos em um diálogo constante para realizar no próximo Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras–Forcult Nacional, uma mesa de debates sobre o Notório Saber e um laboratório com as instituições presentes no intuito de conversar sobre as

Resoluções de Notório Saber e como podemos estimular as universidades a elaborarem suas resoluções e implementarem ações para concessão de Notório Saber e para a promoção de concursos que contratem também esses mestres e essas mestras para o quadro de docentes.

Sabemos que não só o mestre ensina. Ele também aprende constantemente no processo de aprendizagem porque o conhecimento se renova o tempo todo, a partir da relação que se estabelece em torno dele. Assim, esperamos que essas ações, desenvolvidas e implementadas pelos ministérios, em consonância com as universidades e com a educação básica, possam ser continuamente aprimoradas para refletir, cada vez mais, a diversidade e a riqueza cultural do país.



FOTO: MICHELLY MATOS/ MINC

Painel 2

PATRIMÔNIO CULTURAL E SALVAGUARDAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS EFETIVAS

Pontos de Memória e Patrimônio Cultural: Salvaguardas Comunitárias em tempos de Crise

Leila Regina da Silva[19]

Introdução: Licença para lembrar

“Peço licença aos mais velhos. Saúdo os mestres e mestras.” Assim começa uma fala que ecoa o gesto ancestral de quem sabe que a palavra é também território. A memória, nesse sentido, não é apenas tema de estudo - é gesto, corpo, ritual de escuta e reexistência.

Este artigo nasce desse lugar: o da fala que brota dos territórios, do chão das comunidades e da experiência de quem constrói, cotidianamente, uma política da memória viva. No Brasil, essa prática tem nome e rede: os Pontos de Memória - experiências comunitárias que transformam a preservação cultural em ato político, educativo e ecológico.

A memória como ecologia do Cuidado

Reivindicar a memória como direito é, antes de tudo, reivindicar o direito de narrar a própria história. Historicamente, nossa história foi contada por outros, nossa fé foi interpretada por outros, e nossos corpos foram nomeados por outros - atos que revelam o caráter profundamente político da memória, pois toda narrativa é, em essência, uma disputa de poder.

19 Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, é Cientista Social, com trajetória em Antropologia e Sociologia. Gestora e Mobilizadora Social, integra o Conselho Gestor do Ponto de Memória Museu do Taquaril e coordenou projetos museais e de desenvolvimento territorial em parceria internacional com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

É nesse contexto que os Pontos de Memória emergem como práticas que rompem o monopólio da palavra, devolvendo às comunidades o poder de definir quem são, o que valorizam e o que desejam preservar.

O conceito de patrimônio cultural, tradicionalmente vinculado à conservação material, expande-se para abarcar dimensões simbólicas e ambientais. Nesse horizonte, casas, rios, festas, rezas, modos de plantar e cultivar, culinária, música, corpo e espiritualidade constituem verdadeiros ecossistemas vivos de cuidado. O patrimônio deixa, assim, de ser uma "coisa" para se tornar relação e responsabilidade com o território.

Ao afirmar a memória como direito de cidadania, essas experiências funcionam como ferramentas de descolonização simbólica, desafiando o esquecimento imposto e reafirmando que lembrar é existir. Os Pontos de Memória se configuram, portanto, não apenas como espaços de salvaguarda do patrimônio cultural, mas como territórios vivos de resistência, educação e criação coletiva. São lugares onde o passado dialoga com o presente e se projeta no futuro, tecendo redes de pertencimento, solidariedade e reexistência.

Enraizadas em comunidades tradicionais, periféricas e populares, essas práticas questionam os modelos hegemônicos de produção de conhecimento e gestão cultural, propondo formas de museologia mais horizontais, participativas e afetivas, nas quais o saber comunitário ocupa o centro da criação e da preservação cultural.

Paralelamente, a crise ambiental e climática contemporânea desafia os paradigmas tradicionais de desenvolvimento e impõe a urgência de políticas integradas que articulem cultura, meio ambiente e justiça social. No Brasil, essa articulação encontra terreno fértil na trajetória da Museologia Social e da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), cujas experiências de base comunitária vêm revelando que a sustentabilidade não se faz apenas pela preservação dos ecossistemas naturais, mas também pela salvaguarda dos ecossistemas culturais e afetivos.

Ponto de Memória Museu do Taquaril: patrimônio a céu aberto, território como museu

O Ponto de Memória Museu do Taquaril (Belo Horizonte-MG) é um exemplo concreto da articulação entre memória e território. Inserido em uma rede mais ampla de Pontos de Memória, esse espaço surgiu da luta histórica da

comunidade pelo direito à moradia. No Taquaril, a resistência se transformou em narrativa, e o próprio território tornou-se um museu vivo, onde histórias, saberes e afetos comunitários são preservados, compartilhados e constantemente reinventados.

Nesse contexto, o patrimônio não se restringe a edifícios, coleções ou objetos, mas se manifesta nas **escadas que conectam as casas, nos murais de grafite que traduzem sonhos e arte, nas rodas de hip hop que ecoam denúncias e afetos, nos cafés compartilhados e nas lembranças dos mais velhos**.

O Taquaril é, portanto, um **patrimônio a céu aberto** - vivo em cada gesto e em cada palavra que circulam pelo bairro. Sua museologia é feita de práticas cotidianas, de encontros e de partilhas. O Ponto de Memória atua como espaço de escuta e visibilidade, fortalecendo vínculos comunitários e afirmando o direito à cidade, à dignidade e à memória.

Entretanto, a narrativa do Taquaril também evidencia o quanto memória e território permanecem sob constante ameaça. Localizada em uma região de serra, a comunidade convive com o avanço das mineradoras e com a sombra permanente de novos desastres ambientais - ecos ainda vivos dos crimes socioambientais de **Mariana** e **Brumadinho**[20]. O mesmo chão que guarda histórias e afetos é também o campo de disputa por projetos de desenvolvimento que desconsideram os modos de vida locais e a relação das pessoas com o território.

Nesse contexto, o Ponto de Memória do Taquaril atua como **instrumento de resistência socioambiental**, articulando o registro das vivências locais à defesa do território e dos bens comuns. A memória se converte, assim, em ferramenta política: documentar as experiências do presente torna-se forma de proteger o que o extrativismo predatório tenta apagar. Cada fotografia, cada relato e cada celebração comunitária é também um ato de denúncia e de afirmação da vida.

Falar de patrimônio, nesse sentido, é falar de **vidas ameaçadas** - da terra, das águas e das pessoas. A memória deixa de ser apenas um exercício de lembrança e passa a ser **estratégia de justiça climática**, um modo de garantir continuidade àquilo que o modelo econômico dominante insiste em destruir. No Taquaril, lembrar é resistir, e resistir é cuidar: do território, da comunidade e das relações que sustentam a vida.

20 **Crimes socioambientais de Mariana e Brumadinho:** referem-se aos rompimentos das barragens de Fundão (Mariana, 2015) e Córrego do Feijão (Brumadinho, 2019), ambos em Minas Gerais, que provocaram mortes, destruição ambiental, contaminação de rios e impactos socioeconômicos graves nas comunidades locais. Esses desastres são classificados como crimes socioambientais por resultarem de negligência empresarial e falhas de fiscalização ambiental.

Essa experiência demonstra como os Pontos de Memória podem transformar territórios cotidianos em espaços de aprendizagem, criação e solidariedade, reafirmando que patrimônio cultural não é apenas preservação de objetos, mas construção de relações vivas, sustentáveis e participativas.

Pontos de Memória: rede viva de salvaguarda e cidadania

Os Pontos de Memória constituem uma rede nacional de experiências culturais que reinventam o conceito de patrimônio. São arquivos comunitários vivos, que guardam histórias de povos periféricos, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, LGBTQIAPN+ e de terreiros - todos comprometidos com a valorização de patrimônios invisibilizados. Essas experiências têm em comum uma ética da coletividade: ninguém preserva sozinho, a salvaguarda é sempre um ato compartilhado. Os Pontos tornam-se escolas de educação patrimonial, espaços de formação de jovens e laboratórios de diálogo entre cultura e ecologia.

Os Pontos de Memória apontam caminhos significativos para a integração efetiva entre políticas culturais e ambientais. Eles demonstram que o cuidado com o patrimônio imaterial está intrinsecamente ligado à proteção dos ecossistemas e à promoção da justiça territorial. Longe de serem espaços meramente preservacionistas, os Pontos de Memória articulam práticas culturais com ações de sustentabilidade, revelando que a memória viva é, simultaneamente, ferramenta de resistência social e ambiental.

Diversas experiências no Brasil ilustram essa potência integradora. O Museu da Maré (RJ) transforma a memória da favela em instrumento de resistência urbana e ambiental; o Museu das Tradições do Cavalo Marinho (PE); o Museu Chico Science (PE) articula cultura urbana e ecologia; e os Pontos de Memória Quilombolas e Indígenas protegem simultaneamente biodiversidade e saberes tradicionais. Esses exemplos, entre muitos outros, mostram que os Pontos de Memória funcionam como verdadeiros laboratórios de inovação social, onde se testam práticas de cuidado com o território e estratégias de sobrevivência cultural diante da crise ambiental.

Para que esse potencial seja plenamente reconhecido, é fundamental que as políticas públicas considerem os Pontos de Memória como agentes ambientais e guardiões de saberes ecológicos. Tornam-se necessárias ações concretas, como o fortalecimento de mecanismos de fomento conjunto entre o Ministério

da Cultura e o Ministério do Meio Ambiente, a implementação de programas de educação patrimonial ecológica.

Eventos internacionais como a COP 30, reforçam a urgência dessa agenda. Comunidades de Belém-PA denunciam o risco de apagamento cultural em nome de uma imagem global, lembrando que a memória é, ao mesmo tempo, registro histórico e forma de resistência ao esquecimento. Nesse sentido, proteger a memória das comunidades não é apenas uma questão cultural, mas um imperativo ético e ambiental, essencial para a construção de políticas de justiça climática e territorial.

Memória como semente de futuro

As experiências dos **Pontos de Memória** reafirmam que toda ação de salvaguarda é também um gesto de resistência e de reinvenção da vida. Ao recolocar a memória no centro das políticas culturais, esses espaços expandem o sentido do patrimônio para além das fronteiras institucionais, afirmando-o como um território simbólico e ecológico - enraizado na ancestralidade, na terra e nas vozes historicamente silenciadas. Inspirados por Nego Bispo, lembramos: *"A memória não é pedra morta, é rio correndo. É voz que não se cala. É no corpo da festa, no chão da roça, no canto do quilombo, na maré das águas, que o patrimônio se reinventa."*

Os Pontos de Memória são, assim, rios de memória viva, cruzando tempos e territórios. Neles, o passado não é ruína, mas correnteza que alimenta o presente e anuncia futuros possíveis. Essas experiências ensinam que salvaguardar é resistir, que resistir é florescer, e que narrar a própria história é o primeiro ato de justiça. Por meio de suas práticas, comunidades diversas afirmam a dignidade deus modos de vida e reivindicam o direito de existir com seus saberes, ritmos e cosmologias.

Ao integrarem cultura, território e natureza, os Pontos de Memória redesenham o horizonte da sustentabilidade, propondo uma **ecologia da memória** - uma forma de compreender o patrimônio como parte de um mesmo corpo planetário. Revelam que o patrimônio cultural é também uma política ambiental, pois cuidar da memória é cuidar da terra, das águas e das pessoas. Como ensina Nego Bispo, *"a natureza é mãe de todos os tempos e a cultura é o tempo da natureza em nós."*

Integrar políticas culturais e ambientais, nesse sentido, não é apenas uma demanda institucional, mas um movimento ético e civilizatório: restaurar o vínculo

entre memória e vida. Ao afirmar a memória como ato político e ecológico, os Pontos de Memória mostram que a justiça climática passa, necessariamente, pela justiça cultural - porque não há futuro sustentável sem o reconhecimento das histórias, saberes e lutas daqueles que sustentam a vida em seus territórios.

Referências Bibliográficas

BISPO, Antônio (Nego Bispo). Colonização, Quilombos: modos e significados. Brasília: INCTI, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. IBRAM. Programa Pontos de M ória: Relatório Ações 2020. B

MINC. Política N nal de Cult Viva: bala e persp

SANTOS, Boaventu Sousa. A ramática do po: pa Paulo: Cortez, 2007.

U SCO. Convenção p alvagu la do Patrim Cultu SCO, 20

UAN, Fu. Topofilia: um da pe ção, atitu valore . São P Difel, 19

RRA, Pe Poemas do la Noit lia: Thes s, 201

Patrimônio Cultural e Salvaguardas: desafios e possibilidades na construção de políticas efetivas

Rafael Barros [21]

O Brasil constitui-se como um território profundamente marcado pela diversidade cultural, resultado de processos históricos complexos, encontros e confrontos entre povos indígenas, populações afrodescendentes, comunidades tradicionais e matrizes europeias. Essa pluralidade manifesta-se em uma ampla gama de bens culturais, que abrange saberes, práticas, rituais, expressões festivas e modos de vida transmitidos oralmente entre gerações. Reconhecer e salvaguardar esse patrimônio implica enfrentar o desafio permanente de construir uma identidade nacional que não apague diferenças, mas que as reconheça como fundamento da própria nação.

Nesse contexto, o painel **"Patrimônio Cultural e Salvaguardas: desafios e possibilidades na construção de políticas efetivas"** propôs uma reflexão crítica sobre os caminhos da preservação do patrimônio cultural brasileiro diante das transformações sociais, econômicas, ambientais e políticas do mundo contemporâneo. As falas dos participantes evidenciaram que o patrimônio cultural não se limita a objetos, edifícios ou registros formais, mas constitui um campo vivo de disputas, memórias, afetos e resistências.

É de fundamental importância destacar a centralidade dos detentores e detentoras dos saberes tradicionais nos processos de salvaguarda, reafirmando que os bens culturais existem porque são vividos. Enquanto congadeiro, experiencio a prática dos saberes dos reinados e congados, recém-reconhecidos como patrimônio cultural, enquanto expressão de uma ancestralidade viva, feitos por gente, por corpos em movimento, por práticas que atravessam o tempo.

As falas dos mestres e mestras da cultura popular trouxeram ao centro do debate a noção de **patrimônio como legado**, transmitido por meio da convivência, da oralidade e da prática cotidiana. Mestre Castro, ao narrar sua trajetória

21 É diretor do Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/CNFCP). É formado em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais– (UFMG) e Mestre em preservação do Patrimônio Cultural.

no Bumba Meu Boi de Pindaré, ressaltou a importância da memória ancestral como base da continuidade cultural, afirmando que seu compromisso é “transmitir um pouquinho do que aprendi com meus avós, meus tios e os mais velhos”, garantindo que o saber não se perca com o tempo. Sua fala evidencia que a salvaguarda não se dá apenas por registros institucionais, mas pelo exercício constante da transmissão intergeracional.

Na mesma direção, Mestra Bita enfatizou a responsabilidade coletiva envolvida na preservação do Bumba Meu Boi, compreendido não apenas como manifestação cultural, mas como prática de fé, devoção e identidade comunitária. Ao refletir sobre o risco da perda de memória, sintetizou um princípio fundamental da salvaguarda: “morrer e não deixar o legado só se não ensinar”. Sua experiência com a formação do “boi mirim” demonstra como estratégias locais, voltadas à infância e à juventude, constituem respostas concretas aos desafios contemporâneos da continuidade cultural.

A Mestra Fatinha do Jongo trouxe uma contribuição decisiva ao afirmar que são os próprios detentores que realizam, cotidianamente, a salvaguarda dos bens culturais. Para ela, o jongo não é algo que se aprende em livros, mas uma vivência que se constrói “com o pé no chão”, na relação direta com os mais velhos e com o território. Ao declarar que “nós somos bibliotecas vivas”, a mestra reafirmou o papel dos sujeitos da cultura como arquivos vivos de saberes, histórias e valores, ao mesmo tempo em que reivindicou políticas públicas mais efetivas e acessíveis para garantir a continuidade dessas práticas.

O debate também evidenciou as tensões existentes entre patrimônio cultural, desenvolvimento econômico e justiça social. Leila Regina da Silva, ao apresentar a experiência dos Pontos de Memória, destacou a memória como um **direito de cidadania**, fundamental para que comunidades historicamente silenciadas possam narrar suas próprias histórias. Segundo ela, “quando o outro se autodefine, ele determina quem ele é”, apontando para a importância da autonomia narrativa como estratégia de resistência frente às práticas de apagamento simbólico e material que afetam periferias, quilombos e territórios tradicionais.

A partir da experiência do Museu do Taquaril, Leila evidenciou ainda os impactos dos modelos econômicos predatórios sobre os territórios e patrimônios culturais, especialmente no contexto da mineração em Minas Gerais. Nesse sentido, a salvaguarda ultrapassa a dimensão cultural e articula-se diretamente com a defesa da vida, do território e do meio ambiente, aproximando o debate patrimonial das lutas por justiça climática e socioambiental.

Encerrando o painel, Maria Alice Silva trouxe uma reflexão jurídica e simbólica, a partir da experiência da Pedra de Xangô, em Salvador, propondo a noção de **governança espiritual** como tecnologia ancestral de organização, cuidado e justiça. Ao afirmar que a justiça evocada nesses territórios não é apenas normativa, mas ancestral, Maria Alice ressaltou que o patrimônio cultural afro-brasileiro articula espiritualidade, território e corporeidade, desafiando modelos ocidentais de preservação dissociados das práticas vivas das comunidades.

De forma transversal, o painel evidenciou que os principais desafios à preservação do patrimônio cultural brasileiro estão relacionados às mudanças climáticas, à precarização das políticas públicas, à burocratização dos instrumentos de fomento e à distância entre o Estado e os detentores dos bens culturais. Ao mesmo tempo, apontou caminhos possíveis, baseados em abordagens integradas, no fortalecimento das redes comunitárias, no reconhecimento dos mestres e mestras como agentes centrais das políticas de salvaguarda e na valorização dos saberes tradicionais como fundamentais para a construção de futuros mais justos e sustentáveis.

Assim, a mesa reafirmou que salvaguardar o patrimônio cultural não é apenas conservar o passado, mas garantir condições para que os modos de vida, as identidades e as memórias coletivas continuem a existir, a se reinventar e a dialogar com o presente e com o futuro. Trata-se, portanto, de um compromisso ético e político com a diversidade cultural do país e com os povos que a sustentam cotidianamente.

O patrimônio cultural e o futuro sustentável

Leandro Grass[22]

Introdução

Não há como pensar a salvaguarda do patrimônio cultural sem considerar os territórios onde ele se enraíza. Rios, matas, terras, modos de vida e relações comunitárias constituem a base material e simbólica dos bens culturais, especialmente daqueles de natureza imaterial. Em um contexto de agravamento das mudanças climáticas, essa interdependência se torna ainda mais evidente, exigindo novas abordagens para as políticas de preservação e para o reconhecimento dos saberes tradicionais como elementos centrais de um projeto de desenvolvimento justo e sustentável.

O Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática: Diálogos Globais e Conhecimentos Locais se insere nesse debate contemporâneo ao reunir mestres, mestras, comunidades tradicionais, pesquisadores e gestores públicos para refletir sobre os desafios e as potências da cultura frente à crise climática. O encontro, realizado na Chapada dos Veadeiros - coração do Cerrado brasileiro e território de nascentes que abastecem diversas regiões do país -, evidenciou que a justiça climática passa, necessariamente, pelo reconhecimento da cultura como direito, como memória viva e como estratégia de resistência.

Este artigo se propõe a refletir sobre políticas de salvaguarda e preservação do patrimônio cultural e sobre a atuação do Iphan - como caminhos possíveis para integrar cultura, meio ambiente e justiça social. Parte-se do entendimento de que os bens culturais ancestrais, sobretudo aqueles vinculados a comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, são fundamentais para pensar alternativas ao modelo predatório de desenvolvimento que aprofunda desigualdades e vulnerabilidades climáticas.

22 Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (Iphan), é professor, sociólogo, gestor cultural e mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Patrimônio cultural: território, pertencimento e resistência

As políticas de salvaguarda do patrimônio cultural constituem ações que valorizam iniciativas comunitárias de preservação da memória social a partir do protagonismo dos próprios grupos detentores. Identificam, documentam, valorizam e reconhecem os processos vivos de construção identitária, ancorados em territórios específicos e em experiências históricas compartilhadas.

Em contextos marcados por conflitos socioambientais e pressões econômicas, as políticas culturais assumem papel estratégico na defesa do território e na afirmação dos direitos culturais. Ao registrar histórias, práticas, celebrações, saberes e modos de vida, essas iniciativas contribuem para fortalecer o sentimento de pertencimento e para articular a memória como instrumento político de resistência.

Na Chapada dos Veadeiros, por exemplo, a presença de comunidades tradicionais e do Quilombo Kalunga revela a profundidade dessa relação entre cultura, natureza e ancestralidade. As nascentes, os caminhos, os festejos, os saberes do cultivo e da cura são referências culturais que, articuladas em sistemas complexos de conhecimento, sustentam formas de vida historicamente comprometidas com o equilíbrio ambiental. Salvaguardar essas práticas é, portanto, fortalecer também as condições de reprodução da vida.

Ancestralidade e bens culturais

Os bens culturais de natureza imaterial carregam uma dimensão ancestral que atravessa gerações. São práticas transmitidas oral, corporal e coletivamente, muitas vezes forjadas em contextos de violência, escravidão, expropriação territorial e negação de direitos. A permanência desses bens até o presente é resultado direto da resistência, da coragem e da ousadia de mestres, mestras e comunidades que colocaram seus projetos de vida a serviço da continuidade cultural do país.

Reconhecer essa ancestralidade implica compreender o patrimônio cultural como algo vivo, dinâmico e presente no cotidiano das comunidades. E, também, reconhecer que a salvaguarda não pode ser dissociada de políticas de reparação histórica, especialmente no caso das culturas afro-brasileira, indígena e quilombola.

Nesse sentido, os avanços recentes na política de patrimônio cultural, como a regulamentação do tombamento dos quilombos do Brasil, representam um marco importante. Ao adotar inventários e processos participativos, o Estado

brasileiro passa a reconhecer o direito das próprias comunidades de definirem suas referências culturais e suas estratégias de preservação. Trata-se de uma inflexão necessária frente a práticas burocráticas e elitistas que, por décadas, afastaram essas populações das políticas patrimoniais.

Neste momento, avançamos no reconhecimento de bens culturais em mais de trinta comunidades quilombolas, entre elas o Quilombo Kalunga, em Cavalcante-GO.

Mudanças climáticas e salvaguarda do patrimônio cultural

As mudanças climáticas impõem novos desafios à preservação do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Eventos extremos, como secas prolongadas, enchentes, incêndios e elevação do nível do mar, afetam diretamente territórios onde se desenvolvem práticas culturais tradicionais. Comunidades inteiras se veem ameaçadas em sua capacidade de reproduzir seus modos de vida, seus rituais e seus saberes.

Nesse contexto, não é possível pensar a salvaguarda do patrimônio cultural sem considerar os rios, as matas, as terras e os ecossistemas que sustentam essas práticas. A cultura não existe dissociada da natureza. Ao contrário, ela é profundamente moldada pelas relações que os grupos estabelecem com o ambiente ao longo de décadas e séculos.

Ao mesmo tempo, são justamente as comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas - historicamente marginalizadas - as mais afetadas pelos impactos climáticos. Paradoxalmente, são também elas que apontam caminhos para a sustentabilidade, por meio de economias solidárias, de práticas agroecológicas, de sistemas de manejo tradicional e de uma relação não predatória com a natureza. Assim, em vez de serem vistas apenas como vítimas, essas comunidades devem ser reconhecidas como portadoras de soluções.

COP30, cultura e desenvolvimento sustentável

A COP30, realizada em Belém-PA, no coração da Amazônia, representou uma oportunidade estratégica para reposicionar a cultura no centro do debate global sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. Durante a

conferência, a participação do Iphan em mesas e painéis dedicados à preservação do patrimônio cultural no contexto da crise climática reafirmou a compreensão de que a cultura é uma ferramenta fundamental para a promoção da cidadania, da justiça social e da redução das desigualdades.

O Brasil, nos últimos anos, retomou um papel de protagonismo internacional ao reconhecer a cultura como ativo estratégico do desenvolvimento. Esse reposicionamento é resultado do trabalho conduzido pelo Ministério da Cultura, sob a liderança da ministra Margareth Menezes. A refundação do MinC, a descentralização e a democratização do acesso aos recursos culturais, tanto pela Lei Rouanet quanto pela retomada e fortalecimento dos Pontos de Cultura, a valorização de políticas como os Pontos de Memória e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e as ações de salvaguarda do patrimônio imaterial recolocaram o tema da cultura no centro da agenda pública.

Os avanços recentes nas políticas de salvaguarda do patrimônio cultural também demonstram um esforço consistente de reconstrução institucional. O reconhecimento de novos bens culturais e a priorização de patrimônios afro-brasileiros, indígenas e quilombolas indicam uma mudança de paradigma.

A articulação entre salvaguarda do patrimônio e políticas como Cultura Viva e Aldir Blanc amplia o alcance dessas ações culturais e fortalece as bases comunitárias. Ao incentivar que grupos e coletivos se reconheçam como Pontos de Cultura, cria-se uma rede capaz de sustentar processos de transmissão cultural, formação de novas gerações e educação patrimonial - elementos fundamentais para a continuidade dos bens culturais a médio e longo prazo.

Essa educação cultural, realizada nos territórios e pelas próprias comunidades, é uma das principais garantias de sustentabilidade do patrimônio cultural frente às transformações ambientais e sociais. É nela que se formam projetos de vida comprometidos com a memória, com o coletivo e com o cuidado com o território.

Considerações finais

Pensar patrimônio cultural, justiça climática e desenvolvimento sustentável de forma integrada é uma tarefa urgente. Exige, de todos nós, reconhecer que o Brasil é o que é, porque seus povos existem - e porque aqueles que vieram antes resistiram e perpetuaram seus conhecimentos. Exige também compreender que cultura é fundamento da soberania nacional.

Colocar as mudanças climáticas no centro da discussão cultural significa reconhecer que os saberes tradicionais, os pontos de memória, as práticas ancestrais e os territórios culturais são essenciais para imaginar e planejar futuros possíveis. São esses saberes que apontam caminhos de sustentabilidade, de economia solidária, de respeito ao meio ambiente e de convivência plural.

O fortalecimento das políticas de salvaguarda, a valorização dos mestres e mestras, o reconhecimento das comunidades tradicionais e a presença ativa do Brasil em espaços como a COP30 demonstram que há vontade política e compromisso institucional. O desafio que se coloca é garantir que esse caminho não seja interrompido. Precisamos de um pacto para ampliar alianças, fortalecer a participação social e assegurar que a cultura permaneça como eixo estruturante de um projeto de país mais justo, diverso e sustentável.

O Jongo é bandeira de luta!

Mestra Fatinha do Jongo[23]

É com imensa honra e gratidão que compartilho minha trajetória como mestra do Jongo e os caminhos que percorremos até aqui para manter viva essa manifestação tão essencial da cultura afro-brasileira. Sou a Mestra Fatinha, do Jongo de Pinheiral, uma comunidade jongueira localizada no sul do estado do Rio de Janeiro, em uma região conhecida como Vale do Café, a cerca de 2h da capital. É nesta terra, marcada pela história das grandes fazendas de café da era imperial, que nosso povo segue contando sua própria história - uma história de resistência, de luta e de preservação.

O Jongo de Pinheiral é uma herança ancestral transmitida de geração em geração, desde os tempos de escravidão. Nas terras da Fazenda São José do Pinheiro, onde mais de 3 mil negros escravizados trabalharam, nossos antepassados dançavam, cantavam e tocavam o tambor como um ato de conexão, organização e resistência. Ainda hoje, o jongo permanece como uma poderosa bandeira de luta para o povo preto e é essa luta que direciona meu trabalho nos últimos cinquenta anos.

Educação como alicerce da preservação

Desde muito jovem, percebi a importância de integrar o jongo ao campo da educação. Nos anos 1980, quando eu já era militante do movimento negro, trabalhei por anos dentro das escolas, buscando valorizar a autoestima das crianças negras e apresentar o jongo não apenas como expressão cultural, mas também como ferramenta pedagógica e política para resgatar a história e os valores da nossa gente. O jongo é um símbolo vivo da nossa trajetória de luta por liberdade, e é por meio da educação que conseguimos mostrar às novas gerações a relevância dessa história para o presente.

A força educadora do jongo extrapola as salas de aula. Minha comunidade atua em diversos espaços - escolas, universidades, comunidades e eventos culturais -, difundindo essa tradição e fazendo dela um ponto de partida para discussões mais amplas sobre o papel da cultura negra na formação da

23 É Coordenadora do Centro de Referência de Estudos Afro-Brasileiros do Sul Fluminense (CREASF/Jongo de Pinheiral) há mais de 30 anos. Criou o Grupo de Jongo Mirim “Memória do Cativeiro”, na escola pública do bairro Lago Azul, em Barra do Piraí.

identidade brasileira. Já antes da implementação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, nós já estávamos ocupando lugares de educação com essas vivências. Hoje, entendemos que nossa missão vai além: queremos ver nossos jovens nas universidades e trabalhando pela construção de políticas públicas que nos ajudem a avançar como sociedade.

Resistência e protagonismo no Vale do Café

O Vale do Café é um território de grande riqueza histórica e cultural, mas também um espaço de contradições. Enquanto os fazendeiros da região preservam e promovem a memória dos antigos barões do café para o turismo, nós trabalhamos para resgatar e valorizar a história do povo preto que construiu todo o casario dessas cidades com seus trabalhos braçais e forçados nas lavouras de café, enriquecendo cada vez mais os barões e suas famílias. Nosso trabalho relembra e dá voz a essa história, destacando a importância do povo jongueiro e de sua contribuição para a construção do Brasil.

Nossa atuação no Vale do Café tem se fortalecido por meio de encontros de jongueiros da região. Já estamos na quinta edição do encontro no Vale, uma iniciativa que tem reunido comunidades jongueiras e se tornado cada vez mais reconhecida. Depois de quinze anos sem encontros de grande porte, em 2023 realizamos um encontro histórico, reunindo representantes do Rio de Janeiro, São Paulo e outras regiões. Além disso, temos visto a expansão do jongo para outros estados, como Minas Gerais e diversas regiões de São Paulo, estimulada, principalmente, pela atuação de jovens universitários que criam grupos e levam adiante essa tradição.

Salvaguarda e os desafios das políticas públicas culturais

O reconhecimento do jongo como Patrimônio Imaterial do Brasil, em 2005, foi um marco importante para todos nós. No entanto, vivemos um momento crítico: os esforços de preservação enfrentam desafios estruturais, como a falta de apoio efetivo do poder público e a ausência de políticas claras e acessíveis. Enquanto detentores, somos protagonistas na salvaguarda dessa manifestação, mas é indispensável que o poder público esteja presente e que o diálogo ganhe uma nova força.

Por exemplo, o acesso aos editais e políticas culturais muitas vezes não considera as realidades das comunidades tradicionais. É necessário que os editais sejam desenhados para incluir e alcançar quem mais precisa, com uma linguagem que dialogue com as lideranças e seus saberes. Além disso, estamos em busca de fortalecer parcerias, como a relação com o IPHAN, para que a preservação se torne mais efetiva e consistente. É importante lembrar que mantemos viva uma memória oral de resistência, que não pode ser registrada apenas em documentos ou arquivos. É na roda, no toque do tambor e na vivência que está o verdadeiro espírito do jongo.

Entre as conquistas de nossa comunidade, destaco o fato de termos garantido o espaço para a construção do Museu do Jongo do Sudeste, que será erguido nas terras da Fazenda São José do Pinheiro, em Pinheiral. Este será um espaço de memória viva, no qual poderemos preservar e apresentar nossa história, nossos saberes e fazeres para o Brasil e o mundo. O projeto está em fase de finalização para dar início às obras. Seguimos firmes em busca de recursos e de emendas que possibilitem essa realização.

Também estamos investindo na nossa comunicação digital, com um site onde é possível acessar nossa trajetória, nossas tradições e os registros do trabalho que realizamos desde os anos 1990: @jongovaledocafe e @jongodepinheiral.

Ser mestra da cultura popular é carregar a responsabilidade de transmitir valores, práticas e histórias que atravessam gerações. Somos bibliotecas vivas, guardiões das memórias e das resistências do povo preto. Compartilhamos os cantos, as danças, os modos de viver, de conviver e de resistir.

O jongo, enquanto manifestação cultural, não é folclore: é a nossa história, é a luta por liberdade, é o nosso grito que ecoa através do som dos tambores. A roda de jongo, que um dia foi espaço de organização, de fuga e de celebração da saudade da África, hoje é também o lugar onde levantamos nossas bandeiras de luta por políticas públicas, por reconhecimento e por justiça histórica.

Que sigamos dançando, cantando e lutando, pois o jongo é, acima de tudo, uma manifestação da vida - uma vida que pulsa, resiste e inspira.

Obrigada.

O Boi de Pindaré, Mestra Bita e Mestre Castro

Mestra Bita[24] e Mestre Castro[25]

Meu nome é Benedita Arouche. Nasci em São Vicente de Ferrer, interior do Maranhão, no ano de 1958, onde morei até os 10 anos, antes de vir morar na capital, São Luís-MA (onde meu pai já morava), para estudar. Comecei a trabalhar bem cedo, cuidando de crianças de algumas conhecidas do meu pai, quando tinha 14 anos. Aos 17, já trabalhava como auxiliar de cozinha, e, aos 18, finalmente comecei a minha vida profissional de carteira assinada, CLT. Sempre ajudando meu pai no que diz respeito às finanças.

Ele foi um dos fundadores do Boi de Pindaré, seu nome era Sebastião Arouche. Trabalhava na estiva como carregador braçal e havia recentemente ficado viúvo de sua esposa Eduarda Arouche, minha mãe, quando ficou com os três filhos: eu, Tereza Arouche e João Arouche. Por isso, se mudou para São Luís, com o objetivo de colocar os filhos na escola, pois ainda não éramos alfabetizados. Foi difícil no começo, mas, depois de algum tempo, as coisas foram melhorando.

Dos anos 1960 a 1980, meu pai sempre trabalhou. Porém, nos anos seguintes, a partir de 1983, ele parou de trabalhar e dedicou-se a fazer cultura, tomando a frente do Bumba Meu Boi de Pindaré, até seu falecimento, no ano de 2003. Na época, a situação dele era difícil, em decorrência das despesas que ele tinha de arcar, por isso, sempre o ajudei financeiramente. Apesar de não viver dentro da realidade da cultura do Bumba Meu Boi, sempre acompanhei de longe.

Contudo, a gente só sabe a imensidão da cultura tradicional quando a vivencia, principalmente a cultura negra, que é muito desvalorizada. e então, somente entendi todo o esforço que meu pai fazia, após o seu falecimento. Eu senti a necessidade de assumir a direção do Boi e assim foi feito. Me reuni com meus irmãos e com os integrantes para tomar as rédeas da situação.

Então, em 2003, passei a comandar o Boi de forma arbitrária, já que não possuía conhecimentos suficientes para comandar o batalhão, além de, na época,

24 Líder comunitária e empreendedora cultural, dirige todas as atividades administrativas do grupo Boi de Pindaré, incluindo a organização de apresentações.

25 Criado no Quilombo do Bacurizeiro, foi iniciado desde cedo nas brincadeiras de seus familiares, tais como Tambor de Crioula, Tambor de Mina, Bambaê de Caixa e Bumba Meu Boi. Atua, desde a década de 1960, no Boi de Pindaré.

sofrer muito machismo por ser uma mulher em um perfil de liderança, em um cargo de presidente da associação, posto que os meus antecessores eram todos homens. Acabei ficando em uma situação de vulnerabilidade.

No início da fundação do boi, eles entraram com força nos anos de 1960, quase todos os homens trabalhavam na estiva. As mulheres acompanhavam de longe e eram popularmente chamadas de "mutucas". Sofri muitos ataques no início da minha gestão como presidente por parte dos homens, o que não me desestabilizou.

No início, gravaram discos de vinil em que toadas foram eternizadas, como a "Urrou do Boi", do finado Coxinho, também fundador, e outras de João Cancio, Mestre Castro etc. Houve diversos momentos e viagens, até mesmo com o ex-presidente José Sarney e, em meados 1972, gravaram um vinil no Rio de Janeiro, durante a ditadura, que tinha o "Urrou do Boi" e a canção "Ê Rio de Janeiro", gravada por João Cancio:

> *"Ê Rio de Janeiro, tu foste capital federal, mas o direito tu perdeu e foi pra Brasília, o povo todo chorou e perdeu toda a alegria, mas não te importa Rio de Janeiro, porque em beleza tu és uma maravilha"* (Ê Rio de Janeiro).
>
> *"Lá vem meu boi urrando, subindo, vaquejador deu um murro na porteira que o vaqueiro se espantou, o gado da fazenda com isso se levantou, urrou, urrou, urrou, urrou meu novilho brasileiro que a natureza criou"* (Urrou de Boi).

Então, o Hermínio Castro, Mestre Castro, primo-irmão do meu pai, veio para São Luís para me ajudar a pegar o comando do Boi. Quando meu pai era vivo, ele vinha apenas uma vez ao ano para participar da brincadeira no período junino e, a partir de 2003, eu mandava buscá-lo quatro vezes ao ano, seguindo o nosso calendário festivo. Com a presença dele, me senti mais fortalecida e, nesses 22 anos à frente do Boi, minha responsabilidade foi repassar aos jovens e crianças os saberes da cultura tradicional brasileira.

Somos um Boi de geração em geração. Atualmente, temos 135 integrantes. Alguns já saem há 65 anos, assim como há novatos de 3 anos de idade.

Eu, como representante do Boi, dou o meu melhor para ver todos incluídos, porque somos a salvaguarda do nosso patrimônio. Tenho trabalhado incansavelmente para manter vivas as nossas tradições e o trabalho não é pouco, começa do braçal até o administrativo.

Com tanto trabalho e responsabilidade, consigo ver o retorno, pois meu maior desafio era trazer reconhecimento a essa brincadeira, posto que, no passado, não era valorizada como era para ser. Os presidentes passados não tiveram a responsabilidade de guardar a memória do Boi.

Hoje, a sede do Boi funciona o ano todo. Durante a semana recebemos visitas de turistas, já tivemos vários intercâmbios culturais dentro e fora do estado. Todos os sábados, temos aulas de música e percussão para crianças da comunidade e do Boi e oficinas de bordados e de tambor de crioula, além de artesãos que fazem caretas de cazumbás. Também temos uma banda de crianças do Boi, chamada Banda Pindaré Mirim, em que tocam e cantam.

O projeto foi pensado para afastar a mentalidade das crianças da marginalidade e temos visto um resultado melhor que o esperado: no total são quarenta crianças. A sede do Boi faz um trabalho social por todas essas crianças, que são filhos de integrantes do Boi e da comunidade. Eu me orgulho de ver como a cultura molda as pessoas, independentemente da idade. “Salve, salve a cultura popular!”: passaremos todo o nosso legado para todos aqueles que ficarem, até porque já estão sendo preparados para isso.

O Boi de Pindaré mantém viva as tradições. Majoritariamente, os integrantes do Boi eram originários de quilombos da Baixada Maranhense, como Viana, São João Batista e São Vicente de Ferrer, interior onde, inclusive, meu pai nasceu e se criou. Sou descendente desse povo e guardo no sangue todo o amor pela cultura tradicional. Isso explica a frase que eu falei: “geração para a geração”. Toda a formação do Boi, o Boi é para nós mais do que alegria, é devoção e tradição viva do nosso povo.

> *“Salve Boi de Pindaré com suas tradições, seus sotaques e os povos que lutaram e que lutam para manter a cultura viva”.*

A cultura do Bumba Meu Boi tradicional é uma das manifestações mais ricas e simbólicas da cultura popular brasileira, além de ser Patrimônio Imaterial da Humanidade.

Mestre Castro

Eu, Vitor Hermínio Castro, nasci no dia 2 de novembro de 1948, no lugarejo chamado de Juçara, em uma casinha chamada de Tijupá, no município de São Vicente de Ferrer, na Baixada Maranhense.

Com 6 anos de idade, comecei a cantar Tambor de Crioula e, com 9 anos, o Bumba Meu Boi, no Iguarapiranga, com o Amo de Boi Raimundo e Acácio de Onoria. Ao dia, sempre estava com os pretos do bacurizeiro, como nós somos chamados naquele lugar. Logo, com seus doze anos, Mico do Bacurizeiro, como era chamado pelos parentes e colegas, fui brincar no Boi de Belém, no município do São Bento Novo. Depois, no Boi do Oiterio de Maria Justina.

Chego no Boi de Pindaré em 23 de junho de 1968, sendo o dono do Boi, na época, o Senhor Joao Cancio. Depois Dona Libanea, depois o Senhor Mauricio, depois Dona Concita, em 1985, passando o Boi a ser do meu primo e irmão de criação, Sebastião Arouche.

Tive que auxiliar diretamente a brincadeira com o falecimento do meu primo, no dia 3 de abril de 2003. Auxiliar a sua filha Benedita Arouche com a luta para manter sempre a tradição da nossa brincadeira.

Indo nos lugares, nos encontros de culturas populares e tradicionais, para cada dia termos mais firmeza no que fazemos. Foi como fomos no Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática e no Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, na Vila São Jorge, no estado de Goiás, e foi muito bom.

Governança Espiritual, Axeceno e a Pedra de Xangô: Justiça Ancestral e Resistência Climática nos Territórios Afro-Brasileiros

Maria Alice Pereira da Silva[26]

É com imensa alegria e profunda reverência que participo do Seminário Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática, especialmente no Painel 2 - "Patrimônio Cultural e Salvaguardas: Desafios e Possibilidades na Construção de Políticas Efetivas". Este encontro amplia e enriquece minha compreensão da Governança Espiritual como um elemento imprescindível para o enfrentamento das crises climáticas, atuando na mitigação e adaptação às mudanças que impactam nossos territórios. Para ilustrar essa poderosa conexão entre espiritualidade, cultura e meio ambiente, trago o exemplo emblemático da Pedra de Xangô, símbolo vivo de resistência e espiritualidade.

Para iniciar minha reflexão, compartilho um trecho poético do artigo "Justiça de Xangô: uma proposta ética jurídica a partir da orixalidade", de Lucas dos Prazeres, Chiara Ramos e Márvila Araújo (2020):

Eu canto o amor justo
eu canto o amor que vem
eu canto a justiça que enxerga na minha voz
a luz do discurso.

O ecoar do fogo forense
no divino foro da transformação.

Escolhi este fragmento não apenas por sua beleza literária, mas por sua força simbólica ao instaurar o tema que nos une: a busca por justiça, uma justiça de raízes ancestrais, profundamente enraizada nos territórios, nos corpos negros, nos fazeres e saberes tradicionais. Essa justiça transcende o sistema jurídico ocidental, manifestando-se vibrante nos territórios dos povos originários, nas

26 Advogada, mestra e doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e do Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Ouro Preto e Guardiã da Pedra de Xangô, símbolo cultural e espiritual afro-brasileiro.

comunidades tradicionais e nas encruzilhadas das cidades, reafirmando-se nas práticas de resistência, nos rituais e nas manifestações religiosas.

Ao longo desta manhã, observei, em cada relato, a presença viva do conceito de governança espiritual, ideia central em minha tese de doutorado e essencial para compreender os processos transformadores impulsionados pela cosmogonia africana e afro-brasileira. A governança espiritual afro-brasileira articula as normas do candomblé e a energia vital do axé, presente em todos os seres - humanos e não-humanos. É uma prática enraizada nos rituais religiosos e nas cosmopercepções dos povos originários e das comunidades tradicionais, configurando uma ancestral tecnologia de organização social e espiritualidade.

Nos territórios sagrados afro-brasileiros, toda ação coletiva nasce de um diálogo cerimonial com o plano espiritual. Assim, nenhum projeto urbano, ritual ou iniciativa comunitária deve ser iniciado sem a consulta ao oráculo, ao sagrado, aos Orixás, Voduns, Inquices, Caboclos e Encantados, divindades afro-brasileiras que sustentam espiritualmente essas comunidades. Apresento, ainda, para reflexão, o conceito de axeceno, termo criado por mim e pelo cientista Bruno Andrade como uma resposta crítica à era do Antropoceno e suas profundas crises ambientais. O axeceno propõe caminhos decoloniais que estabelecem um novo pacto entre espiritualidade, urbanismo, patrimônio cultural e ecologia - articulando dimensões antes dissociadas e sugerindo uma reconfiguração epistemológica e prática alicerçada na energia e nos valores do axé (Silva, 2023).

É preciso entender o território como algo além do espaço físico - um ecossistema vivo onde a natureza, as relações sociais e a ecologia da consciência (a razão e o axé) se entrelaçam com a justiça climática. Portanto, a resposta ao desafio climático não está somente nas ações técnicas, mas no reconhecimento da governança espiritual afro-brasileira e do axeceno, como caminhos e ferramentas essenciais para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Esses elementos são cruciais para nossa sobrevivência e para a saúde do ecossistema.

Estamos aqui para ecoar as vozes da ancestralidade e da espiritualidade clamando por justiça ancestral. Compartilho, então, a história da Pedra de Xangô, exemplo emblemático da união entre governança espiritual e axeceno na proteção, salvaguarda e defesa dos territórios sagrados. Em 2005, a Pedra de Xangô, testemunha imponente de mais de dois bilhões de anos, ergue-se entre os remanescentes da Mata Atlântica, no coração ancestral do aldeamento indígena Tupinambá e dos quilombos em Salvador, Bahia. À beira da destruição, ameaçada pela implosão para dar lugar à Avenida Assis Valente, o sagrado despertou sua força. Através da Governança Espiritual, o chamado veio: uma moradora

teve um sonho profundo com Xangô, que a convocou a visitar a pedra. Com firmeza e coragem, a liderança comunitária ergueu-se para barrar a degradação daquele sítio natural sagrado. Logo, convocou o povo de terreiro, que atendeu ao chamado para proteger e salvar a Pedra de Xangô, símbolo vivo e pulsante da resistência e da ancestralidade.

A Pedra de Xangô traça as leis invisíveis do território. Sustentada pela fé dos que a reverenciam nas religiões de matriz africana e afro-brasileira, o orixá catalisou um movimento em prol da criação da primeira Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal Vale Assis Valente da cidade de Salvador, Bahia, do Parque em Rede e do Parque Urbano Pedra de Xangô, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU-2016). Essa iniciativa se destaca na cidade, especialmente em um contexto marcado pelo que se revela segregacionista e racista. A inclusão da Pedra de Xangô nesse documento foi conquistada por meio de luta, mobilização e pressão das comunidades de terreiros, que se fizeram ouvir nos momentos finais do processo (Silva, 2019; 2023).

Além disso, a Pedra de Xangô convocou seu povo para a mobilização em busca do Tombamento Municipal, reafirmando sua importância cultural e histórica. Em 2017, foi tombada pela Fundação Gregório de Mattos e, em 2018, reconhecida como patrimônio geológico de relevância nacional pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) (Silva, 2019; 2023). Hoje, a Pedra de Xangô abriga o Memorial do Parque Pedra de Xangô, o primeiro parque no Brasil a levar o nome de um orixá e a ser concebido a partir da cosmopercepção de mundo das religiões de matriz africana e afro-brasileira (Silva, 2023).

Por tudo isso, a Pedra de Xangô permanece viva como um território sagrado de afirmação e esperança, um farol de resistência que desafia os tempos presentes e acende a imaginação para o futuro. Ancorada na força da Governança Espiritual e no pulsar do axeceno, concluo meu gesto de reflexão com uma pergunta profunda: quem governa o seu território, e como ele se revelará daqui a cinquenta anos?

Referências Bibliográficas

IPCC. Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2023.

RAMOS, Chiara; PRAZERES, Lucas; ARAÚJO, Márvila. **Justiça de Xangô:** uma proposta ético-jurídica a partir da orixalidade. Disponível em: **https://www.cartacapital.com.br/justica/justica-de-xango-uma-proposta-etico-juridica-a-partir-da-orixalidade/**, 2020. Acesso em: 03/11/2025.

SILVA, Maria Alice Pereira da. **Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador**/Maria Alice Pereira da Silva; Fundação Gregório de Mattos; coordenador Magnair Santos Barbosa; prefácio Fábio Macedo Velame, Wilson Rogério Penteado Júnior. Recife: Liceu, 2019.

SILVA, Maria Alice Pereira da. A governança espiritual [recurso eletrônico]: o sagrado afro-brasileiro na edificação do Memorial do Parque Pedra de Xangô / Maria Alice Pereira da Silva. - Salvador, 2023. Tese - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

SILVA, Maria Alice Pereira da; ALMEIDA, Silvio. Vem ver a pedra. Disponível em: **https://www.instagram.com/reel/Cmuxy7bIJG7/?igsh=ZDgzem9tN2s4eHBr**.

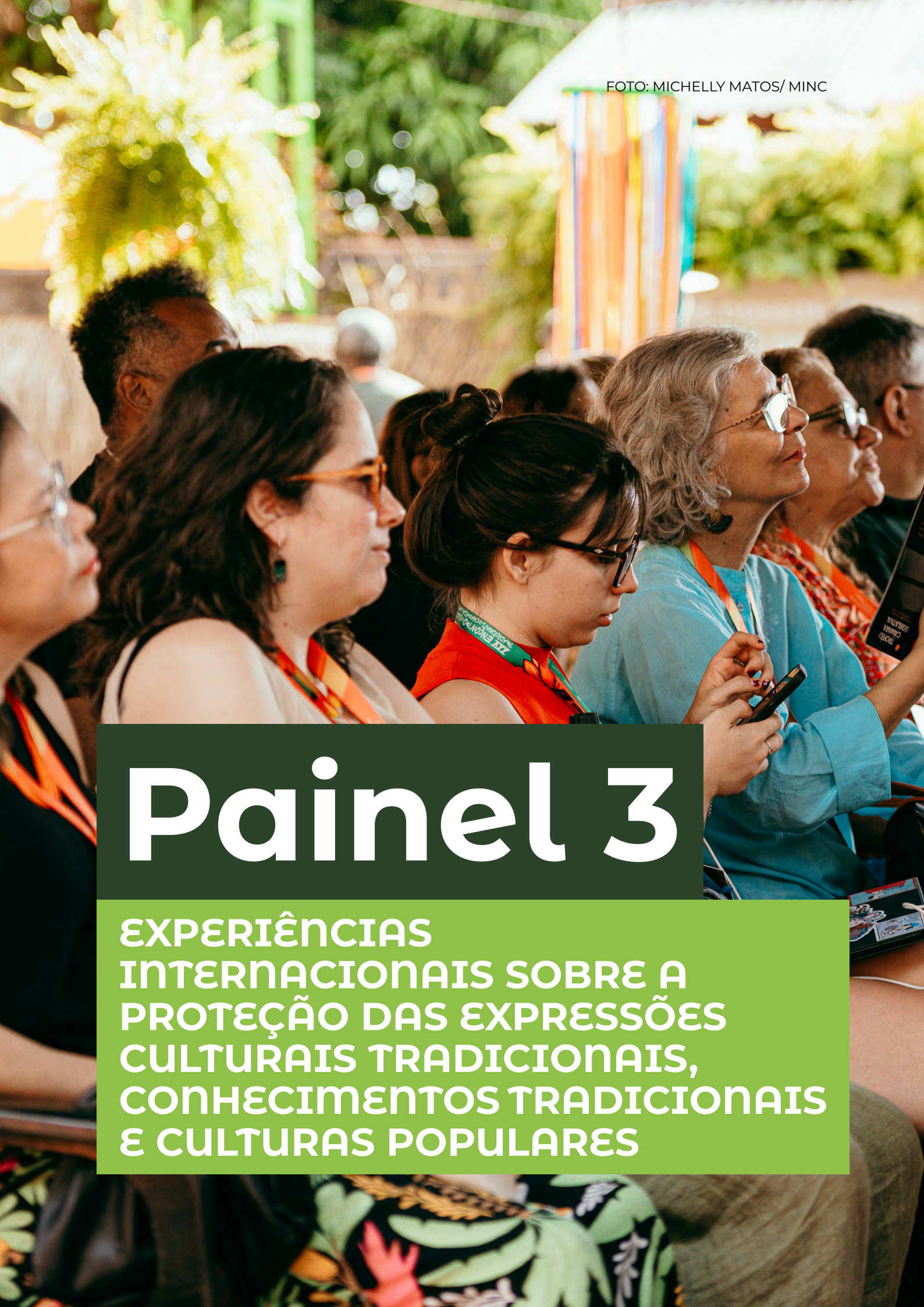


FOTO: MICHELLY MATOS/ MINC

Painel 3

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE A PROTEÇÃO DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS, CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E CULTURAS POPULARES

A Construção de um Marco Legal para a Proteção dos Conhecimentos Tradicionais, Expressões Culturais Tradicionais e expressões da Cultura Popular no Brasil e no Mundo

Carolina Miranda[27]

A criação de um Marco Legal para a proteção dos Conhecimentos Tradicionais (CT), Expressões Culturais Tradicionais (ECT) e expressões da Cultura Popular tem se consolidado como uma das pautas mais urgentes no campo dos direitos culturais e da propriedade intelectual. Em diversos países, comunidades tradicionais têm enfrentado desafios semelhantes diante de sistemas jurídicos que não dialogam com suas formas de organização, transmissão de saberes e modos de vida. No Brasil, essa realidade é especialmente complexa devido à enorme diversidade de povos e comunidades existentes.

A construção do Marco Legal brasileiro nasce da necessidade de adequar o sistema jurídico a práticas culturais que não se enquadram nos modelos ocidentais de propriedade intelectual. A legislação vigente, baseada em conceitos individuais e prazos definidos, não contempla saberes transmitidos oralmente, coletivamente e, por gerações.

A minuta inicial desse Marco foi elaborada de forma colaborativa, com participação ativa de diversos ministérios, representantes de populações tradicionais e especialistas, como a Dra. Fernanda Kaingáng. O objetivo central é que o texto final faça sentido para as comunidades e que seja amplamente debatido com representantes dos povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades

27 Advogada, atua como Coordenadora-Geral de Negociação e Acompanhamento Internacional da Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais do Ministério da Cultura.

tradicionais e grupos de cultura popular, garantindo voz e protagonismo a quem detém esses conhecimentos.

Artesãos, mestres da cultura, criadores e guardiões de saberes tradicionais enfrentam, há décadas, violações recorrentes: músicas apropriadas sem autorização, expressões culturais comercializadas por terceiros e rituais ou técnicas, utilizadas sem consentimento e sem retorno financeiro às comunidades.

A ausência de legislação específica coloca esses conhecimentos em um limbo jurídico. Por não se encaixarem nas categorias convencionais de direito autoral ou de propriedade industrial, muitos desses saberes acabam considerados como "domínio público", abrindo espaço para usos indevidos. O Marco Legal pretende exatamente preencher essa lacuna, retirando os conhecimentos tradicionais dessa categoria e reconhecendo-os como patrimônio das comunidades que os criam, transmitem e preservam. Essa proteção inclui, inclusive, o **direito de veto**: o poder de impedir o uso não autorizado de expressões culturais, músicas, técnicas, símbolos ou conhecimentos considerados sagrados ou restritos.

A construção de uma legislação que respeite a diversidade cultural brasileira exige um processo amplo e participativo. Em conformidade com a Convenção 169 da OIT, o Ministério da Cultura dará início a consultas nacionais - presenciais e online - para garantir que povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos e demais grupos tradicionais possam compreender, opinar e influenciar o texto final.

O desafio é monumental: o Brasil possui uma diversidade de povos e comunidades que não encontra paralelo em nenhum outro país. Essa realidade aumenta a responsabilidade de garantir que todas as vozes sejam ouvidas, respeitadas e incorporadas.

Além disso, profissionais das próprias comunidades - advogados, professores, pesquisadores que articulam conhecimento acadêmico e saber tradicional - são fundamentais nesse processo. Seu papel é visto como estratégico para unir os dois mundos e contribuir com perspectivas únicas.

A construção do Marco Legal brasileiro dialoga com experiências internacionais. Brasil, Cabo Verde, Paraguai e Austrália, entre outros países, enfrentam desafios convergentes. A dificuldade mais recorrente é fazer com que sistemas jurídicos ocidentais, escritos e baseados em provas documentais, reconheçam e respeitem a **oralidade** como forma legítima de transmissão e validação de conhecimento.

Como determinar o início e o fim da vigência de proteção a um saber ancestral? Como definir autoria quando o conhecimento é coletivo e atravessa gerações? Como preservar o sagrado, o secreto e o comunitário em sistemas pensados para indivíduos?

Na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), vinculada à ONU, discute-se, há décadas, um tratado internacional para a proteção dessas expressões. Entretanto, alcançar consenso entre quase duzentos países de realidades tão distintas é tarefa complexa e contínua.

O Papel do Brasil e o Caminho à Frente

O Brasil tem se destacado nesse debate global. Sua diversidade cultural única exige soluções igualmente singulares, sensíveis às particularidades de cada povo e comunidade. A construção do Marco Legal se apresenta, assim, como um passo histórico para garantir proteção jurídica, reconhecimento e geração de renda às comunidades tradicionais.

A participação social é, portanto, indispensável. Quanto mais pessoas das comunidades, mestres da cultura, lideranças, artesãos, pesquisadores e especialistas integrarem o processo, mais legítima, eficaz e justa será a legislação resultante.

A mensagem final é clara: **para que o direito exista, é preciso conhecê-lo; para que proteja, precisa nascer das vozes daqueles que serão protegidos**.

A experiência paraguaia na proteção dos conhecimentos tradicionais

Claudia Pamela Cristaldo [28]

No Painel 3, relativo a “Experiências internacionais sobre a proteção das expressões culturais tradicionais, dos conhecimentos tradicionais e das culturas populares”, foi criado um espaço para compartilhar a experiência paraguaia na construção de uma política nacional para a proteção dos conhecimentos tradicionais.

Neste painel, tive a honra de compartilhar a experiência paraguaia na construção de uma política nacional destinada a proteger nossos conhecimentos tradicionais.

O Paraguai é um país profundamente rico em cultura. Desde nossa língua guarani, os cantos, os pratos típicos, o artesanato, até o tereré com suas ervas - cada elemento representa uma manifestação viva dos saberes ancestrais que compõem a essência de nossa identidade.

Espaços como este são extremamente valiosos porque nos permitem compartilhar o que cada país vem construindo. Ouvir aqueles que me antecederam reforça uma convicção: somos diferentes, mas enfrentamos os mesmos desafios. E justamente nessa diversidade compartilhada encontramos a força para avançar juntos.

A Direção Nacional de Propriedade Intelectual (DINAPI) conta com uma Direção de Conhecimentos Tradicionais e Recursos Genéticos, dentro da Direção-Geral de Propriedade Industrial. Essa abordagem reconhece que a proteção dos conhecimentos tradicionais também é uma questão de direitos, e que esses direitos devem ter rastreabilidade, reconhecimento jurídico e um registro constitutivo.

Embora o Paraguai ainda não conte com uma legislação específica para a proteção dos conhecimentos e das expressões culturais tradicionais, nossa base institucional já lançou os alicerces. A Lei nº 4978/12, que cria a DINAPI, atribui, entre suas funções, a de promover o reconhecimento e a utilização dos

28 Diretora-Geral Interina de Propriedade Industrial da Direção Nacional de Propriedade Intelectual do Paraguai.

conhecimentos tradicionais indígenas em benefício dos povos originários. Da mesma forma, o Decreto nº 7132/17, que aprova o Plano Nacional de Propriedade Intelectual, determina expressamente o desenho de uma política nacional nessa matéria. Isso não é uma iniciativa isolada de um governo: é uma política de Estado, necessária para proteger o que somos como nação.

Nesse contexto, desde dezembro de 2020, uma equipe multidisciplinar começou a trabalhar com um objetivo claro: proteger os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e das comunidades locais do Paraguai. Esse Grupo Impulsionador, formado por instituições públicas, representantes indígenas e organizações da sociedade civil, nasceu com a missão de redigir o Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Proteção dos Conhecimentos Tradicionais, um instrumento pensado com os povos indígenas, para garantir que as práticas, inovações e saberes transmitidos de geração em geração sejam protegidos e valorizados.

Desde sua criação, o grupo tem mantido uma intensa agenda de trabalho, com diversas reuniões e colaborações estratégicas com especialistas da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), da FAO, instituições acadêmicas e órgãos homólogos da região, como o INDECOPI (Peru) e o SENADI (Equador). Esses intercâmbios internacionais têm sido fundamentais para fortalecer a abordagem técnica e participativa do nosso processo de redação.

O Anteprojeto de Lei resultante busca preservar, salvaguardar e promover os conhecimentos tradicionais e as expressões culturais dos povos indígenas e das comunidades locais, estabelecendo um marco normativo baseado na propriedade intelectual que:

- previna a apropriação e o registro indevido de saberes tradicionais;
- promova o acesso equitativo aos benefícios derivados de seu uso;
- reconheça o valor cultural, espiritual e coletivo desses conhecimentos.

Seu objetivo geral é aprovar uma política nacional de proteção dos conhecimentos tradicionais, e seus objetivos específicos incluem fomentar o respeito e a preservação desses saberes, garantir a distribuição justa dos benefícios, assegurar o consentimento prévio, livre e informado, e reconhecer o papel essencial das mulheres como transmissoras do conhecimento ancestral.

Esse processo tem sido uma experiência pioneira de construção participativa e intercultural, um verdadeiro exercício de escuta e diálogo entre culturas. O que estamos construindo não é apenas um anteprojeto: é um ato de reconhecimento histórico, um passo rumo à soberania cultural dos povos indígenas e das comunidades locais do Paraguai.

Hoje, esse documento encontra-se em processo de socialização. Embora tenha sido concebido com os povos indígenas, queremos que todas as comunidades o sintam como próprio, que reconheçam nele uma ferramenta para proteger seus saberes, sua identidade e seu futuro. O desafio que temos pela frente é enorme: alcançar cada comunidade, ouvir cada voz e fazer com que esse projeto se transforme em uma lei viva, que proteja e celebre a sabedoria que nos define como povo.



O Vale Jequitinhonha - Entre a Herança Cultural e a Agressão da Mineração Predatória

Mestra Daiane Santos das Neves [29]

Quando falo do Vale Jequitinhonha, não me refiro apenas a um território geográfico. Meus dedos vibram lembrando os bordados que contam histórias de gerações, minhas orelhas ecoam com as cantigas que atravessam montanhas e vales, meu coração se enche de orgulho ao mencionar os congados que dançam em honra às divindades, as comunidades quilombolas que guardam a memória da resistência negra e os povos indígenas que são a alma dessa terra. Este é o Vale do Artesanato, o Vale da Cultura, o Vale das Comunidades, o Vale das Cantigas, o Vale dos Congados, o Vale Quilombola, o Vale Indígena, um lugar onde cada pedra, cada rio, cada tradição carrega a marca do saber ancestral.

Mas, hoje, venho aqui para dizer que este nome sagrado está sendo sequestrado. Sequestrado por mineradoras multinacionais estrangeiras que veem apenas lítio, ouro, ferro e minério sob nossa terra, nunca a riqueza que pulsa na pele, na voz e na alma de nossos povos.

O território que nos forma

O Vale Jequitinhonha estende-se por partes de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo - um mosaico de identidades que se entrelaçam há séculos. Os artesãos de pedra-sabão transformam rochas em verdadeiras obras de arte, transmitindo técnicas que vêm de pai para filho há mais de duzentos anos. As cantigas de roda, os congados, os batuques, as festas juninas não são apenas manifestações culturais: são formas de governança, de transmissão de conhecimento, de cuidado com o solo e com a água.

As comunidades quilombolas aqui presentes resistiram à escravidão, à marginalização e à tentativa de apagamento de suas raízes. Os povos indígenas, outros grupos que habitam essa região, guardam saberes milenares sobre a biodiversidade local, sobre como plantar, colher e viver em harmonia com a natureza.

29 Conhecida como Mestra Dai, é estudante de Pedagogia, pesquisadora e educadora popular, aprendiz e multiplicadora. Atua como vice-diretora de Educação da Federação N'Golo.

Este é um vale que vive da cultura, que se alimenta da solidariedade e que constrói sua identidade a partir do diálogo entre diferentes formas de ver e sentir o mundo. Por isso, carinhosamente, o chamamos de o “Vale das Culturas”, um título conquistado com suor, fé e resistência

A agressão da mineração predatória

Nos últimos anos, este cenário de vida e resistência tem sido ameaçado por uma força que não conhece limites nem respeito: a mineração predatória. Multinacionais estrangeiras chegam a nossas terras com promessas de desenvolvimento, de empregos e de progresso, mas o que deixam em seu caminho é destruição, miséria e o apagamento de nossa identidade.

Rios que eram fonte de vida agora estão poluídos com mercúrio e outros produtos tóxicos. Matas que abrigavam espécies únicas e forneciam matéria-prima para nossos artesãos foram derrubadas. Comunidades inteiras foram desalojadas sem aviso prévio, sem consulta e sem compensação justa. As casas foram destruídas, as igrejas onde se rezava há gerações foram arrasadas e os cemitérios onde repousam nossos ancestrais foram profanados. Até o nome do Vale Jequitinhonha está sendo sequestrado. Essas empresas usam nosso nome para comercializar seus produtos, para dar uma cara de respeito ao meio ambiente e à cultura local, enquanto, na prática, destroem tudo o que esse nome representa. Elas falam em “desenvolvimento sustentável” em seus relatórios anuais, mas aqui no vale, o que vemos é o oposto: um desenvolvimento que mata, que exclui e que apaga.

A falta de assistência e proteção

Quando pedimos proteção para nossas terras, para nossas tradições e para nossos direitos, somos ouvidos com condescendência ou simplesmente ignorados. As leis que deveriam garantir a nossa sobrevivência cultural e territorial são mais uma promessa no papel do que uma realidade concreta. Os órgãos de proteção ao patrimônio cultural visitam nossas comunidades apenas quando há projetos de pesquisa ou de turismo, mas nunca para garantir que tenhamos condições dignas de vida e de preservação de nossas práticas.

Há quem diga que somos “atrasados”, que nossas culturas são “obsoletas” e que precisamos nos adaptar ao “mundo moderno”. Mas o que é moderno em destruir a terra que nos sustenta? O que é progressista em apagar saberes

que nos ajudaram a sobreviver por séculos? Nossa cultura não é um obstáculo ao desenvolvimento é o caminho para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

O sequestro do nome e da identidade

O sequestro do nome do Vale Jequitinhonha não é apenas uma questão de marca ou de publicidade, é uma questão de identidade. Quando essas empresas usam nosso nome para vender seus produtos, elas estão roubando mais do que um título: estão roubando nossa história, nossa dignidade e nossa capacidade de nos reconhecermos como povo.

Elas criam marcas com nomes como “Vale do litium” e prometeram o “litium verde”, dando a impressão de que esses produtos estão ligados à nossa cultura e à nossa terra. Mas, na verdade, nada têm a ver conosco. O dinheiro gerado com essas vendas não volta para nossas comunidades ou para os povos daqui, vai para contas em bancos estrangeiros, para bolos de acionistas que nem conhecem nosso vale.

Enquanto isso, os verdadeiros guardiões do nome dessa terra, os quilombolas, os indígenas, os artesãos, os músicos, os líderes comunitários, os ribeirinhos, vivem de migalhas. Vendem os produtos em feiras de rua, pedindo ajuda para realizar suas festas e lutando todos os dias para garantir que as tradições não se percam. A nossa identidade é usada como mercadoria, mas nós mesmos somos tratados como invisíveis.

A desvalorização do saber ancestral

Outro ponto que não posso deixar de mencionar é a desvalorização do saber ancestral das comunidades tradicionais do Vale Jequitinhonha. Todo o recurso público destinado à pesquisa e à preservação da cultura local é quase sempre direcionado para pesquisadores de fora, brancos, elitizados, que chegam às nossas comunidades com seus cadernos e suas câmeras, coletam nossos saberes, nossos costumes e nossas histórias, e depois publicam livros, artigos e teses com esses conhecimentos, sem reconhecimento, sem consulta e sem remuneração para nós.

Os agricultores tradicionais sabem exatamente qual é a melhor época para plantar, qual é a melhor forma de cuidar do solo e qual é a combinação de plantas que garante uma colheita saudável. Os curandeiros tradicionais conhecem

as propriedades de centenas de plantas medicinais, transmitidas por gerações. Os artesãos sabem transformar matérias-primas locais em obras de arte que contam nossas histórias. Mas quando esses conhecimentos são estudados ou utilizados, são creditados aos pesquisadores que os “descobriram”, nunca aos povos que os desenvolveram e guardaram há séculos.

Nós não somos objetos de pesquisa - somos sujeitos de direitos. Nosso saber ancestral é um patrimônio coletivo que deve ser reconhecido, valorizado e remunerado. Devemos ter voz ativa na forma como esses conhecimentos são estudados, preservados e utilizados e devemos receber uma parte justa dos benefícios gerados por eles.

Justiça climática e cultura tradicional

Este debate não pode ficar apenas no âmbito cultural - está diretamente ligado à justiça climática. Os povos tradicionais do Vale Jequitinhonha são os primeiros a sofrer com os efeitos das mudanças climáticas: as secas são mais frequentes, as chuvas são mais intensas e os desastres naturais como deslizamentos e inundações se tornaram uma realidade constante.

Mas somos também os melhores guardiões da biodiversidade e dos recursos naturais. Nossas práticas culturais e nossas formas de vida estão profundamente ligadas ao cuidado com a terra, a água e o ar. Quando protegemos nossas culturas, protegemos também o meio ambiente. Quando combatemos a mineração predatória, estamos lutando por um planeta mais justo e sustentável para todos.

A justiça climática não pode ser apenas uma questão de redução de emissões ou de uso de energias renováveis, tem que ser uma questão de reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais. Tem que garantir que tenhamos voz na tomada de decisões que afetam nossas terras e nossas vidas. Tem que garantir que os benefícios do desenvolvimento sustentável cheguem até nós, e não apenas às grandes corporações.

Os quilombos sempre foram territórios de resistência, cuidado com a terra e defesa da vida. Herdeiros da luta contra a escravidão, os povos quilombolas seguem enfrentando novas formas de violência estrutural, entre elas o racismo ambiental e a mineração predatória, que ameaçam seus territórios, seus modos de vida e seu futuro.

O racismo ambiental se manifesta quando populações negras, quilombolas e tradicionais são as mais afetadas pela degradação ambiental, pela contaminação da água, pela destruição de nascentes, pelo desmatamento e pela ausência de políticas públicas de proteção. Não se trata de um acaso, mas de um modelo de desenvolvimento que historicamente escolhe sacrificar corpos negros e territórios periféricos, em nome do lucro.

A mineração predatória intensifica esse processo ao explorar o solo de forma agressiva, desconsiderando os impactos sociais, culturais e ambientais. Em muitas regiões, ela provoca a expulsão de comunidades, o adoecimento da população, o rompimento de vínculos com a terra e a destruição de espaços sagrados, roças, matas e rios, elementos centrais para a soberania alimentar, a espiritualidade e a identidade quilombola.

Apesar dessas ameaças, os quilombos seguem como guardiões da biodiversidade, do conhecimento ancestral e de práticas sustentáveis de convivência com a natureza. Suas formas de produção, cuidado coletivo e relação com o território demonstram que existem alternativas ao modelo predatório dominante, alternativas baseadas na vida, na justiça e na continuidade das gerações.

Defender os quilombos é defender o direito à terra, à memória, à cultura e a um futuro livre de exploração e racismo. É reconhecer que justiça ambiental só é possível quando os povos historicamente atingidos são protagonistas das decisões sobre seus territórios e destinos. A luta quilombola é, portanto, uma luta por justiça racial, ambiental e pela preservação da vida em todas as suas formas.

Propostas e chamado à ação

Por tudo isso, venho aqui fazer um chamado, tanto para os governos, quanto para as organizações:

1. Exigir o fim da mineração predatória no Vale Jequitinhonha: É preciso revisar todas as concessões minerárias, garantir que sejam feitas consultas prévias, livres e informadas com as comunidades tradicionais, e proibir qualquer atividade que ponha em risco nossa cultura, nossa saúde e nosso meio ambiente;
2. Proteger o nome do Vale Jequitinhonha: É preciso criar leis que impeçam o uso indevido do nome do vale por empresas que não têm vínculo com nossas comunidades, e garantir que os benefícios gerados pela comercialização de produtos ligados à nossa cultura cheguem até nós;

3. Valorizar e remunerar o saber ancestral: É preciso repensar a forma como os recursos públicos são destinados à pesquisa e à preservação da cultura local, garantindo que as comunidades tradicionais sejam protagonistas desse processo, recebam reconhecimento e remuneração pelos conhecimentos que compartilham;
4. Garantir assistência e proteção às comunidades: É preciso investir em serviços básicos como saúde, educação e saneamento básico nas comunidades tradicionais do vale, e criar políticas públicas específicas que protejam nossos direitos culturais e territoriais; e
5. Fortalecer os diálogos entre culturas globais e conhecimentos locais: Este seminário é um primeiro passo - mas precisamos que esses diálogos se transformem em ações concretas, que garantam que as vozes dos povos tradicionais sejam ouvidas em todos os espaços de decisão, tanto nacionais quanto internacionais.

A Esperança que nos Une

Eu sei que a luta é difícil. Eu sei que as forças contra nós são grandes. Mas eu também sei que a cultura do Vale Jequitinhonha é mais forte do que qualquer mineradora, mais resistente do que qualquer lei injusta e mais duradoura do que qualquer forma de exploração.

As cantigas continuam a ser cantadas, os bordados continuam a ser feitos, os congados continuam a dançar e os povos tradicionais continuam a resistir. Porque sabemos que nossa cultura não é apenas um patrimônio passado, é a chave para o futuro que queremos construir: um futuro justo, sustentável e cheio de vida.





FOTO: MICHELLY MATOS/ MINC

Painel 4

CULTURAS POPULARES E PROPRIEDADE INTELECTUAL: CAMINHOS PARA A PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL E DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS

Não Existe Cultura sem Território! A Proteção dos Conhecimentos e Expressões Culturais Tradicionais dos Povos Indígenas

Lucia Fernanda Jófej–Kaingáng[30]

Introdução

Ao final da I Conferência dos Pajés do Amazonas, Davi Kopenawa, do povo indígena Yanomami, teceu uma reflexão, após três dias ouvindo conferencistas renomados do mundo da propriedade intelectual, em um debate sobre Biodiversidade e Direito de Propriedade Intelectual, Proteção e Garantia do Conhecimento Tradicional, em Manaus-AM, em agosto de 2002.

> Os brancos são muito sábios - iniciou ele -, escrevem muitos livros, mas se esquecem da herança dos seus filhos. Eles sujam a água que os filhos irão beber. Pensam que toda sabedoria cabe nos seus livros e que tudo pode ser separado em caixas: pensam que podem ser donos do conhecimento que vive dentro dos pajés, colocando esse conhecimento dentro de uma caixa, a patente, e pensam que podem colocar a cuia em que o remédio é servido em outra caixa, o desenho industrial, e que o canto que o pajé faz enquanto o doente toma o remédio pode ser colocado na caixa do direito autoral. Eles pensam que podem separar o canto da dança, a reza da cura: não percebem que o mundo é circular, não é uma caixa e que as coisas não podem ser separadas. São tão inteligentes, mas não se deram conta de que a alma deles adoeceu e que o dinheiro de suas patentes não pode comprar a cura; o lugar onde vivem é o mesmo onde vivemos e os pajés Yanomami cantam para que o céu não caia sobre as nossas cabeças porque o espírito das florestas adoeceu com a fumaça. Os brancos não se preocupam com nada disso, porque a alma deles está cheia de esquecimento [...]. (Kopenawa, 2002, informação verbal)

30 Advogada. Mestre em Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais. Doutora em Patrimônio Cultural e Propriedade Intelectual. Especialista em Indigenismo da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), atua na Coordenação Regional de Cuiabá/MT.

O pajé Yanomami nos ensina que a compartimentalização dos nossos saberes, dos nossos fazeres, dos nossos rituais, das nossas línguas, do nosso sagrado e das expressões materiais que confeccionamos com a biodiversidade conservada em nossos territórios fere a integridade do nosso patrimônio cultural. Os conhecimentos tradicionais não são associados aos recursos genéticos: eles são intrínsecos a eles, isto é, estão dentro desses recursos como resultados de séculos de interação e melhoramento genético, razão pela qual não se pode dissociar os recursos genéticos dos conhecimentos tradicionais. Um adorno feito de plumária é considerado uma expressão cultural tradicional, mas essa expressão cultural é feita de quê? Ela é confeccionada com penas de aves que habitam o território, de recursos genéticos e a forma como esse adorno é elaborado, a combinação de cores, a escolha dos materiais e a forma de reunir cada elemento são conhecimentos tradicionais coletivos transmitidos pela tradição oral. Os povos indígenas não fazem separação entre expressões culturais tradicionais, conhecimentos tradicionais e recursos genéticos. Não separamos a bebida do ritual, a língua materna da educação tradicional, a dança do canto, nem a reza da cura. Queremos que nossas culturas sejam reconhecidas em sua integralidade e sejam protegidas de forma integral.

Os povos indígenas reiteraram esse vínculo no documento final do Colóquio "Expressões Culturais Tradicionais e Experiências Museográficas no Século XXI", realizado pela Universidade de Sorbonne Nouvelle, pelo Museu Nacional dos Povos Indígenas do Brasil e pela Unesco, em Paris, de 25 a 27 de junho de 2025, no contexto do Ano do Brasil na França, da Década Internacional das Línguas Indígenas e dos 20 anos da Convenção da Unesco sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais:

> As expressões culturais de cada povo indígena brotam dos nossos territórios tradicionais. São formas de saber e de fazer que integram, de maneira indissociável, a identidade e a soberania cultural dos nossos povos: a arte da cerâmica é a retomada da terra com as mãos, nossos adornos são tecidos com plumárias, sementes, fibras, dentes e ossos. O urucum e o jenipapo, entre outros, colorem os grafismos que dão significado e beleza às nossas pinturas corporais e às nossas cestarias: recursos genéticos das florestas plantadas pelos nossos ancestrais que, com seus roçados, representam as áreas mais importantes da biodiversidade terrestre. (BEYA XARABU, 2025)

Somos enviados dos nossos territórios para as universidades, para atuar como profissionais em diferentes áreas, conquistamos espaços estratégicos como gestores no Poder Executivo, atuamos como negociadores no cenário internacional e precisamos voltar com resultados. Nossos territórios estão terceirizados para o agronegócio e ameaçados por interesses econômicos, a exemplo das madeireiras e das mineradoras e empreendimentos que violam o usufruto exclusivo dos

territórios indígenas. Não separamos os direitos intelectuais dos direitos territoriais, porque para os povos indígenas não existe cultura sem território![31]

Culturas Populares e Propriedade Intelectual: Caminhos para a Proteção do Conhecimento Tradicional e das Expressões Culturais Tradicionais

> Enfatizamos que nossas culturas, expressões culturais, diversidade linguística, conhecimentos tradicionais e recursos genéticos, incluindo conhecimentos e recursos transfronteiriços, não são patrimônio da humanidade, de livre exploração e comercialização e, tampouco, dos Estados nacionais. São patrimônios dos povos indígenas e, como tal, devem ser reconhecidos e protegidos. (Protegendo Saberes, Fazeres, Sabores e Dizeres para o Futuro da Sociobiodiversidade Indígena. 2024, p.2).

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o período entre 2022 e 2032 como a Década Internacional das Línguas Indígenas. Então, vou iniciar com uma saudação na língua do meu povo, que são os Kaingang, da região sul e sudeste do Brasil: nós não dizemos bom dia, nem boa tarde, nem boa noite. Nós nos preocupamos se as pessoas estão bem. *Ãjag mỹ há?* Tudo bem com vocês? E se vocês estiverem bem, vocês respondem *há*. Eu vou perguntar em Kaingang e vocês vão responder: *Ãjag mỹ há?* Tudo bem com vocês? Que bom que está tudo bem. Como é bom estar na Chapada de novo.

Quero pedir licença para falar perante os nossos mestres nesse 25º Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros. Temos um desafio que é falar sobre um tema complexo: culturas populares, povos indígenas, conhecimento tradicional, expressões culturais tradicionais e propriedade intelectual.

Por que é importante discutir os caminhos para proteção do conhecimento tradicional e expressões culturais tradicionais? Como as Nações Unidas, como os países que têm povos indígenas e comunidades locais estão tratando esse tema, que medidas legislativas e administrativas têm sido adotadas e o que é que está sendo discutido sobre nós?

Esse Seminário Internacional conta com representantes de diferentes países e de órgãos multilaterais, como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, que discutem há vinte e cinco anos a proteção dos conhecimentos tradicionais, que são os saberes dentro de cada cultura e também as expressões culturais tradicionais: nossos cantos, nossas danças, as rezas, as nossas línguas,

31 **Existe Cultura Sem Território?** Disponível em **https://youtu.be/o3Cdli5bFDA**

os rituais, e também a diversidade da cultura material: os nossos grafismos, nossas cerâmicas, nossas cestarias, nossas tecelagens, as festas, as culturas alimentares, a diversidade cultural que faz do Brasil um líder entre os países conhecidos como megadiversos.

Mas essa riqueza cultural tem sido expropriada e, sendo assim, medidas para coibir as práticas de apropriação indevida precisam ser adotadas. Os conhecimentos e as expressões culturais tradicionais têm sido utilizados sem o nosso consentimento no mercado e sem que os povos indígenas, os quilombolas e os povos tradicionais recebam contrapartidas pela comercialização desses saberes e expressões. Enquanto isso, esses povos e essas comunidades se encontram economicamente vulneráveis, enfrentando dificuldades para sobreviver, por não ter o reconhecimento e a retribuição pela sua condição de autores e inventores de bens e serviços culturais, como aponta a socióloga do povo indígena Maori, da Nova Zelândia, Linda Tuhiwai Te Rina Smith, em sua célebre obra *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas:*

> Incomoda-nos o fato de que o Ocidente possa desejar, extrair e reivindicar a posse de nossos modos de conhecer, de nossa imagem, das coisas que criamos e produzimos, e ao mesmo tempo rejeitar as pessoas que criaram e desenvolveram tais ideias, sobretudo negando-lhes oportunidades para serem criadoras de sua própria cultura e de sua própria nação. (Smith, 2018, p. 11)

Temos o privilégio de ouvir as experiências de representantes de instituições que podem nos dar uma pista de como nós podemos proteger a essência das nossas culturas na área do comércio. Esperamos replicar boas práticas comerciais que reconheçam direitos e promovam equidade e reparação econômica, para que a cultura gere renda e dignidade nos territórios, para que paguem por aquilo que tem sido usado e que integra nosso patrimônio cultural. Existem mecanismos possíveis e diferentes profissionais de vários países, além da representante da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) com sede em Genebra, na Suíça, que irão nos indicar para agregar valor aos nossos produtos e serviços culturais.

A OMPI levou mais de duas décadas discutindo esse tema, mas entendeu que aquele mundo de caixinhas não se aplica aos saberes e fazeres dos povos indígenas, dos quilombolas e dos povos tradicionais. A proteção precisa ser mais ampla para que seja integral.

Então, é importante que os nossos mestres tenham muito claro a importância dessa discussão, porque, talvez em dois anos, seja convocada uma conferência diplomática na OMPI. O que é uma conferência diplomática? Ministros, embaixadores e autoridades governamentais do mundo todo irão se reunir, em

Genebra, para definir os termos de um futuro tratado internacional de proteção aos conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais. Quem serão os beneficiários desse futuro instrumento? Quais expressões e conhecimentos esse tratado irá proteger? O que ficará de fora da proteção? Quais ferramentas da propriedade intelectual podemos utilizar desde já? Marcas, indicações geográficas? Como agregar valor ao produto? Aprendemos com os exemplos das Ilhas de Cabo Verde, da Austrália: o que mais podemos aprender com os parentes e com os governos de outros países?

Reverenciamos cada sábio, cada anciã das nossas culturas na fala da mestra Marilda, liderança quilombola de Angra dos Reis e griô, mestra da cultura e jongueira, portadora e transmissora de saberes ancestrais, proprietária de saberes ancestrais, reconhecida por sua atuação como coordenadora da Associação dos Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí. A mestra Marilda receberá o título de Doutora Honoris Causa em Saberes pela Universidade Federal Fluminense. Nós queremos deixar um recado para todas as instituições de ensino superior: nós queremos títulos de Notório Saber para os nossos mestres. Por quê? Porque isso permite que eles sejam remunerados como um professor doutor numa aula inaugural na futura Universidade Indígena, nas licenciaturas interculturais. Isso é equidade. Isso é reparação intelectual por todo o extrativismo acadêmico que nos tratou como objetos e não como sujeitos da pesquisa.

Entre os nossos painelistas, está o Anthony Kakooza, de Uganda, que é advogado do Tribunal Superior de Uganda, é árbitro e mediador credenciado em disputa de propriedade intelectual junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual e atua em projetos relacionados a regulamentação do conhecimento tradicional e do folclore em Uganda, Malawi e Gana. O Anthony mencionou um caso famoso de apropriação indevida de expressões culturais tradicionais que envolve também recursos genéticos: a ayahuasca é compartilhada por cento e noventa povos indígenas da Amazônia brasileira, muito antes do Brasil ter as fronteiras geopolíticas que tem hoje. Ayahuasca não é patrimônio das igrejas: é um ritual que integra o sagrado de muitos povos indígenas. Então essa separação entre conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e expressões culturais tradicionais é uma divisão arbitrária criada pelo imaginário de juristas não indígenas. A Ayahuasca é um exemplo de expressão cultural tradicional, porque é um ritual, é uma festa sagrada, que envolve diferentes plantas. e então, os recursos genéticos estão presentes e cada povo tem sua forma própria de preparar e de usar as plantas e a bebida criada a partir delas e isso são conhecimentos tradicionais. Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar e proteger os direitos sobre a Ayahuasca e qualquer produto que seja

objeto de pedidos de patente deve indicar a existência de recursos genéticos que possuem conhecimentos tradicionais intrínsecos a esses recursos e repartir os benefícios pelas pílulas de Ayahuasca, pelo spray nasal de Ayahuasca e de qualquer produto que envolva os conhecimentos tradicionais e os recursos genéticos que pertencem aos povos indígenas.

Vamos tecer reflexões sobre as contribuições do Manuel Ruiz Miller, advogado do Peru que trabalha com questões ambientais e de desenvolvimento sustentável desde 1993. Manuel foi membro da Sociedade Peruana de Direito Ambiental. Ele tem trabalhado e publicado extensivamente sobre questões de povos indígenas, comunitárias locais, incluindo propriedade intelectual, cultura e agrobiodiversidade, tendo sido consultor da OMPI, do PNUMA, da FAO, da UICN, que são organizações dentro das Nações Unidas, e trabalhou com governos e organizações em várias regiões. Manuel mencionou a lei peruana e a lei panamenha como exemplos de marcos legais para promover e proteger conhecimentos e expressões culturais tradicionais e aponta a insuficiência das leis e a necessidade de estabelecer um conjunto de medidas para proteger os conhecimentos tradicionais e as expressões culturais. Outro aspecto fundamental que o Manuel destaca é a importância de proteger o lugar de onde brotam esses conhecimentos sobre os recursos genéticos e as expressões culturais tradicionais que podem estar vinculadas a ambos: os territórios, porque a diversidade cultural depende diretamente da diversidade biológica.

Esperamos que nossos biomas, nossas florestas tropicais, o Cerrado, o Pampa, a Caatinga, a Mata Atlântica, a Amazônia, o Pantanal não sejam convertidos em ativos no mercado financeiro do colonialismo verde e que as migalhas dos recursos sejam destinadas aos povos indígenas, aos quilombolas e aos povos tradicionais, como resultado da criação de um fundo, proposto pelo Banco Mundial em 2009, na trigésima Conferência das Partes sobre Mudança Climática, em novembro de 2025, em Belém-PA.

Finalmente, a nossa última painelista, representa a OMPI, órgão das Nações Unidas ligado à Organização Mundial do Comércio e uma instituição poderosa. Desde 2000, tem havido discussões em Genebra sobre como proteger os cantos, as danças, os rituais, sobre o nosso sagrado, o nosso secreto. Begoña Venero Aguirre é conselheira principal da divisão de Conhecimentos Tradicionais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, onde conta com títulos de advogada da Pontifícia Universidade Católica do Peru, em Lima e um diploma de Estudos Internacionais da Propriedade Industrial do Centro de Estudos Internacionais da Propriedade Industrial da Universidade Robert Schuman,

de Estrasburgo, na França. Ela possui vários artigos publicados, a exemplo de "Proteja e promova sua cultura", que é um Guia prático sobre a Propriedade Intelectual para os povos indígenas e as comunidades locais e é autora do Guia para Catalogação de Conhecimentos Tradicionais.

Nos anos 2000, foi criado o Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Conhecimento Tradicional, Recursos Genéticos e Folclore da OMPI para discutir sobre a proteção dos conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e expressões culturais tradicionais. Em 2010, iniciaram as negociações baseadas em textos e, em maio de 2024, a Conferência Diplomática, liderada pelo Embaixador Guilherme Patriota, aprovou um tratado internacional sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais[32] que inclui mais um requisito para o pedido de patentes: passa a ser obrigatório informar se a invenção a ser patenteada inclui conhecimentos tradicionais e recursos genéticos e de onde esses conhecimentos e recursos provêm.

Hoje o grande desafio existente no âmbito do Comitê Intergovernamental é cumprir o mandato de criar um ou vários instrumentos internacionais para proteger as expressões culturais tradicionais e conhecimentos tradicionais e esse futuro instrumento não pode excluir a proteção dos recursos genéticos. Espera-se criar um tratado de proteção dos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais (esse é o termo utilizado para designar os povos tradicionais na OMPI), para que recebam, pelo uso de seus conhecimentos, suas inovações e práticas, a justa e equitativa repartição dos benefícios econômicos auferidos desses usos.

Quem tem participado dessas discussões que definirão a proteção futura dos nossos conhecimentos e expressões culturais? Onde estão gestores do governo brasileiro em representação do MinC, do Ministério dos Povos Indígenas, da Igualdade Racial, das Mulheres, dos Direitos Humanos? É imprescindível ter representação da sociedade civil nas próximas reuniões do Comitê Intergovernamental, em Genebra, a começar pelo biênio 2026 -2027. A diversidade cultural que nós representamos como Brasil são 391 povos indígenas, falantes de 295 línguas vivas[33], além dos quilombolas, das comunidades locais, chamadas no Brasil de povos tradicionais, e que precisam estar representadas nas discussões em curso.

32 Para mais informações veja-se a página da OMPI: **Estados Membros da OMPI Adotam Novo Tratado Histórico sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado**

33 Conforme dados do Censo do IBGE 2022. Informação disponível em **Censo 2022: Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas | Agência de Notícias**

Considerações Finais

A implementação do princípio da livre determinação, segundo a qual os povos indígenas têm o direito a decidir sobre as necessidades e prioridades para o nosso desenvolvimento cultural no Brasil da megadiversidade, ao tratar da essência das nossas culturas, reitera a manifestação expressa dos povos indígenas:

I. No documento final do Colóquio Expressões Culturais Tradicionais e Experiências Museográficas no Século XXI, realizado pela Universidade de Sorbonne Nouvelle, pelo Museu Nacional dos Povos Indígenas do Brasil e pela Unesco, em Paris, de 25 a 27 de junho de 2025 intitulado *Beya Xarabu*. Expressões Culturais Tradicionais, Reparação, Memória e Culturas Vivas;

II. No documento final do Seminário Internacional Povos Indígenas e Diversidade Cultural: Saberes, Fazeres e Biodiversidade. (2024). Como Proteger para o Futuro? realizado em abril de 2024, no Rio de Janeiro, intitulado Protegendo Saberes, Fazeres, Sabores e Dizeres para o Futuro da Sociobiodiversidade Indígena;

III. Na Carta das escritoras, escritores e artistas, indígenas reunidos no 20° Encontro de Escritores e Artistas Indígenas. (2025). Rio de Janeiro, 15 a 18 de outubro de 2025;

E baseada no protagonismo indígena requer:

1. O uso da terminologia correta nos marcos legais e políticas públicas de cultura, inclusive no Decreto 6040 de 2007: somos "**povos indígenas"** porque essa é a terminologia que o Brasil adotou em tratados internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho de 1989 e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007. Não somos tribos, não somos silvícolas, não somos povos tradicionais, não somos populações, não somos etnias, não somos grupos, não somos comunidades e embora seja moda agora, não somos povos originários, até porque somos todos originários da África: somos povos indígenas e batalhamos mais de duas décadas nas Nações Unidas para que essa seja a terminologia utilizada;

2. A garantia da participação, ampla, plena, efetiva e qualificada dos povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais nas negociações dos organismos multilaterais sobre a proteção de expressões culturais tradicionais, conhecimentos tradicionais e, essa discussão não deve excluir os recursos genéticos conservados e preservados dentro dos territórios desses povos e comunidades;

3. O reconhecimento da demarcação e desintrusão dos territórios dos povos indígenas como estratégia global de conservação de biodiversidade e mitigação de impactos de mudanças climáticas;
4. A presença de interlocutores indígenas em todos os Ministérios, especialmente no Ministério da Cultura, mediante uma Secretaria Nacional de Cultura dos Povos Indígenas, mas também no Legislativo e no Judiciário. Recordando que o Brasil precisa reparar a ausência histórica de uma ministra indígena no Supremo Tribunal Federal;
5. Financiamento assegurado pelo governo para a elaboração de protocolos de uso de expressões culturais tradicionais, conhecimentos tradicionais e recursos genéticos com a participação de profissionais de povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais na qualidade de consultores;
6. A reparação pelo extrativismo intelectual perpetrado pelas instituições de ensino superior, em prejuízo dos povos indígenas em sua qualidade de criadores, inventores, que têm ciência e tecnologia próprios. Essa reparação intelectual deve incluir editais específicos de concurso para docentes indígenas e a concessão de títulos de notório saber às anciãs, aos anciãos, parteiras, erveiras, rezadores, pajés, artesãs e artesãos, contadores de histórias, cantores e artistas que são as referências para a proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais dos nossos povos;
7. A inclusão da diversidade cultural como um dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU;
8. A realização de consultas públicas presenciais, em todos os biomas, com a participação das redes de pontos e pontões de cultura para tratar do marco legal de conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais e o financiamento e participação do Ministério dos Povos Indígenas e da Funai e dos Ministérios da Cultura, das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Esportes, das Relações Exteriores, entre outros.

Não existe uma expressão para dizer muito obrigado em Kaingang, dizemos que foi muito bom estar aqui. *Inh mỹ há tĩ*: muito obrigada. Até o próximo Encontro de Culturas dos Povos Indígenas e dos Povos Tradicionais na Chapada dos Veadeiros. Toquem os tambores e soem os maracás!

Anexos

- Carta de São Luís do Maranhão, documento final do evento “A Sabedoria e a Ciência do Índio e a Propriedade Industrial”, de 04 a 06 de dezembro de 2001;[34]

- Documento final do Seminário Internacional Povos Indígenas e Diversidade Cultural: Saberes, Fazeres e Biodiversidade. Como Proteger para o Futuro? realizado em abril de 2024, no Rio de Janeiro, intitulado “**Protegendo Saberes, Fazeres, Sabores e Dizeres para o Futuro da Sociobiodiversidade Indígena**[35]”;

- Documento final do Colóquio “Expressões Culturais Tradicionais e Experiências Museográficas no Século XXI” realizado pela Universidade de Sorbonne Nouvelle, pelo Museu Nacional dos Povos Indígenas do Brasil e pela Unesco, em Paris, de 25 a 27 de junho de 2025, intitulado “**Beya Xarabu. Expressões Culturais Tradicionais, Reparação, Memória e Culturas Vivas**[36]”;

- **Carta das escritoras, escritores e artistas, indígenas reunidos no 20º Encontro de Escritores e Artistas Indígenas**. Rio de Janeiro, 15 a 18 de outubro de 2025[37].

34 Disponível em: **https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/carta-de-sao-luis-do-maranhao**.

35 Disponível em: **https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/assuntos/noticias/2024/povos-indigenas-dos-seis-biomas-aprovam-documento-com-o-posicionamento-dos-povos-indigenas-sobre-propriedade-intelectual/documento-final-caucus_povos_indigenas_do_brasil.pdf**.

36 Disponível em: **https://creda.cnrs.fr/wp-content/uploads/2025/09/Documento-Final-2.pdf**.

37 Disponível em: **https://drive.google.com/file/d/1zikn9AJhO3B50lfgesXSi9hMkFrHRifP/view?usp=sharing**.

Referências Bibliográficas

Beya Xarabu. Expressões Culturais Tradicionais, Reparação, Memória e Culturas Vivas. (2025). Documento final do Colóquio "Expressões Culturais Tradicionais e Experiências Museográficas no Século XXI" realizado pela Universidade de Sorbonne Nouvelle, pelo Museu Nacional dos Povos Indígenas do Brasil e pela Unesco, em Paris, de 25 a 27 de junho de 2025;

Carta de São Luís do Maranhão (2001). Documento final do evento "A Sabedoria e a Ciência do Índio e a Propriedade Industrial", de 04 a 06 de dezembro de 2001;

Protegendo Saberes, Fazeres, Sabores e Dizeres para o Futuro da Sociobiodiversidade Indígena (2024). Documento final do Seminário Internacional Povos Indígenas e Diversidade Cultural: Saberes, Fazeres e Biodiversidade. Como Proteger para o Futuro? Realizado de 08-10 de abril de 2024. Rio de Janeiro.

Carta das escritoras, escritores e artistas, indígenas reunidos no 20° Encontro de Escritores e Artistas Indígenas. (2025). Rio de Janeiro, 15 a 18 de outubro de 2025;

Kaingáng, Lucia Fernanda Jófej. Belfort Sales, Lucia Fernanda Inácio. Direitos negados, patrimônios roubados: desafios para a proteção dos conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e expressões culturais tradicionais dos povos indígenas no cenário internacional / Lucia Fernanda Inácio Belfort Sales. - Ronda Alta: Instituto Kaingáng, 2023. 336 p.; 28 cm. (Acesso em 13 de outubro de 2025).

Kopenawa, D.Y. (2002) *I Conferência dos Pajés do Amazonas*. Manaus.

OMPI– Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2001) 'Conocimientos Tradicionales: Necesidades y expectativas en materia de propiedad intelectual. Informe relativo a las misiones exploratorias sobre propiedad intelectual y conocimientos tradicionales (1998-1999)'. Genebra: OMPI. WIPO. Disponível em: **https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/es/tk/768/wipo_pub_768.pdf** (Acesso em 19 de outubro de 2025).

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2012a) 'Guía de la organización mundial de la propiedad intelectual para la catalogación de conocimientos tradicionales: borrador de consulta'. WIPO. Disponível em: https:// **www.wipo.int/edocs/pubdocs/es/wipo_pub_1048.pdf** (Acesso em 14 de outubro de 2025)

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2012b) Propiedad intelectual y recursos genéticos, conocimientos tradicionales y expresiones culturales tradicionales: perspectiva general

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2015) 'Propiedad intelectual y recursos genéticos, conocimientos tradicionales y expresiones culturales tradicionales: Panorama '. WIPO. Disponível em: **https://www.wipo.int/** edocs/pubdocs/es/wipo_pub_933_2020.pdf (Acesso em 23 de outubro de 2025).

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2016a) 'Conocimientos tradicionales y propiedad intelectual'. Nota Informativa n° 1. WIPO. Disponível em: **https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/es/wipo_pub_tk_1.pdf** (Acesso em 17 de outubro de 2025).

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2016b) 'Comissão Intergovernamental da OMPI sobre a Propriedade Intelectual e os Recursos Genéticos, os Conhecimentos

Tradicionais e o Folclore'. Nota Informativa nº 2. WIPO. Disponível em: **https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_tk_2.pdf** (Acesso em 23 de outubro de 2025).

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2016c) 'Glosario de los términos más importantes relacionados con la propiedad intelectual y los recursos genéticos, los conocimientos tradicionales y las expresiones culturales tradicionales'. Genebra: OMPI. WIPO. Disponível em: **https://www.wipo.int/** meetings/es/doc_details.jsp?doc_id=360536 (Acesso em 16 de outubro de 2025).

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2017) 'Making a Mark: An Introduction to Trademarks for Small and Medium-Sized Enterprises. Intellectual Property for Business Series', nº 1. WIPO. Disponível em: **https://www.wipo.int/** publications/en/index.html (Acesso em 23 de outubro de 2025).

Smith, L.T. (2018) Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas. Curitiba: Editora UFPR.

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Cultura (2005) 'La Convención de 2005 sobre la Protección y la Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales'. Unesco. Disponível em: https:// **es.unesco.org/creativity/convention/texts** (Acesso em 8 de outubro de 2025).

United Nations (2007) 'Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas', in Silva, L.F.V. (ed.) Coletânea da legislação indigenista brasileira: Coordenação Geral de Documentação e Tecnologia da Informação (CGDTI). Fundação Nacional do Índio (Funai). Brasília, p. 7.

Pelos caminhos do Jongo no Quilombo Santa Rita do Bracuí,

Mestra Marilda de Souza [38]

"A liberdade não ficou do nosso jeito. Deram nossa liberdade, não deram nossos direitos. E é por isso que o Brasil tá cheio de preconceito."

Ponto de Jongo de Manoel Moraes, em memória

Eu sou Marilda de Souza Francisco, mulher negra, quilombola do Quilombo Santa Rita do Bracuí. Sou descendente direta de uma história de luta e resistência, representante da minha comunidade. Trago comigo a força dos meus ancestrais e os ensinamentos que aprendi desde criança, em cada canto, cada história e nas batalhas diárias que enfrentamos para proteger nossa terra e nossa cultura.

O Quilombo Santa Rita do Bracuí tem suas raízes em uma antiga fazenda, para onde um escravocrata trazia negros de Moçambique e de outras regiões africanas para serem escravizados no Brasil. Nós sempre fazemos questão de falar: os africanos trazidos para cá não eram escravos. Eles foram brutalmente escravizados. Quando aprendi sobre isso na escola, os livros quase faziam parecer que toda a África era composta por escravos. Mas não, nossos ancestrais eram reis, rainhas, artesãos, agricultores, sábios. É essa história que honramos e seguimos defendendo.

A comunidade do Quilombo foi formalmente reconhecida no ano de 2000. Em 2005, criamos a nossa associação e, seis anos depois, em 2011, fomos certificados. Mais tarde, em 2015, finalizamos o Relatório Técnico de Demarcação (RTD). No entanto, até hoje, aguardamos o título de terra. "Seu Lula, titula o Quilombo Santa Rita do Bracuí!": esse é o nosso pedido e o nosso apelo. A lei é lenta, e nós, que vivemos a pressão da especulação imobiliária e do racismo ambiental, temos pressa.

Nossa localização na Costa Verde é muito cobiçada. Escuto constantemente que uma terra tão bonita não deveria ser ocupada por um povo pobre e preto

38 Liderança quilombola de Angra dos Reis/RJ, é griô e jongueira, portadora e transmissora de saberes ancestrais. Reconhecida por sua atuação como coordenadora da Associação dos Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí.

como nós, como se não tivéssemos direito de viver em um paraíso. Mas eu digo: estamos no lugar que nos pertence. Proteger o território não é apenas lutar contra a especulação imobiliária, mas também cuidar do meio ambiente, da natureza que sustenta a nossa vida.

E por falar em meio ambiente, enfrentamos uma grave situação após as enchentes de 2023. A prefeitura resolveu construir um muro de seis metros de altura ao longo do Rio Bracuí, um rio limpo que é fonte de vida, cultura e turismo para a nossa comunidade. Esse muro, além de bloquear a nossa ligação com o rio e suas quedas d'água, cortou o acesso para pescadores e moradores. Nós pedimos o reflorestamento das margens, pequenas descidas ao rio e algumas pontes para cruzarmos de um lado ao outro, mas disseram que isso "não estava no orçamento". Fomos obrigados a levar o caso ao Ministério Público. Mesmo assim, continuamos enfrentando pressões.

Ô, gente, preste atenção na história que eu vou contar.
Deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé tá lá no mar.
Tá lá no mar, tá lá no mar.

Quando as pessoas chegam e perguntam qual a metragem do quilombo, respondo com esse ponto de jongo que criei, porque nosso quilombo é cortado pelo Rio Bracuí, que nasce na divisa com São Paulo e deságua no mar!

O Quilombo Santa Rita do Bracuí é resistência e celebração. A nossa comunidade é um verdadeiro celeiro de cultura. O jongo é a força do nosso território, carregando a memória de nossos ancestrais. Meu pai contava histórias, fazia balaio e tapiti para processar a mandioca. Minha mãe, Emília, era muito festeira e fazia bonecas de pano para mim e me levava tanto para as rodas de jongo quanto para a Igreja Católica e o terreiro de Umbanda. Cresci cercada pela oralidade, pela cultura e pela força da comunidade.

Hoje, continuamos a defender a educação e a cultura como pilares da nossa luta. Conseguimos transformar uma escola municipal em uma escola quilombola dentro do território, a Áurea Pires, e estamos finalizando a construção de uma nova escola de primeiro segmento, onde nossa história e nossa realidade serão ensinadas. Também trabalhamos com educação ambiental, recebendo crianças das redondezas para aprenderem sobre o cultivo de café, cacau e o manejo da juçara, fruto tão importante da Mata Atlântica. Fazemos questão de afirmar: nossa juçara é da Mata Atlântica, é diferente do açaí do Norte, que todo mundo conhece. A juçara é nossa! Faz parte da nossa identidade manter vivo esse conhecimento.

Também enfrentamos desafios simples que não deveriam existir, como a dificuldade de os jovens quilombolas se registrarem para estudar. “Qual é o nome da sua rua? Qual o número da sua casa?”, perguntam. Quilombos e aldeias não têm números nem ruas como as cidades. Temos uma estrada - a Estrada Santa Rita do Bracuí -, e vivemos perto da casa de familiares e amigos. Por tantas vezes, fomos negados ou excluídos por termos uma estrutura diferente.

Mesmo assim, seguimos adiante. Nosso quilombo teve a honra de enviar muitos jovens à universidade, algo que nos orgulha muito. No entanto, também desejamos que esses jovens possam voltar para o território, trazendo o conhecimento adquirido e ajudando no fortalecimento da nossa comunidade.

Por fim, deixo aqui uma reflexão: nós, quilombolas, indígenas e caiçaras, estamos na linha de frente na defesa do meio ambiente e das nossas tradições. Somos como o beija-flor da história: a mata estava em chamas, e o beija-flor, com o seu bico pequeno, tentava apagar o fogo. Um elefante virou para ele e disse que seria inútil, que não faria diferença. E ele respondeu: “Talvez, mas pelo menos estou fazendo a minha parte.” Assim somos nós, tentando salvar o planeta de um incêndio que não fomos nós que começamos.

O Quilombo Santa Rita do Bracuí é resistência, memórias e luta. Nós estamos aqui e vamos continuar lutando por nossa terra, nossa história e nosso futuro.

Experiências Internacionais na Proteção das Expressões Culturais Tradicionais, dos Conhecimentos Tradicionais e das Culturas Populares

Dr. Anthony C.K. Kakooza[39]

Em 2009, como Chefe de Estado de Uganda, Sua Excelência o General Yoweri Kaguta Museveni, então no exercício do cargo, preparava-se para as eleições presidenciais,, previstas para janeiro do ano seguinte, e pensou em uma maneira única de atrair votos. Ele decidiu focar mais nos jovens, e aqui está o motivo: Uganda é conhecida como uma das populações mais jovens do mundo, com mais de cinquenta por cento de sua população abaixo dos setenta anos de idade. Considerando que uma população tão jovem é facilmente atraída pelo *rap*, o presidente Museveni selecionou dois poemas folclóricos de sua comunidade étnica (a Ankole) e criou uma forma única de recitá-los, enquanto batidas de *rap* tocavam ao fundo. Ele fez parecer que estava cantando rap. Entre os dois poemas, ele faz a pergunta: "Você quer outro rap?", antes de recitar o segundo poema. Sua nova música foi lançada durante a campanha presidencial sob o título "*Você quer outro rap*?". Foi um sucesso imediato e atraiu grande adesão durante sua campanha. A música está disponível no YouTube.

Mas nem todos ficaram felizes - e não estou falando de seus oponentes políticos. Alguns membros da comunidade étnica do presidente - o povo Ankole - ficaram insatisfeitos e acreditavam que, caso ele reivindicasse direitos autorais sobre as expressões tradicionais ou o folclore da comunidade, isso os privaria do uso futuro de seu folclore. Alguns desses membros me consultaram sobre como impedir o presidente de obter um certificado de direitos autorais sobre sua música "Você quer outro rap?". Analisei a legislação de direitos autorais de Uganda e não encontrei nada que o impedisse de obter tal certificado. Ainda assim, eles apresentaram uma oposição à concessão do certificado, mas não tiveram sucesso. O Registrador de Direitos Autorais decidiu que o direito autoral

39 Advogado do Tribunal Superior de Uganda, é árbitro e mediador credenciado em disputa de propriedade intelectual junto à OMPI, trabalhando em projetos relacionados à regulamentação do conhecimento tradicional e do folclore em Uganda, Malawi e Gana.

sobre a música *Você quer outro rap*? não os impedia de continuar utilizando e desfrutando suas expressões culturais tradicionais relativas aos dois poemas Ankole, pois direitos autorais e folclore são coisas diferentes, embora o primeiro possa derivar do segundo.

Após ter sido consultado no caso *Você quer outro rap*?, ao perceber como o sistema jurídico atual era inadequado para oferecer proteção às expressões culturais e aos conhecimentos tradicionais, desenvolvi grande interesse por essa área do Direito. Percebi que a propriedade intelectual, que é de titularidade individual e bastante lucrativa para seus titulares, possui uma estrutura jurídica sólida, mas se alimenta consideravelmente dos conhecimentos tradicionais e das expressões culturais, que pertencem às comunidades e possuem uma estrutura jurídica muito mais fluida - quando existente. Esse interesse me levou à obtenção de um doutorado em Direito pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, entre 2011 e 2014. Minha pesquisa focou na divisão cultural entre direitos autorais e expressões culturais tradicionais. Após minha graduação, em 2014, fui mantido na Universidade de Illinois como professor adjunto e, até hoje, continuo ministrando um curso breve sobre Propriedade Intelectual, Conhecimentos Tradicionais e Expressões Culturais. Também venho realizando consultorias para a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) nessa área há vários anos.

No curso do meu trabalho com Propriedade Intelectual, Conhecimentos Tradicionais e Expressões Culturais, tive contato com diversos estudos de caso interessantes sobre usos justos e injustos sob regimes de propriedade intelectual. Um desses casos envolve a planta *Ayahuasca*. Uma patente foi concedida pelo Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos (USPTO) a Loren Miller, em 1986, sobre uma planta "nova e distinta" chamada "*Da Vine*". O titular da patente indicou que a planta foi "descoberta" crescendo em um jardim doméstico na floresta amazônica da América do Sul. Em 1999, o USPTO revogou a patente após receber uma reclamação de uma organização representativa dos povos indígenas, mas reverteu essa decisão em 2001 após recurso apresentado por Miller. É evidente que o titular da patente e o USPTO desconsideraram o significado espiritual e ritual da planta para as comunidades indígenas locais da Amazônia. Existem muitas histórias semelhantes que mostram como o regime de propriedade intelectual prevalece sobre os conhecimentos tradicionais e as expressões culturais tradicionais.

Minhas pesquisas e atividades acadêmicas nos últimos dez anos, envolvendo Propriedade Intelectual, Conhecimentos Tradicionais e Expressões Culturais

são, portanto, a base a partir da qual apresento as seguintes recomendações e pontos-chave sobre a utilização eficaz das expressões culturais tradicionais, especialmente em um mundo atualmente dominado por mecanismos de proteção da propriedade intelectual:

a) Documentação dos Conhecimentos Tradicionais e Expressões Culturais existentes:

Tenho ouvido repetidamente, de palestrantes anteriores neste seminário, sobre a importância da documentação. Desenvolver algum tipo de base de dados sobre Conhecimentos Tradicionais e Expressões Culturais confere às comunidades indígenas guardiãs um direito de controle mais forte contra sua apropriação indevida. Embora eu concorde com essa importância, devemos estar atentos às seguintes questões:

1. Quais comunidades indígenas estão associadas a determinados Conhecimentos Tradicionais e Expressões Culturais, de modo a considerar como tratar a Consulta Prévia, Livre e Informada antes da utilização, bem como o Acesso e Repartição de Benefícios após, por exemplo, um titular de propriedade intelectual começar a gerar receita a partir desses elementos?
2. O que é considerado sagrado ou secreto para as comunidades indígenas? Quando a documentação entra em cena, esses aspectos não devem ser tratados da mesma forma, pois sua documentação pode desvalorizá-los.

b) Utilizar os sistemas educacionais existentes:

Assegurar que o currículo educacional, desde o ensino básico até o ensino médio, incorpore e ensine aspectos dos seus conhecimentos tradicionais e das suas expressões culturais tradicionais, de modo a evitar a desculturalização, bem como avaliar formas de integrar a proteção da propriedade intelectual a essas práticas, por exemplo, inspirando-se na experiência do povo Malteese, no Estado do Amazonas, quanto à forma como ensinam seus conhecimentos e suas expressões culturais tradicionais.

c) Explorar formas de utilizar o regime de propriedade intelectual existente na proteção dos Conhecimentos Tradicionais e das Expressões Culturais:

1. Indicações geográficas ou denominações de origem podem proteger Conhecimentos Tradicionais e Expressões Culturais comunitários, desde que possuam características únicas e qualidades ligadas a localidades e regiões específicas. Por exemplo, os chapéus *Panamá* do Equador possuem proteção como Denominações de Origem. Tais produtos podem, alternativamente, obter proteção como marcas coletivas no âmbito do Direito Marcário (Marca Registrada), o que lhes confere proteção renovável a cada dez anos.
2. Expressões culturais podem receber proteção autoral concedida a indivíduos específicos oriundos das comunidades indígenas de onde se originam tais expressões. Nessa estratégia, é fundamental assegurar que a comunidade conceda sua anuência ou autorização ao indivíduo (de forma semelhante ao Consentimento Prévio Informado) e estabelecer mecanismos pelos quais haja repartição de benefícios. Isso já foi realizado na Austrália, onde belas pinturas em casca de árvore foram criadas por um artista chamado John Mawurndjul e, embora ele seja considerado o artista por trás dessas obras, o verdadeiro criador, sob uma perspectiva cultural, é a comunidade da qual ele se origina. No entanto, é preciso levar em conta a duração da proteção individual dos direitos autorais, que é de cinquenta ou setenta anos após a morte do autor. Não se deseja que as expressões culturais tradicionais entrem em domínio público após o término desse prazo. Portanto, o tipo de expressão que pode ser transformado em obra protegida por direitos autorais deve ser aquele que não será considerado ofensivo aos valores culturais sagrados e secretos da comunidade indígena quando a proteção autoral cessar.

Conhecimentos Tradicionais e Expressões Culturais podem promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades indígenas quando bem documentados e utilizados de forma cuidadosa, sem comprometer seu valor cultural ou significado. A repartição de benefícios na utilização da Cultura inclui a melhoria das infraestruturas educacionais e de saúde.

Obrigado!



Painel 5

CONHECIMENTOS E CULTURAS TRADICIONAIS E AÇÃO CLIMÁTICA

De histórias, contos e cantos: um relato de quem faz da história a sua arte e da arte a sua resistência

Mestra Esmeraldina dos Santos [40]

No período de 17 a 20 de setembro de 2025, me desloquei do marco zero do Equador, na capital amapaense, até o centro-oeste brasileiro, mais especificamente até Brasília (DF) e a Chapada dos Veadeiros (GO). O que incentivou esta mulher preta quilombola a deixar seus afazeres no seu quilombo e ir nessa jornada marcante até as terras da Vila de São Jorge foi participar do Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática, que aconteceu integralmente com o XXV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros. O Seminário teve como principal objetivo o diálogo entre Mestras e Mestres da cultura popular para discutir sobre as relações entre as culturas tradicionais e a justiça climática.

Abordar as culturas tradicionais e sua relação com a justiça climática é extremamente relevante para entendermos de que maneira nossos saberes populares podem contribuir para ações que promovam o bem-estar ambiental dentro das comunidades de povos tradicionais e quilombolas. Durante o painel "Conhecimentos e Culturas Tradicionais e Ação Climática", em que estive presente, comentei sobre nossa cultura amapaense, principalmente do Marabaixo, e como utilizo das características do Marabaixo para promover a ação climática e o reconhecimento cultural dentro das escolas.

Comecei minha fala cumprimentando os presentes e comentando em como estava satisfeita em participar mais uma vez do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, sendo este meu segundo ano consecutivo. Logo em

40 Mestra Esmeraldina é escritora e pedagoga, atua como dançadeira e cantadeira de Batuque e Marabaixo. Mestranda na Universidade Federal do Amapá e membro do Conselho Editorial Federal, recebeu o título de Comendadora da Ordem dos Benfeitores Culturais da Humanidade pela Federação Brasileira dos Acadêmicos das Ciências, Letras e Artes (FEBACLA).

seguida, apresentei aos espectadores do painel o nosso Marabaixo, cantando um ladrão de autoria de João Barca, que começa assim:

Eu não sei ler nem escrever
Nem também tocar viola
Eu desejo é aprender
Oh, menina de vossa escola

Neste momento, agradeci a minha conterrânea, Elisa Congó, que também se fazia presente no seminário, e teve o prazer de tocar a caixa de Marabaixo, o instrumento que faz o ritmo desta manifestação cultural. Agradeci, também, ao meu grande amigo Tião Soares, por ter me convidado a participar deste evento mais uma vez, para falar de culturas populares e justiça climática.

Após os cumprimentos e agradecimentos, eu explico o porquê de ter começado com este ladrão de Marabaixo, intitulado pelo cunho popular de "Eu não sei ler nem escrever". Eu voltei à sala de aula com 53 anos, fazendo Educação de Jovens e Adultos (EJA) - devido a esse racismo que nós sofremos todos os dias, devido a essa discriminação que os quilombolas e os quilombos sofrem.

Me apresento, sou Esmeraldina dos Santos, moradora do Quilombo do Curiaú, no Amapá. Para a minha fala, tinha preparado uma apresentação com slides, para que fossem passados enquanto eu comentava sobre a cultura da Comunidade Remanescente do Quilombo do Curiaú, entretanto, choveu neste dia, o que impossibilitou para a equipe de produção apresentar os trabalhos que iriam ser comentados no painel. Mas isso não foi um problema, e até agradeci à chuva, pois foi uma chuvinha calma, abençoada e estas merecem ser apreciadas.

Eu trabalho, sou pedagoga. E o meu trabalho é desenvolver a nossa cultura dentro do estado do Amapá, com o Marabaixo e o Batuque. Me levanto para falar, pois é uma forma de me sentir mais segura em minhas apresentações. E porque também gosto de olhar para meu povo, para o povo que me assiste. Comento que dentro da nossa comunidade, nós somos muito procurados por estudantes, professores, pesquisadores, historiadores, para fazer pesquisas e dar nossos relatos orais sobre nossa vivência na comunidade. Eu cansei. Eu disse para mim mesma: "Eu não posso estar ajudando só os outros, eu tenho que me ajudar e ajudar a minha comunidade". Foi aí que decidi voltar aos estudos, para que eu pudesse escrever sobre a história da minha comunidade.

Eu voltei à sala de aula e eu recebo muitas pessoas, tanto do Brasil como do exterior, para ensinar nossa cultura, porque eu sou de uma herança vinda de africanos. Sou afrodescendente. Meu bisavô veio da África nesses malditos navios,

chegou até o Mazagão, e de lá ele fugiu. Fugiu para o Campo do Curiaú. Em sua fuga, encontrou uma indígena, com quem se relacionou e formou minha família. As raízes da comunidade do Curiaú são fortes, são ricas em conhecimento e em ancestralidade. Esse é um povo que descende de preto e de indígena. Eu venho dessa geração e a minha história é linda.

A história do meu povo é uma história linda de resistência, de resiliência, de comunidade, de pessoas. Eu afirmei que comecei a me preocupar, falei a mim mesma: "Os nossos brilhantes detentores de saberes estão morrendo. Quem somos nós? Somos raízes? Somos flores que caem e desaparecem. Viram pó." E tornei a me perguntar: "Quem somos nós? Vou começar a escrever a nossa história para descobrir isso". Foi então que comecei a escrever os meus livros, porque o nosso Marabaixo é uma história cantada e contada. Cada Ladrão de Marabaixo é uma história que eu vou tirar de você ou, de forma mais coloquial e como falamos em meu território, vou roubar a tua história e tirar o Ladrão. Eu vou contar a tua história através da caixa, vou fazer uma música. É como se fosse o repente, mas não é o repente. As pessoas se confundem pois tem algumas semelhanças. Porém, não é o repente, pois não se improvisam os versos, eles são escritos. Chamamos de Ladrão. Estou roubando a tua história para contar através da música.

Eu sou escritora. Escrevo, conto e canto minhas histórias. Eu comecei a fazer o meu primeiro livro infantil com a temática do Marabaixo no ano de 2012. Ele é intitulado de "As Aventuras de Dona Florzinha". Além da temática marabaixeira, eu também trabalho com o meio ambiente e, principalmente, trabalho com a nossa história através da música e da escrita. Neste livro, a protagonista é minha mãe, Tia Chiquinha. Nele eu abordo as questões das queimadas, pois a nossa comunidade queima. Nessa época do ano, que corresponde ao seu último trimestre, não existe ser vivo que aguente as queimadas dentro da nossa comunidade. Sofremos muito. Os animais saem pedindo socorro, invadem nossos terrenos, invadem as nossas casas e nossa comunidade. Então, eu peguei esses acontecimentos e escrevi o livro, com o intuito de levar para a sala de aula a importância da educação ambiental, através das práticas do Marabaixo, bem como a relevância cultural que ele possui. Porém, mesmo com esses objetivos, eu ainda sou criticada. As pessoas perguntam "Por que o macaco na capa?" E eu afirmo: eu não sou macaca. Eu apenas estou mostrando a necessidade de preservar esses animais e preservar a nossa natureza.

O meu segundo livro com a mesma temática, e o terceiro da carreira como escritora, é intitulado de "O melhor caminho é a escola". E reflete como devemos

buscar o conhecimento a todo o momento. Eu tive que voltar à sala de aula para estar neste evento incrível, que reúne mestres e mestras de todo o Brasil, e sendo convidada pelo Tião Soares. E é isso que eu busco colocar neste livro: a importância de buscar o caminho da escola e da educação. No livro "A Onça", tem uma história que surgiu, também, por causa das queimadas que nos fazem sofrer na comunidade. E o que acontece: a onça foi comer o boi das famílias lá na comunidade, e resolveram matá-la para que não causasse prejuízo nas criações de gado. Alguém denunciou o ocorrido e a polícia ambiental foi prender quem matou a onça. E aí eu escrevi o Ladrão de Marabaixo e depois o livro:

Amigo, eu matei a onça
Deu tamanha complicação
A juíza ambiental
Veio fazer a averiguação

O livro "O Boto" é baseado nas histórias que nossos anciãos contavam. Antigamente, a cidade de Macapá era pequena, chamavam-na de "a vila de os quatro cantos da cidade", que corresponde aos lugares onde tinham residências constituídas. Os Marabaixos, as festas de Marabaixo eram feitas na frente da cidade, onde desembarcavam as mercadorias. Diziam que os botos subiam em sua forma de homem, vestidos de branco com chapéu de massa na cabeça, para tirar as mulheres de seus parceiros e para paquerar as mulheres na roda. Também utilizei essas histórias de nosso povo para escrever o livro e ensinar sobre o Marabaixo em nossas escolas.

O livro "O Sonho de uma Menina" é uma história que aconteceu comigo. Quem já foi a Macapá, conhece a Rodovia do Curiaú. Nessa época, eu fazia o Curso da Maioridade na Universidade Federal do Amapá. Eu pegava o ônibus que ia para a universidade longe da comunidade, pois a linha deste ônibus não adentra a comunidade do Curiaú. Eu saía de casa meio-dia e meia para pegar este ônibus, que era o único que fazia a rota completa até a universidade, que fica praticamente no outro lado da cidade. Neste dia, eu saí apressada de casa e duas parentas vinham andando na rodovia, e me perguntaram: "Pra onde tu vais suada?", e eu respondi a elas: "Agora eu não posso conversar que eu tenho aula, e hoje a minha primeira aula é francês". Elas olharam uma para outra e disseram: "Ela não fala nem o português direito, vai falar francês?". Eu apenas sorri para elas. Tive calma. Tudo tem volta. Por que brigar? É uma crítica que você pode aproveitar. Quando estava no ônibus, eu escrevi em meu caderno "O sonho de uma menina". E aí surgiu o livro, e eu conto a música:

O sonho de uma menina
É falar francês, é falar francês
Mas ela não dominava
Nem o português, nem o português

Eu sempre digo que a vida é para sorrir, não para chorar. Nossos obstáculos são situações que temos que resolver cantando com alegria. Eu tenho setenta anos atualmente, e estou fazendo mestrado em Educação, Cultura e Diversidades pela Universidade Federal do Amapá. Por quê? Porque a vida nos ensina. Nós não somos só para estar na roda, pensando na vida. Para estar dentro de casa, pensando nas histórias que vamos poder contar para os nossos netinhos. Não! Eu tenho duas filhas, quatro netos, sou solteira, vivo da fé, da arte, da alegria de viver e de levar essa felicidade para qualquer pessoa. Eu aprendi a ser assim de uma forma bem difícil. E conto a vocês esta parte da minha vida.

Em 2018, quando estava terminando a minha faculdade de Pedagogia, eu descubro um câncer no seio. E em 2019, quando estava em tratamento, eu disse a mim mesma que queria aprender. Porém, no ano seguinte, veio a pandemia. E eu pensava: "Na pandemia, vamos embora". Não! Hoje estou aqui, contando história para todos vocês.

Esse é o Brasil que nós queremos, que nós precisamos. De mulheres fortes, de mulheres guerreiras que vêm de uma comunidade que quando pega fogo é uma tristeza, que só os bombeiros podem apagar. Essa é a maior tristeza e o desafio que nós temos na nossa comunidade. O maior desafio que temos é com os nossos poços que estão secando, nossos peixes que estão desaparecendo, nossas casas que estão sendo invadidas. E as pessoas dizem: "Ah, o quilombo é urbano". Não é, gente. É o centro da cidade que está invadindo a nossa comunidade. Nós estamos perdendo essas terras. Estou aqui pedindo socorro. Estamos entoando um grito de socorro.

Os nossos governantes não estão nem aí. Os nossos presidentes e representantes da nossa comunidade do Curiaú só querem a posse: "Eu vou ser presidente da comunidade, mas eu quero olhar só para o meu umbigo, eu quero olhar para minha família, pegar um cargo. Eu não quero saber da comunidade". É isso que eles pensam, é isso que eles fazem. Eles não querem saber da comunidade, que foi a primeira comunidade quilombola do Amapá a receber o título pelo Ministério da Cultura e pela Fundação Cultural Palmares. É por isso que eu digo: vamos gritar! Vamos alertar o povo! Não podemos perder a nossa história, a nossa arte, a nossa memória, os nossos povos, que estão indo embora. E o que é que está ficando como herança para nós? Só a terra queimada. As pessoas

invadindo e deixando seus lixos, saindo do centro da cidade para jogar o lixo dentro da nossa comunidade.

Eu trabalho com crianças, trabalho com jovens, adultos, com idosos, mas eu também sou ativista cultural e comunitária. Estou aqui, graças a Deus, para poder ir reivindicando e pedindo que olhem por nós, povos tradicionais. E digo a vocês: eu vivo da fé, da arte, da alegria, e quero que todos nós possamos viver assim. Assim eu me despeço. Agradeço a todos pelo acolhimento. Agradeço à Márcia pelo convite. Foi uma alegria e uma felicidade participar mais uma vez. São Jorge é um aprendizado para todos nós. É viver. Quem vive da arte, vive da história. E quem vive da história, vive daquilo que gosta.

Muito obrigada!

Zenaide Parteira e a Crise Climática

Mestra Maria Zenaide Carvalho [41]

No calor das vozes reunidas em mais um dia de debates, a crise climática não apareceu como um conceito distante, mas como algo que atravessa a vida concreta de quem guarda a terra com o próprio corpo. Entre apresentações e agradecimentos, o seminário abriu espaço para que as culturas tradicionais, tantas vezes empurradas para as margens, pudessem dizer - em primeira pessoa - o que significa viver na linha de frente da devastação. Ali, quando tomei a palavra, a Amazônia inteira pareceu respirar junto comigo.

Vinda do Acre, das extremas da floresta onde nasci e me criei, lembrei que há não muito tempo era possível pegar peixe com as próprias mãos. Hoje, nem as redes conseguem alcançá-los. Os rios secam, as margens caem, a cor da água muda. O Rio Tejo, que conheço desde a nascente, virou praticamente um filete incapaz de cobrir uma sandália. As cenas que descrevo não são avisos distantes: são o cotidiano de quem vive onde a crise climática deixou de ser ameaça e se tornou acontecimento.

Entre as palavras, personifico a própria floresta. Eu sou a natureza amazônica. E a força dessa afirmação carrega toda uma cosmovisão onde o ser humano não está separado da mata, dos rios ou dos animais. Por isso mesmo, quando falo do medo - não de tempestades, mas do machado, do motosserra, dos garimpeiros - revelo a disputa assimétrica entre modos de vida. A natureza da qual falo não é um cenário. É uma entidade viva, ancestral, que abastece e sustenta, mas que também sofre. E sofre porque é atacada.

A forma como as parteiras atuam nas comunidades segue esse mesmo princípio de integração com o ambiente. A tradição do parto na floresta mostra que o saber ancestral é também cuidado ambiental: é ir até as casas encravadas na mata, é caminhar entre árvores que protegem, é perceber que cada nascimento depende de um equilíbrio maior, de uma espécie de pacto silencioso entre corpo humano e natureza. Canto para acalmar a mulher em trabalho de parto,

41 Mestra Zenaide Parteira, como é conhecida, é guardiã de saberes tradicionais da floresta amazônica acreana, parteira desde os dez anos de idade, aliando medicina ancestral e técnicas de enfermagem para trazer novas vidas ao mundo. É compositora e cantora de mais de 700 canções que refletem as poéticas da vida na floresta, o amor, a amizade e outros aspectos da existência. Em 2018, realizou uma turnê pela Espanha e, em 2025, gravou sua composição “No Balanço Dela”, ao lado de Geraldo Azevedo.

canto para que a dor se transforme em passagem. É a música que vem da floresta orientando a chegada de novas vidas - vidas que, ironicamente, talvez não encontrem a mesma floresta que acolheu tantas e tantas gerações.

Quando falo em meu pai, que ensinava a importância de fazer aceiro para não ferir a terra, resgato uma ética de relacionamento com o ambiente que antecede, em muito, qualquer política pública de sustentabilidade. É o entendimento de que a natureza não é recurso: é parentesco. E essa relação está sendo rompida por um modelo de exploração que empobrece a vida humana e destrói aquilo que garante a sua continuidade.

Por isso, ao pedir que as autoridades olhem para o Norte, não faço um apelo isolado. É a reivindicação de que o país reconheça que a crise climática não será enfrentada sem ouvir quem sempre soube cuidar do território. Os povos tradicionais, com seus saberes, rituais, músicas, formas de manejo e modos de existir, são guardiões de práticas que garantiram a vida na floresta por séculos. Mas esses guardiões têm sido deixados à própria sorte, expostos a impactos ambientais, violências e ao avanço predatório sobre seus espaços.

Entre risos, cantos e memórias, revelo que a luta climática é também uma luta pela dignidade dessas comunidades - porque a preservação da Amazônia depende do reconhecimento de quem, desde sempre, a protegeu. E se digo que vou lutar até o fim, é porque sei que essa luta, embora desproporcional, continua sendo travada diariamente por todos aqueles que se entendem como parte inseparável da terra.

Quando canto “Mulher Vagalume” sinto que minha voz ilumina o salão como pequenas luzes que resistem na escuridão. Talvez seja essa a imagem que melhor traduza a presença dos povos tradicionais no enfrentamento à crise climática: faróis vivos, guiando caminhos possíveis num tempo de tantos apagamentos. E lembrando ao país inteiro que a Amazônia não sobreviverá sem quem a conhece pelo nome, pelo cheiro da terra molhada, pela cor da água que nasce fina no alto da serra e corre, generosa, até se perder nos grandes rios - se ainda restarem rios para correr.

Viajei longas horas desde o Acre até Brasília para estar presente neste encontro, na ocasião do Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática e do XXV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, em São Jorge.

Tomei a palavra com a urgência de quem cruzou o país para ser ouvida. Eu voei lá do Acre, cheguei na capital, de lá vim para cá, e ficava ali: “E será que não vão me chamar?”. Mas o humor abre caminho para algo maior. Eu queria muito

que vocês soubessem onde eu moro, o que é que existe lá. Porque quem mora para cá não sabe o que é o Acre, o Norte, a Amazônia.

Falo como quem conhece a floresta por dentro, desde a infância. Lembro com precisão do tempo em que a mata era tão viva que se pescava com as mãos. Criatura, a gente pegava peixe com as mãos! Hoje, a realidade é oposta: nem com tarrafa ninguém pega, porque não tem mais. Os rios já secaram.

Cito o rio que conheço desde a nascente - o Tejo - e descrevo a cena que encontrei recentemente. Eu fui lá, mas a canoa não passa. A água não cobre a correia da sandália. Não cobre! A causa está do lado de fora e do lado de dentro da mata: desmatamento nas beiras dos rios e o rio seca, os peixes somem. E agora a nossa sustentação vem de onde, minha gente? Está acabando mesmo.

Eu sou a natureza amazônica. Eu sou. Eu estou com medo. Medo do machado, da enxada do passado. E hoje medo do motosserra, medo dos garimpeiros. Eles estão atrás de me matar, porque eu sou a natureza que dá o fôlego para o povo humano e para os animais. Eles não vão matar, porque eu vou lutar até o fim. Eu já venci. Nós já vencemos.

Meu nome é Maria Zenaide de Souza Carvalho, conhecida por Parteira Empoderada. Ser parteira é ser uma médica. Uma médica tradicional. O chamado chega de repente - “parteira, vá lá em casa que minha mulher está sentindo dor de parto” - e o caminho pela mata até encontrar a gestante, ali, sofrendo, o bucho nessa altura. Chegando, escuto sempre a mesma frase com uma esperança misturada ao medo: “Comadre, eu acho que vou ganhar hoje.”

A cena é dura: ali, é só a gente e Deus. A frase que mais me marcou, dita por tantas mulheres durante o trabalho de parto: “Parteira, pelo amor de Deus, não me deixa morrer.” Você já pensou uma coisa dessa? É triste!

A música entra como parte inseparável do cuidado. Me autodefino como indígena com todo o coração. Tenho a canção “Calmaria”, usada para aliviar a dor do parto. Essa música hipnotiza a mente da mulher. Ela pare sem sentir dor. Aí o neném vai descendo... E a parteira ali, passando a mão nas perninhas dela, observando o nascimento.

Esse é um dos maiores saberes tradicionais que existem. Reconheço, com orgulho, que já levei esse conhecimento a espaços que antes pareciam inatingíveis. Fui para o TEDx Amazônia, em Belém, palestrar. Foi muito bonito. Lembro o dia em que ensinei na USP. Eu que nunca me sentei num banco de faculdade, dei aula dentro da USP! A professora disse: “Dona Zenaide, chega lá no Acre e diga: Eu dei uma aula na USP!” Quem é que não fica feliz, né?

A música vem do meu pai, que era cantor, tocava muito bem. Eu toco tamborim, percussão, arranho o violão e componho - já compus mais de 700 canções. Alegria é o que tem muito na minha vida.

Falando do ambiente, trago uma lembrança de infância para mostrar como o cuidado tradicional antecede qualquer política ambiental. No tempo do meu pai, ele botava roçado e fazia o aceiro quatro metros de lonjura, para não queimar a natureza. Para não ofender a terra nem o meio ambiente. Meio ambiente está em nós. É assim que nós respiramos.

Eu reforço que as autoridades olhem para cada uma de nós. Todos e todas merecemos viver felizes, a vida. Sou testemunha viva do que significa a crise climática para quem está na linha de frente: o desaparecimento dos rios, a ameaça às vidas humanas, ao modo de vida e à própria alma da floresta. Meu convite é urgente para que o país escute, finalmente, quem há séculos cuida do que hoje chamamos de “ação climática”.

Conhecimento, Biointeração e Enação: Saberes Tradicionais como Fundamento da Ação Climática

Kildren Pantoja Rodrigues[42]

Introdução

A fala que originou este artigo nasceu do encontro entre dois mundos: o da academia e o do território. Sou professor do Instituto Federal Goiano, pesquisador e advogado, mas também filho das águas do Marajó, herdeiro da pajelança cabocla e aprendiz da Pajé Roxita, através dos ensinamentos dos encantados, dos caruanas, seres das profundezas dos nossos rios, que vêm à terra para auxiliar quem precisa. O que me move a escrever não é apenas o compromisso científico, mas a responsabilidade ancestral de dar voz aos saberes que me salvaram, formaram e sustentam até hoje.

Durante o Painel 5 - “Conhecimentos e Culturas Tradicionais e Ação Climática”, no âmbito do Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática: Diálogos Globais e Conhecimentos Locais, promovido pelo Ministério da Cultura, no ano de 2025; e realizado na Vila de São Jorge, em Alto Paraíso de Goiás/GO, compartilhei uma reflexão sobre a necessidade de reconhecer que as comunidades tradicionais não “buscam” a sustentabilidade, pois elas já são sustentáveis por ação natural de relação com o território.

Essa afirmação, que se apoia tanto na vivência quanto na teoria, questiona a narrativa hegemônica do desenvolvimento. Ao longo da minha trajetória acadêmica, passando pela Administração (CESUPA), pelo Direito (UFPA), pelo Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (NUMA/UFPA) e pelo Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), compreendi que o maior desafio não é inserir as comunidades tradicionais no discurso ambiental global (o que ainda falta), mas fazer com que

42 É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano) e Presidente do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), Campus Cristalina. Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Relações Étnico-raciais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

a academia e altos escalões governamentais reconheçam que esses povos tradicionais já praticam, há séculos, formas complexas de gestão ambiental e de convivência harmônica com o território.

1. Caminhos da origem: o território como escola

Nasci em Belém-PA, mas cresci entre a capital e uma vila de pescadores na Ilha do Marajó. Ilha esta que é território de águas, lama e encantamentos. Ali, aprendi que o conhecimento nasce da observação do vento, da correnteza, do silêncio da mata e do canto dos pássaros. E para sustentar tal afirmação, contei minha história, que é marcada por uma bênção: ainda no ventre de minha mãe, segundo o que me foi repassado pela pajé D. Emília, fui salvo pelo encantado Cavalo Marinho, visto que minha gestação era de muito risco. Essa narrativa espiritual, que poderia ser lida como mito pela racionalidade moderna é, na verdade, uma forma de compreender a vida como continuidade entre o humano e o não-humano. E é no fortalecimento dessa visão que o conhecimento se constrói como biointeração (Bispo dos Santos, 2015): o ato de conhecer é, antes de tudo, um ato de estar em relação.

Foi com essa perspectiva que percorri os espaços formais da ciência. Estudei em universidades de renome, mas levei comigo a certeza de que a academia só tem sentido se dialogar com o território e com as crenças presentes nele. O saber que trago é, portanto, afetivo e territorial - não nasce de uma abstração, mas de uma experiência encarnada na vida e no território.

2. A Travessia pela academia e o desafio interepistemológico

Ao ingressar na universidade, encontrei uma estrutura epistemológica que, em geral, não reconhece as vozes de onde venho. Falar de pajelança, de encantados ou de cosmologias indígenas e afro-amazônicas ainda causa estranhamento em espaços que deveriam acolher a diversidade de saberes. Essa tensão me acompanhou por toda a trajetória acadêmica, e ainda acompanha na vida profissional, dentro da própria academia.

No curso de Administração, aprendi a linguagem do mercado e a lógica da mercantilização da cultura. A essa altura, acreditei que mercantilização dos nossos saberes era a saída para o desenvolvimento do meu povo, mas logo percebi

que a lógica comercial do capitalismo e o acúmulo de riquezas vibravam em uma frequência diferente do que eu acreditava ser necessária para uma relação saudável com a natureza. No Direito e durante o mestrado, busquei entender como a jurisdição relativa à propriedade intelectual poderia proteger os conhecimentos tradicionais, mas percebi que as normas jurídicas - construídas sob paradigmas eurocêntricos - não dão conta de abarcar a complexidade das cosmopercepções dos povos e das comunidades tradicionais.

Essa insuficiência me levou a buscar novos referenciais no doutorado e adentrei no campo do desenvolvimento sustentável, orientado pela professora Mônica Nogueira e pelo professor José Jorge de Carvalho, da Universidade de Brasília (UnB), que me apresentaram o pensamento de Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo). Com esse sábio preto velho, reafirmei o que talvez estivesse adormecido devido ao estudo da ciência hegemônica - a certeza plena de que o território não é apenas um espaço físico, mas uma entidade viva, um organismo relacional. É a parte da natureza de que nos cabe cuidar com mais afinco, pois, nessa relação de reciprocidade, o território também cuida de nós.

Bispo, então, propõe o conceito de biointeração como contraponto à ideia moderna de "intervenção" na natureza, se é que assim posso destacar. Afirmo isto, pois a biointeração carece de "envolvimento" - outro conceito importante deste mestre –, enquanto o desenvolvimento (hegemônico) busca controlar e explorar, a biointeração propõe conviver e aprender com o território, envolvendo-se.

Essa mudança de paradigma desloca a noção de sustentabilidade, da esfera técnica para a esfera ontológica: ser sustentável não é aplicar boas práticas ambientais, mas reconhecer-se como parte de um sistema vivo. Ser sustentável, então, passa de ser uma mera aplicação técnica, para ser a própria síntese filosófica de como viver intrinsecamente à cosmopercepção da realidade, esta enquanto entendimento de relação com o mundo.

3. Enação e biointeração: Um diálogo entre ciência e ancestralidade

Em meu percurso de pesquisa para comprovar a afirmação relatada no tópico passado, encontrei um eco para essa visão biointerativa de Nego Bispo em outra fonte teórica: a Biologia Cognitiva, de Humberto Maturana e Francisco Varela (1995). Tais autores, ao desenvolverem o conceito de enação, provindo do espanhol *en acción*, afirmam que o conhecimento emerge da interação entre o ser e o ambiente. Conhecer, então, é trazer à tona a compreensão de um

mundo, que tem seu tempo, suas regras e suas confluências. E esse mundo é construído na relação entre o sujeito e o meio. Sendo assim, esse conhecimento naturalmente é congruente às dinâmicas desse respectivo ambiente.

Quando li Maturana e Varela, percebi que esse conceito de enação era profundamente semelhante àquilo que as comunidades tradicionais sempre desenvolveram. Ora, esse processo enativo é, então, de certa forma, a expressão científica do que chamamos de saberes tradicionais, ou de saberes de corpo-território: o aprendizado que brota da experiência direta com o ambiente, com a natureza. Assim, propus o entrelaçamento entre os conceitos de biointeração e enação como fundamento epistemológico para pensar a ação climática.

Veja: ambas as perspectivas afirmam que o conhecimento é relacional, situado e interativo - portanto, não pode ser separado do território que o gera, e seria desconexo se as ações pautadas nele destruíssem esse mesmo território. Logo, devendo ser sustentáveis desde sua gênese.

Desta forma, se pode afirmar que quando um ribeirinho aprende a prever a cheia do rio pela cor das nuvens, pela fase da lua ou pelo animal que aparece nas margens, ele está, de certa forma, "fazendo ciência", e enativamente entendendo e reafirmando seus saberes sobre o mundo a partir de sua experiência no território, com o ambiente que o cerca. Essa forma de conhecimento, construída por gerações, é intrinsecamente sustentável em sua concepção, pois a ação que brota dela é uma ação pautada na própria natureza, biointerativamente.

4. Sustentabilidade vivida e cosmopercepção

A cosmopercepção aqui debatida - termo amplamente utilizado na academia para se referir à espisteme de um sujeito ou coletividade - refere-se ao modo como os povos tradicionais percebem o cosmos, reconhecendo-se como parte dele. Nesse sentido, a sustentabilidade não é uma meta, mas uma condição intrínseca à vida, ao existir. Os povos tradicionais não praticam sustentabilidade: eles vivem sustentabilidade.

Assim, um paradoxo se mostra, pois ao contrário da racionalidade moderna, que separa o homem da natureza, as cosmopercepções tradicionais, sejam quilombolas, indígenas ou provindas de um outro povo cujo conhecimento é orgânico - ou seja, provindo da relação enativa - compreendem o humano como um elemento natural entre muitos. Essa visão dialoga com a crítica de

Ailton Krenak (2019), quando afirma que o “antropocentrismo nos tirou o chão”, afastando-nos da terra como únicos organismos vivos.

Quando a academia ou o Estado afirmam que é preciso “ensinar sustentabilidade” às comunidades, cometem um equívoco, pois invertem a fonte do conhecimento. São as comunidades que têm ensinado, há séculos, como habitar o mundo de modo equilibrado. Em tempos de emergência climática, talvez o desafio maior não seja ensinar sustentabilidade, mas reaprender com os povos que nunca deixaram de praticá-la.

O manejo do açaí, o uso ritual das plantas medicinais, a leitura dos ciclos lunares e o respeito aos encantados são práticas que compõem uma tecnologia ancestral de equilíbrio climático. Enquanto a ciência ocidental fala em ações de adaptação para “resiliência dos ecossistemas”, as comunidades falam em “cura do território”. O termo “cura”, longe de ser metafórico, expressa um princípio ontológico: cuidar do território é curar o corpo, e curar o corpo é curar o mundo. Essa concepção ecoa a ideia de território-corpo-comunidade que venho desenvolvendo em minha tese de doutorado: três dimensões inseparáveis que formam o cerne da sustentabilidade vivida.

Portanto, reconhecer o valor dos conhecimentos tradicionais não é um gesto de tolerância cultural, mas um passo epistemológico urgente. É compreender que as soluções para a crise climática não virão apenas de tecnologias verdes, mas do reencontro entre ciência, crença e território.

Considerações Finais

Toda esta reflexão, de certo modo, me fez retornar às águas do Marajó. Lá, onde tudo começou, aprendi que o conhecimento é como o rio: ele brota do chão, corre, encontra pedras, mas segue alimentando as margens. Minha fala, e este texto, são um convite à academia e às instituições do Estado para que se deixem banhar por esses rios de saberes.

A enação e a biointeração, ao se cruzarem, mostram que não existem limites entre o ato de conhecer, o ato de agir e o ato de viver. As comunidades tradicionais não produzem conhecimento sobre a natureza, elas são a própria natureza se conhecendo. Por isso, como afirmei durante aquele painel na Chapada dos Veadeiros, “não deixem que digam que precisamos ser sustentáveis: nós já o somos, por natureza, por cosmopercepção, por ancestralidade. Precisamos nos orgulhar e lutar por isso”. O desafio agora é que o resto do mundo moderno seja capaz de reaprender a (nos) ouvir.

Referências

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana.** São Paulo: Palas Athena, 1995.

Culturas tradicionais, justiça climática e sustentabilidade: saberes ancestrais frente à crise ambiental global

José Marcio Barros [43]

I

Por que estamos aqui? Nós estamos aqui porque o desafio em que a crise climática nos coloca exige que estejamos juntos. Todos nós: vocês, mestres e mestras das tradições e saberes ancestrais e populares, e nós, professores e pesquisadores acadêmicos, guardiões dos saberes das ciências. Nós estamos aqui porque o planeta está morrendo e, junto com a morte do planeta, nós e nossas culturas também estamos em risco.

E é por isso que as nossas diferenças devem inaugurar possibilidades de diálogos, que nos façam caminhar na mesma direção, fortalecendo nossa união. Na atualidade, o maior desafio se desdobra em duas direções complementares: a defesa da democracia e o enfrentamento das desigualdades, agravadas pela crise climática.

II

A crise climática é, na atualidade, um dos maiores desafios locais, regionais e globais, posto que exige a revisão de modelos de desenvolvimento que priorizam o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade sociocultural e ambiental. Há modelos que são impostos de forma autoritária à população e que aprofundam e expandem as desigualdades em todas as suas dimensões.

Os efeitos da mudança do clima, da perda de biodiversidade e da degradação dos ecossistemas atingem de forma desigual diferentes grupos sociais, recaindo com maior intensidade sobre aqueles em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

43 É pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Estadual de Minas Gerais– UEMG e da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas. É Coordenador da organização social e Ponto de Cultura Observatório da Diversidade Cultural (ODC) e atuou na formulação de políticas culturais em Belo Horizonte, Minas Gerais e em âmbito nacional.

vivem uma realidade paradoxal: constituem-se como genuínos guardiões de saberes e práticas ancestrais fundamentais para a regeneração e conservação da natureza e para a construção de alternativas sustentáveis, mas também são os mais fortemente impactados pelos efeitos da crise climática.

Os povos tradicionais no Brasil - sejam eles andirobeiros, apanhadores de flores sempre vivas, caatingueiros, caiçaras, castanheiras, catadores de mangaba, ciganos, cipozeiros, extrativistas costeiros e marinhos, faxinalenses, fundo e fecho de pasto, geraizeiros, ilhéus, indígenas, isqueiros, morroquianos, pantaneiros, pescadores artesanais, piaçaveiros, pomeranos, povos de terreiro, povos indígenas, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros, veredeiros - possuem modos de vida que articulam dimensões espirituais, cosmológicas e práticas sustentáveis no manejo da natureza. Esse modo de pensar e viver, segundo Leff (2001, p. 19) permite que "o saber ambiental abra a possibilidade de pensar o mundo de outro modo, (ao) instaurar uma nova racionalidade produtiva, cultural e social". Essa racionalidade ambiental se contrapõe ao paradigma mercantil da exploração ilimitada, propondo usos da natureza baseados na reciprocidade, no equilíbrio e na regeneração.

III

Mas os desafios são complexos e exigem a superação da hierarquia de saberes, especialmente aquela que coloca a ciência moderna como única forma legítima de conhecimento. Daí a necessidade da interculturalidade, aqui entendida como um campo de diálogo horizontal e crítico, entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais, capaz de inspirar políticas ambientais mais justas e eficazes.

A diversidade cultural está enraizada em territórios e formas de pertencimento. Isso implica uma relação de cuidado e responsabilidade com a terra, a água, as florestas e os ecossistemas. As culturas tradicionais ensinam que a natureza não é recurso, mas parceira de existência - perspectiva fundamental diante da degradação ambiental.

Incorporar a diversidade cultural às políticas de sustentabilidade significa criar caminhos de resistência frente às mudanças climáticas e à perda de biodiversidade, na medida em que substitui soluções uniformes por opções que equilibrem as dimensões globais, regionais e locais, oferecendo a possibilidade de imaginarmos futuros resilientes e múltiplos. Desse modo, redes de soluções sustentáveis podem ser efetivadas de modo a articular tradição e inovação.

Assim sendo, podemos afirmar que a diversidade cultural contribui para a sustentabilidade na medida em que:

- valoriza saberes múltiplos como recursos criativos;
- promove diálogos interculturais entre ciência e tradição;
- reforça vínculos de pertencimento e cuidado com os ecossistemas;
- orienta políticas culturais como políticas de vida;
- abre espaço para a construção de futuros plurais e solidários.

IV

O Brasil conta com marcos legais importantes, como a **Constituição Federal de 1988**, que, no artigo 231, afirma: "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam". Além disso, o **Decreto nº 6.040/2007** instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Contudo, a efetivação desses direitos encontra obstáculos. Para Almeida (2008, p. 56), "as comunidades tradicionais são frequentemente reconhecidas nos textos normativos, mas marginalizadas na prática das políticas públicas". Isso se agrava com a pressão de setores econômicos como agronegócio e mineração, que disputam os territórios dessas populações. Outro desafio central é a biopirataria e a apropriação indevida dos saberes tradicionais. A Lei nº 13.123/2015, conhecida como Lei da Biodiversidade, buscou enfrentar essa questão, mas ainda enfrenta críticas quanto à implementação.

Como afirma Carneiro da Cunha (2009, p. 322), "a proteção do conhecimento tradicional exige não só mecanismos legais, mas também o fortalecimento da autonomia das comunidades que o produzem e reproduzem". Para que os conhecimentos tradicionais sejam reconhecidos como centrais na luta contra a crise climática, é necessário garantir territórios, fortalecer a participação social e promover diálogos interculturais.

Berkes (2018, p. 7) argumenta que "o conhecimento ecológico tradicional não é apenas um conjunto de informações práticas, mas um sistema complexo de saberes, crenças e práticas que envolvem um modo de vida". Assim, sua incorporação às políticas ambientais não pode ser meramente instrumental, mas deve reconhecer sua dimensão cultural e espiritual.

No contexto brasileiro, a construção de alternativas passa pela valorização da agroecologia, da economia solidária e da proteção da diversidade biocultural.

Como sintetiza Leff (2001, p. 28), “a sustentabilidade não pode ser construída apenas sobre parâmetros ecológicos ou tecnológicos, mas exige a reinvenção das culturas”.

As culturas tradicionais e populares no Brasil não são apenas expressões folclóricas ou residuais, são fontes vivas de alternativas civilizatórias frente à crise climática. Seus saberes, práticas e cosmovisões contribuem para a conservação da biodiversidade, a sustentabilidade dos territórios e a construção de uma sociedade mais justa. O reconhecimento dessas contribuições implica não apenas valorizá-las como “recursos técnicos”, mas garantir direitos, territórios e protagonismo político. Afinal, como lembra Diegues (2000, p. 41), “não se trata de integrar os povos tradicionais ao desenvolvimento, mas de aprender com eles outros modos de se relacionar com a natureza”.

Portanto, integrar os conhecimentos tradicionais às políticas públicas e às agendas globais não é apenas uma estratégia de mitigação climática, mas um ato de justiça histórica e socioambiental, essencial para a sobrevivência planetária. E é por isso que precisamos estar juntos, unidos em nossas diferenças!

Referências

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais.* Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

Barros, José Marcio (org.), Diversidade cultural e desenvolvimento sustentável [livro eletrônico], Belo Horizonte, Observatório da Diversidade Cultural, 2020. Disponível em **https://observatoriodadiversidade.org.br/publicacao/diversidade-cultural-e-desenvolvimento-sustentavel/**

Berkes, Fikret. *Sacred Ecology.* 4ª ed. New York: Routledge, 2018

Carneiro da Cunha, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios.* São Paulo: Cosac Naify, 2009.

Diegues, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada.* São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000.

IPCC. *Sixth Assessment Report (AR6).* Genebra: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022.

Leff, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.* Petrópolis: Vozes, 2001.

Maffi, Luisa. *Linguistic, cultural, and biological diversity.* Annual Review of Anthropology, v. 34, p. 599–617, 2005.

ONU. *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.* Nova Iorque: ONU, 2007.

Toledo, Víctor; Barrera-Bassols, Narciso. *La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales.* Barcelona: Icaria, 2008. UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.* Paris: UNESCO, 2001.

Painel 6

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E DEFESA DO TERRITÓRIO



FOTO: MICHELLY MATOS/ MINC

Povos e Comunidades Tradicionais em defesa de seus territórios: cosmologias e sociobiodiversidades ancestrais para futuros possíveis

Joana Ortigão Corrêa[44]

*Com citações de Natália Dominga, Makota Kidoialê, Kota Mulanji e Carol Barbosa[45]

A defesa do reconhecimento do direito ao território por Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) tem ganhado centralidade nos debates contemporâneos sobre justiça ambiental, sociobiodiversidade e mudanças climáticas. Tal centralidade não decorre apenas da necessidade de proteção desses grupos diante de violências históricas, mas também do reconhecimento de que seus modos de vida constituem formas sofisticadas e sustentáveis de manejo ambiental (Little, 2004; Diegues, 2008).

A nossa ainda jovem Constituição Federal de 1988 pode ser pensada com um marco efetivo da construção republicana do ponto de vista da diversidade e da inclusão social. Direitos sociais fundamentais historicamente negados desde o período colonial, pela primeira vez passaram a ser tratados como dever do Estado. Ainda que do ponto de vista político estes direitos constitucionais sigam sendo questionados por segmentos conservadores e elitistas e que o Brasil tenha atravessado recentemente um período de intensificação das violações e de retrocessos institucionais, as lutas antirracistas, feministas e identitárias têm se fortalecido ao longo das últimas décadas, transformando pensamentos, sustentando conquistas e criando avanços significativos.

> Eu venho do maior território quilombola do Brasil, que é o Quilombo Kalunga, composto por 39 comunidades. Está localizado em três municípios: Cavalcante, Teresina

44 Doutora e mestre em Antropologia, especialista em Gestão Cultural e bacharel em Produção Cultural, é uma das articuladoras da Rede Nacional de Culturas Populares e Tradicionais desde sua constituição, em 2006.

45 Painelistas e participantes do Painel 6: “Povos e Comunidades Tradicionais e Defesa do Território”.

e Monte Alegre de Goiás, com mais ou menos oito mil pessoas. E estou nessa organização, vendo meu pai na busca por território, desde que me entendo por gente.

E sempre, como digo, pra gente é o nosso quintal, é o nosso solo. Iniciamos a luta pela regularização fundiária, ainda em 1985. Eu escuto meu pai falar, tinha muitas ameaças, muito ataque ao território. Foi criada uma associação chamada Povo da Terra, que tinha como intuito principal a busca por terras, por território, e isso ele fala que foi ouvindo no rádio que soube que a gente tinha direito. Até então, a gente só sabia que tinha deveres. Foi criada essa associação para a busca da regularização das terras.

Eu tenho lembrança de termos sido enxotados da nossa casa por pessoas que a gente nunca tinha visto na vida. Era assim que acontecia no território, quando as cidades se aproximavam. Então os mais velhos, nossas raízes, eles não queriam muita proximidade, porque já tinham medo do homem branco, que só chegava mais para expulsar a gente da nossa casa. Eu lembro dessa fala que se a gente não saísse de casa, iriam colocar fogo com a gente dentro. Fora os insultos, com os bovinos sendo colocados para comer as nossas roças, deixando a gente sem o alimento. Então, eu venho desse registro, me lembro muito disso e hoje estou aqui assumindo um lugar de fala, porque não foi à toa. Eu acredito que eu vim, reforçando, fortalecendo, a responsabilidade que meus pais e também o meu povo colocaram em mim.

Às vezes, as pessoas perguntam: "como você fez para chegar até aqui como liderança?" Simplesmente vivi isso. Vendo na luta, vendo, desde criança, essa busca por melhoria de vida, não só na minha comunidade, mas em todo o território. Então, já fiz parte da Associação Quilombo Kalunga, que tem como objetivo ainda a seguridade das terras e a luta pela regularização fundiária, que ainda hoje não está tão concreta.

Como todos sabem, teve um retrocesso gigantesco quando a gente já tinha avançado bastante e agora retomamos, conseguimos recuperar um pouco do território novamente, mas antes dessa recuperação teve invasão de parte do Cerrado que estava intacto. Durante a pandemia foi muito difícil para a gente conter o avanço das plantações de soja. Conteve, parou e agora bem recente, voltou a esse processo novamente. Essa especulação pelo território, essa invasão do nosso território, que pode ser que as pessoas tenham direitos, mas a gente vive ali há mais de trezentos anos. (Natália Dominga, 2025)

Nesse cenário de mudanças políticas e avanços de direitos constitucionais, a reflexão sobre territórios ganha novas camadas de complexidade. Do ponto de vista de povos e comunidades tradicionais, para além de uma extensão física, território precisa ser compreendido como como espaço relacional, espiritual, pedagógico, econômico e político. Estas dimensões são amplamente reconhecidas por estudos antropológicos e pelos próprios PCTs (Almeida, 2012; Carneiro da Cunha, 2017) e, portanto, a defesa de territórios tradicionais não diz respeito apenas à terra, mas a existências que se estruturam a partir dela.

Cada comunidade tem os festejos. E os festejos têm a cultura religiosa, os saberes, o sagrado. E são também partilha, ponto de encontro. Temos grandes festejos no

> território, que são ponto de encontro, de celebração da vida, ponto para casamento e antigamente também para trocas de sementes. Hoje as festividades têm sido mais para encontros e já não tanto para a troca de alimentos. Como liderança da comunidade, eu tenho buscado trazer de volta para os festejos no território, o trabalho de valorização dos conhecimentos que as comunidades sempre tiveram com as sementes, os frutos do cerrado, as plantas medicinais. Trabalhar com as agroflorestas também. Não precisamos destruir o que temos para produzir algo e, sim, incorporar o que a gente já tem. (Natália Dominga, 2025)

Desde a invasão colonial do Brasil, os PCTs sofrem expulsões e tentativas sistemáticas de silenciamento e apagamento cultural. A violência não se expressa apenas na apropriação territorial, mas também na negação de direitos, no racismo institucional e na deslegitimação das formas tradicionais de conhecimento e organização social. Durante a República, políticas nacionalistas e homogeneizadoras reforçaram esse processo, apagando línguas, cosmologias e pedagogias próprias de povos indígenas, quilombolas e comunidades de matriz africana (Munanga, 2015).

> Eu venho do Quilombo Manzo. Quilombo Manzo hoje é uma referência na luta pelo direito à proteção e à preservação da Serra do Curral. Mas eu acredito que, entendendo do relevo da Serra do Curral, ele começa lá na Serra da Canastra, se eu não estiver enganada, e vai até a Chapada, na Bahia. Então, a gente está lutando pela preservação ambiental, que liga Minas e a Bahia. Então, tem tudo a ver com a nossa ancestralidade e uma serra ancestral. O Quilombo Manzo foi fundado em 1970, por um preto velho. A gente não tinha nenhuma concepção de quilombo, porque a gente tinha fugido do nosso quilombo em Ouro Preto, no Morro da Queimada.
>
> Chegando em Belo Horizonte, minha mãe estava com oito anos de idade. Aos 12, ela começa a incorporar e aí vai para um terreiro de umbanda. O preto velho Pai Benedito vem e a partir dali surge uma referência de cura, cuidado e acolhimento para várias mulheres que criavam seus filhos ali no bairro Paraíso, atrás do Cemitério da Saudade. Depois disso, a minha mãe vai procurar o patrão dela, que tinha uma doença e a esposa dele muito doente também. Então, o Pai Benedito cura a esposa do patrão e aí o patrão da minha mãe fala, sabendo que ela não tinha onde morar, dá a ela um dinheiro para comprar um terreno, ela vai e compra no lugar, ele arruma o terreno que era perto do trabalho para ela não ter que demorar muito a chegar no serviço e aí o Pai Benedito vira e fala que não, que não era naquele lugar, que ele ia mostrar onde, que seria a senzala de Pai Benedito. E assim, em 1970, surge a senzala de Pai Benedito e que todos nós vamos morar.
>
> Eu nasci já ali naquela comunidade. E a partir dali, várias outras famílias foram acolhidas e o Pai Benedito sempre falava que a gente não era irmã de sangue, mas que a gente era irmã das plantas, das ervas, dos chás, dos banhos, porque isso era necessário para que a gente se tornasse humano. O nosso sangue precisava ser purificado a partir da natureza. E assim a gente aprendeu que nós somos irmãos do todo, da seiva mineral, animal e vegetal. E essa complementação que nos torna

mais humano, cada dia melhor. Por isso que a gente renova a nossa fé. Na verdade, a gente está renovando o nosso sangue.

A gente até então nunca viveu dependendo de nenhum Estado. A gente dependia realmente da cura dos atendimentos e a gente vivia muito na troca. Era sempre uma família matriarcal naquela comunidade. Os homens que tinham ali eram as entidades Caboclo, Preto Velho e Exu. Esses foram os homens que conviveram com a gente, que representavam ali essa presença paterna. E várias outras mulheres começaram a chegar também com filhos, tendo o Pai Benedito como pai e como curandeiro, como médico, não tinha o SUS. A gente buscava remédio na mata.

A partir de 2005 começa a nossa luta por conta de um problema com a prefeitura, por conta de uma troca de telhado. Minha mãe até fala: "maldita foi a hora que eu quis consertar esse telhado, antes tivesse deixado ele quebrado". A gente tinha conseguido um dinheiro público para trocar o telhado e foi até a prefeitura pedir o alvará para trocar o telhado. A prefeitura falou então que aquele terreno não era nosso, que era uma terra invadida. A prefeitura comprou uma briga com o Pai Benedito! Então, o Pai Benedito me chama e fala comigo: "Você vai levantar, vai sair para fora, vai aprender a língua do branco, porque eles não vão ouvir na língua de preto." (Makota Kidoialê, 2025)

A expansão do agronegócio, da mineração e da especulação imobiliária segue, na contemporaneidade, se reinventando como práticas de invasão e expropriação que intensificam pressões sobre os territórios. O avanço de monoculturas leva à contaminação por agrotóxicos, à destruição de nascentes e à diminuição da resiliência ecológica das áreas ocupadas por PCTs, mesmo quando formalmente demarcadas (Porto & Pacheco, 2019). A violência ambiental, portanto, transcende limites cartográficos e afeta diretamente modos tradicionais de produção, alimentação, saúde e cosmologia.

A gente teve o problema com a mineração, a gente denunciou a mineração, tirou, suspendeu o licenciamento. O que eu quero deixar aqui como herança, eu acho que é ancestral, e compartilhar com vocês que a gente não pode ter medo. A gente não pode ter medo de denunciar. A gente vai morrer um dia. Então a morte não pode ser um empecilho paradenunciar. E eu falo isso porque o dito Preto Velho falou comigo: "não pode ter medo de morrer. A gente tem que ter medo da fome." A única coisa que nós lutamos hoje é pelo direito de nos alimentar. E isso, a natureza, a terra nos dá condições. Então assim eu preciso só dizer para vocês, denuncie, denuncie, porque hoje a gente conseguiu, a partir também desses editais de pequeno posto, de pequeno recurso, a partir também dessa facilidade que tem o acesso a esses pequenos editais da cultura.

A gente conseguiu fazer o nosso protocolo de consulta conectado com assistência de Nego Bispo, foi o último documento. A gente criou uma quilomboteca na nossa comunidade, que chama Roça Literária. Hoje a gente tem um projeto de educação infantil. A gente está construindo agora um projeto de cinema quilombola e a gente ainda presta monitoria, assessoria a mais de cento e oitenta mulheres para que mulheres negras, indígenas e LGBT, possam também perder o medo e acessar

a universidade para onde ela voltar e buscar nós, quilombolas, porque esse lugar também é nosso. (Makota Kidoialê, 2025)

Políticas ambientais conservacionistas que desconsideram a presença humana integrada para a renovação dos biomas, como as que se intensificaram no Brasil a partir da década de 1980, também criaram conflitos em territórios historicamente habitados por povos e comunidades tradicionais.

> Estamos no bioma da Mata Atlântica. E lá na região tem bastante unidades de conservação sobrepostas ao nosso território. Tem unidades de conservação nas três esferas, no nível municipal, federal e estadual. Então a gente tem bastante repressão lá por conta dos nossos modos e práticas culturais tradicionais. E aí a gente também tem sobreposição de grandes empreendimentos na região: tem usina nuclear em Angra dos Reis; tem agora muito forte a exploração do pré-sal, que já está até na etapa quatro. E uma coisa que foi muito forte para a gente também, que dá acesso, e, portanto, tem um lado bom, mas também tem o lado ruim, é a BR, porque traz o acesso, traz liga, dá o acesso para a comunidade acessar outros territórios. Mas também traz a especulação imobiliária, o turismo predatório e que só impacta mesmo os nossos modos de vida tradicionais. (Carol Barbosa, 2025)

A compreensão de território adotada pelos PCTs ultrapassa a noção estatal de propriedade ou domínio. Territórios tradicionais são espaços que articulam ancestralidade, espiritualidade, práticas agrícolas, conhecimentos ecológicos, festividades, educação comunitária e relações de cuidado com o ambiente (Arruti, 2006; Santos, 2005). Por isso, reduzir tais territórios a unidades pontuais em sistemas de georreferenciamento - como ainda ocorre em alguns processos institucionais - constitui grave distorção epistemológica e ameaça aos direitos territoriais.

> Povos tradicionais de matriz africana, esse lugar que a gente veio aqui falar sobre defesa de território. Então a gente diz que povo tradicional de matriz africana está junto do conceito de povos e comunidades tradicionais e são aqueles que resistiram com a sua língua, com a sua forma de se vestir, com seus hábitos, com a sua manutenção, preservação. É um conceito em disputa. É um conceito construído no processo de contracolonialidade, porque as pessoas sempre nos declararam que a gente era seita, religião e disseram nomes que não estão nas nossas línguas, que nós não temos como traduzir.
>
> Como disse a Makota que me antecedeu, a gente montou espaços que não eram para ser terreiro nem quilombo, era para resistir. Quando disseram no decreto na Convenção 169 da OIT que aqueles que resistiam desta forma com a sua língua, com seus hábitos, com as suas questões, eles eram povos tradicionais e, portanto, eles eram pessoas que se mantinham mesmo num sistema que era contrário a eles.
>
> (...) nós estávamos constituindo esse conceito. Ele está em disputa porque nada que se coloca no lugar, ele se coloca sem disputa. Então existe uma disputa. Vocês vão ver as pessoas se qualificarem como povo de terreiro, povo de santo, povo de axé.

> Nós assumimos essa declaração como uma narrativa política de estar dentro desses conceitos dos povos e comunidades tradicionais.
>
> E dissemos que povo tradicional de matriz africana é aquele que tem tudo isso e que tem a natureza como divindade. Porque essa é uma questão importante de ser colocada. E nós resistimos frente ao letramento com a oralidade, frente ao capitalismo exploratório, com a solidariedade frente a princípios e valores que estão lá. Se for em algum lugar que se disser que é isso, se nada disso tiver, podem combater, porque não é. (Kota Mulanji, 2025)

A territorialidade tradicional se organiza como "mancha" ou "continuum ecológico", incorporando áreas de coleta, nascentes, percursos rituais, sítios sagrados, áreas de pesca, zonas de extrativismo, rotas de deslocamento e espaços pedagógicos. O território, assim, não é um mero suporte físico; é condição de existência e reprodução social (Haesbaert, 2004).

Apesar das múltiplas violências, PCTs têm fortalecido redes de resistência que combinam mobilização política, afirmação identitária, ações jurídicas e práticas comunitárias de cuidado ambiental. Os movimentos culturais - festas, rituais, celebrações, expressões estéticas - constituem não apenas manifestações simbólicas, mas também dispositivos econômicos e tecnológicos de resistência (Gomes, 2018). As festas populares, por exemplo, movimentam o território não apenas do ponto de vista social e simbólico, mas também do ponto de vista produtivo, envolvendo agricultura, culinária, indumentária, artesanato e saberes ritualísticos, articulando sustentabilidade econômica e cultural.

> Unidade territorial é um conceito também que se constituiu para uma categoria para se reunir a nossa diversidade de formas como a gente se autodeclara. Então nós lutamos contra essas barreiras do reconhecimento e através da alimentação. Como disse, a Makota, "A única coisa que se tem medo é de se passar fome".
>
> E quando a gente vai ver a história das políticas públicas de enfrentamento à fome no Brasil, nós vamos ver que nós estamos invisibilizados. Aparece toda a história cristã, aparece Betinho, com todo respeito à sua luta por cidadania, mas nós estávamos na ponta distribuindo comida para quem precisava, dando comida para os nossos.
>
> Nós sempre fomos cozinhas ancestrais solidárias. E essa é uma reivindicação para manter o nosso território. Que seja reconhecido que a gente sempre fez aquilo que hoje eles descobrem que é necessário fazer para manter e lutar contra a fome.
>
> (...) Nós temos um sistema alimentar próprio, que tem os alimentos adequados e que nos mantém vivos. Aquilo que nós comemos fora da nossa unidade territorial tradicional nos mata, tem açúcar, tem sal, nos transforma em obesos, nos transforma em diabéticos, hipertensos.
>
> A única comida que nos salva é qual? É o dendê, é um óleo vegetal, é o feijão-fradinho, é o milho, é a pipoca, é a melhor proteína que existe, que é a proteína do cabrito, a proteína da galinha, aquela proteína que até hoje é comida nos territórios de

> África, que nós mantivemos nesses territórios. Nós precisamos recuperar uma parte desse sistema alimentar, que é a soberania alimentar.
>
> Isso mantém o nosso território, porque nós defendemos um conceito de corpo- território. Isso tudo que a gente manteve, a gente manteve porque a gente chegou pelado aqui. O único território que era nosso: o nosso próprio corpo. Defender o nosso primeiro território para defender a vida. Por isso a alimentação é fundamental para defender o território. (Kota Mulanji, 2025)

A educação diferenciada, reivindicada por indígenas, quilombolas, caiçaras, dentre outros PCTs, tem sido também fundamental na afirmação territorial, pois vincula o conhecimento escolar aos modos de vida comunitários. Do mesmo modo, iniciativas de turismo de base comunitária são discutidas como alternativas econômicas, desde que controladas pelas comunidades e orientadas por limites éticos e ambientais que impeçam processos de mercantilização predatória.

Essas práticas se articulam a um debate mais amplo sobre justiça climática, que reconhece a contribuição histórica dos PCTs na proteção de biomas, na conservação de nascentes, no manejo da biodiversidade e na mitigação de efeitos climáticos adversos. A existência tradicional, por sua própria lógica, constitui uma forma de sustentação da vida ecossistêmica.

A centralidade dos PCTs no enfrentamento das mudanças climáticas exige políticas públicas que reconheçam a complexidade dos territórios e a inseparabilidade entre direitos territoriais e proteção ambiental. Isso implica mecanismos de demarcação condizentes com a dinâmica territorial, fortalecimento das organizações comunitárias, reconhecimento das economias tradicionais e defesa da integridade ecológica contra grandes empreendimentos predatórios.

Tais políticas não podem restringir-se à terra enquanto superfície mensurável. É necessário reconhecer o território como espaço integral onde se entrelaçam vida, cultura, espiritualidade, economia, educação e biodiversidade - dimensão fundamental para qualquer proposta séria de adaptação climática.

> Não existe justiça climática sem justiça social, isso é uma coisa que a gente acredita muito. A gente tem algumas frentes de luta que são a roça tradicional, a agroecologia, a pesca, mas recentemente a gente entendeu a importância de ter uma frente de cultura fortalecida, pensando nas políticas culturais. A frente de luta da cultura envolve os modos de vida tradicionais e, portanto, é como a gente fortalece até a defesa do território. Nossa principal defesa, bandeira de luta, é a defesa do território, porque sem território não tem cultura popular e tradicional e não tem comunidade tradicional. (...) Quando acabou a pandemia, para ir além do assistencialismo, a gente criou a campanha Territórios Vivos: Cultura, Tradição e Resistência, para fortalecer as práticas dos mestres e mestras no território. (...) Não existe patrimônio sem nós. (Carol Barbosa, 2025)

Os PCTs constituem protagonistas centrais na defesa das sociobiodiversidades brasileiras e no enfrentamento à crise climática. A continuidade de seus territórios, modos de vida e cosmologias não é apenas uma questão de justiça histórica, mas de sobrevivência planetária. Em um contexto de emergência climática, ignorar esses protagonismos significa comprometer a capacidade de regeneração ecológica e de construção de futuros sustentáveis. Proteger territórios tradicionais é, portanto, reconhecer que outras formas de viver com a terra - e não contra ela - já existem, são eficazes e precisam ser fortalecidas.

Referências

Almeida, A. W. B. (2012). *Territórios e territorialidades específicas e tradicionais*. Manaus: UEA Edições. Arruti, J. M. (2006). *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. São Paulo: Edusc. Carneiro da Cunha, M. (2017). *Cultura com aspas*. São Paulo: Ubu.

Diegues, A. C. (2008). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec. Gomes, N. L. (2018). *O movimento negro educador*. Petrópolis: Vozes. Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Little, P. (2004). *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*. Brasília: UNB. Munanga, K. (2015). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. Oliveira, J. P. (2016). *O nascimento do Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contra Capa. Porto, M., & Pacheco, T. (2019). *Agrotóxicos e injustiça ambiental*. São Paulo: Expressão Popular. Santos, B. S. (2005). *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez.

Os saberes e o pertencimento cultural: uma questão política

Makota Cassia Kidoiale[46]

> *"As mulheres negras e homens negros seguem na luta por uma nova construção de conscientização e de participação justa no mercado de trabalho, na cultura e na política do país, seguem em luta pela liberdade e direitos humanos que vão além dos festejos da lei Áurea que apenas declarou abolida a escravidão no Brasil"*- Carmen Foro

Ainda criança eu sempre via um distanciamento entre o saber científico e os saberes tradicionais. O primeiro é pautado na verificação, na "capacidade de ser refutada ou testada" (POPPER, 1972, p. 5), racionalidade, discutibilidade, capacidade de sistematização e presença de um método e instrumentos da cientificidade. O segundo é transmitido de geração a geração de forma oral e na própria vivência, é um conhecimento prático sustentado pelo relacionamento com as crenças e os valores. O conhecimento científico apresenta-se tanto como empírico, racional, tendo sua importância no fato de abordar os fenômenos da realidade de forma sistemática, metodologicamente testada, permitindo análise e síntese de informações. Por outro lado, o conhecimento tradicional adquirido cotidianamente, nos servindo da experiência do outro, de modo a aprender e ensinar algo, acaba sendo responsável por promover a interação humana e social de modo dinâmico, mesmo percebendo o quanto nossas políticas de organização coletiva, muito contribuiu para a ciência, além dos corpos pretos como objeto didático para os estudos de áreas variadas nas ciências ocidentais (ponto de questionamento sobre o uso de nossos corpos).

Sempre compreendemos, nós, povos de tradição, que cada território tem a sua própria gestão, a sua própria política, o seu próprio modo de ser e de se relacionar com o humano e o não humano. Entendemos que isso é parte da cultura de um povo, o que não é muito aceitável pela sociedade que se julga organizada pelo saber científico. É nesse sentido que eu tenho transversalizado essas duas perspectivas, a universidade com os territórios tradicionais e periféricos, para que a gente possa pensar em ações efetivas que vão incluir essa população que

46 Presidente do Kilombu Manzo–Belo Horizonte-MG, mestra e professora dos saberes tradicionais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), diretora da Federação Estadual kilombola-Ngolo e integrante da Rede PCT- ACBANTU.

sempre esteve na exclusão, pela ausência do Estado e fora das discussões nos contextos entendidos como próprios dos conhecimentos científicos.

Um dos meus maiores objetivos é fazer com que as políticas públicas sejam de fato pensadas a partir de cada território, de cada população, de cada coletivo, respeitando a especificidade de cada um. Porque o modo de vida dessas comunidades tem um modelo próprio de fazer a sua gestão, de fazer a sua política, e é preciso pensar nesse modo de desenvolver políticas públicas respeitando as formas de gestar territórios. Sem essa união da ciência com a tradição, acabam pensando em ações e políticas que não atingem de fato seu objetivo, negligenciado as condições peculiares das comunidades e impondo, muitas vezes, políticas que mais contribuem ou se somam às situações que as vulnerabilizam.

Vivemos um Estado em que a cultura que apresenta *status* é chamada de cultura clássica, e a cultura que sustenta, educa e cria um povo, além de atrair muito mais o turismo do país, seja na dança, no batuque, na culinária, pelo seu modo de ser e de fazer, é chamada de cultura popular. Estes termos não incomodariam tanto, se a diferença entre o significado de cultura popular e cultura clássica ou erudita, está na distância de valores incutidos a cada uma, conforme a compreensão da sociedade. Por aprender desde a infância que cultura é o que a Europa produz, ainda que comam nosso arroz, o milho, ou que façam um bom mexidão, não aceitam que nossa cultura seja parte constitutiva das tradições mais genuínas na sociedade brasileira e nutre, ela é milenar.

Toda a minha trajetória tem me dado essa experiência e essa visão de que pensar políticas sem conhecer a realidade de cada território, é pensar em políticas ineptas, que não acessam os territórios e não geram nenhuma ação positiva. Tanto o indivíduo quilombola quanto os agentes de Estado que transversaliza a política, precisa entender os diferentes modos de vida e sua importância para gestão de cada território e seu povo.

Eu tenho caminhado muito pelos territórios e dialogado muito com educadores, tenho percebido que existe um rompimento da educação na cultura dos povos e territórios tradicionais. A educação sempre foi pensada a partir de um modelo eurocêntrico, e não existe nenhuma referência que traga a escola como um espaço de convivência quilombola tomando suas referências como direção. Então é como se o negro tivesse que abrir mão de sua identidade que, obviamente, vem de uma ascendência africana, para se colocar à disposição da construção de uma identidade que toma como padrão a sociedade, modos de vida e a cultura de base europeia.

Para a educação, uma *afrobetização* aquilombada, onde o quilombola, da criança até a fase adulta, possa compreender que aquela escola é só um espaço de extensão para o conhecimento científico, além de socialização, porque é nesses espaços onde se encontram todas as diversidades humanas e não humanas também.

Para nós, de tradição de matriz africana e afro-brasileira, as crianças já nascem com todos os conhecimentos e pertencimentos do nosso território. Até a fase de ingressar na educação, sabemos perfeitamente quem somos. Muitas das vezes, as crianças já chegam na escola com seu nome de tradição, por sabermos também o que a gente quer ser. Porém, quando somos inseridos dentro do modelo de educação formal institucional, começamos, ou melhor, somos impelidos a nos distanciar dessa identidade da qual a gente veio constituindo pertencimento e reconhecimento. E então acabamos embarcando na lógica do *des*envolvimento do esquecimento. Ignoram nosso nome, não reconhecem onde vivemos, desconfiguram e desvirtuam nossa cultura, como parte de uma tentativa de nos tornar pessoas submissas, amedrontadas, desacreditadas, incapazes de ter autonomia e orgulho da própria vida e território. Entendo que essas tentativas de apagamento identitário causam graves conflitos culturais e subjetivos.

Pois percebemos que ainda em nossos tempos, no século XXI, não raro, nos deparamos com pessoas negras nos perguntando se os terreiros praticam bruxarias, adoram o diabo. Esta consequência de violências seculares se torna ainda mais violenta para nossa cultura e nossas identidades, o que nos faz compreender que a educação não tem atingido o seu objetivo, ou melhor, tem atingido à medida que se coloca como um mecanismo de colonização da mente em pleno século XXI, e por ainda estarem ausentes, apesar das leis, as referências de nossa cultura. As violências se sobrepõem quando não é perceptível por nós, afrodescendentes, as dimensões de apagamento - se foi racial ou religioso. Compreendemos ser racial por contemplar toda as dimensões dos povos afrodescendentes, da religião aos modos mais peculiares de falar. Assim, a sociedade que gesta o Estado, nos empurra para trás, em um século em que pessoas negras eram tratadas como propriedade de pessoas brancas escravocratas, que ainda desfrutam de privilégios garantidos culturalmente por mão de obra preta.

O efeito subjetivo de tais violências, iniciando na infância, passando ao longo do crescimento, amadurecimento, coagindo a se desvincular do que a pessoa é, para que possa estar de fato inserida nos espaços que são permitidas pelo Estado, é que isso acaba criando um choque de identidade cultural, e não sabemos mais quem somos e de onde viemos. Demarcando nosso ponto de existência nos

porões dos navios negreiros, atribuindo somente a nós, povos de matriz africana, o pertencimento ao continente africano, por sermos nós a dar a volta no sentido anti-horário, para não esquecer o nosso pertencimento cultural.

Então, muitas vezes, na adolescência a gente acaba saindo da escola porque naquele espaço, o tempo todo, é preciso ser, aprender e conhecer outras culturas que não são as nossas. Nos ensinam a nos odiar e a odiar nossa cultura e modos de vida, nossa descendência e pertencimento identitário. E a nossa própria cultura não está exposta ali como um conhecimento, como fundamentos positivos dos quais tenhamos orgulho de nos referenciarmos. Os adolescentes acabam se distanciando desses espaços e se prendendo dentro do seu próprio território, mas com a vontade de estar lá fora. Nossas crianças não se limitam a uma idade cronológica, em nossa tradição é muito normal uma criança ser pai ou mãe, sem perder o sentido de ser criança, ele cumpre também a sua função para o coletivo. A idade, ou faixa etária nos territórios de matriz africana, não é a partir de quando nasce, mas do momento de quando ela é entregue ao nosso território. Os adultos também, independentemente da idade cronológica, o que contamos é da chegada ao nosso coletivo, à comunidade, assim chamamos os menores de muzenza, os adultos de kota, e os mais velhos de Kambono ou Makota, porque são esses que identificamos com identidade de gênero.

As Makotas são as mulheres que zelam pelos cuidados e criação dos mais novos até se tornarem adultos. Elas também são responsáveis pela preservação das tradições. Os Tatas são responsáveis pelos couros, pelo território e todo sagrado, mas também são eles que nos dão condições de manter e preservar a nossa língua, através das cantinas e rezas, sei também que pertenço à cultura *bantu*. Também por entender que na sociedade ocidental, se divide por títulos que comprovem sua importância ou conhecimentos. Para nós, povos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira, não são os títulos que nos legitimam como detentores de conhecimento, mas a responsabilidade que nos é atribuída pela *Mametu* ou *Tatetu* (de acordo com cada território). Nossos cargos ou funções nos apontam qual o caminho devemos buscar e os conhecimentos que iremos acessar e repassar ao coletivo, para manter as tradições em nosso território.

Então, são coisas assim que a gente pergunta para a criança de tradição de matriz africana. Ela não sabe muito o que ela quer ter, mas quando você pergunta o que ela quer ser, ela quer ser algo que dialoga com a nossa cultura porque aprendemos, desde pequenos, que somos herdeiros ou herdeiras de tradições, tendo o território enquanto base de pertencimento e referência identitária e cultural de autorrealização. O modo de vida, de ser, do território de

matriz africana, tem a cultura fundamentada no autocuidado, no cuidado mútuo, na saúde do outro e no ambiente como inteiro, sendo nossos ancestrais a outra metade. É preciso pensar que para eu estar saudável, o outro com quem eu convivo também precisa estar saudável em sua integralidade enquanto ser humano e ser espiritual. Então a saúde precisa ser pensada de um modo coletivo, comunitário, e não individual ou sequer unitário. Ela precisa estar junto da cultura para que se possa colocar em prática o tempo todo, uma vez que ser de tradição é ter a cultura fundamentada nos princípios básicos de manutenção da vida, bem nutrida no sentido tradicional de dizer: estar bem-criada e educada. Isso porque aprendemos desde cedo, que cultura é o que nos nutre e nos fortalece para resistir, ser, e pertencer a um povo.

O FONSANPOTMA e a defesa estrutural do território: a Soberania Alimentar e a Justiça Climática pelos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMA)

Kota Mulanji - Regina Nogueira[47]

1. O Território como Fundamento da Existência POTMA e a Agenda FONSANPOTMA

O Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática, junto ao XXV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, ao sediar o Painel Povos e Comunidades Tradicionais e Defesa do Território, reconhece a urgência da pauta dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e a defesa intransigente de seus territórios. Este texto reelabora a apresentação do Painel sob a perspectiva analítica e propositiva do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA), uma organização cuja missão institucional transcende a dimensão alimentar, posicionando-se como esfera soberana de proposição, monitoramento e mediação na implementação de políticas públicas. O FONSANPOTMA integra a luta por segurança alimentar e nutricional (SAN) e a relaciona com áreas cruciais como saúde, educação, cultura, meio ambiente e assistência social, assumindo que a segurança alimentar é um produto da integridade holística do modo de vida dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMA).

A luta pela demarcação e proteção territorial dos POTMA intensifica-se em um contexto de conflito agrário e extrativista, onde seus direitos são violados por fazendeiros, mineradores e grileiros. Para o FONSANPOTMA, a defesa do território

47 Médica pediatra. Autoridade tradicional do Povo Bantu. Filha de Mametu Ndandalakata, hoje sob os cuidados de Tatetu Ngunzetala. Professora de Pediatria da UCPEL, bolsista da Fiocruz, mestranda do PPG de Políticas Sociais e Direitos Humanos da UCPEL. Compõe a coordenação de Ancestralidade do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana - FONSANPOTMA.

é a defesa da própria existência, lembrando que o único território que tínhamos quando sequestrados e escravizados era o nosso corpo, e até hoje este é o corpo-território. O conceito de Unidade Territorial Tradicional (UTT), onde se inserem as Casas de Tradição, os terreiros e barracões são os espaços fundamentais para a reprodução cultural, social, religiosa e econômica desses grupos. A luta territorial é vista como a luta pela salvaguarda do "corpo-território" e, em última instância, do direito à vida em plenitude.

O mandato expandido do FONSANPOTMA, abrangendo diversas esferas políticas, indica que o combate pela soberania territorial não se restringe ao campo, mas deve ocorrer simultaneamente nas frentes rurais e urbanas, reconhecendo as UTTs em ambos os contextos. Este posicionamento confere ao Fórum um papel central na gestão da sociobiodiversidade, inclusive em ambientes periurbanos, onde o direito à existência e ao culto - que exige a presença de matas e águas - é frequentemente negado.

A violência sofrida pelos POTMA é articulada pelo FONSANPOTMA não apenas como uma questão social, mas como um problema estrutural de **racismo**, na nossa opinião, inclusive, sem o religioso, conforme exigido para a correta qualificação jurídica dos ataques, em oposição ao termo sociológico de "intolerância religiosa". Essa mudança de categoria jurídica é essencial para mobilizar o dever constitucional de atuação do Estado, particularmente do Ministério Público Federal (MPF), na defesa dos POTMA, agora reconhecidos formalmente por decreto federal como povo tradicional de matriz africana constituída por suas comunidades tradicionais.

A seguir, detalham-se as três principais ações estratégicas do FONSANPOTMA, que combinam a soberania alimentar, o etnodesenvolvimento e a justiça ambiental.

QUADRO 1: SÍNTESE DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO FONSANPOTMA PARA DEFESA DO TERRITÓRIO E SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL (SAN)

AÇÃO DISCUTIDA	OBJETIVO CENTRAL FONSANPOTMA	DIMENSÃO DE IMPACTO (SAN, ECONÔMICO, AMBIENTAL)	CONEXÃO ANCESTRAL E POLÍTICA
Inclusão no PAA Municipal	Combate à insegurança alimentar e garantia de renda mínima.	SAN e Econômico (Geração de Renda) direito de compra com o NIS, cozinhas solidárias ancestrais	Inclusão em políticas públicas sociais e combate ao racismo institucional.
Rota do Bode	Valorização da sociobiodiversidade e estruturação do sistema alimentar próprio.	Econômico e Cultural (Agroecologia)	Definição de alimentos biomíticos e uso de conhecimentos ancestrais para a sustentabilidade.
Proteção de Matas e Águas	Defesa do corpo-território e manutenção da vida espiritual e material.	Ambiental e Espiritual (Justiça Climática)	Defesa do sagrado, combate ao racismo ambiental e preservação de recursos essenciais ("Sem folha não há Orixá").

2. A inclusão no PAA municipal: superando barreiras burocráticas para a segurança alimentar

2.1. O PAA como alavanca de inclusão produtiva e SAN

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui uma política pública essencial no Brasil, atuando como um pilar da Segurança Alimentar e Nutricional ao apoiar diretamente a comercialização da produção da Agricultura Familiar e das Comunidades Tradicionais. A inclusão das famílias POTMA no PAA municipal é uma estratégia fundamental para cumprir o objetivo de promover a inclusão em políticas públicas sociais, conforme estabelecido na Política Nacional.

A aquisição de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, incluindo as Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), é uma alternativa comprovada para a geração de renda e auxilia diretamente na promoção da SAN. Contudo, a efetividade deste programa tem sido historicamente comprometida.

Cortes orçamentários significativos, como a redução de 40% no orçamento do PAA observada em 2017, afetaram milhares de famílias agricultoras e diminuíram drasticamente o número de pessoas atendidas. O FONSANPOTMA articula a necessidade de estabilidade e expansão do PAA como medida de combate à insegurança alimentar, que é exacerbada por conflitos territoriais que limitam o acesso das comunidades aos seus próprios meios de produção. O advento das cozinhas solidárias ancestrais, por exemplo, trouxe à tona a ação contínua das UTTs em produzir alimentos e redistribuir com quem quiser. Esta ação protege o território quando os que lhe cercam começam a reconhecer a UTT não apenas como uma religião, mas realmente um espaço social.

2.2. O desafio do racismo institucional e os estrangulamentos burocráticos

A despeito de sua relevância, a implementação do PAA frequentemente revela padrões de **racismo institucional** que impedem a plena participação dos POTMA. O programa impõe uma "homogeneização normativa" e gera "estrangulamentos formais burocráticos" que limitam a capacidade de gestão e a participação das organizações de agricultores tradicionais. As exigências burocráticas cotidianas, como a aquisição de documentos, a complexidade na prestação de contas, a organização logística das entregas e a padronização dos produtos manifestam-se como barreiras significativas para as comunidades.

A complexidade da engenharia burocrática requer a atuação de mediadores técnicos e sociopolíticos. Observa-se que, apesar de mitigarem a desconfiança inicial, esses mediadores frequentemente reproduzem uma superioridade técnica e social utilizando linguagens tecnoburocráticas que são incompreensíveis aos membros das comunidades, especialmente aquelas que tenham como autoridades tradicionais mulheres. Esse processo não apenas gera subordinação, mas também leva à delegação de cargos estratégicos a agentes externos, pois as próprias autoridades e lideranças passam a se autoavaliar como incapazes de cumprirem tais funções. Essa internalização da incapacidade é um resultado direto do racismo institucional, que desvaloriza o conhecimento tradicional em detrimento do saber formal.

Para o FONSANPOTMA, a estratégia de superação dessa dinâmica passa pela garantia da **soberania tecnológica e burocrática**. É imperativo que a inclusão no PAA seja acompanhada de programas de formação interna, com foco em grupos tradicionalmente marginalizados como as mulheres, as crianças, a juventude, homens e, principalmente, as UTTS em que estas pessoas são negras,

para que a gestão dos recursos públicos e a prestação de contas possam ser conduzidas autonomamente pelos próprios POTMA. O sucesso do PAA, como proteção aos territórios, depende de uma adaptação do programa que reconheça os alimentos sagrados e tradicionais, transformando a luta pela política pública em um laboratório de engenharia social para a dignidade e autonomia.

3. A Rota do Bode: sociobiodiversidade, cosmovisão e estruturação do Sistema Alimentar Ancestral

3.1. O bode na gastronomia e cosmovisão POTMA

A **Rota do Bode** é um projeto estratégico que visa estruturar e valorizar uma cadeia produtiva baseada em um alimento fundamental para a sociobiodiversidade e a gastronomia dos POTMA. O bode (caprino) é central no sistema alimentar de matriz africana, tendo sido foco de estudo em grande parte dos estados analisados nas pesquisas do FONSANPOTMA junto com a FIOCRUZ.

O bode é conceituado como um **alimento-biomítico**, demarcação que estabelece a inseparabilidade entre o alimento, a ancestralidade e o sistema produtivo. O consumo desse animal está intrinsecamente ligado à cosmovisão africana, sendo criado em sistemas de fundo de pasto na Caatinga por comunidades tradicionais. Tais práticas de manejo solidário e comunitário validam o sistema alimentar dos POTMA como um modelo agroecológico próprio, distinto dos sistemas de produção em larga escala.

3.2. A Rota do Bode como vetor de etnodesenvolvimento e confronto ao racismo

O projeto “Teias da Rota do Bode” não se limita à logística comercial. É uma articulação política e cultural para valorizar a identidade produtiva. As formas gastronômicas e as práticas de consumo do bode nas UTTs de matriz africana atuam como um mecanismo de valorização cultural explícita e de confronto ao racismo. Trata-se de uma afirmação econômica da identidade que contribui diretamente para o etnodesenvolvimento sustentável.

Nesta tradição, o papel das mulheres é notório. Elas são as responsáveis por plantar, criar e preparar o alimento, atuando como multiplicadoras do

conhecimento ancestral. A Rota do Bode fortalece esse protagonismo feminino, conforme evidenciado pela própria composição das executivas nacional e municipais. O protagonismo das coordenações de mulheres e de juventude em carregar estas proposições é visto também como fundamental na luta antirracista, manutenção do território e preservação da vida destas pessoas.

A promoção de uma cadeia produtiva centrada em um produto nativo e manejado de forma agroecológica representa um modelo de **resiliência biocultural**. Este modelo se contrapõe diretamente às práticas do agronegócio, que promovem a monocultura e a degradação dos recursos. A demanda do FONSANPOTMA é que a classificação do bode como alimento de sociobiodiversidade exija a criação de mercados diferenciados e selos de origem que reconheçam e valorizem financeiramente o seu significado cultural e ecológico. O PAA, portanto, deve ser adaptado para absorver produtos da Rota do Bode, garantindo um fluxo de renda sustentável e fortalecendo a economia local das comunidades.

4. Proteção de matas e águas: saberes ancestrais, racismo ambiental e justiça climática

4.1. A Ecologia POTMA e o vínculo essencial com a natureza

Os Povos Tradicionais de Matriz Africana se definem essencialmente como “povos da natureza”. A sabedoria ancestral, resumida na máxima “Sem folha não há orixá”, dos povos Yorubá, estabelece que a biodiversidade é um requisito vital para a continuidade de suas práticas espirituais e seu modo de vida. Dessa forma, a luta pela existência dos POTMA é, intrinsecamente, a luta pela justiça climática.

As comunidades de terreiro desempenham um papel socioambiental crucial na preservação e proteção do meio ambiente. Seus saberes incluem a gestão e conservação das águas (Iemanjá, Kaia, Aziri, Sereias), conhecimentos vitais em um cenário de intensas crises hídricas. A prática religiosa reforça um profundo respeito pelos elementos naturais, com rezas e oferendas que expressam a conexão com a água, a terra e o fogo, reconhecendo que a natureza é quem permite a produção e reprodução do alimento. As campanhas Tradição Alimenta, Não Violenta e Sagradas Mulheres Águas servem para disseminar os princípios destes povos e contracolonizar, como orienta Nego Bispo.

4.2. A denúncia do racismo ambiental e a ameaça aos territórios

A destruição de ecossistemas é percebida pelo FONSANPOTMA como uma violência estrutural: o Racismo Ambiental. A poluição de rios e a destruição de florestas pelo avanço da mineração e do agronegócio representam um ataque direto ao fundamento espiritual e material dos POTMA.

A dimensão da ameaça é alarmante: relatórios indicam que 98,2% dos territórios quilombolas no Brasil são ameaçados por empreendimentos de mineração, obras de infraestrutura e imóveis rurais. Essas atividades não só causam desmatamento e perda de biodiversidade, mas provocam a deterioração crítica dos recursos hídricos. O esgotamento hídrico e a perda de biodiversidade impactam diretamente a capacidade produtiva e a segurança alimentar, tornando a defesa das matas e das águas a ação mais fundamental para a manutenção da vida.

O Racismo Ambiental se manifesta também pela negligência institucional, notadamente na violação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige a consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais. A omissão em garantir a consulta permite que projetos degradantes avancem sem consentimento, expondo os POTMA à violência jurídica e institucional.

A crise climática, vista como uma crise civilizatória, demanda um novo paradigma. A cosmovisão de matriz africana, que enxerga os seres humanos como parte integrante da natureza, oferece um modelo de manejo e coexistência indispensável para uma transição justa e para as soluções globais de mitigação e adaptação climática. Ao defender seus ecossistemas, o FONSANPOTMA demonstra que a proteção ambiental é, na prática, um pré-requisito irrenunciável para a Segurança Alimentar Nutricional, e para defender nosso corpo, nosso território.

5. Conclusões e recomendações estratégicas: soberania e protagonismo POTMA

As ações discutidas no Painel Povos e Comunidades Tradicionais e Defesa do Território demonstram que a agenda do FONSANPOTMA é intersetorial e estrutural. A inclusão efetiva no PAA garante a dignidade econômica e combate

a vulnerabilidade. A Rota do Bode afirma a identidade biocultural e a resiliência produtiva. A proteção de matas e águas assegura o fundamento ecológico e espiritual de sua existência. O protagonismo dos POTMA na defesa de seus territórios é um ato de justiça racial e um mecanismo crucial de mitigação da crise climática.

As seguintes recomendações estratégicas são essenciais para a concretização dos direitos e a soberania dos Povos Tradicionais de Matriz Africana:

5.1. Enfrentamento ao racismo religioso e ambiental

É mandatório o reconhecimento e a aplicação da categoria jurídica de **Racismo Religioso,** mesmo que esta que vos escreve não utilize o religioso para qualificar adequadamente os atos de violência e violação de direitos. Esta ação deve ser acompanhada por medidas concretas para promover a proteção ambiental dos territórios tradicionais de terreiro e de matriz africana. A articulação por justiça climática deve ser inseparável da luta por justiça racial.

5.2. Ajuste burocrático do PAA e Etnodesenvolvimento

O Estado deve implementar mecanismos que simplifiquem a burocracia do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), eliminando os estrangulamentos institucionais que levam à subordinação técnica e à autopercepção de incapacidade. É fundamental garantir a aquisição de produtos da sociobiodiversidade, como os oriundos da Rota do Bode, assegurando que o valor cultural e ecológico seja traduzido em renda sustentável. A inclusão produtiva deve ser acompanhada de formação para a soberania técnica interna das lideranças comunitárias.

5.3. Proteção territorial e cumprimento da consulta prévia

A proteção do corpo-território exige a anulação imediata de requerimentos minerários e cadastros de imóveis rurais que incidam sobre as Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs). O cumprimento rigoroso da Convenção 169 da OIT, que garante o direito à consulta prévia, livre e informada, é inegociável para qualquer projeto que possa degradar o território ou comprometer o modo de vida dos POTMA.

5.4. Fortalecimento institucional e implementação de políticas

É crucial agilizar o processo de certificação das comunidades quilombolas pela Fundação Cultural Palmares e a emissão do Relatório Técnico Antropológico pelo INCRA. Deve-se garantir a implementação ágil da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana (Decreto 12.278/2024), assegurando o direito à existência e a participação plena das comunidades na formulação e gestão das políticas públicas. O reconhecimento da ecologia POTMA como uma solução civilizatória para a crise global demonstra que o financiamento direto e o fortalecimento de suas economias e práticas sustentáveis são investimentos essenciais para um futuro ambientalmente justo. Nos engajar para a aprovação no congresso da PL1279/2022 PL Makota Valdina também é necessário.

Devemos, sim, dar continuidade aos diálogos, como os que ocorreram para a constituição do plano de cultura e o conselho de cultura.

Referências

AGORA ES. *Debate defende política nacional em favor de povos de terreiro e matriz africana*., [s.d.]. Disponível em: **http://agoraes.com.br/noticia/32863/debate-defende-politica-nacional-em-favor-de-povos-de-terreiro-e-matriz-africana**. Acesso em: 29 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. *Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e Matriz Africana*. Brasília, DF: [s.n.]. Disponível em: **http://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/politica-nacional-para-povos-e-comunidades-tradicionais-de-terreiro-e-matriz-africana**. Acesso em: 29 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Alimentando-se tradicionalmente conforme os ancestrais africanos*. Brasília, DF: [s.n.]. Disponível em: **http://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/noticias/2014/artigos/alimentando-se-tradicionalmente-conforme-os-ancestrais-africanos.** Acesso em: 29 nov. 2025.

CESE. *Quilombolas: história, direitos e desafios*., [s.d.]. Disponível em: **http://cese.org.br/blog/quilombolas-historia-direitos-e-desafios/**. Acesso em: 29 nov. 2025.

CLIMAINFO. Mineração, agronegócio e obras ameaçam 98% dos Territórios Quilombolas. *ClimaInfo.*: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: **http://climainfo.org.br/2024/05/24/mineracao-agronegocio-e-obras-ameacam-98-dos-territorios-quilombolas/**. Acesso em: 29 nov. 2025.

FONSANPOTMA. *FONSANPOTMA*., [s.d.]. Disponível em: **http://fonsanpotma.com.br**. Acesso em: 29 nov. 2025.

FONSANPOTMA. *Terra, território e Territorialidade*., [s.d.]. Disponível em: **http://www.fonsanpotma.com.br/terra-territorio-e-territorialidade/**. Acesso em: 29 nov. 2025.

IBERCULTURA VIVA. *IberCultura Viva na COP30: cultura, territórios e justiça climática*., [s.d.]. Disponível em: **http://iberculturaviva.org/ibercultura-viva-na-cop30-cultura-territorios-e-justica-climatica/**. Acesso em: 29 nov. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Carta Política: Encontro Temático "Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia"*., [s.d.]. Disponível em: **http://www.ipea.gov.br/participacao/images/5cnsan%20carta%20poltica%20encontros%20temticos.pdf**. Acesso em: 29 nov. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Obras, mineração e agronegócio ameaçam 98% dos quilombos do Brasil, diz relatório*. Campinas, SP: UNICAMP, IGE. Disponível em: **http://ige.unicamp.br/lehg/obras-mineracao-e-agronegocio-ameacam-98-dos-quilombos-do-brasil-diz-relatorio/**. Acesso em: 29 nov. 2025.

MARTINI, Gerlaine. FACES DA MÃE D'ÁGUA: SABERES DA CONSERVAÇÃO. *Revista Calundu*, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2017. Disponível em: **http://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/download/7633/6302/13248**. Acesso em: 29 nov. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *COP30: Protagonismo das comunidades tradicionais e críticas a modelos atuais marcam 1º dia do estande do MPF*. Brasília, DF: MPF. Disponível em: **http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/cop30-protagonismo-das-comunidades-tradicionais-e-criticas-a-modelos-atuais-marcam-1o-dia-do-estande-do-mpf**. Acesso em: 29 nov. 2025.

NOGUEIRA, Juliana Kitanji Goulart. Uma Análise Da Relação Dos Povos Tradicionais De Matriz Africana Com Bode. In: *Colóquio Povos e Comunidades Tradicionais*., [s.d.]. Disponível em: **http://www.even3.com.br/anais/viicoloquiopcts/924131-uma-analise-da-relacao-dos-povos-tradicionais-de-matriz-africana-com-bode**. Acesso em: 29 nov. 2025.

NOGUEIRA, Regina et al. Bode como alimento nativo da sociobiodiversidade e a gastronomia dos povos tradicionais de matriz africana–POTMA. *Cadernos de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: **http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/7423**. Acesso em: 29 nov. 2025.

OBSERVATÓRIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (OBHA). *Caderno de experiência de pesquisas em saúde e povos tradicionais de matriz africana*., [s.d.]. Disponível em: **http://alimentacaoescolar.org.br/wp-content/uploads/2024/12/2022_povos-tradicionais-e-ssan_FIOCRUZ-OBHA.pdf.** Acesso em: 29 nov. 2025.

O POVO DO ASHÈ: a importância das religiões de matriz africana. *Revista Paradigma*,, [s.d.]. Disponível em: **http://revistas.unaerp.br/paradigma/article/download/1921/1860/8601**. Acesso em: 29 nov. 2025.

OS QUILOMBOLAS E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO... *Revista NERA*,, [s.d.]. Disponível em: **http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/2875/2895/11149**. Acesso em: 29 nov. 2025.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E QUILOMBOLAS: uma discussão de território, governança e economia política. *Revista GeoUECE*, Fortaleza, CE, v. [s.n.], [s.d.]. Disponível em: **http://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/download/12569/12426/61858**. Acesso em: 29 nov. 2025.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO PORTAL DO SERT., [s.d.]. Disponível em: **http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9090622.pdf**. Acesso em: 29 nov. 2025.

SOBERANIA ALIMENTAR, PRÁTICAS ALIMENTARES E CONFLITO TERRITORIAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ANGELIM I - SAPÊ DO NORTE (ES). *Geografares*, v. 25, 2018. Disponível em: **http://journals.openedition.org/geografares/7799**. Acesso em: 29 nov. 2025.

TERRA DE DIREITOS. *Falta de acesso aos alimentos impacta comunidades quilombolas em diferentes Estados brasileiros*., [s.d.]. Disponível em: **http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/falta-de-acesso-aos-alimentos-impacta-comunidades-quilombolas-em-diferentes-estados-brasileiros/23490**. Acesso em: 29 nov. 2025.





FOTO: MICHELLY MATOS/ MINC

Painel 7

ESCOLA DAS MARÉS E DAS ÁGUAS

A Escola das Marés e das Águas: educação diferenciada no tempo da maré, para povos e comunidades tradicionais costeiras e marinhas

Ananias Nery Viana[48], Erika de Almeida Gustavo[49], Hidelbrando dos Santos Soares[50], Josenilde Ferreira Fonseca Carlos[51], José Alberto de Lima Ribeiro[52], Katia Barros [53]e Paulo Catunda[54]

48 Quilombola ativista, educador popular com atuação no desenvolvimento territorial e de comunidades quilombolas, é coordenador do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, e do Núcleo de Desenvolvimento dos Quilombos do Território do Recôncavo Baiano. Doutor Honoris Causa pela OCB em parceria com a FEBRAICA. Teve seu Notório Saber reconhecido pela Universidade Federal da Bahia, na qual se tornou professor visitante.

49 Oceanóloga de formação, mestre em Gestão Social e Desenvolvimento Territorial, doutoranda em Biodiversidade em Unidade de Conservação, com mais de 20 anos atuando na conservação de áreas protegidas na Zona Costeira e Marinha e com trabalhos junto às comunidades tradicionais do litoral do Brasil. Compõe a assessoria da Diretoria de Ação Socioambiental e Consolidação Territorial - Disat do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

50 Professor Adjunto e Reitor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), é bacharel e especialista em Geografia pela Universidade Federal do Ceará e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco.

51 Liderança comunitária e pescadora artesanal, é técnica em Agropecuária e faz parte da CONFREM e da Remulmana e da coordenação da Rede de Mulheres Praianas da Resex Cururupu/MA.

52 Pescador artesanal da Resex Prainha do Canto Verde/CE, é membro da executiva da CONFREM, tecnólogo em gestão ambiental, com mais de 35 anos em liderança comunitária.

53 Educadora socioambiental, é mestra em Políticas Públicas e articuladora Nacional da CONFREM Brasil na Escola das Mares e das Águas.

54 Agrônomo, professor associado e vice-Reitor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Representante do Maranhão na Reserva da Biosfera, trabalha com recuperação de áreas degradadas.

Introdução

A educação destinada aos povos e comunidades tradicionais da zona costeira e marinha no Brasil tem sido historicamente marcada por modelos excludentes, pouco sensíveis aos modos de vida, aos tempos sociais e às territorialidades específicas dessas populações. Em muitos casos, a educação formal e não formal não contribui de maneira efetiva para a melhoria das condições de vida, tampouco para o fortalecimento da permanência das comunidades em seus territórios e maretórios. Nesse contexto, emergem iniciativas que buscam tensionar os paradigmas educacionais hegemônicos, propondo práticas pedagógicas alinhadas às realidades socioculturais e produtivas locais.

A CONFREM e a gênese da Escola das Marés e das Águas

A Escola das Marés e das Águas surge, formalmente, em 2023, a partir da articulação da Comissão de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM), uma rede voltada ao fortalecimento das unidades de conservação extrativistas e de outros povos e comunidades tradicionais inseridos na zona costeira e marinha. Embora recente em sua institucionalização, a escola é resultado de uma luta histórica mais ampla, que ultrapassa a própria CONFREM, em defesa de uma educação diferenciada, construída a partir dos maretórios e das experiências dos sujeitos que neles vivem.

Fundamentos e princípios pedagógicos

O principal eixo conceitual da Escola das Marés e das Águas é a construção de processos formativos no chamado “tempo da maré”. Trata-se de uma proposta pedagógica que reconhece e respeita os ritmos da vida comunitária, considerando o tempo de trabalho, de pesca, de celebração, de espiritualidade e de reprodução sociocultural. Esse princípio rompe com a lógica linear e homogênea da educação convencional, ao afirmar que os processos educativos devem se adequar aos tempos da vida das comunidades tradicionais, e não o inverso.

A escola propõe, assim, uma educação que articula formação formal e informal, valorizando os saberes tradicionais e reconhecendo a diversidade de formas de viver e de produzir conhecimento nos territórios costeiros e marinhos.

Objetivos e estratégias de atuação

A Escola das Marés e das Águas tem como objetivo central potencializar os modos de vida das populações tradicionais, fortalecendo sua permanência em seus territórios e maretórios por meio da educação. Para isso, atua na oferta de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação, buscando integrar formação acadêmica, valorização cultural e fortalecimento político das comunidades.

Uma de suas estratégias centrais é a construção de parcerias institucionais com universidades federais e estaduais, redes de mulheres, organizações da sociedade civil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Ao mesmo tempo, a iniciativa tensiona o modelo tradicional da educação a distância, defendendo a realização dos cursos diretamente nos territórios, e não apenas em polos urbanos formalmente instituídos, bem como pretende qualificar as estratégias de conservação da sociobiodiversidade nos maretórios.

Abrangência territorial e construção participativa

A Escola das Marés e das Águas envolve comunidades distribuídas em diversos estados brasileiros, incluindo Bahia, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Ceará e Piauí. Sua atuação abrange reservas extrativistas, territórios quilombolas, terras indígenas, unidades de conservação de uso sustentável, e de proteção integral como o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

A definição dos cursos e das áreas de formação ocorreu por meio de processos participativos, baseados em consultas às comunidades e às organizações locais. Os projetos pedagógicos, bem como as estratégias de mobilização e validação dos estudantes, foram construídos de forma coletiva, assegurando o protagonismo dos sujeitos dos territórios.

Cursos ofertados e perspectivas formativas

Entre as formações em desenvolvimento destacam-se cursos nas áreas de Tecnologia em Recursos Pesqueiros, Turismo, Turismo Comunitário e Gestão de Territórios Tradicionais e Maretórios, além de uma especialização em Gestão Socioambiental de Territórios e Maretórios. A demanda por cursos na área de

Psicologia também emergiu de forma expressiva, evidenciando a necessidade de atenção à saúde mental das populações tradicionais e ao cuidado comunitário nos territórios costeiros e marinhos, ao mesmo tempo, não podem ser ofertados por conta da exigência da presencialidade nos cursos de Psicologia.

Valorização dos saberes tradicionais

Outro aspecto central da proposta é o reconhecimento dos mestres e mestras dos saberes tradicionais, incluindo jovens que acumulam conhecimentos desde a infância, a partir de práticas como a pesca artesanal e o manejo dos recursos naturais. A escola defende que o conhecimento não deve ser avaliado exclusivamente pelo tempo acadêmico, mas também pelo tempo de experiência, vivência e transmissão intergeracional nos territórios.

Experiência da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A relação entre a universidade pública e os saberes ancestrais, populares e tradicionais, a partir da experiência da Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialmente no contexto da Escola das Marés e das Águas, ainda é recente, em construção e marcada por disputas internas, mas que vem ganhando espaço nas universidades públicas brasileiras, fundamentada no princípio do reconhecimento desses saberes como portadores de método, técnica, tecnologia e ciência.

A experiência da UECE evidencia o entendimento de que os conhecimentos tradicionais podem contribuir de forma decisiva para o enfrentamento de duas grandes crises contemporâneas: a crise social, caracterizada por desigualdades profundas e pobreza estrutural persistente, e a crise climática, que coloca em risco os limites da civilização. Nesse sentido, a valorização desses saberes deve ir além do reconhecimento simbólico, demandando sua incorporação efetiva como política pública, com respaldo institucional e orçamentário.

Ao longo dos últimos 12 anos a UECE vem ofertando cursos de graduação diferenciados para assentados da reforma agrária, nas áreas de Educação do Campo e Serviço Social, construídos em parceria com os movimentos sociais. Essas experiências consolidaram a necessidade de modelos pedagógicos específicos, baseados na Educação Diferenciada e na Pedagogia da Alternância.

Outro marco relevante foi a institucionalização, em 2016, do título de Doutor por Notório Saber e Cultura Popular, resultando na diplomação de 109 mestres e mestras da cultura popular cearense. Em 2024, a universidade criou a Licenciatura Intercultural Específica para a etnia Tabajara, ofertada diretamente no território indígena, com financiamento do Ministério da Educação via CAPES/PARFOR.

No contexto da Escola das Marés e das Águas, a UECE instituiu, em 2025, seu primeiro curso tecnólogo em Turismo Comunitário, ofertado em cinco municípios do Ceará, com 150 vagas e início em setembro de 2025, estruturado a partir de uma pedagogia diferenciada alinhada aos tempos e modos de vida das comunidades costeiras. No mesmo ano, a universidade regulamentou a concessão do título de Notório Saber para mestres e mestras das Marés e das Águas, consolidando o reconhecimento institucional dos saberes tradicionais no âmbito universitário.

Experiência com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) possui 20 campi e está presente em mais de 150 dos 217 municípios do estado, sobretudo por meio da Educação a Distância, com destaque para o programa ENSINAR, voltado à formação de professores. A instituição atende aproximadamente 25 mil estudantes e mantém 30 programas de pós-graduação.

Desde 2016, a UEMA implementa o Programa de Formação de Professores em Licenciatura Intercultural (PROETNOS), uma iniciativa inovadora voltada à formação superior de povos indígenas, comunidades quilombolas e quebradeiras de coco. Embora financiado com recursos próprios da universidade, o programa foi concebido a partir das demandas das comunidades envolvidas e posteriormente institucionalizado pela UEMA. Todo o processo formativo, incluindo a construção curricular, as disciplinas e as metodologias, foi desenvolvido de forma participativa, em diálogo direto com esses grupos sociais.

Destaca-se, nesse contexto, a atuação de docentes oriundos das próprias comunidades, como a professora Tatiana Reis, quilombola formada pela UEMA, que retorna ao território para atuar no PROETNOS, fortalecendo a articulação entre universidade e comunidade. Essa lógica de construção compartilhada também orientou a criação do curso de Tecnólogo em Recursos Pesqueiros, resultado de demanda apresentada pela (CONFREM), bem como do curso de

Tecnólogo em Turismo de Base Comunitária, recentemente aprovado pelo Conselho Universitário.

Essas iniciativas estão alinhadas à concepção institucional de que a autonomia comunitária é central para a promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental. Um dos principais diferenciais do PROETNOS é sua continuidade ao longo do tempo, uma vez que o programa é mantido ininterruptamente desde 2016, evitando a descontinuidade que frequentemente compromete projetos de curta duração.

Inserida em um estado marcado por profundas desigualdades sociais, a UEMA desempenha papel estratégico na redução dessas assimetrias, ao ampliar o acesso ao ensino superior e reconhecer as comunidades tradicionais como protagonistas dos processos de transformação social. A universidade adota uma gestão pautada no diálogo permanente, na escuta ativa e na presença institucional nos territórios, fortalecendo vínculos e promovendo ações alinhadas às realidades locais.

Nesse sentido, a atuação da UEMA, junto ao Projeto da Escola das Marés, com a realização dos cursos de graduação, numa parceria com a CONFREM e com o ICMBio, articula educação superior, geração de renda, valorização dos saberes tradicionais e preservação ambiental, contribuindo para estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas. Ao promover autonomia, fixação das populações em seus territórios e uso sustentável dos recursos naturais, a universidade consolida-se como agente fundamental na construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e ambientalmente responsável no Maranhão.

Sobre a perspectiva dos mestres e mestras das Marés e das Águas

Contribuições do mestre Beto Pescador, uma importante liderança da CONFREM e dos movimentos de luta dos povos do mar e das marés do litoral do Ceará:

> Isso é um sonho para nós, pescadores e pescadoras da Maré e das Águas, que há alguns anos só sonhava, e hoje a gente pode ver que está realizando. Mas eu queria dizer que é um sonho construído e sonhado também por muitas mãos. E aqui tem muitas pessoas que nos ajudaram a construir.
>
> Para nós, pescadores e pescadoras, é um grande desafio cursar uma faculdade. Primeiro, porque o tempo da maré, o tempo do nosso modo de vida, muitas vezes

não é o tempo da universidade. Mas também a gente acredita muito, como bom pescador e pescadora, em sempre lançar uma rede num local positivo, num local que tem peixe, ou no local que tem marisco, sempre na busca de mudar a realidade. E foi isso que a CONFREM fez: aproveitou uma grande oportunidade através da CAPES/UAB, e a gente vê, de lá para cá, que vem construindo parceria junto com o ICMBio, junto com as universidades.

Nós... e aí eu posso dizer isso, que eu vivi essa experiência com meus pais. Quando a gente estava navegando, no outro dia, a gente vinha do mar num temporal. Quase que não via onde estava a lua ou não via onde estava o sol, que a gente nem sabia direito. Eu disse: "Pai, nós vamos chegar à nossa terra. Como é que vamos saber que nós estamos próximos?" Ele disse: "Eu vou lhe dar uma aula." Nesse dia, foi um momento muito importante. A gente passou a navegar numa jangada, que eu sou pescador de jangada. De repente, ele disse: "Já tem terra à vista." E eu: "Como, pai? Estou enxergando nada." Ele: "Observa: quando a proa da embarcação começa a ficar um pouquinho mais alta do que as ondas, é porque já tem terra à vista." Isso é uma sabedoria muito grande. Esses conhecimentos que os nossos pais, nossos avós passam para nós, que a gente não consegue aprender dentro da faculdade, mas nós podemos levar isso até a faculdade. É isso que é, essa troca que é muito importante. A gente saber do mesmo jeito, a gente saber se orientar, seja no mar ou na floresta, ou em qualquer um outro espaço, pela lua, pelo sol, pelos ventos, pelas estrelas. Isso é muito importante, esse conhecimento tradicional. Uma outra coisa que é muito importante eu quero destacar, e aí não só eu, os pescadores e as pescadoras, mas todos esses mestres e mestras que estão aqui sabem disso, que a gente já vem dizendo há anos: o nosso modo de vida, em conviver com a natureza, é respeitar as nascentes e respeitar os manguezais.

"Eu sempre falo da maré e das águas, porque o nosso manguezal já comprovou: se o nosso manguezal for protegido, se o nosso litoral for bem cuidado, de modo geral, muitas coisas, inclusive o avanço dos oceanos, que nós chamamos de mar, isso vai ser muito minimizado. Nós sabemos, sim, manter as árvores em pé, a nossa cultura, nosso modo de vida. Então, isso é um grande desafio, e nós, como mestres e mestras, estamos aqui sempre para contribuir, passar ensinamento para nosso povo, para a nossa sociedade. E nós sabemos que nós queremos dar um voo maior que ir até a faculdade".

Contribuições da Mestra Mocinha, da Resex de Cururupu, uma importante liderança feminina da CONFREM e dos movimentos de luta dos povos do mar e das marés do litoral do Maranhão:

"...Porque dentro do nosso território, se não fosse o nosso conhecimento tradicional, que vem passando de tradição para tradição, hoje a gente não existiria mais nem no nosso território. Eu não sei para muitos, se unidade de conservação, se reserva extrativista, é o modelo ideal. Mas, para a gente que mora dentro de uma Unidade de Conservação Marinha, para a gente, ela é a melhor alternativa. Porque ela não

conserva só nosso território, ela não garante só a nossa terra, o nosso mar, o nosso mangue. Ela garante que nossos filhos, que nossos netos permaneçam no nosso território, fazendo aquilo que nossos pais, que nossos avós faziam, e que a gente faz até hoje. E para a gente chegar até aqui não é fácil. Não foi fácil, não é fácil essa luta. Que hoje a gente trouxe um grande marco para o nosso território: uma educação voltada para a gente, sonhada por nós, construída com várias mãos, vários coletivos, vários parceiros, mas voltada para a nossa realidade, para atender a nossa realidade.

O que mais do que conservar a cultura, se não é a educação, mas é educação voltada para a nossa realidade. E isso a gente está com muita dificuldade. Não é que a gente conseguiu a escola, é o nosso saber que está lá, garantido. Para a gente está sendo um desafio não levar nossos filhos, como hoje... O nosso território esvaziou muito a nossa população por causa da educação que os pais tinham que levar o filho para a cidade, para a periferia da cidade, para colocar o filho para estudar. Hoje, a gente com a nossa escola, tem a garantia que nossos filhos permaneçam no nosso território e possam ajudar também. Para que daqui a uns anos, daqui a uns cinco, seis, dez anos, o nosso território seja sustentável com a mão de obra do nosso próprio conhecimento, do nosso próprio saber.

E a gente vê o mundo todo falando de crise ambiental, crise climática, mas a resposta está aqui. Aqui, agora. A resposta está aqui para essa crise. Os guardiões, que são os verdadeiros guardiões não só da cultura, do saber fazer, do meio ambiente, mas guardiões das vidas que estão ali. Então a resposta está em nós. Nós somos a resposta para a crise climática, para vencer essa crise climática. Isso a gente precisa compartilhar, porque sozinho a gente não consegue. Tanto é que há muitos anos a gente vem batendo no governo por uma educação diferenciada, mas a gente só conseguiu quando a gente segurou em várias mãos, vários parceiros. E essa mensagem, gente, eu quero deixar para vocês: que a gente possa construir juntos, independente de quem seja: branco, negro, índio.

Contribuições do doutor Ananias Viana, quilombola, uma importante liderança da CONFREM e dos movimentos de luta dos povos do mar e das marés do Recôncavo da Bahia:

Em meio aos manguezais, numa praça, que tem sala de aula. Para mim é isso, é isso. A gente não precisa ficar dentro de uma sala de aula o tempo todo. É por isso que há evasão escolar. Os alunos não aguentam mais, de criança a adulto, não aguentam mais ficar dentro de sala de aula sentado o tempo todo e a gente não quer isso.

E aí a gente quer que funcione dessa forma, de forma coletiva. A gente não acredita no individualismo. Já acabou. Esse tempo de ser individualista foi o capital perverso que disse que você tem que ser individualista para fortalecer o capital. Foi isso que disseram. E eles continuam dizendo até hoje que as pessoas têm que ser de forma individual.

Aqui não, é todo mundo junto, mas cada um vai aprender para si. A universidade não diz para você aprender de forma coletiva e para a sua comunidade, em qualquer lugar ou numa rua, numa favela, aplicar a coletividade. A universidade não

faz isso porque a universidade não foi preparada para isso. Ela foi preparada para formar a pessoa, para atender o capital, talvez para destruir.

Vamos discutir o novo modelo, dentro de casa, para depois a gente ir para a rua, discutir esse novo modelo de afeto. Então, o novo modelo para tudo é possível. Vamos discutir, criar o modelo de forma coletiva, porque a gente já está criando. Isso aqui é o novo modelo. Esses cursos da Escola das Marés e das Águas é um novo modelo de educação. E é por isso, porque a gente está discutindo um novo modelo de educação, que a gente tem alguma dificuldade ainda nesse processo. Porque a gente fica brigando o tempo todo com o governo, que quer investimento, a gente quer bolsa para os alunos, a gente quer isso, a gente quer aquilo, e às vezes não funciona direito, dão as costas para a gente porque não querem escutar.

Considerações finais

Apesar dos inúmeros desafios institucionais, logísticos e políticos, a Escola das Marés e das Águas se apresenta como uma experiência inovadora e em construção, que aponta caminhos para a consolidação de uma educação comprometida com a justiça socioambiental, o reconhecimento da diversidade cultural e o fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais costeiras e marinhas.

A Escola das Marés e das Águas representa um marco na valorização dos saberes tradicionais e na construção de um modelo educacional inclusivo, capaz de enfrentar desafios sociais e ambientais por meio da integração de conhecimentos. Seu sucesso depende da continuidade das parcerias, do fortalecimento comunitário e da implementação de políticas públicas.



FOTO: VICTOR VEC/ MINC

Painel 8

A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS CULTURAS TRADICIONAIS E POPULARES

As Culturas Populares Brasileiras e Seus Caminhos pelo Mundo

Joaquim Otávio Melo Lima[55]

As culturas tradicionais e populares do Brasil têm ampliado seus horizontes e alcançado novos territórios, revelando ao mundo a potência simbólica e social dos saberes enraizados em comunidades, mestres e mestras da cultura viva. Essa presença internacional, que nasce da resistência e da criatividade, foi o tema do painel **"Internacionalização das Culturas Tradicionais e Populares"**, realizado no **Seminário Internacional Culturas Tradicionais, Populares e Justiça Climática**, em setembro de 2025, na Chapada dos Veadeiros, cuja transcrição integral acompanha esta breve introdução.

Mais do que um debate sobre circulação cultural, o encontro foi um convite a pensar a **internacionalização como prática de tradução e reinvenção**, no sentido proposto por **Stuart Hall**. Quando expressões como o maracatu, o forró, a capoeira e os cultos de matriz africana se fazem presentes em mais de uma centena de países, não se trata apenas de exportar tradições, mas de **recriar vínculos e sentidos**, tecendo uma geografia viva da cultura brasileira no mundo.

Os testemunhos reunidos no painel mostraram que esse movimento é conduzido, sobretudo, pelos próprios fazedores e fazedoras de cultura. **Pai Geová D'Kavungo**, da Rede de Matriz Africana, destacou que, há 14 edições, o "Balaio para Iemanjá" é realizado na Suécia, sem apoio governamental, sustentado pela força e pela fé dos terreiros. **Mestre Sabiá**, do Grupo Ginga Mundo, lembrou que a capoeira se espalhou por 170 países, movida pelo espírito de liberdade e pela resistência afro-brasileira. **Mãe Rita Baiana**, da Associação das Baianas de Acarajé, e **Mestra Joana Alves**, do Fórum Nacional do Forró de Raiz, reforçaram a necessidade de reconhecimento do trabalho cultural como ofício, estudo e economia - e não apenas entretenimento.

55 É bacharel em Relações Internacionais, especialista em Gestão Cultural e mestrando em Sociedade, Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília (UnB). É membro do Observatório de Políticas Públicas Culturais. Atualmente, trabalha na Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Cultura.

Essas trajetórias individuais e coletivas se conectam ao desafio contemporâneo de reconhecer a cultura como trabalho e como direito. Como disse **Paul Heritage**, professor da Queen Mary University, a cultura brasileira ensina ao mundo uma "tecnologia social" - a arte como transformação e inclusão. A internacionalização, nesse sentido, deve ser entendida como uma forma de **fortalecer redes de solidariedade e de conhecimento**, não como simples vitrine comercial. O pensamento de **Néstor García Canclini** ajuda a compreender essa dinâmica de "hibridização" em que o popular e o global se encontram sem hierarquia, revelando a capacidade latino-americana de produzir cosmopolitismos enraizados.

Do ponto de vista institucional, o **Ministério da Cultura (MinC)** reafirma que as políticas de promoção internacional da cultura devem estar baseadas em princípios como a diversidade, o reconhecimento de saberes e expressões tradicionais e a ampliação da cultura brasileira no mundo contemporâneo. A Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do MinC tem atuado para articular iniciativas com o **Ministério das Relações Exteriores**, em especial por meio do **Instituto Guimarães Rosa**, que ampliem o apoio a projetos de cultura brasileira no exterior, inclusive nas expressões populares. Como lembrou o diplomata **Thiago Oliveira**, mais de 300 iniciativas foram apoiadas apenas no primeiro semestre de 2025.

A internacionalização das culturas populares brasileiras é, em suma, um **movimento de decolonização simbólica**, em que os povos e comunidades compartilham saberes a partir de suas próprias vozes. Cabe às políticas públicas não apenas reconhecer, mas **potencializar essas travessias**, garantindo que a presença brasileira no mundo se faça com dignidade, diversidade e escuta. Porque, como lembram as mestras e mestres, a cultura não é apenas aquilo que mostramos ao mundo - é aquilo que nos mantém de pé diante dele.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.* Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 3 dez. 2010.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Internacionalização e valorização das Culturas Populares e Tradicionais

Prof. Dr. Geová Silva (Pai Geová D'Kavungo)[56]

Primeiro, eu peço licença a todas as nossas ancestralidades. Eu sempre tenho na minha fala que ancestralidade e cultura não andam separado. Nós estamos aqui porque nossos ancestrais nos deixaram, nos permitiram, vieram antes e nos deram caminhos para continuarmos. Então, ancestralidade e cultura não andam separadas. Saúdo o dia de hoje, as nossas Mametus e Yabás, as mulheres guerreiras, as nossas candaces. A benção para quem é da bença!

Minha fala é voltada à internacionalização da Cultura e o que desenvolvemos em outros países. Realizamos ações voltadas aos povos de terreiro na Europa há 15 anos, mas, devido à pandemia, temos 13 anos de Balaio de Iemanjá em Gotemburgo, na Suécia.

Temos uma instituição sem fins lucrativos, a Instituição de Tradições de Cultura Afro-brasileira São Judas Tadeu, que existe há mais de um século. Em 1954, Mãe Ruth (Ruth Salles, minha mãe carnal) fez o registro da instituição no Cartório Sarlo, o primeiro cartório de registros de Vitória (ES), pela qual a REMA (Rede de Matriz Africana) foi vinculada e tornou-se Ponto de Cultura, em 2009, e hoje é Pontão de Cultura Viva em Movimento. Mãe Ruth era mãe de nove filhos biológicos e vinte e dois adotivos, sem contar as centenas de outros filhos espirituais, foi parteira, tinha a casa sempre cheia, acolhedora e conselheira de muitos, sempre preocupada com as questões sociais, a preservação de nossa cultura, educação e saúde.

Gosto de explicar: REMA é a Rede de Matriz Africana (RE = Rede; Matriz = Mãe; Africana = África, Mãe África). Algumas pessoas entendem que matriz africana só é terreiro. Não, é tudo que veio de África. Nós temos os terreiros, o samba, a capoeira, o jongo, o congo, a culinária, as indumentárias e a maioria das Culturas Tradicionais e Populares.

56 Doutor em Ciências da Educação, professor universitário, do ensino médio e fundamental. Integra o Conselho Nacional de Políticas Culturais e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. É líder religioso de matriz africana, Tàtà de N'Kissi, mestre raizeiro, pan-africanista e presidente da Rede de Matriz Africana (REMA).

A REMA está com representação na maioria dos municípios do Espírito Santo, em diversos estados do Brasil, em nove países da Europa, nos EUA, em países da América Latina e na África. Ela se divide em JUREMA (Juventude da Rede de Matriz Africana) e REMMA (Rede de Mulheres de Matriz Africana). Somos pan-africanistas, nossas cores são pan-africanistas e trabalhamos o africanismo e suas diásporas.

No trabalho que realizamos na Suécia, seguimos todos os rituais da mesma forma que no Brasil. Os balaios são biodegradáveis, feitos de cipós, e levam flores naturais. As oferendas são colocadas nas folhas antes de serem postas nos balaios. Não podemos poluir a natureza, pois os nossos Mikisis/Orixás são a própria natureza. Também realizamos oficinas de instrumentos (atabaque e agôgô), danças, cânticos e culinárias afro-brasileiras para que as pessoas interessadas possam interagir mais.

A maioria dos suecos e outras pessoas de países próximos, como dinamarqueses, noruegueses, ingleses, participam vestidos de branco. Levam flores, velas e fazem filas para eu passar, pelo menos, um ramo ou uma vela neles. Acho o europeu muito descrente, a maioria é ateia. Mas têm paixão por Iemanjá. Realizamos o cortejo acompanhados de cânticos, atabaques e danças. Vamos aos barcos pelo rio e levamos ao mar os presentes depois das entregas. Ao retornar, começa a festa profana com a presença do samba, do frevo, da capoeira e de toda a cultura brasileira. Mas como é difícil levar um *tata kambondo* (ogã)! Não é sempre que temos condições, porque em todos esses anos nunca tivemos ajuda governamental, municipal, estadual ou federal.

Nós somos resistência. Nós persistimos, insistimos e resistimos. Somos ousados para avançar cada dia mais. Então, o Balaio de Iemanjá é realizado durante todos esses anos com muita fé e coragem.

Ponto de Cultura

Na Europa, em nosso Ponto de Cultura, temos duas bandas que mantêm nossa sustentabilidade: a Banda *Ojú Obá de Axé*, com a qual já participamos de duas edições do *Brazilian Day* na Europa e tocamos em um cruzeiro para mais de mil pessoas; e a Banda *Os Anarquistas*, que é de Samba e Carnaval tradicional. Também fazemos palestras em escolas e universidades sobre temas voltados às culturas afro-brasileiras, povos e comunidades tradicionais.

É a força que nos leva a resistir e persistir, mostrando e divulgando nossa cultura em outros países. Valorizamos os fazedores de cultura que residem em

diversos continentes com trabalhos magníficos e o orgulho de desenvolverem e divulgarem nossa cultura brasileira nos países em que trabalham e residem.

A capoeira, o samba, o pagode, o forró, os povos de terreiros e tantos outros estão em diversos países. Encontramos a culinária na feijoada e no acarajé. Encontramos a cultura brasileira e, principalmente, a cultura afro-brasileira. É muita resistência mesmo! Precisamos valorizar a internacionalização da cultura, porque nossos irmãos que desenvolvem projetos culturais em outros países sofrem dificuldades e não são valorizados.

Nós lutamos, trabalhamos e divulgamos conscientemente nossa cultura, o que incentiva os europeus a virem ao Brasil. Muitos para conhecer as escolas de samba e o Rio de Janeiro, compram ingressos e até mesmo desfilam, e querem ir aos terreiros, ao frevo de Pernambuco e ver de perto toda a cultura que é apresentada por nós na Europa.

No entanto, nos entristece uma situação: quando brasileiros iniciam um projeto ou grupo cultural na Europa, envolvem os europeus e acabam desistindo pelas dificuldades financeiras de morar em outro país, por falta de recurso e apoio. Este grupo ou projeto acaba ficando na mão desses estrangeiros e acontece a apropriação de nossa cultura. Isso existe na Suécia, na Espanha e em vários países por onde já passamos.

Modestamente, já visitei 27 países. Quando chego em um novo país, a primeira coisa que faço é conhecer a cultura local, saber como funciona a educação, questões sociais e saúde e localizar brasileiros que desenvolvem projetos culturais. Dou exemplos da apropriação da nossa cultura pelo europeu ou até mesmo por latino-americanos:

Carnaval de Hammarkullen

Gotemburgo é a segunda maior cidade da Suécia. O bairro de Hammarkullen, “Morro do Martelo”, abriga o Carnaval mais famoso da Suécia. Ele sempre acontece em uma época incomum, o final de maio, já que o mês de fevereiro era considerado inadequado para algumas festividades ao ar livre, pois ainda está nevando. Imigrantes da América do Sul criaram o evento há cerca de cinquenta anos. Após uma pausa de dois anos durante a pandemia, o evento retornou com força total, crescendo de forma constante. Nos últimos anos, foram adicionados diversos novos eventos, como atividades culturais específicas e a venda de comidas típicas de diferentes partes do mundo.

Los Copihues é uma escola de samba chilena que se apresenta neste Carnaval acompanhada de sambas enredo das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, passistas, mestre-sala, porta-bandeira e baianas. Seus integrantes são 99% latinos e suecos.

Escola de Samba "A Bunda of Gothenburg" ("A Bunda de Gotemburgo")

Esta escola de samba criada por brasileiros é hoje comandada por suecos. Há uma intérprete sueca cantando sambas enredo e pagodes brasileiros. A maioria dos integrantes é sueca, os brasileiros participam quando são convidados. Tem atuação em diversos Carnavais e festivais na Suécia, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, França e Itália. Os próprios brasileiros dizem "Escola de Samba Sueca". É um olhar de fora para dentro, como se fosse parte da cultura apresentada.

Não digo que esta apropriação cultural esteja totalmente errada, até mesmo porque eles se dedicam e investem para aprenderem nossa cultura. Muitos dos integrantes dos dois projetos citados vêm ao Brasil para participar de oficinas nas Escolas de Samba, porque querem fazer bonito. Podem não ter a mesma ginga e pegada, mas fazem. Se os brasileiros que vivem lá fora tivessem apoio e valorização, talvez este tipo de apropriação fosse evitada.

Valorização internacional

É muito importante divulgar, ensinar e passar para frente. "*Quem divide o que aprende não diminui o que sabe, aumenta o que ensina!*"

Devemos valorizar os fazedores de cultura espalhados por este mundo afora. Criar um formulário de pesquisa para saber quem são, onde vivem, que tipo de cultura desenvolvem etc. Procurar pessoas que tenham aproximação com estes grupos e formar um Grupo de Trabalho (GT) Internacional das Culturas Tradicionais e Populares para facilitar o diálogo com esses agentes culturais, países e embaixadas.

É importante fazer e divulgar a cultura lá fora, mas não é fácil para nós. Neste ano, por exemplo, lançaríamos o Balaio de Iemanjá em Chicago, nos Estados Unidos. Viajaríamos no dia 31 de agosto para participar no dia 7 de setembro do grande Festival Afro, que acontece há muitos anos, inclusive o *Olodum* e o *Ilê Aiyê* já participaram. Levaríamos nossas bandas e outros grupos da cultura

popular, em uma comitiva de 50 pessoas. Devido à política entre Brasil e Estados Unidos, os vistos tornaram-se difíceis de obter. Nossas bandas têm visto no passaporte, porém corríamos o risco de sermos extraditados, e teríamos que "vistar" os passaportes dos outros grupos da cultura popular. O visto, que antes custava R$ 1.050, foi para R$ 2 mil, mesmo com risco de ser negado. Pensamos bastante, pedimos orientações à espiritualidade e obtivemos a resposta de que nos acalmássemos: "não vai agora, vai depois". Então desistimos.

Mas, em agosto do próximo ano, vamos participar, já fomos convidados. Em 2026, faremos a primeira edição do Balaio de Iemanjá em Aricante, na Espanha, no Castelo de Santa Bárbara, onde a Santa foi criada e residiu até seus últimos dias. E fomos convidados para o Prêmio Nobel Jovem da Água, em Estocolmo, para jovens cientistas. Pretendemos levar uma comitiva de cerca de 40 pessoas da cultura popular a esse Festival. Entre julho e agosto deste ano, na Suécia, participamos de reunião na Embaixada do Brasil em Estocolmo. Eu e meu irmão ficamos vinte dias em outros países do entorno.

Portanto, sobre a internacionalização da cultura, agradecemos por tudo que recebemos de orientações espirituais, dedicação, resistência e amor pela causa. Temos muitas coisas para falar. Quando um mestre começa a falar, dez horas são pouco, mas temos que respeitar o tempo, porque o tempo é rei da nossa nação, temos que respeitar.

A Capoeira como Força Civilizatória, Diaspórica e Política da Cultura Brasileira

Jair Oliveira de Faria Júnior/Mestre Sabiá[57]

Introdução

A capoeira, nascida nos territórios de resistência da população negra escravizada no Brasil, tornou-se uma das mais sofisticadas expressões culturais brasileiras - e paradoxalmente, uma das que mais dialogam com o mundo. Hoje presente em mais de 170 países, a capoeira assumiu a função de embaixadora informal da língua e da cultura brasileiras, consolidando um processo singular de internacionalização, conduzido não por políticas de Estado, mas pelo movimento espontâneo dos próprios capoeiristas. Este artigo discute essa trajetória, reconhecendo o papel fundamental dos mestres, dos mais velhos e das comunidades tradicionais na preservação e dinamização dessa arte.

1. Agradecimento e o dever de reconhecer os mais velhos

Qualquer reflexão sobre a capoeira precisa começar pelo reconhecimento. A presença dos mais velhos - mestres, guardiões da memória, griôs da tradição - resgata o princípio da ancestralidade que estrutura a cosmovisão afro-brasileira. O agradecimento às figuras como Emilia Biancardi que, por meio do Viva Bahia, levou a capoeira para o mundo, mulher de força e sabedoria, simboliza o elo entre passado e futuro.

A tradição não é um depósito estático de práticas, mas uma tecnologia ancestral de produção de sentido, identidade e continuidade. Nesse sentido, a capoeira não se sustenta apenas pela técnica, mas pelo respeito: *pedir licença para entrar é também pedir licença para existir*.

57 Em 1999, criou a ONG Mandinga para atender crianças e jovens em vulnerabilidade social na cidade de Salvador. Em 2001, teve seu trabalho registrado nos arquivos do MUSEU GUGGENHEIM. Representou o Brasil no evento "Olhos Cruzados", na sede da UNESCO, em Paris. Já esteve em mais de 45 países com a capoeira. Idealizador do *Rede Capoeira - Heróis Populares*, evento que premia e reconhece mestres e mestras da cultura popular brasileira como Heróis Populares.

2. A Internacionalização diaspórica da capoeira: Um processo ativo

Enquanto outras manifestações culturais se internacionalizam por meio de políticas institucionais, a capoeira “atravessou o Atlântico” novamente por um movimento reverso da diáspora: jovens negros, periféricos, muitas vezes marginalizados em seu país, tornaram-se referências culturais em solo estrangeiro. Esse fenômeno pode ser entendido como **internacionalização diaspórica** - um fluxo cultural que não segue o modelo centro–periferia, mas que se expande pelo corpo e pela experiência dos próprios praticantes.

A capoeira, nesse sentido, não apenas se globalizou: ela **reconfigurou narrativas coloniais**, levando aos antigos centros hegemônicos o testemunho vivo de uma arte criada nos quilombos, nas senzalas, nas ruas e becos de um país racista que historicamente negou seus criadores.

3. O valor econômico e simbólico da capoeira

A capoeira movimenta uma economia real e significativa. Ela:

- gera renda direta e indireta;
- forma profissionais em diversos países;
- atrai turistas para territórios não tradicionais, como Nazaré das Farinhas e Santo Amaro;
- fortalece ecossistemas culturais locais;
- conecta redes globais de estudantes, pesquisadores e artistas.

Apesar disso, ainda enfrenta baixos investimentos e políticas instáveis. Seu valor simbólico - enquanto patrimônio imaterial, identidade afro-brasileira, ferramenta pedagógica e vetor de diplomacia cultural - está muito acima do reconhecimento que recebe.

4. Capoeira, educação e transformação social

Ao longo de décadas de projetos sociais, a capoeira tem servido como ponte de mobilidade social, perspectiva de vida e emancipação simbólica para crianças e jovens. Mais de cinco mil crianças atendidas em pontos de cultura,

viagens internacionais e a existência de mais de 23 filiais fora do Brasil evidenciam sua potência.

A pedagogia da capoeira articula:

- disciplina e cuidado;
- ancestralidade e pertencimento;
- consciência política;
- criatividade e expressão corporal;
- construção de comunidade.
- Movimento antirracista

Como dizia Nelson Mandela, *"o que importa não é apenas viver, mas a diferença que fazemos na vida das pessoas que fazem diferença nas nossas vidas"*. A capoeira, nesse sentido, faz diferença diariamente.

5. Entre a Resistência e a Política Cultural

A capoeira resiste com ou sem apoio governamental porque nasceu da resistência. No entanto, resistir não deveria ser sua única alternativa. O Estado brasileiro precisa reconhecer seu potencial estratégico como política de cultura, educação, turismo e relações internacionais.

Vivemos um momento sensível no Brasil: a disputa política atual não define apenas governos, mas futuros possíveis. Há uma necessidade urgente de **politizar a juventude**, fortalecer a cidadania e impedir a repetição de retrocessos históricos.

6. Narrativas, protagonismo e o direito de contar a própria história

Durante séculos, a cultura preta teve negado o direito de narrar sua própria trajetória. A capoeira, inserida nesse contexto, precisa agora ocupar o espaço central nas narrativas culturais do país. Registrar mestres, criar filmes, livros, arquivos e acervos é uma forma de inscrever na história oficial aquilo que sempre existiu, mas sempre foi silenciado.

O protagonismo não é concessão: é reparação.

Conclusão

A capoeira é mais que luta, dança ou jogo. É linguagem, filosofia, política, espiritualidade e estratégia de sobrevivência. É também vitória: ver jovens da periferia tornarem-se referência global é uma subversão histórica - um golpe da capoeira contra séculos de opressão.

Agradecer aos mais velhos, aos amigos que sustentam esse caminho e às instituições que reconhecem essa arte, é reconhecer que ninguém caminha sozinho. A capoeira é uma coletividade em movimento. E, por isso, a melhor maneira de honrá-la é continuar lutando: na roda, na rua, na política e na vida.

Referências bibliográficas sugeridas

Sobre capoeira e cultura afro-brasileira

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. *A Capoeira Angola: Cultura Popular e o Jogo dos Saberes na Roda*. EDUFBA, 2004.

REIS, Letícia Vidor. *O Mundo de Pernas para Cima: A Capoeira no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

ASSUNÇÃO, Matthias. *Capoeira: A History of an Afro-Brazilian Martial Art*. Routledge, 2005.

MOURA, Jair. *Capoeiragem: Educação e Mandinga*. (textos diversos e entrevistas; obra de referência).

Sobre diáspora africana, ancestralidade e resistência

GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Harvard University Press, 1993.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Editora UFMG, 2003.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. n-1 edições, 2018.

Sobre cultura, políticas culturais e memória

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Edusp, 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural: O Direito à Cultura*. Fundação Perseu Abramo, 2006.

MENEZES, Margareth. Discursos e entrevistas como ministra da Cultura (2023–2024), disponíveis no Ministério da Cultura.

Por Amor ao Forró: Marcas da Minha Vida

Mestra Joana Alves da Silva[58]

Sou paraibana, mulher branca, com 82 anos, e atuo na cultura popular há mais de vinte anos. Nasci numa cama de vara no interior da Paraíba e cresci trabalhando na roça com meu pai, cultivando e colhendo sementes de gergelim, entre outras. Nesse ambiente, aprendi grande parte do conhecimento sobre a cultura nordestina que hoje compartilho.

Apesar de ter lapidado meu conhecimento na universidade, minha formação não se limita ao espaço acadêmico. Sou indisciplinada, quebro protocolos e acredito que sempre podemos fazer melhor, seja na universidade ou na roça. É fundamental respeitar o outro e viver bem com o que temos e podemos realizar.

Minha trajetória é marcada pela dedicação à preservação e valorização da cultura nordestina, especialmente o forró. O Seminário promovido pelo Ministério da Cultura foi uma oportunidade de aprendizado e ampliação de experiências, que me ajudou a conhecer novos lugares, povos e ações, e me permitiu contribuir também.

Enfatizo a importância do momento atual de reflexão sobre a cultura no Brasil. Enquanto o Nordeste possui uma força cultural significativa, cada região do país tem suas peculiaridades, que devem ser respeitadas e preservadas. O forró se tornou Patrimônio Nacional, e os esforços continuam para que essa manifestação seja reconhecida como patrimônio da humanidade. Sou persistente e acredito que sempre é possível avançar, mesmo diante das dificuldades.

Como presidenta da Associação Cultural Balaio Nordeste, fundada há 16 anos, trabalho para fortalecer a cadeia produtiva da cultura nordestina, com foco no forró e em outras expressões musicais. Atuando na associação, identifiquei a necessidade de qualificar e preservar as matrizes tradicionais, que possuem grande abrangência no Brasil e no exterior. Em 2015, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), elaboramos uma cartilha para orientar o trabalho com essas matrizes nas escolas, diante de práticas que

58 Licenciada em Educação Artística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com habilitação em Artes Plásticas, é também artesã, produtora e articuladora cultural. Fundadora e presidente da Associação Cultural Balaio Nordeste (ACBN). Coordena o Conselho Nacional dos Fóruns de Forró, em luta ao reconhecimento das Matrizes do Forró como Patrimônio Imaterial Mundial, foi responsável pela entrega do pedido junto à UNESCO para que o Forró seja reconhecido como patrimônio da humanidade.

vinham desvirtuando suas formas originais. O objetivo era qualificar e profissionalizar o ensino, promovendo sua inserção adequada no ambiente escolar.

Como coordenadora do Fórum Nacional do Forró de Raiz, atuo há vários anos em fóruns internacionais, promovendo a valorização e preservação do forró tradicional, com o objetivo de fortalecer os vínculos entre artistas e comunidades no Brasil e fora dele. Em 2011, iniciei discussões com grupos de forró que não tinham acesso a palcos e oportunidades de projeção, revelando desigualdades entre artistas locais e de outras regiões.

A artista Jaqueline Alves, por exemplo, ao retornar ao Nordeste, percebeu que, mesmo sendo considerada "prata da casa", não recebia o reconhecimento merecido. Essa situação motivou a criação de um fórum que articulasse artistas e fomentasse a cadeia produtiva, com representantes estaduais e municipais, promovendo caravanas e encontros em estados como Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

O reconhecimento do forró como Patrimônio Cultural do Brasil foi um processo longo e desafiador. A mobilização pelo registro das matrizes tradicionais do forró, conduzida pela Associação Cultural Balaio Nordeste sob minha liderança, resultou na criação do Fórum *Forró de Raiz*, que reuniu artistas e entidades comprometidos com a formalização desse reconhecimento. As ações incluíram apresentações públicas que evidenciaram a riqueza da cultura nordestina e fortaleceram o engajamento de artistas, pesquisadores e gestores culturais.

Durante um festival dedicado aos sanfoneiros e à cadeia produtiva do forró, fui incentivada a iniciar o processo de registro junto ao Iphan. Mobilizei parlamentares, ministros e a sociedade civil, promovendo campanhas e abaixo-assinados. Com os recursos obtidos, um pesquisador elaborou o plano que culminou, em 2021, no registro oficial do forró como Patrimônio Cultural do Brasil. Foram dez anos de persistência, enfrentando a falta de recursos e de apoio institucional.

Apesar do reconhecimento formal, muitos desafios permanecem. O forró tradicional continua excluído dos grandes palcos e festas, dominados por eventos privados e comerciais. A globalização e o turismo impactam a organização desses espaços, e artistas locais muitas vezes ficam à margem. O forró, que é música, dança e celebração, por vezes é tratado apenas como entretenimento superficial, perdendo sua essência cultural.

Uma das minhas áreas de atuação é a internacionalização do forró, participando de fóruns em Londres, Portugal e França. Nessas experiências, discuto a adaptação da música e da dança a contextos globais, ressaltando a importância do

reconhecimento internacional. O forró é enriquecimento cultural e deve envolver todos os estados onde está presente, fortalecendo a cadeia produtiva.

Em 2025, o Festival Internacional do Forró de Raiz em Lille, na França, marcou a assinatura de um documento simbólico em apoio à candidatura do forró como patrimônio da humanidade, reforçando a mobilização dos nove estados nordestinos pelo reconhecimento internacional. Na ocasião, foi firmado um Protocolo de Intenções junto ao Iphan, iniciando a tramitação do processo e a produção de um dossiê técnico com todos os elementos necessários para a patrimonialização nacional. Após o registro no Livro de Registro do Patrimônio Imaterial, será elaborada uma estratégia de salvaguarda, garantindo a continuidade, vitalidade e transmissão do forró tradicional. A partir disso, o Brasil poderá apresentar à UNESCO a candidatura oficial do forró como Patrimônio da Humanidade.

Na Paraíba, a associação mantém o Projeto Escola de Música Mestre Dominguinhos, que atende cerca de 60 alunos, oferecendo aulas de acordeon, canto, coral, triângulo, pandeiro e outros instrumentos. Este projeto é essencial para formar novas gerações, garantir a continuidade da tradição e fortalecer a cultura popular.

Como parte desse trabalho, foi criada, em 2011, a *Orquestra Sanfônica Balaio Nordeste*, originada das oficinas de acordeon ministradas pelo Mestre Bastos, em parceria com a Fundação Cultural de João Pessoa (Funjope). Com repertório que valoriza o legado dos grandes artistas paraibanos, a orquestra, regida pelo Maestro Lucílio Souza, transmite às novas gerações o legado da música popular nordestina e é reconhecida nacionalmente como referência na valorização da cultura popular.

Minha atuação na associação demonstra a articulação entre formação, preservação e valorização cultural, integrando ações locais, nacionais e internacionais. Essa articulação reforça a importância das políticas públicas, do investimento em projetos de base e do reconhecimento social e econômico dos artistas. A cultura envolve estudo, dedicação e responsabilidade. Assim como na academia, quem se dedica à cultura também estuda, se capacita e trabalha para conquistar seu espaço.

O forró representa patrimônio, identidade e memória coletiva. Reconhecê-lo é valorizar o trabalho de quem se dedica a essa tradição. A luta vai além do registro formal, busca a efetiva valorização social e cultural de artistas e comunidades. É necessário garantir que o forró esteja presente em todos os estados,

em escolas, palcos e festivais, respeitando suas matrizes e fortalecendo toda a cadeia produtiva.

Por fim, o Seminário reforçou a importância de políticas culturais que valorizem o Nordeste e o Brasil. A preservação e valorização da cultura nordestina dependem de persistência, convicção e esperança, mantendo viva a tradição e abrindo caminhos para as próximas gerações.

A culinária afetiva da Bahia para o mundo

Mestra Rita Maria Ventura dos Santos[59]

Associar patrimônio e turismo é fundamental para o sucesso da atividade turística, tendo em vista que detém potencial para atrair turistas para determinada destinação. O turismo e a gastronomia são inseparáveis, pois não se pensa em turismo sem prever, entre outros itens, a alimentação para curta ou longa permanência, em que o viajante não pode abster-se dela e sempre experimenta a cozinha local. É também fator de diferenciação cultural, pois sua identidade é comunicada às pessoas pelo alimento. Objetivamente, esta pesquisa buscou evidenciar a importância da gastronomia baiana como patrimônio cultural para o enriquecimento do turismo da Bahia.

A culinária no Brasil tem influências principalmente dos africanos, indígenas e do branco europeu. Em cada região do país houve maior interferência de um desses povos. De Portugal, veio a apreciação dos brasileiros por doces. Dos índios, veio a importância da mandioca, que faz parte da culinária típica de quase todos os estados. As escravizadas africanas também contribuíram muito, já que grande parte delas trabalhava na cozinha das fazendas. Considerando a amplitude do território do país, a culinária brasileira apresenta pratos ou comidas de todos os gêneros, espécies ou tipos praticados na arte culinária universal: crus, grelhados, guisados, cozidos, curtidos ao sol, aerados, avinhados, avinagrados, massas, saladas, apimentados, quentes, frios, embrulhados, picados, refogados, cozidos, recheados, temperados com alho e sal, condimentados, empanados, à milanesa, desidratados, feitos em banho maria, rescaldados, caramelados, tostados, flambados, entre tantos outros. Vale ressaltar que a mundialização das culturas é um processo inevitável. Já se faz presente, nesse contexto, a comida baiana como forte traço cultural, se inserindo no paradigma das novas exigências estabelecidas pela globalização.

A gastronomia como um produto, ou mesmo um atrativo de uma determinada localidade, é muito importante do ponto de vista turístico, pois apresenta novas possibilidades; na verdade, não tão novas, mas nem sempre bem exploradas,

59 É presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional das Baianas de Acarajé (ABAM), e uma das mais reconhecidas representantes da salvaguarda desse ofício, patrimônio imaterial do Brasil. É responsável pela criação do Museu Digital das Baianas de Acarajé e pela realização do Festival de Acarajé, sendo referência no fortalecimento da identidade cultural e no intercâmbio internacional da gastronomia afro-brasileira.

que são as diversas formas de turismo voltadas para as características gastronômicas de cada região.

O conceito de patrimônio histórico tem evoluído ao longo do tempo e a busca de identidade do homem urbano em meio à avalanche de informações dos mais variados setores e dos mais variados matizes - decorrentes do processo de mundialização da cultura e "facilitadas" pelo avanço da tecnologia, que proporciona o acesso à informação em tempo real, pela difusão quase que simultânea à ocorrência dos fatos - tem tirado do homem moderno o sentido de pertencimento. Dessa forma, na busca de sua identidade, o homem recorre, inicialmente, ao patrimônio material no qual se inserem os bens edificados.

Num segundo momento, busca-se o resgate do intangível, o patrimônio imaterial, no qual se inserem as festas, as celebrações, os lugares e os saberes que fazem parte de nossa formação cultural e que, de alguma forma, encontram-se latentes no inconsciente coletivo.

Nesse sentido, patrimônio cultural é todo produto da ação consciente e criativa dos homens sobre o seu meio ambiente. E isso é, sem dúvida, o que distingue as sociedades e grupos sociais uns dos outros, dando-lhes identidade própria, a identidade cultural. Como matéria-prima de uma localidade, o patrimônio cultural vem sendo utilizado, e, após seu formato em turismo cultural, vem despertando cada vez mais o interesse de visitantes para este seguimento turístico. Assim, o turismo cultural é entendido como o tipo de turismo que dá acesso ao patrimônio cultural, ou seja, à história, à cultura e ao modo de viver de uma comunidade.

Já se faz presente, nesse contexto, a comida baiana como forte traço cultural, se inserindo no paradigma das novas exigências estabelecidas pela globalização. Com toda a sua originalidade, se desterritorializa para se colocar como instrumento das relações públicas, contribuindo para a difusão da cultura baiana e do turismo.

A Bahia, com uma ênfase maior em Salvador, com o incremento do turismo, descobriu a força de sua cultura e que as mais simples manifestações culturais poderiam atrair o turismo. A comida baiana, "comida étnica", foi uma das manifestações culturais de maior destaque nesse processo.

O cenário da cidade de Salvador ilustra de forma exemplar a convivência de dois polos antagônicos: a tradição e a modernidade. Pode-se observar isso desde o seu conjunto arquitetônico, aos hábitos cultuados pelo baiano, inclusive os alimentares vêm se modificando com o tempo, para atender ao gosto da demanda, principalmente a internacional.

Nas ruas de Salvador, de outras cidades do estado da Bahia, e em outras regiões do país, as baianas tradicionais encontram-se sempre acompanhadas por seus tabuleiros que contêm não só o acarajé e seus possíveis complementos, como o vatapá e o camarão seco, mas também outras "comidas de santo": abará, lelê, queijada, passarinha, bolo de estudante, cocadas branca e preta. Os tabuleiros de muitas baianas soteropolitanas se sofisticaram: revestidos por paredes de vidro, muitas vezes contêm caras panelas de alumínio junto às colheres de pau. O acarajé, o principal atrativo no tabuleiro, é um bolinho característico do candomblé.

Acarajé é uma palavra composta da língua iorubá: "acará" (bola de fogo) e "jé" (comer), ou seja, "comer bola de fogo". Sua origem é explicada por um mito sobre a relação de Xangô com suas esposas, Oxum e Iansã. O bolinho se tornou, assim, uma oferenda a esses orixás. Mesmo ao ser vendido num contexto profano, o acarajé ainda é considerado, pelas baianas, como uma comida sagrada. Para elas, esse bolinho de feijão fradinho, frito no azeite de dendê, não pode ser dissociado do candomblé. Por isso, a sua receita, embora não seja secreta, não pode ser modificada. A gastronomia baiana é umas das mais diversificadas e ricas do mundo, misturando os conhecimentos afro, português e indígena, com predominância da africana, que emprega o azeite de dendê e o leite de coco para temperar mariscos e peixes, abundantes no litoral baiano. As famosas moquecas, vatapá, caruru, o acarajé, o xixim de galinha, entre outras, e os derivados de mandioca (de influência indígena) fazem sucesso entre os visitantes e turistas.

A origem desta vasta gastronomia baiana se deu no período da escravidão, quando os senhores juntavam restos da mesa ou do dia anterior para dar aos escravizados. As mulheres relembravam seu treino em culinária na África, quando preparavam com as partes desses ingredientes os seus alimentos acrescentando leite de coco e óleo da palmeira dendê. Com o passar dos anos, essas misturas se transformaram em receitas que ganharam nomes, tornando-se o que é hoje a comida baiana, conquistando, desta maneira, os turistas de todo o mundo que a consideram como uma das melhores, mais variadas, e caracterizada como tipicamente tropical, colorida, suculenta, diversificada, altamente nutricional e sempre saborosa.

Todo esse legado cultural, gastronômico, social e econômico está ligado diretamente à atuação das baianas de acarajé; então, falar de baiana é muito importante, vale a pena. Eu faço o que for possível para falar da baiana.

O nosso acarajé, o nosso ofício que já existe há mais de trezentos anos, as primeiras mulheres empreendedoras desse país, que começaram no Rio de Janeiro, Bahia, Recife. Mas Recife não quis abraçar o acarajé. Infelizmente, hoje nós contamos mais com o Rio de Janeiro e a Bahia. Mas foi a Bahia quem abraçou. Mas nós estamos retornando agora. Desde 2010, quando eu assumi a direção da ABAM, nós começamos a levar esse ofício para todos os estados. Hoje, nós estamos nos 27 estados e em dez países.

Nós estamos na Espanha, nós estamos na França, nós estamos na Suíça, nós estamos nos Estados Unidos, nós estamos em Portugal.

A Karol foi para Portugal. Lá, ela tem dois pontos de acarajé, apesar que, em Portugal, nós já temos seis baianas e agora a Karol está fazendo o retorno. Ela agora veio abrir um ponto de acarajé em Salvador, tem mais ou menos um mês. Ela foi para lá, abriu lá, se consolidou lá em Portugal, já levou dez pessoas de Itapuã para trabalhar em Portugal com ela e agora ela abriu um ponto de acarajé na Cesinha, lá no Rio Vermelho.

Também estamos na Austrália, com a Tati. Hoje, ela além de estar com dois restaurantes, tem o tabuleiro de acarajé, que é a prioridade dela. E tem Luxemburgo. E aí quem descobriu foi meu filho, Felipe. Para quem não sabe, ele é jogador de futebol, está jogando em Luxemburgo, é um comedor compulsivo de acarajé e descobriu essa baiana lá em Luxemburgo. Cobra R$ 140,00 em um acarajé. Mas aí o que acontece: essas mulheres vão para lá por conta própria, elas não têm uma parceria, não existe uma parceria com os órgãos federais para manter essas mulheres, para dar um apoio lá fora. Elas vão por conta própria e quando elas têm um problema, ligam para mim. A ABAM faz esse trabalho porque não existe uma parceria institucional para dar apoio a elas lá fora.

Eu acredito também que há outras culturas que existem lá fora e que também não têm esse apoio institucional, o que a gente precisa e não tem.

Então, nós temos lá uma tradutora, uma aluna que, há dez anos, vem dos Estados Unidos, que é a Vanessa, para estudar o ofício das baianas e ficou com a gente durante dez anos. A Universidade dos Estados Unidos pagava as passagens, ela ficava um mês, depois ia embora, ficava dois meses. Chegou a ficar um ano todo. No dia da apresentação da conclusão deste trabalho na Universidade de Harvard eles colocaram, no online, 40 baianas com tradutores para assistir, e agora vamos fazer um livro falando sobre as baianas de acarajé, esse é o apoio que a gente tem lá fora e não temos aqui. Ano passado, para ir para a França, para participar da atividade lá, a universidade bancou. Mandou a Vanessa ir para lá para ser a minha tradutora. Ela ficou lá sendo a tradutora pela universidade, tendo o maior prazer de tratar quando se fala de baiana, de acarajé.

Antes da pandemia, a Universidade da França nos levou para o Benim, onde tudo começou. Fomos conhecer o acarajé que lá que se chama *Atá*. Montamos um grupo de 40 oficineiras que colocamos na sala de aula para aprender a fazer o que nós fazemos aqui hoje. Há um interesse do governo do Benin em que eu volte para lá para ensinar elas a fazer o nosso acarajé. Agora, no próximo mês, eu estou indo para a Nigéria, lá eles vão fazer um festival de acarajé e estão solicitando a participação da ABAM, que acontecerá agora em outubro.

Mas a gente vê que nem sempre o nosso ofício tem o olhar do nosso povo, como o povo lá de fora tem por nós e valoriza. Eu recebo escolas que dão o universo para ver a gente. Escolas dos Estados Unidos, da França, que vêm para conhecer o acarajé, querem ir para cozinha, querem aprender a fazer. E eu tenho recebido muito isso. Muitas visitas de fora do Brasil para conhecer a nossa história. Eles têm interesse.

Então, quando a baiana vai para lá, eles se interessam mais ainda, e querem vir conhecer de fato, no dia a dia, e isso é muito importante.

Eu estou há mais de dez anos, desde 2012, tentando tornar o nosso ofício patrimônio da humanidade, já que o Acará, com vários nomes diferentes, mas com a mesma receita, existe em vários países africanos. Eu estranhei. Tem acarajé em Cuba com outro nome, tem em Moçambique com outro nome, no Benin é Atá, na Nigéria é Acará, tem na Burkina Faso, tem na Bahia e na Angola.

Então, por que não tornar esse ofício patrimônio da humanidade? Sim, vários países têm. É a mesma receita: feijão fradinho, sal e cebola frita no dendê. O único lugar que é uma exceção é no Benin, que é feito no óleo de amendoim, mas que o governo quer mudar, quer passa a fritar também no óleo de palma. Dendê só para nós, baianos, porque em Rondônia e no Pará se chama óleo de palma, eles não querem que fale “dendê”, dizem que dendê é só na Bahia. Então, eu estou esses anos todos tentando tornar o ofício patrimônio da humanidade e não consigo, porque eu acredito que nós não somos valorizadas por isso. Não tornam o nosso ofício patrimônio da humanidade.

Eu, ainda agora, passei a ser conselheira da UNESCO. Mas isso ainda não diz que a gente vai ser patrimônio. Nós não temos Plano de Salvaguarda, somos Patrimônio imaterial desde 2005 e, até hoje, não temos Plano de Salvaguarda.

Diálogos globais: realizando a potência da cultura brasileira

Paul Heritage [60]

Que privilégio compartilhar o palco com esses gigantes da cultura brasileira! E que medo também! Eu não sei bem como me apresentar... Eu sou um homem branco de sessenta e seis anos, cabelo mais ou menos escuro, estou usando uma calça preta, blusa branca e preta e óculos. Peço desculpas de antemão pelo meu sotaque inglês e pelos eventuais erros em português.

Meu nome é Paul Heritage. Sou professor de Artes Cênicas na Universidade Queen Mary de Londres. *Heritage*, em inglês, significa "patrimônio" e me orgulho de dizer que parte desse patrimônio é o fato de eu estar, há trinta e cinco anos, aqui no Brasil, fazendo projetos culturais entre o Brasil e o Reino Unido.

Eu quero agradecer imensamente ao Ministério de Cultura, especialmente à secretária Marcia Rollemberg e a equipe maravilhosa dela - Tião, Joaquim, Pedro –, além dos organizadores incríveis deste evento aqui em São Jorge: o Gil, a Luana e a Scarlet. Eu pensei que eu não teria ancestrais para agradecer como vocês têm, mas Jorge [*George*], é o padroeiro da Inglaterra. Então, podemos dizer que o primeiro diálogo global de hoje para mim é esse diálogo entre Saint George da Inglaterra e o São Jorge de vocês.

– Salve Jorge!, exclama o público.

– Obrigado! Salve mesmo!

Vou apresentar somente três pontos: três formas de pensar sobre diálogos globais e conhecimento local que fazem parte de meu trabalho ao longo de mais de três décadas. A primeira delas, quiçá a mais óbvia - e de certa forma a mais prazerosa também –, é levar a cultura brasileira para fora, trabalhar junto com os artistas daqui e encontrar plataformas e oportunidades para eles e elas em outros países:

1. Trabalhei como produtor do *Grupo Galpão*, a companhia teatral histórica de Minas Gerais, fazendo 'Romeu & Julieta', de Shakespeare, no palco do *Shakespeare's Globe Theatre,* que fica na beira do rio Tâmisa, em Londres. O

60 Professor de Teatro e Performance da Queen Mary University of London, é diretor artístico da *People's Palace Projects*. Por mais de duas décadas, tem criado projetos artísticos no Brasil e Reino Unido em prisões, favelas, territórios Indígenas e áreas periféricas da América Latina, Índia e Paquistão.

Grupo Galpão usou a cultura mineira para recriar essa peça inglesa de quinhentos anos atrás. Essa é uma maneira de pensar sobre um diálogo global, através de intercâmbios culturais. Posso elencar também uma colaboração com o cantor Antônio Nobrega para levar o frevo, a música e a brilhante cultura de Pernambuco para Londres. Similarmente, uma parceria com o *Grupo Piolin,* de João Pessoa, para levar "Vau da Sarapalha" ao *Barbican Centre* de Londres. Então, vejam que não se trata apenas de Shakespeare, mas também dar a conhecer o universo de Guimarães Rosa fora do Brasil.

Também trabalhei muito com vários artistas indígenas fazendo trabalho lá fora. Com o grande cineasta Takumã Kuikuro fazendo um filme chamado *Londres como Aldeia*, onde ele realizou um documentário sobre nós e sobre a cidade a partir do seu olhar, em vez de ter os brancos passando o filme deles sobre a vida indígena lá no Xingu.

2. Ainda assim, fizemos um grande projeto com Takumã chamado *Aldeia Xingu* no Horniman Museum em Londres, na Bienal de Arquitetura de Veneza e em uma galeria em Nova Iorque, cujo objetivo era indagar o que os povos indígenas gostariam de mostrar sobre a sua cultura dentro de museus e galerias como essas, instituições culturais que durante anos roubaram e se apropriaram dos bens culturais deles. Isso é um tipo de enfoque que nos permite falar de direitos globais através da cultura ou da arte, uma área que eu trabalhei muito com o MinC entre 2008-2012.

Não sei se o Ministério ainda usa essa frase, mas naquela época, chamava-se tecnologia social da cultura. Ou seja, pensar quais são os conhecimentos de grupos culturais e artistas daqui, de artistas a partir de uma ótica de transformação social. Os países europeus têm os mesmos conflitos, os mesmos problemas que existem no Brasil, mas não têm as soluções transformativas que, a meu ver, os brasileiros inventaram por meio da cultura. Eu trabalhei, durante seis anos, com o Grupo Cultural AfroReggae, da favela do Vigário Geral, no Rio de Janeiro, em colaboração com várias instituições culturais na Inglaterra. Apresentamos shows, no *Barbican Centre*, maior centro cultural da Europa e trabalhamos com organizações culturais em cinco cidades da Inglaterra, mostrando como engajar os jovens a partir da cultura: do batuque, da música, do teatro, do circo, do grafite, entre outras expressões.

Outra parte desse trabalho foi um projeto conjunto entre o Conselho de Arte da Inglaterra (*Arts Council of England),* baseado no Programa *Cultura Viva* do MinC, levando secretarias de cultura de vários estados e

representantes de Pontos de Cultura para a Inglaterra. Em contrapartida, trouxemos artistas e representantes de grupos culturais da Inglaterra para fazerem residências nos Pontos de Cultura daqui. Foi um programa executado ao longo de três anos e que abrangeu doze estados. Posso afirmar com convicção que uma das maiores riquezas do Brasil é essa tecnologia social por meio da cultura e, países como o Reino Unido, a França, ou a China sabem disso. E, por isso, é tão importante apostar em diálogos globais por meio de conhecimentos culturais locais.

3. Pesquisa, já que eu sou pesquisador universitário e me dedico a pensar nos conhecimentos locais e saberes culturais como pesquisa acadêmica e como isso pode ajudar de forma colaborativa, podendo fortalecer o próprio trabalho. E, nesse ponto, a gente pensa sobre a valorização da cultura, em como expressar tudo que eu vi de cultura popular nesses três dias: como a gente pode criar formas robustas de avaliação? Então, junto com o Itaú Cultural, nós inventamos uma maneira de fazer a valorização da cultura em uma linguagem que dialoga com os economistas, que fala para os governantes junto com os próprios grupos que fazem a cultura. Fizemos um projeto assim no Quadrilátero Ferrífero (MG), depois dos desastres ambientais em Brumadinho e Mariana. Ao lado de vários artistas e de grupos de cultura popular locais, pesquisamos o valor da cultura num contexto de destruição da vida e da natureza que vem com a mineração, para descobrir como as comunidades resistem e como as pessoas podem recuperar suas vidas por meio da cultura. Todo esse material está disponível em português no nossos sites (**www.peoplespalaceprojects.org.uk** e **https://culturalvalue.org**), mas se alguém quiser pensar sobre esse tipo de metodologia, é só falar conosco, e a gente faz junto, cocriando indicadores para o valor da cultura.

   Fizemos algo parecido no Complexo da Maré, em quinze favelas do Rio de Janeiro. Nesse caso, incluímos as políticas sobre saúde mental e a cultura como vetor fundamental da resistência e resiliência da comunidade, trabalhando junto com poetas e jovens artistas da Maré, para avaliar esse valor da cultura. E, a partir desse valor, a gente pode pensar sobre o papel da cultura na coprodução da saúde. Agora, estamos fazendo o mesmo tipo de intervenção em Manguinhos, na Cidade de Deus e em cidades e territórios de outros países da América Latina. Nesse momento, estamos começando a usar essas técnicas do Brasil na Guatemala, Bolívia e Colômbia.

Finalmente, eu gostaria de mencionar um projeto de colaboração de quinze anos com os povos Kuikuro e os povos Wauja lá no Xingu, de pensar sobre a cultura deles. Um desses projetos foi de rematerializar uma gruta sagrada *Kamukuwaká* - com petróglifos que contavam toda a história das origens dos povos xinguanos. A cosmologia do Xingu representada ali havia sido criminosamente vandalizada em prol dos interesses do agronegócio. Entretanto, por meio de uma tecnologia digital, conseguimos escanear todos os pedaços destruídos da caverna e rematerializar a gruta utilizando uma impressora 3D, em parceria com a *Factum Arte Foundation,* em Madri. Em outubro passado, trouxemos a réplica da gruta da Espanha para o Xingu. E hoje a réplica da gruta sagrada *Kamukuwaká* está lá na aldeia Ulupuene nos Territórios Indígenas do Xingu.

O curta-metragem *Réplika,* dirigido por Piratá Waurá e Heloisa Passos, conta essa história e estreou ontem no Festival de Cinema de Brasília. Isso mostra, mais uma vez, que temos que usar todas as nossas armas culturais, todas as nossas formas de criar e resistir e entender o valor dessas culturas populares tradicionais maravilhosas e a potência ancestral que elas trazem consigo.

Quero agradecer muito a todos vocês pelas trocas e aprendizagens nos últimos três dias e espero que essas trocas e diálogos globais continuem proliferando. Muito obrigado.

As Culturas Tradicionais e Populares na Diplomacia Cultural Brasileira

Thiago Antonio de Melo Oliveira[61]

O seminário internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática: Diálogos Globais, Conhecimentos Locais", realizado em setembro de 2025, na Vila de São Jorge-GO, contribuiu para colocar em evidência a importância de promover-se as culturas tradicionais e populares no exterior, bem como para pontuar os desafios existentes. É auspicioso constatar a preocupação sobre a internacionalização dessas expressões dentro do debate mais amplo sobre o fortalecimento e a valorização do campo cultural popular. Essas culturas constituem parte essencial da identidade brasileira. Promovê-las no exterior é forma de o Brasil revelar ao mundo uma face profunda de sua identidade.

O Instituto Guimarães Rosa (IGR) é o departamento do Ministério das Relações Exteriores encarregado da promoção da cultura brasileira no exterior, ou seja, da diplomacia cultural. Ainda que o Instituto tenha sido criado em 2022, o Ministério das Relações Exteriores conta com área dedicada à promoção cultural há 80 anos. Esses esforços já contribuíram para a promoção internacional da obra de Heitor Villa-Lobos, de Oscar Niemeyer e de Tom Jobim. Hoje, o IGR amplia esse legado, atuando também em favor das culturas tradicionais e populares.

Ao discutir a internacionalização dessa área, parece importante esclarecer o que o Instituto Guimarães Rosa já faz em favor do segmento e apontar caminhos para que os mestres e mestras possam contribuir para que as culturas tradicionais e populares tenham participação ainda maior na diplomacia cultural brasileira.

O IGR atua em quatro vertentes principais. Uma delas é a cooperação educacional, no âmbito da qual realiza, há 60 anos, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que viabiliza a recepção de estudantes estrangeiros em instituições de ensino superior brasileiras. Outra vertente é a promoção da língua portuguesa, realizada tanto por meio das unidades físicas do Instituto Guimarães Rosa - presentes em mais de 20 países e dotadas de professores de idioma e de equipes culturais - quanto por meio de rede de mais de 40 Leitores,

61 Primeiro-Secretário da carreira diplomática brasileira, integra a Divisão da Promoção da Cultura Brasileira (DCULT) do Ministério das Relações Exteriores.

docentes selecionados no Brasil, por concurso público, e enviados a universidades estrangeiras para ministrar disciplinas de língua portuguesa, literatura e cultura brasileira.

A terceira vertente é a representação do Brasil em foros multilaterais culturais, tais como a UNESCO, cuja agenda tem grande relevância para as culturas tradicionais e populares. O IPHAN registra e salvaguarda mais de 100 práticas como patrimônios culturais imateriais brasileiros. Posteriormente, muitos dessas práticas obtêm, por meio de esforço conjunto de parceiros - entre os quais o Instituto Guimarães Rosa - o reconhecimento da UNESCO como patrimônio imaterial da humanidade. O Ministério das Relações Exteriores, por meio do Instituto Guimarães Rosa e da Delegação do Brasil junto à UNESCO, é aliado dos esforços de mestres e mestras para tornarem sua prática reconhecida internacionalmente.

Entre as inscrições brasileiras na lista do patrimônio imaterial da UNESCO estão o frevo, o bumba-meu-boi, a capoeira, o samba de roda, o círio de Nazaré, o ritual Yaokwa, as expressões dos Wajãpi e, recentemente, os modos de fazer o queijo Minas artesanal. O reconhecimento internacional tem efeitos concretos, pois ajuda a salvaguardar as práticas culturais, amplia as oportunidades econômicas e turísticas, e fortalece a proteção institucional em níveis local, nacional e global.

A quarta vertente de atuação do Instituto Guimarães Rosa é a promoção da cultura brasileira no exterior. O IGR contribuiu para a difusão de amplo espectro de linguagens artísticas e manifestações culturais: música, artes visuais, cinema, literatura, patrimônio, design, arquitetura, artes cênicas, moda, gastronomia e as culturas tradicionais e populares. As mais de 200 embaixadas, consulados e delegações do Brasil no exterior realizam mais de 500 eventos de difusão cultural por ano com recursos alocados pelo Instituto Guimarães Rosa.

Entre janeiro e outubro de 2025, cerca de 5% dos projetos de difusão cultural apoiados pelo Instituto Guimarães Rosa dedicaram-se às culturas tradicionais e populares, em 23 países diferentes. A capoeira destaca-se nesse conjunto, presente em 15 projetos realizados em 13 países, seguida pelo samba de roda e pelo choro. A capoeira, com mestres espalhados pelo mundo inteiro, conta com visibilidade singular. Para muitas pessoas, é a porta de entrada para conhecer mais sobre a cultura brasileira e até sobre a língua portuguesa. O desafio atual é ampliar essa visibilidade para outras manifestações, igualmente representativas da diversidade brasileira - como o forró, o cordel, o acarajé, as religiões de matriz africana e o patrimônio indígena.

Os mestres e mestras das culturas populares podem acionar o IGR por meio dos setores culturais das embaixadas e consulados, que recebem projetos, formulam propostas e as submetem à sede do Instituto, em Brasília. É importante que mestres e mestras tenham em conta que o IGR não apoia projetos continuamente. Logo, não se pode apoiar, por exemplo, uma escola de capoeira, uma escola de forró. No entanto, se a iniciativa de capoeira quiser fazer um encontro regional de capoeiristas, se o grupo de forró quiser levar um sanfoneiro especial do Brasil para um evento específico, daí, sim, o projeto entra no escopo do que o IGR pode apoiar. Esse modo de atuação contribui, também, para privilegiar projetos que incluam a participação de diversos mestres e mestras.

O IGR ganha com a crescente organização e reconhecimento de mestres e mestras, pois grupos que se profissionalizam e ganham notabilidade começam a pavimentar o caminho para que possam integrar a programação cultural dos postos no exterior.

O Instituto Guimarães Rosa é um aliado das culturas populares. Sua missão é promover a imagem do Brasil no mundo, o que inclui difundir também as culturas tradicionais e populares. A diplomacia cultural, quando enraizada no saber dos mestres e na força das tradições, revela um Brasil plural, criativo e profundamente humano - um Brasil que o mundo deseja conhecer e reconhecer.



Painel 9

AS PESSOAS COMO PATRIMÔNIO

Pessoas como Patrimônio: políticas de reconhecimento de mestres e caminhos para a salvaguarda no Brasil e no mundo

Desirée Ramos Tozi[62]

Introdução

As políticas públicas de patrimônio cultural passaram, ao longo do século XX e início do XXI, por sucessivas ampliações de escopo, incorporando progressivamente as dimensões imateriais e a participação social. No Brasil, marcos como a Constituição de 1988 e o Decreto nº 3.551/2000 instituíram instrumentos de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (PCI). Em paralelo, experiências internacionais - inspiradas no programa de "Living Human Treasures" da UNESCO e em sistemas nacionais como o do Japão - consolidaram o reconhecimento de pessoas portadoras de saberes como estratégia de transmissão e continuidade cultural. Este artigo organiza e sistematiza esse debate, apresentando referências e exemplos que sustentam a proposição de que pessoas podem ocupar o centro das políticas de patrimônio.

O conceito de "tesouro humano vivo" foi impulsionado pela UNESCO nos anos 1990, com diretrizes para que Estados reconhecessem oficialmente mestres portadores de técnicas e saberes, garantindo meios para sua transmissão. Embora o programa específico tenha sido descontinuado com a entrada em vigor da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, de 2003, as diretrizes permanecem referência para sistemas nacionais que outorgam títulos, bolsas e apoio à formação de aprendizes.

62 Diretora de Articulação e Governança da Secretaria de Articulação Federativa e dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura, possui graduação e mestrado em História pela USP e doutorado em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA.

Experiências internacionais de reconhecimento de mestres

Trazemos alguns exemplos de países que têm em suas políticas de patrimonialização, estratégias de salvaguarda centradas nos conhecimentos transmitidos por pessoas. Cada país tem sua história e suas estruturas institucionais e políticas próprias e estes exemplos servem para que pensemos como no Brasil podemos aprimorar e desenvolver políticas públicas para trazer as pessoas para o centro da salvaguarda.

No Japão, o sistema de "Holders of Important Intangible Cultural Properties" (popularmente, Tesouros Nacionais Vivos) está ancorado na Lei de Proteção de Bens Culturais (1950), com reconhecimento individual, coletivo e por grupos, e estipêndios anuais para mestres; a República da Coreia tem a legislação específica de 2015 que consolida categorias de "detentor" como estratégica para a formação de novas gerações, e utiliza oficialmente a expressão "tesouro humano vivo". Na França, há o reconhecimento estatal de Mestres das Artes (1994) que considera a transmissão de mestre-aprendiz por três anos, com acompanhamento institucional. Países da América Latina como México, Colômbia e Peru combinam políticas de Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) com premiações e declaratórias que reconhecem mestres e obras de criadores tradicionais, muitas vezes articuladas a concursos nacionais e inventários participativos. A Nigéria e o Senegal desenvolvem políticas e instrumentos administrativos de PCI e, no caso nigeriano, instituíram um sistema de "Prêmio Tesouros Humanos Vivos" desde 2007, no marco da Convenção da UNESCO de 2003.

No Brasil, além do arcabouço federal que estrutura a política de Patrimônio Imaterial (Decreto nº 3.551/2000), destacam-se políticas estaduais de "Patrimônio Vivo" que reconhecem e apoiam mestres, mestras e grupos. O estado de Pernambuco instituiu, em 2002, o Registro do Patrimônio Vivo (RPV-PE), prevendo seleção anual e bolsas mensais, que inspirou experiências em Alagoas, Paraíba, Ceará e Bahia, entre outros. Tais iniciativas demonstram a necessidade de integração ao Sistema Nacional de Cultura e para a municipalização da salvaguarda, com planos, editais e redes de aprendizes nos territórios, além da intersetorialidade com políticas sociais, previdenciárias, de saúde e de educação.

Diretrizes para uma política integrada centrada nas pessoas

No Brasil, para além da revisão ou criação de instrumentos de políticas patrimoniais de reconhecimento de pessoas, alguns desafios se colocam para a institucionalidade do poder público, considerando a viabilidade, sustentabilidade econômica e estrutura burocrática do estado brasileiro. Nesse sentido, um reconhecimento dessa envergadura necessita da integração de diferentes ministérios, do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, em torno de uma outra lógica de entendimento do papel das culturas populares na composição da identidade cultural e das relações sociais e econômicas para o país. Assim, citamos apenas alguns desafios para inspirar a reflexão da mesa:

1. Centralidade das pessoas: como reconhecer profissionalmente mestres e mestras como sujeitos de direitos culturais e como agentes de transmissão de conhecimentos e práticas culturais;
2. Formação de aprendizes: como estruturar programas continuados de bolsas para aprendizes, garantindo espaços de trabalho e aprendizado, como oficinas e ateliês, e a produção de memória e documentação da produção intelectual, em parceria com universidades e institutos federais;
3. Federalismo transversal: explicitar papéis de União, estados e municípios em programas, normas e planos de salvaguarda (envolvendo financiamento, assistência técnica, coedição de editais), compartilhando as diferentes contribuições dos mestres e mestras para os campos da educação, do trabalho, das artes, da saúde, da economia e do meio ambiente;
4. Financiamento contínuo, descentralizado e participativo: importância de fortalecer instâncias de participação social nas diversas políticas públicas, garantindo que proporcionem recursos financeiros contínuos e vinculados aos desdobramentos da patrimonialização;
5. Monitoramento e avaliação: elaboração de indicadores de transmissão (número de aprendizes certificados, continuidade de oficinas, economia do entorno) e de bem-estar dos mestres (acesso a saúde, mobilidade, renda, previdência), de forma que o reconhecimento confira a garantia de direitos e a efetividade de políticas públicas.

Portanto, reconhecer pessoas como patrimônio é uma decisão de política pública com base normativa e estruturação de um arcabouço legal. Quando acompanhada de financiamento estável, formação estruturada e arranjos

federativos cooperativos, essa decisão fortalece a diversidade cultural, promove desenvolvimento local e assegura a continuidade intergeracional dos saberes.

Referências

UNESCO. Living Human Treasures: a former programme of UNESCO. Disponível em: **https://ich.unesco.org/en/living-human-treasures**. Acesso em: 10 fev. 2026.

UNESCO. Guidelines for the Establishment of National "Living Human Treasures" Systems. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: **https://ich.unesco.org/doc/src/00031-EN.pdf**. Acesso em: 10 fev. 2026.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003).

JAPAN. Agency for Cultural Affairs. Intangible Cultural Properties. Disponível em: **https://www.bunka.go.jp/english/policy/cultural_properties/introduction/intangible/**. Acesso em: 10 fev. 2026.

REPUBLIC OF KOREA. Act on the Safeguarding and Promotion of Intangible Cultural Heritage (2015). Disponível em: **https://elaw.klri.re.kr/eng_mobile/viewer.do?hseq=55363**. Acesso em: 10 fev. 2026.

FRANCE. Ministère de la Culture. Transmettre les métiers d'art: Titre de Maître d'art. Disponível em: **https://www.culture.gouv.fr/thematiques/metiers-d-art/les-metiers-d-art-en-france/la-politique-en-faveur-des-metiers-d-art/transmettre-les-metiers-d-art**. Acesso em: 10 fev. 2026.

MÉXICO. Secretaría de Cultura; FONART. Grandes Maestras y Maestros del Patrimonio Artesanal de México. Disponível em: **https://www.gob.mx/cultura/prensa/grandes-maestros-del-patrimonio-artesanal-de-mexico-son-premiados-en-el-palacio-de-bellas-artes**. Acesso em: 10 fev. 2026.

COLOMBIA. Ministerio de las Culturas, las Artes y los Saberes. Dirección de Patrimonio y Memoria. Disponível em: **https://www.mincultura.gov.co/direcciones/patrimonio-y-memoria**. Acesso em: 10 fev. 2026.

PERU. Ministerio de Cultura. Declaratorias del Patrimonio Cultural de la Nación. Disponível em: **https://serviciosweb.cultura.gob.pe/dpcn/**. Acesso em: 10 fev. 2026.

NIGERIA. UNESCO. Periodic reporting - Nigeria. Disponível em: **https://ich.unesco.org/en/state/nigeria-NG**. Acesso em: 10 fev. 2026.

SENEGAL. Ministère de la Culture. Patrimoine immatériel (página institucional). Disponível em: **https://www.culture.gouv.sn/index.php/category/patrimoine/patrimoine-immateriel/**. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 ago. 2000.

BRASIL. DecretoLei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1937.

ALAGOAS. Programa do Registro do Patrimônio Vivo de Alagoas (informações gerais). Disponível em: **https://www.conexaoboasnoticias.com.br/leis-reconhecem-patrimonios-vivos-nos-estados-de-pernambuco-e-alagoas/**. Acesso em: 10 fev. 2026.

PERNAMBUCO. Lei nº 12.196, de 2 de maio de 2002. Institui o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco - RPV-PE. Disponível em: **https://leisestaduais.com.br/pe/lei-ordinaria-n-12196-2002**. Acesso em: 10 fev. 2026.

SECULT-PE. Patrimônios Vivos de Pernambuco. Disponível em: **https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/imaterial/patrimonios-vivos/**. Acesso em: 10 fev. 2026.

Cada qual para o que nasce

Mestre Rosildo Moreira do Rosário[63]

Ao ser convidado para participar do Seminário Internacional das Culturas Populares e Tradicionais e Justiça Climática, tive duas sensações. Primeiro, senti alegria em poder fazer parte de uma importante ação de retomada das construções sociais com um tema que, para nós, mestres e mestras das Culturas Populares e Tradicionais, é muito caro, e perceber que existem pessoas, dentro do Estado brasileiro, que pautam essa questão é bastante valoroso.

Precisamos promover cada vez mais ambientes que sejam capazes de reverberar os sentimentos daqueles que vivem na base da manutenção dos conhecimentos e fazeres do Brasil profundo. Em seguida, fui invadido por um sentimento de grande responsabilidade quando me deparei com o tema da mesa da qual faria parte: “As pessoas como patrimônio”. Pode parecer simples pela escrita sintética, mas é carregado de definições que podem comprometer para sempre a vida da pessoa que vai falar sobre ele. Eu suspirei e falei como a gente fala lá na Marujada: “cada qual para o que nasce” e fui.

Tenho conseguido participar de diversos encontros, seminários e rodas de conversas, sempre levando as experiências adquiridas ao longo dos anos, mas confesso que em toda essa caminhada esse foi o tema mais desafiador, e ganhou uma maior tensão por ser nesse ambiente, com a presença de uma diversidade de pessoas importantes e pela nossa atual conjuntura política, na qual o tema Mestres e Mestras da Cultura Popular está presente, assim como a política de patrimonialização.

Vale ressaltar que neste seminário, ali eu também representava um número considerável de pessoas que integram fóruns dos quais também faço parte: Rede Integrada de Bens Imateriais Registrados (RIBIR), coletivos de pessoas que articulam e constroem políticas para o patrimônio Cultural brasileiro, sobretudo o patrimônio imaterial; a Rede das Culturas Populares e Tradicionais, Pontão de Cultura que articula nacionalmente esse tão importante setor da cultura brasileira; a Rede do Samba de Roda da Bahia, movimento cultural que tem como principal objetivo aplicar e acompanhar o plano nacional de

63 Mestre do Grupo Chegança dos Marujos Fragata Brasileira, tem ainda mestrado em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Atualmente, é professor da Prefeitura Municipal de Santo Amaro e da Prefeitura Municipal de Saubara. Coordena o Projeto da Rede do Samba do Estado da Bahia e a Rede de Chegança, Marujadas e Embaixadas da Bahia.

salvaguarda dessa manifestação; e ainda a Rede de Cheganças, Marujadas e Lutas entre Mouros e Cristãos da Bahia, que tem desenvolvido trabalhos para a promoção, apoio e produção dessas manifestações que recentemente foram reconhecidas como Patrimônios Culturais e Imateriais do estado da Bahia.

Não é por acaso que as nossas construções são em rede. Nos encontramos na ideia de quando se é rede é porque tem pessoas. Encontramos, então, uma definição que nos parece atender como atuamos socialmente: um conjunto de pessoas ou grupos conectados por diferentes tipos de relações de amizade, parentesco, colaboração, afeto, interesse (coletivo), troca de conhecimentos ou apoio. Essas conexões formam uma estrutura dinâmica em que cada indivíduo (nó) se relaciona com outros por meio de vínculos (elos), criando fluxos de comunicação, influência, cuidado ou conhecimento.

Não é dispensável relembrar um pouco do histórico sobre a política de Patrimônio aqui, no Brasil. Três marcos são importantes: a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), pela lei nº 378 de janeiro de 1937 e pelo decreto-lei nº 25 de 30 de novembro também deste ano, sendo responsabilidade de elaboração do anteprojeto de Mário de Andrade recomendado pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Depois, a Constituição Federal de 1988, que em seu escopo tem um artigo que cuida exclusivamente sobre patrimônio:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
>
> I–as formas de expressão;
>
> II–os modos de criar, fazer e viver;
>
> III–as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
>
> IV–as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V–os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Como consequência desse artigo da Constituição, temos o Decreto Presidencial nº 3551, de 04 de agosto de 2000:

> Art. 1º–Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.
>
> § 1o Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Observando esse caminho percorrido, parece-me impossível discutir patrimônio sem discutir pessoa, sem colocar a pessoa no centro da discussão. Não há de se fazer política de patrimonialização sem pensar na pessoa. Não haverá preservação do patrimônio cultural sem compreender que está na pessoa, o próprio patrimônio. As tradições são processos de transmissão de saberes de geração em geração, que dizem respeito à ancestralidade e à espiritualidade, fazendo sentido na constituição da comunidade e, ao mesmo tempo, na constituição da pessoa, em fio identitário ancestral (SILVA, FLORENCIO, PEDERIVA 2019, 49). Para tanto, se faz necessário compreender a pessoa como portadora e transmissora dos valores, das memórias e das identidades.

Eu sou entusiasta da política de patrimonialização, um defensor, embora com algumas queixas de como ela vem sendo tratada nos últimos anos. Tenho enfrentado alguns problemas dentro das redes que participo justamente por acreditar e externar esse meu entusiasmo. O que sustenta esse meu regozijo com a política de patrimonialização é exatamente perceber que houve nos últimos anos uma mudança considerável na sua definição. Saímos da ideia de que patrimônio se confunde com propriedade herdada (OLIVEIRA, 2008, p.26) para uma compreensão de um patrimônio “que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos [...] gerando um sentimento de identidade” (UNESCO, 2003). Definitivamente estamos em outros tempos e o conceito de patrimônio que entendemos é aquele que reconhece os fazeres e saberes dos mestres e mestras das manifestações culturais

e tradicionais, os quais dão os devidos valores para as suas construções e produções sócio-histórico-culturais dos indivíduos.

Saímos da ideia de que patrimônio era algo estático e chegamos agora no século XXI entendendo que patrimônio é movimento, é gente, é pessoa. Essa transformação é, na minha visão, o grande salto dentro da política cultural, principalmente no que se refere à política de patrimonialização. As pessoas passam a se sentir, de verdade, parte, pois começam a entender que são elas quem de fato produz. Está aí a possibilidade de uma grande mudança, de uma grande transformação, a tomada de consciência de que os conhecimentos e fazeres oriundos das comunidades mais longínquas tenham para a cultura o mesmo valor simbólico. As pessoas são as referências, elas têm significados ao existir. Ao explorar esse autorreconhecimento, vemos seu reflexo na sua autoestima, dignidade e orgulho de serem verdadeiras representantes sociais.

Memória e oralidade indissociáveis na preservação da história

As histórias são ainda cultivadas graças às memórias, sejam elas individuais ou coletivas. “Memória é sobretudo falar de uma capacidade inerente ao ser humano, a capacidade de preservação de ensinamentos do passado, e tudo que está diretamente ligado a eles” (ROSÁRIO, 2021). Essas memórias são encontradas nas pessoas que ao recorrerem às suas lembranças sentem várias sensações: alegria, tristeza, saudade, nostalgia. É possível fazer o exercício de rememorar a partir da utilização de diversos elementos que Pierre Nora vai chamar de “lugares de memória”: “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9). São aqueles lugares onde as nossas memórias são ativadas, são refletidas. Esses lugares podem ser um lugar fixo, um lugar físico, mas podem ser um símbolo, um objeto, uma fotografia, uma árvore. Acrescentaria ainda que podem ser um cheiro, um perfume, um gosto, um sabor e, se pode ser tudo isso, esse lugar de memória também deve ser a pessoa.

Cada indivíduo é um lugar de memória, uma memória que foi constituída e construída a partir da ancestralidade. Cada pessoa representa um lugar de memória, é um lugar que não é irredutível. E pensando de modo mais profundo e desprovido de querer ser entendido, compreendo a memória como um evento da imaterialidade, como o *Ojiji* carregado por cada pessoa mesmo quando não está fisicamente atuando. Eu diria que cada pessoa é insubstituível na sua

produção cultural. Vejam, eu aqui na Marujada tentando fazer tudo o que meu avô fez, que meu pai fez, mas em momento nenhum com a possibilidade de substituí-los, porque a referência, a pessoa que eles foram e o que eles produziram, é o que me trouxe até aqui. “Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não nos confundem” (HALBWACHS, 2003 p.30).

À medida que carregamos essa marca do passado, reescrevemos o presente e o transmitimos para gerações futuras, cumprimos o nosso papel social e o indivíduo não apenas usufrui de um patrimônio cultural, mas se constitui como esse próprio patrimônio, como suporte vivo dessas heranças coletivas.

A oralidade é outro elemento que devemos considerar ao pensar a pessoa como patrimônio. Essa tecnologia proporcionou até os dias atuais que os saberes e fazeres tradicionais fossem resguardados e salvaguardados mesmo antes de qualquer política sistemática. O que seria das manifestações culturais e tradicionais se não fosse a oralidade? A oralidade exerce um papel formador decisivo na vida das pessoas, pois é por meio da palavra falada em suas narrativas, cantos, rezas, histórias e performances que indivíduos constroem identidade, fortalecem vínculos e desenvolvem modos de interpretar o mundo. “Esteja à escuta”, dizia-se na velha África. “Tudo fala, tudo é palavra, tudo procura nos comunicar um conhecimento...” (HAMPATÊ BÂ, 2013, p. 27). Ao circular entre gerações, a oralidade transmite saberes, valores e memórias que moldam o caráter, ampliam a consciência de pertencimento e dão sentido à experiência humana. Além disso, favorece o desenvolvimento cognitivo e expressivo, estimulando memória, criatividade, presença corporal e capacidade de organização do pensamento. Assim, mais que um simples meio de comunicação, a oralidade constitui um espaço de formação integral no qual a pessoa afirma sua existência, sua cultura e seu lugar no coletivo. Se imaginarmos tecer uma rede onde os fios usados sejam a memória e a oralidade, teremos uma peça de rede com os nós que poderemos facilmente chamar de identidade.

Identidade, patrimônio e pessoa

Ao considerar que a memória e a oralidade são pilares na preservação das culturas populares e tradicionais, torna-se possível relacioná-las com a concepção de sujeito sociológico proposta por Stuart Hall (2019). Para Hall, o sujeito não nasce plenamente formado, ele constitui-se na relação com o outro, com a cultura e com os sistemas simbólicos que o cercam. Nesse sentido, a memória coletiva

e a oralidade desempenham papel central na formação do sujeito sociológico, pois fornecem os repertórios narrativos, as histórias compartilhadas, os valores e as práticas que moldam a identidade. É na troca oral, na transmissão de experiências e na atualização dos saberes comunitários que o sujeito se reconhece como parte de um grupo e elabora sua própria identidade. Assim, a memória e a oralidade não apenas preservam culturas tradicionais, mas também funcionam como elementos estruturantes na construção das identidades sociais. A identidade é produzida nas interações e nos discursos que circulam socialmente.

Ao falar sobre a importância da preservação do samba carioca, Nilcemar Nogueira e Desirée dos Reis Santos dizem que: "É nossa obrigação e do Estado cuidar de sua preservação a partir do fortalecimento de suas bases sociais, da valorização dos sambistas, do seu reconhecimento, do apoio à sua produção" (Cadernos da Salvaguarda de Bens Registrados 2020, p. 75). Mais uma vez a pessoa é colocada na centralidade da existência do patrimônio. Ao discutir a salvaguarda do jongo a partir das ações desenvolvidas pela comunidade jongueira Dito Ribeiro, da cidade de Campinas, uma das conclusões evidenciadas foi de que: "o jongo está onde o jongueiro está" (MARTINS 2021, p.194), uma observação que para mim é bastante óbvia, mas necessária que seja dita, pois existe ainda quem por cinismo ou ignorância não reconheça que o jongo não é apenas o tambor, a roda, o canto ou o espaço onde se dança. O jongo é, sobretudo, a prática humana: o corpo que gira, a voz que puxa o ponto, o conhecimento que circula. Sem o jongueiro, tudo vira registro morto, perde a força vital da transmissão oral. Se oralidade e memória se constituem como formadores de identidade, consequentemente o que identifica um bem imaterial é quem o pratica, pois a identidade se dá pelos códigos imateriais e símbolos materiais que se deslocam fluidamente no tempo e no espaço, construindo novas identidades (ROSÁRIO, 2021).

No final de 2004, recebemos em nossa comunidade Saubara, situada no Recôncavo da Bahia, um grupo de pesquisadores com a notícia de que o samba de roda havia sido reconhecido como patrimônio do Brasil, e que eles estavam ali para colher informações para uma possível candidatura do Samba de Roda do Recôncavo Baiano ao título de Obra Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (o que ocorreria no dia 25 de novembro de 2005, há exatos 20 anos, pois escrevo essas linhas exatamente no dia 25 de novembro de 2025).

Um processo verticalizado e bastante desrespeitoso, no qual as sambadeiras e sambadores não estiveram presentes em nenhuma das decisões iniciais. Um exemplo clássico de como não tratar as pessoas foi ouvir de um desses pesquisadores (que Deus o tenha) que tudo só deu certo porque foi assim de baixo para

cima, “ingenuidade pura”. Alguns desdobramentos dessa patrimonialização foram a criação da Associação dos Sambadores e Sambadeiras da Bahia, a reforma do Solar Conde Subaé, que virou casa do samba, viramos Pontão de Cultura.

Vale ressaltar que houve um grande empenho dos detentores para que tudo isso acontecesse. Houve uma identificação dos detentores com alguns elementos do processo de patrimonialização. Esses eventos aconteceram enquanto eu estava coordenador geral da instituição, eleito para gerenciar o Plano de Salvaguarda do Samba, mas nada disso aconteceria se não fossem os outros diversos atores, outras diversas pessoas. Para todos nós foi necessário um aprendizado rápido e eficiente para lidar com toda burocracia que envolve esse processo, mas na minha humilde opinião o resultado mais potente desse processo foi justamente a possibilidade dos sambadores e sambadeiras se conhecerem, se articularem e compartilharem suas experiências. As pessoas se viram refletidas nas histórias das outras. Essa possibilidade dentro da Política de Patrimonialização é possível e se potencializa quando as pessoas se reconhecem, se identificam, dentro de um processo em que é possível que os resultados produzidos sejam de fato benéficos. “Só assim patrimonializar deixa de ser prerrogativa exclusiva das elites e dos órgãos que as representam” (NOGUEIRA e SANTOS, 2020, p.61), e passa a fazer sentido nas comunidades e na vida das pessoas.”

Para as pessoas a esperança é a última que “corre”

Vimos nos últimos anos um desmonte dessa política e, em determinado momento, da política cultural de modo geral. Um período doloroso para quem produz cultura e principalmente para as mestras e mestres das culturas populares e tradicionais. Mas também vimos ressurgir uma esperança com o governo Lula III, onde alguns setores do governo conseguiram, mesmo que timidamente, atuar em uma retomada, outros nem tanto, o que trouxe uma grande frustação.

As pessoas aprenderam os mecanismos e é preciso lidar com essa nova realidade. Para se manter representante de uma política de Estado, é necessário aproximar-se da base social, é preciso ir “aonde o povo está”. Não entendemos o porquê da dificuldade em lidar com pessoas. Não é possível pensar numa política sólida de patrimonialização, numa política séria que vislumbre resultados duradouros e significativos, sem considerar aquelas e aqueles que detêm os

conhecimentos, sem pensar a pessoa como principal elemento dessa engrenagem, sem cuidar primeiramente da pessoa.

Sem que as pessoas criem laços identitários, o patrimônio imaterial não faz sentido existir e se as pessoas não forem consideradas elementos fundantes estamos condenados à uma tragédia na preservação das memórias. Uma alternativa que pode fortalecer a centralidade da pessoa na política de patrimonialização é recorrer ao decreto nº 3.551/2000 no seu parágrafo 3º, abrindo mais um Livro de Registro e passando a reconhecer a pessoa como patrimônio. Sugiro o V Livro de Registro da pessoa, onde seriam inscritos as mestras e mestres da cultura popular, referências do patrimônio cultural brasileiro.

“Cada qual para o que nasce”, cantamos assim na marujada. Essa expressão, como à primeira vista pode parecer, não reduz a pessoa a um destino. Ela reforça a compreensão e aponta para a singularidade da existência, que é a base para a realização plena. Cada pessoa possui um ori, um caminho, um chamado, uma energia individual que orienta sua atuação no mundo e aponta para a singularidade da existência humana, para a ideia de que cada pessoa possui um papel único no mundo, carregando seus dons, histórias, modos de ser e de não se repetir.

Assim como o patrimônio cultural imaterial é constituído por práticas específicas de determinados grupos, cada pessoa representa em sua individualidade um patrimônio insubstituível que enriquece o tecido social. Ao pensar a pessoa como patrimônio, podemos compreender que seu valor está justamente na sua originalidade, no que ela traz de irrepetível ao mundo. As pessoas são insubstituíveis.

Referências

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 12 ed, 2019.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo:

Centauro, 2006.

HAMPATÉ BÂ, A. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, J. (org) História Geral da África I: Metodologia e Pré-História da África. Brasília: UNESCO, p 162212, 2010.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Práticas de gestão- Brasília: IPHAN, 2020.

MARTINS, Alessandra Ribeiro. Jongo e Ancestralidade: salvaguarda e preservação sob o olhar dos detentores. Campinas, SP: Associação do Jongo Dito Ribeiro, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história - a problemática dos lugares. Trad. Yara AunKhoury. Revista Projeto História, São Paulo PUC-SP, n. 10 p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Pippi. Cultura é patrimônio: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: Unesco, 29 set. 2003. Disponível em: **http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/** arquivos/ ConvencaoSalvaguarda.pdf. Acesso em: 17/ set. 2020

ROSÁRIO, Rosildo Moreira do. Cheganças E Marujadas: De Uma Travessia Imaginária A Um Porto Seguro. Cachoeira 2020.

SILVA, Daniela Barros Pontes e. Educação na tradição Oral de Matriz Africana: a constituição humana pela transmissão oral de saberes tradicionais - um estudo histórico-cultural/ Daniela Barros Pontes e Silva, Saulo Pequeno Nogueira Florencio, Patricia Lima Martins Pederiva,–1. Ed. Curitiba: Aprris, 2019.

As Pessoas Como Patrimônio: Corpo, Ancestralidade e Justiça Climática

Silvany Euclenio[64]

"Minhas reverências à ancestralidade, e a Baba Paulo Ifatide, nosso mestre que imortalizou recentemente, e que teve importância fundamental na minha formação, e nas lutas pelos direitos dos povos tradicionais de matriz africana".

Introdução

A discussão sobre culturas populares e tradicionais e justiça climática exige que reconheçamos, antes de tudo, a centralidade das pessoas. Não apenas como transmissoras de práticas, mas como territórios vivos de memória, conhecimento e continuidade histórica. Este texto retoma e desenvolve reflexões apresentadas no *Painel 09–As Pessoas como Patrimônio*, durante o *Seminário Internacional Culturas Populares e Tradicionais e Justiça Climática: diálogos globais e conhecimentos locais*.

A partir das cosmovisões africanas e afro-brasileiras - que integram corpo, ancestralidade, comunidade e natureza - proponho compreender mestres e mestras não apenas como guardiões e guardiãs de patrimônios, mas como o próprio patrimônio vivo que sustenta a vida comunitária, a transmissão de conhecimentos e as práticas de enfrentamento à crise climática. Assim, pensar as pessoas como patrimônio é também um exercício político de justiça racial, cultural e ambiental.

Corpo-Território: Memória, Conhecimento e Política da Existência

Nossos corpos são territórios porque neles se inscrevem memórias ancestrais, experiências históricas, conhecimentos, técnicas e tecnologias comunitárias.

64 Licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), é professora e educadora social. Ativista do Movimento Social Negro, atuou como gestora pública à frente da Secretaria Nacional de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (2012-2014).

São territórios porque, assim como as terras que habitamos, são marcados por violências coloniais, raciais e de gênero; mas também são territórios de resistência, recriação e continuidade.

Nas cosmovisões africanas, o corpo não é uma unidade isolada: ele integra comunidade, natureza, espiritualidade e ancestralidade. Carrega energia vital (àṣẹ), expressa o vínculo entre visível e invisível, e atualiza memória a cada canto, gesto ou dança. O corpo é arquivo, é ritual, é linguagem, é cosmologia.

Como exemplo, trazemos a própria trajetória da presença africana no Brasil. Nossos antepassados, sequestrados da África, chegaram aqui trazendo em seus corpos e mentes tecnologias, cosmologias complexas, sistemas de organização comunitária que, mesmo em condições extremas, construíram este país.

Esses corpos, arrancados de seus territórios originários, tornaram-se eles próprios corpo-mapa, corpo-arquivo, corpo-ponte entre mundos. Ao serem transladados para cá, não vieram vazios: vieram carregados de memórias, ritmos, filosofias, tecnologias e conhecimentos.

Foi nesses corpos-territórios africanos que atravessaram o Atlântico que se preservou a estrutura simbólica e política que hoje sustenta as tradições de matriz africana no Brasil.

Mesmo diante de séculos de violência, do sequestro à escravidão, do apagamento à criminalização, do racismo às tentativas de destruição material e simbólica, essa herança não apenas resistiu: ela recriou mundos. As ausências foram transformadas em presenças, o exílio em comunidades, a ruptura em invenção. É por isso que dizemos que as tradições de matriz africana são tecnologias civilizatórias inscritas no corpo, transmitidas no gesto, no canto, no cuidado, na ética e na espiritualidade.

Ao longo de gerações, essa capacidade de recriação produziu corpos-territórios que se tornaram espaços de reconstrução e de futuro. Neles nasceu uma sabedoria que atravessou casas, quilombos, periferias, cidades e campos, redefinindo o que entendemos por território, por cultura e por vida.

E é essa sabedoria que, até hoje, mantêm vivas as tradições de matriz africana, porque elas não dependem de templos, altares ou objetos, mas, sobretudo de pessoas que carregam em si as condições de continuidade cultural.

Se o tráfico negreiro tentou desumanizar, o corpo-território africano devolveu humanidade ao mundo. Se o racismo tentou invisibilizar, nossas comunidades reinventaram visibilidade. Se a violência tentou separar, a ancestralidade costurou ligações, criou pertencimento e produziu memória.

Por isso afirmamos que as tradições de matriz africana no Brasil são, antes de tudo, uma obra de corpos que resistem - corpos que são território e que, ao viver, transmitem conhecimentos, técnicas e tecnologias.

Compreender isso é reconhecer que não há patrimônio vivo sem pessoas vivas. Não há continuidade cultural sem garantia de vida, dignidade, existência e território para esses corpos que sustentam, com sua força e sua história, a própria possibilidade de futuro.

Essa ideia, longe de ser metafórica, tem implicações políticas. Reconhecer os corpos como territórios é reconhecer que o racismo, a colonialidade e o capitalismo predatório atuam também sobre eles, tentando desvalorizá-los, expropriá-los ou silenciá-los. E é reconhecer que a resistência, estética, cultural e comunitária, emerge desses mesmos corpos.

Epistemologias ancestrais e a crítica às hierarquizações coloniais

A afirmação de que mestres e mestras possuem conhecimentos e tecnologias, e não "saberes e fazeres", é um ponto fundamental do debate. A distinção entre *conhecimento* e *saber* não é técnica, mas política. Historicamente, o Ocidente reservou o termo *conhecimento* ao que é produzido dentro da academia ou da racionalidade eurocentrada, relegando aos povos negros e indígenas os campos do "fazer", do "prático", do "não racional".

Essa hierarquização epistêmica é uma forma de racismo, uma forma de apagar a sofisticação técnica, filosófica, agrícola, medicinal e artística dos povos de matriz africana e dos povos originários.

Reconhecer essas epistemologias preservadas e reproduzidas por mestres e mestras, é compreender que cantos e danças não são adornos culturais, mas verdadeiras tecnologias de atualização da memória, capazes de reorganizar afetos, experiências e sentidos de pertencimento. É entender que os rituais constituem conhecimentos de mediação entre mundos, articulando dimensões visíveis e invisíveis da vida, orientando práticas de cuidado e de convivência.

Significa afirmar que as técnicas de manejo ambiental desenvolvidas por comunidades tradicionais são ferramentas de equilíbrio ecossistêmico, formuladas a partir de uma relação ética com a terra, com as águas e com os ciclos naturais. É reconhecer, ainda, que a oralidade é um método de transmissão

intergeracional, capaz de sustentar histórias, ensinamentos e modos de vida ao longo de séculos.

E, finalmente, é assumir que mestras e mestres são intelectuais - produtoras e produtores de pensamento, criadoras e criadores de mundo - e não apenas guardiões de práticas culturais.

Território, preservação e justiça climática

Um dos eixos centrais do seminário foi a relação entre culturas tradicionais e justiça climática. Essa relação não é acessória: ela é estruturante. A experiência brasileira demonstra, de forma contundente, que territórios preservados são, quase sempre, territórios onde práticas culturais ancestrais permanecem vivas.

Podemos citar pesquisa em Salvador (BA), que demonstra que grande parte das áreas preservadas na cidade, que funcionam como um 'respiro' no meio do concreto, coincide com os espaços tradicionais de matriz africana, com seus sistemas de manejo, proteção de nascentes, cuidado com a terra e proteção ambiental.[65]

No Território Kalunga, o uso tradicional do fogo pelas comunidades quilombolas, durante anos tratado como prática irregular, passou a ser reconhecido como tecnologia fundamental de preservação do Cerrado. Estudos e a atuação conjunta entre comunidades e o PrevFogo/IBAMA demonstraram que o manejo ancestral do fogo - domínio transmitido intergeracionalmente, é um método eficaz de prevenção de incêndios devastadores. Brigadistas e pesquisadores tiveram de reaprender com as comunidades quilombolas aquilo que a tradição sempre soube: o fogo, quando manejado com conhecimento, ritmo e responsabilidade, é ferramenta de equilíbrio ecossistêmico, não ameaça. Hoje, operações oficiais reconhecem que a sustentabilidade do Cerrado depende da escuta ativa e do reconhecimento desses conhecimentos ancestrais[66].

Esses casos revelam que não existe preservação ambiental sem preservação cultural, porque são as pessoas - seus corpos-territórios - que sustentam as práticas de cuidado com a terra, com as águas, com as florestas e com os ciclos da

65 O trabalho **"**Territórios Sagrados: o papel dos terreiros na preservação e sustentabilidade da cidade de Salvador (BA)" apresenta análise específica sobre como as áreas verdes dos terreiros de candomblé tombados contribuem para a preservação ambiental e a resiliência urbana em Salvador, usando mapeamento, georreferenciamento e fotointerpretação de imagens aéreas e satélite para demonstrar sua importância ecológica e cultural no contexto urbano.

66 A adoção do Manejo Integrado do Fogo (MIF) no Território Quilombola Kalunga, em parceria com o PrevFogo/IBAMA, reconheceu o uso tradicional do fogo como ferramenta de manejo e prevenção de incêndios no Cerrado, aproximando conhecimentos técnicos e conhecimentos tradicionais.

vida. Onde há continuidade cultural, há continuidade ecológica. Onde comunidades são fortalecidas, os biomas respiram.

Quando comunidades tradicionais são ameaçadas, expulsas, silenciadas ou precarizadas, os biomas também o são. A destruição ambiental, portanto, não é apenas um produto do capitalismo: é também um produto do racismo, que insiste em não reconhecer o valor das tecnologias ancestrais de cuidado, manejo e equilíbrio que sustentam a vida há séculos.

Mestres e mestras: patrimônios vivos que sustentam o país

Em muitos territórios periféricos e tradicionais, mestras e mestres chegam antes do Estado, e, não raramente, são a única instituição efetivamente presente.

São eles que garantem saúde mental e afetiva; oferecem alegria, brincadeira e acolhimento; mediam conflitos e constroem pertencimento. São responsáveis por transmitir conhecimentos que vão da agricultura ao manejo ambiental, da música à oralidade, dos rituais às técnicas de cura, articulando cosmovisões, organização comunitária e modos de viver.

Ao mobilizar redes de solidariedade e apoio mútuo, tornam possível a sobrevivência coletiva em contextos marcados pela precarização e pelo racismo. E, ao preservar ecossistemas, territórios e práticas de proteção ambiental, sustentam o equilíbrio que o Estado frequentemente ignora.

Por isso, afirmar o papel de mestras e mestres é reconhecer que eles não apenas ensinam: eles mantêm vivo o que garante a vida. Não são figuras decorativas ou folclóricas. São intelectuais, lideranças políticas, educadoras e educadores comunitários, com papel estratégico na continuidade da vida.

Entretanto, muitos vivem em condições de extrema precariedade, conciliando trabalho formal com a missão comunitária. E, quando acadêmicos se apropriam de seus conhecimentos, sem retorno, reconhecimento ou remuneração, produzem-se novas camadas de violência epistêmica e material.

Por isso, defender mestras e mestres como patrimônio vivo não é retórica: é política pública. Precisamos reconhecer a urgência das políticas de reconhecimento.

A Lei Mestras e Mestres da Cultura Popular, que ficou estacionada 14 anos no Congresso Nacional, representa uma possibilidade real de reparação e

reconhecimento. Não é perfeita, nenhuma primeira política é. Mas é o início de uma transformação necessária.[67]

Assim como o Estado preserva prédios, monumentos, arquivos e bens materiais considerados patrimônios, precisa garantir condições dignas de vida às pessoas que carregam o patrimônio imaterial e histórico deste país.

A aprovação da lei é uma cunha, uma brecha inicial na estrutura rígida do Estado racista e excludente. Uma vez aberta, essa cunha pode ser ampliada e aprofundada, nos municípios, nos estados, nas comunidades, nas escolas, nas políticas de cultura, educação e meio ambiente.

É também uma política de justiça racial e justiça climática, pois sem mestres e mestras não há transmissão de tecnologias de preservação, de cuidado, de equilíbrio e de continuidade da vida.

Ancestralidade, continuidade e compromisso coletivo

As mestras Doci dos Anjos e Fatinha do Jongo, presentes no seminário, lembraram algo fundamental: o reconhecimento só tem sentido quando não exige que mestres e mestras mudem quem são. Eles são reconhecidos pelo caminho trilhado, pela coerência de suas existências, pelo que oferecem ao mundo.

A cosmovisão iorubá ensina que cada pessoa escolhe, antes de nascer, seu *ìpín*, seu destino, não como imposição de algum ser supremo, mas como compromisso assumido quando volta ao mundo material. Mestres e mestras escolheram a dor e a delícia de sua missão de cuidar, acolher, preservar e transmitir conhecimentos. Cabe ao Estado e à sociedade garantir que essa escolha não se traduza em sofrimento, precariedade ou esquecimento.

Defender a vida dos mestres e mestras é defender o futuro do planeta. Cuidar dos corpos-territórios é cuidar da terra. Proteger conhecimentos ancestrais é proteger biomas, rios, florestas e comunidades. Não avançaremos na justiça climática sem reconhecer quem, há séculos, sustenta a relação ética com a natureza.

Sigamos cravando cunhas, abrindo brechas, fortalecendo redes e reivindicando o direito de existir com dignidade. Porque sabemos que nenhum arquivo é mais

67 PL 1176/2011: projeto de lei que visa **reconhecer, proteger e promover os detentores de conhecimentos tradicionais da cultura popular**, garantindo-lhes apoio financeiro e reconhecimento oficial, com o objetivo de preservar a identidade cultural brasileira e apoiar os fazedores de cultura. O projeto tramitou por 14 anos e foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados (2025), seguindo para o Senado Federal.

profundo que o corpo que resiste; que cada gesto de cuidado, cada canto que se levanta, cada tradição que se renova é um fio que costura o mundo de novo.

Referências Bibliográficas

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SILVA, Ana Paula Mendes. *Etnoconhecimentos, território e preservação ambiental em comunidades tradicionais*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.

CORREIA, Ana Virgínia de Almeida; GUSMÃO, Manuelina Maria Duarte. *Territórios sagrados: o papel dos terreiros na preservação e sustentabilidade da cidade de Salvador (BA)*. In: ENANPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2025. Anais [...]. Disponível em: **https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpur/2025/TRABALHO_CORRECAO_COM_IDENT_EV212_ID1593_TB747_23032025201251.pdf**. Acesso em: 20 fev. 2025.

IBAMA; PREVFOGO. *Manejo Integrado do Fogo: práticas e estratégias de prevenção e combate a incêndios no Cerrado*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2014–2023.

Pessoas Detentoras de Patrimônios Culturais Imateriais: Balanço A Partir de Uma Perspectiva Institucional

Diana Dianovsky[68]

Nessas linhas, traçamos uma breve reflexão sobre como, na política de patrimônio imaterial, as pessoas foram formalmente incluídas a partir da perspectiva da "agência oficial" de patrimônio.[69] O balanço aqui apresentado foi construído com base na minha experiência como servidora pública no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e, dessa forma, é um mirada a partir desse lugar burocrático e administrativo.

Antes é importante lembrar que patrimônio é um conceito do século XIX, e ainda que vá sendo adaptado - e que bom que foi sendo adaptado porque isso permitiu que persistisse no tempo –, ele também tem sua própria tradição, suas raízes e seu passado. Nessas mudanças, há três grandes conceitos para trabalhar com o patrimônio cultural e, aqui, vamos tratar de um quarto também, o de "detentores".

Primeiro, o conceito de patrimônio cultural imaterial que foi uma transformação a partir dos anos de 1970, do conceito de patrimônio histórico que foi se ampliando, ganhando outras faces e incorporando as pessoas. Foi nos anos de 1970, numa discussão no Brasil, que se começou a olhar para a igreja tombada e a pensar: mas é a festa da padroeira que acontece na praça em frente àquela igreja, e as pessoas, e as lavadeiras de Triunfo?[70] Assim, foi iniciada uma refle-

68 Antropóloga e servidora pública desde 2010. Atualmente é coordenadora-geral de Identificação e Registro do Departamento de Patrimônio Imaterial no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). É doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), quando realizou estágio sanduíche no *Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias da Universidad Nacional Autónoma de México* (CRIM/UNAM). Possui mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialização em Políticas Sociais e em Gestão de Políticas Públicas para Proteção e Desenvolvimento Social, ambas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e bacharelado em Ciências Sociais também pela UERJ.

69 Esse texto é uma versão pontualmente revisada da transcrição da fala realizada durante o painel "As Pessoas como Patrimônio" durante o *Seminário Internacional Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática: Diálogos Globais e Conhecimentos Locais*, realizado entre os dias 17 e 20 de setembro de 2025.

70 Referência ao trabalho de Aloísio Magalhães, presidente do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), e posteriormente presidente do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que, no fim da década de 1970 e início de 1980, liderou a transformação no conceito de patrimônio cultural. Cf. MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?* A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de. Janeiro. Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1985.

xão e uma ação sobre esse patrimônio que é vivido no cotidiano. A partir dessa perspectiva o patrimônio imaterial foi tomando corpo em diálogo com uma tradição do patrimônio material. Até que nos anos de 1980, passa a figurar na Constituição Federal de 1988 como parte do patrimônio cultural brasileiro, que é constituído pela sua esfera material e imaterial, contemplando os modos de fazer e viver, os saberes tradicionais, as celebrações.[71]

Depois, nos anos de 1990, foi pensada e, a partir dos anos de 2000, foi estruturada a política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial que conhecemos hoje.[72] Essa transformação do conceito de patrimônio foi feita construindo um outro conceito: o de salvaguarda, sinônimo de preservação, é o conceito que comunica, no campo do imaterial, o conjunto de ações de difusão e promoção realizadas visando à sustentabilidade do bem cultural. Em outras palavras, os esforços realizados para que aquele patrimônio perdure no tempo.

Também é importante destacar um terceiro conceito: o de referência cultural. Essa é uma ideia construída no contexto brasileiro. O que é, afinal, a referência cultural? É o olhar.[73] É o olhar que é dado a uma manifestação, é o ponto de vista a partir do qual se está valorando determinada manifestação cultural. É possível olhar, por exemplo, para um congado a partir do ponto de vista acadêmico de um antropólogo com suas teorias; ou olhar para aquele congado a partir do ponto de vista do congadeiro e da congadeira ou do mestre e da mestra do saber, a partir dessa visão de mundo; ou olhar a partir do ponto de vista do Estado no diálogo com todos essas perspectivas. Isso é a referência cultural. Determinada manifestação é referencial para quem? Quem está valorando aquela manifestação? Quem olha, confere sentido e vê que aquilo é importante e deve ser passado para as futuras gerações? Então, quando começamos a falar sobre referência cultural no campo do patrimônio imaterial, estamos falando a respeito de quem confere sentido, quem produz aquele bem cultural e faz aquilo ganhar vida, ganhar alma.

O campo do patrimônio cultural possui seus processos. Esses também estão vinculados ao seu tempo no mundo e à constituição do campo dessa política

71 Cf. BRASIL. *Constituição (1988).* Seção II, Artigo 216, caput, incisos, parágrafos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: **https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm**. Acesso em: 30 nov. 2025.

72 Cf. IPHAN. *Patrimônio Imaterial*: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. Ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Disponível em: **https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/9fc9b0a7-9881-4ae4-8bca-593a8439f9a5/full**. Acesso em: 30 nov. 2025.

73 FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. Ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Disponível em: **https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/9fc9b0a7-9881-4ae4-8bca-593a8439f9a5/full**. Acesso em: 30 nov. 2025.

pública. São três processos.[74] O primeiro é o de pesquisa e documentação, que chamamos de identificação, e são feitos por meio dos inventários. Os famosos inventários do patrimônio que existem desde o século XIX. É a forma como as agências patrimoniais de diversas partes do mundo organizam o conhecimento sobre os patrimônios a serem preservados. Então, para pensar a salvaguarda, para pensar a preservação de um patrimônio, a base é o conjunto de informações construídas sobre o bem cultural e sobre o seu valor. O que é aquele patrimônio? Onde ele está? Quem são as pessoas que dão sentido para ele? Como ele é constituído? Ou então, no caso de um patrimônio imaterial, de uma festa, por exemplo, em qual data aquela festa ocorre. A data da festa está dentro de um calendário de preparação e, provavelmente, essa festa leva meses para acontecer ou, o ano inteiro. Então, isso tudo é organizado nos inventários. Esse é o primeiro processo de trabalho de todos do campo do patrimônio.

O segundo é o reconhecimento, que consiste na declaração formal de que aquilo é patrimônio para as pessoas que o praticam. E não só para as pessoas que o praticam, é o reconhecimento oficial do Estado de que aquilo é patrimônio para a nação, para o município ou para o estado. Então, é um acordo coletivo entre as diversas instâncias e esferas num país federativo. É preciso articular municípios e estados, assim como a sociedade civil, na salvaguarda daquele bem. É um pacto de que vamos agir em conjunto. Essa forma de pensar e trabalhar a salvaguarda e a preservação do patrimônio já consta na Constituição Federal de 1988.

O terceiro processo são as ações de apoio e fomento. No campo do patrimônio material, são as ações de preservação, conservação e restauração. No patrimônio imaterial, são ações de difusão, promoção e fomento, de articulação interinstitucional, entre outras.

Então, existem os três conceitos e os três processos que abordei: identificação, reconhecimento e as ações de promoção.

Há ainda alguns princípios que organizam a política de Patrimônio imaterial. No Brasil, essa política é guiada pelo princípio da gestão participativa, no qual as pessoas estão no centro dessas ações em todos os processos mencionados. Então, quando iniciamos um inventário, é obrigatório que parte ou a totalidade da equipe de pesquisa seja composta pelas pessoas que fazem aquele bem cultural. Um pedido de registro de um bem cultural imaterial como Patrimônio

74 Para maiores informações sobre os princípios, processos e instrumentos de trabalho com o patrimônio cultural imaterial pelo Iphan, Cf. IPHAN. Portaria nº 200, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial–PNPI. Disponível em: **https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/legislacoes-e-documentos-de-referencia**. Acesso em: 30 nov. 2025.

Cultural do Brasil tem que ter anuência das pessoas que fazem aquele bem e a participação direta delas. Do mesmo modo, quando se realiza ações de promoção ou se constrói um plano de salvaguarda para o bem cultural registrado, as pessoas constroem junto com o Iphan essas ações.

Além dessa gestão participativa, é necessário ainda a articulação intersetorial porque boa parte das demandas para esses patrimônios perdurarem no tempo estão para além do escopo da competência do Iphan e necessitam de políticas intersetoriais com a educação, com a saúde, entre outras, e articulação com estados, municípios a fim de buscar a sustentabilidade cultural.

No centro de tudo isso está o que chamamos de "detentores", que é um conceito por vezes criticado. É importante ter em vista que é um conceito criado no conjunto das ações para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e disseminado em diversos países por meio da implementação da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco de 2003. No Brasil, chamamos de detentor ou também, menos comum, de portador. Na América Latina, se chama de "*portador*". Na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco de 2003, se chama de "*bearer*". Em outras políticas culturais, como a de culturas populares, preferem guardião, ou mestres. Às vezes aparece também como autor ou ainda como fazedor de cultura. Tem muitos termos. No Brasil, no campo do patrimônio imaterial, consolidamos a palavra detentor para denominar a pessoa que tem aquele conhecimento específico.[75] Uma pessoa que possui um conhecimento específico, mas que também o transmite.

Com a palavra "detentor" se busca expressar que essa pessoa é mais que um beneficiário ou "público-alvo", que são os termos que se usa em políticas públicas como na política de desenvolvimento social. No campo do patrimônio, entende-se que essa pessoa é a detentora daquele bem cultural e, sem ela, a salvaguarda do patrimônio não existe, aquela prática cultural não existe. O termo "detentor" é uma forma de colocar essas pessoas como protagonistas e legítimas interlocutoras de todos os processos. É um reconhecimento de um status específico que a pessoa possui.

75 "Detentores - denominação dada às comunidades, grupos, segmentos e coletividades que possuem relação direta com a dinâmica da produção, reprodução de determinado bem cultural imaterial e/ou seus bens culturais associados, e para os quais o bem possui valor referencial, é parte constituinte da sua memória e identidade. Os detentores possuem conhecimentos específicos sobre esses bens culturais e são os principais responsáveis pela sua transmissão para as futuras gerações e continuidade da prática ao longo do tempo." Cf. IPHAN. Portaria nº 200, de 18 de maio de 2016. Art. 2º, inciso VI. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial–PNPI. Disponível em: **https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/legislacoes-e-documentos-de-referencia**. Acesso em: 30 nov. 2025.

Gostaria ainda de observar que na implementação das políticas de patrimônio cultural imaterial no Brasil, assim como na Convenção de 2003 da Unesco, o foco da atuação institucional é o bem cultural: as práticas, as celebrações, os saberes. Contudo, como já destaquei, isso não significa que as pessoas não estejam ali imbricadas e valorizadas.

Vemos a presença das pessoas, na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de forma mais óbvia nos reconhecimentos coletivos de ofícios. Temos reconhecidos cinco bens com essa característica de "ofício": o *Ofício de Mestres e Mestras de Capoeira*, o *Ofício de Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil*, que foi o último a ser reconhecido, o *Ofício de Paneleiras de Goiabeiras*, o *Ofício de Baianas de Acarajé*, o *Ofício de Sineiros*.[76] E existem outros registros em andamento com processos sendo instruídos, como o *Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado* e o *Ofício de Tacacazeira*. Isso não significa que nos demais bens culturais registrados não ocorra a valorização e o reconhecimento da importância dos detentores, dos mestres e das mestras, mas nos registros de ofício essa centralidade é evidente.

Uma outra forma de destacar as pessoas nas ações de produção e reprodução dos bens culturais está presente no novo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Esse é o nosso principal instrumento de inventário no campo do patrimônio imaterial e, por anos, ouvimos a crítica de que ele não tinha um formulário para descrição e identificação de detentores, de grupos ou de comunidades. E as pessoas queriam se identificar ali. A nova versão do INRC,[77] que está agora na sua etapa de teste, tem formulários específicos e desenhados para identificar detentores, grupos e comunidades. Isso permite também atender a uma outra grande demanda feita ao Iphan por muitos anos, que era a necessidade de construir e difundir os mapeamentos de detentores. Foram feitos diversos desses mapeamentos anteriormente, alguns foram transformados em livros que contavam as histórias dos mestres e mestras. Nossa intenção é tratar os dados e informações dos inventários legados, dos antigos inventários, para disponibilizar esse acervo online, além de incentivar a produção de novos inventários.

Outra maneira evidente de valorização das pessoas, são as ações de oficinas de transmissão de saber em que se incentiva a transmissão intergeracional

76 Para conhecer os bens culturais imateriais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, assim como ter acesso a toda documentação desses processos, e a relação das ações de promoção e sustentabilidade já realizadas, acessar a plataforma *Bem Brasileiro*. Disponível em: **https://bcr.iphan.gov.br**. Acesso em: 30 nov. 2025.

77 Cf. IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Disponível em: **https://inrc.iphan.gov.br**. Acesso em: 30 nov. 2025

desses conhecimentos e que são ministradas por detentoras e detentores a novos aprendizes.

Outro modo com que o Iphan atua de maneira direta na valorização das pessoas são os editais de premiação. Já foram realizados alguns editais de premiação de mestres e mestras, sendo os maiores o do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste e o Viva Meu Mestre, da capoeira. Destacando, assim, a importância e a centralidade para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial que mestres e mestras tenham sejam valorizados e consigam assim continuar realizando a transmissão de saber, fazendo o seu bem cultural e mantendo essas tradições vivas.

Com isso, buscamos apontar como, nos principais conceitos e nos processos de trabalho para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, as pessoas detentoras desses patrimônios são valorizadas.

Por fim, passados vinte e cinto anos da promulgação do Decreto nº 3.551, de 2000, o contexto social, histórico e político de implementação dessa política pública apresenta outros desafios e a possibilidade de construção de novos caminhos. Frente à crescente expansão dos registros e aos limites orçamentários, impõe-se a necessidade de construção de uma rede de articulação interinstitucional e pactuação federativa a fim de encontrar maiores possibilidades de financiamento estatal e ampliação da capacidade de execução por meio da estruturação do subsistema de patrimônio junto ao Sistema Nacional de Cultura.

Referências

BRASIL. *Constituição (1988).* Seção II, Artigo 216, caput, incisos, parágrafos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: **https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm**. Acesso em: 30 nov. 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. Ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Disponível em: **https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/9fc9b0a7-9881-4ae4-8bca-593a8439f9a5/full**. Acesso em: 30 nov. 2025.

IPHAN. *Bem Brasileiro*. Disponível em: **https://bcr.iphan.gov.br**. Acesso em: 30 nov. 2025.

Inventário Nacional de Referências Culturais. Disponível em: **https://inrc.iphan.gov.br**. Acesso em: 30 nov. 2025

Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. Ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Disponível em: **https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/9fc9b0a7-9881-4ae4-8bca-593a8439f9a5/full**

Portaria nº 200, de 18 de maio de 2016. Art. 2º, inciso VI. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial–PNPI. Disponível em: **https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/legislacoes-e-documentos-de-referencia**. Acesso em: 30 nov. 2025.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?* A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de. Janeiro. Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1985.

A quem está endereçado o reconhecimento?

Adiel Luna[78]

"...eu pra cantar
trouxe o privilégio
a minha rima eu levo
não deixo pra cantador..."
Mestre Rui Pereira

"...eu vi um nevoeiro
pensando que era chuva
era dois cachos de uva
caindo no terreiro..."

A quem está endereçado o reconhecimento? Mas antes desta, existem outras tantas questões que precisam ser respondidas, ou ao menos vir à baila. Então, me empenharei aqui nesse sentido, e talvez - mais do que tentar responder algumas dessas questões "delicadas", a minha grande "ousadia" seja a de fazê-lo sem grandes citações a pensadores "universais". Esclareço, entretanto, que não trago aqui respostas definitivas, e nem reflexões estritamente autorais. Reflito e formulo a partir da experiência junto à minha comunidade e aos pensadores da minha gente. Velhos, adultos e crianças capazes de tirar da natureza entendimentos que viram orientações de como viver e deixar viver. E sem me distrair do fato de que estou escrevendo para um público letrado, também não me acabrunharei de tentar trazê-los para o meu mundo através dos seus próprios símbolos de letramento.

Longe, mas bem longe mesmo, de um pensamento hegemônico, diversas esferas oficiais e oficiosas, já reconhecem a potência que há na "cultura do povo", vendo-a inclusive como força motriz para uma transformação real da nossa sociedade. Nestes esforços de situar a cultura no debate central do país, houve grandes avanços com políticas e ferramentas estabelecidas para o nobre propósito. Mas será que o "povo" abraçou a ideia? O presente texto traz estas e outras questões ao debate. Reflitamos coletivamente.

78 Cantador de viola, coquista, forrozeiro, aboiador, cordelista, ator, mestre de maracatu, mamulengueiro, formador e brincante de cultura popular, residente da região da Mata Norte pernambucana.

Falo sobre cultura de tradição não como mero conceito abstrato ou passadista, mas como força viva, pulsante, que molda a forma de existir de um povo. Sendo uma espécie de alma mantida - algo que vem sendo tecido de geração em geração, a partir das experiências, necessidades e invenções de uma comunidade - a cultura de tradição é uma inteligência coletiva, que vai se sedimentando com o tempo, criando formas, gestos e saberes que não nascem para atender ao externo, e sim a quem os vive, no ritmo próprio de quem os vive.

Neste conceito, a tradição também é o fio que transmite seus - saberes dos mais velhos aos mais novos - ininterruptamente. Um fio que não guarda apenas a estética de uma manifestação artística, mas norteia toda uma forma de existência. Um código de conduta com visões, afetos, espiritualidades e maneiras de se estar em harmonia com a natureza. Transversal, a cultura de tradição não se fecha em uma única disciplina, não se enquadra em apenas uma linguagem. Habita o canto, o toque, a reza, a brincadeira, o silêncio. Existe e resiste independente das homenagens, das políticas, das modas e dos mercados. E é somente por essa convicção que se mantém viva. A cultura de tradição é uma forma de inteligência vital, nascida da necessidade real “do existir”, e não “do agradar”.

Desta forma, começo a distinguir aqui a cultura de tradição daquilo que se convencionou chamar de cultura popular. A cultura popular é tudo aquilo que a tradição pode gerar, e que pode ser transformado em produto. Aquilo que pode ser visto, tocado, comercializado, exposto. O quadro, a cerâmica, a gola do galante - manifestações que, quando arrancadas de seu contexto tradicional, tornam-se apenas uma espetacularização do que seria a expressão artística da alma do povo. Esses fragmentos são valiosos, mas não estão neles a manifestação visível da alma do povo. São tão somente a superfície de águas muito mais profundas.

O selo de autenticidade
“...se o senhor disser errado
leva vaia das baianas...”

Mestre Leôncio Bernardo

E se há um ponto essencial que facilite esta distinção é justamente a alma. Pois é ela quem guarda em si elementos inimitáveis. O sujeito pode estudar, pesquisar, mimetizar os gestos, vestir as roupas, enfeitar-se com as fitas, e rodopiar nas danças, enfim, passear por todos os elementos palpáveis destas práticas

culturais. Mas há algo que não se ensina, nem se aprende, tampouco se permite copiar. Algo com que se nasce - ou não.

Este selo de autenticidade é o resultado parcial das ancestralidades que caminharam através dos tempos e das existências de um povo. Intransferível e incopiável, é também incompleto, por estar em constante construção.

É a força que habita o ventre do tambor, vibra no bojo da viola, antecede o grito do toadeiro e dança na poeira que sobe da roda. Sua presença não passa despercebida, e, independente de saberem ou não como nomeá-la, lá está ela!

Sem depender do olhar externo, existe porque é o modo como a vida do povo grita: “Estamos aqui!”. Essa é a alma. É a cultura de tradição. E é dela que tudo o mais floresce.

A narrativa do olhar folclórico

Quando as expressões orais da tradição passaram a ser registradas de forma escrita pelos folcloristas, passou também a existir um processo de censura e monitoramento. O que era espontâneo e coletivo agora necessitava de uma assinatura, de uma ‘autoria’ que pudesse ser responsabilizada. O texto escrito exige uma pessoa identificável por trás das palavras, e isso abre espaço não somente para deformações, mas também para o controle e o silenciamento da verve popular.

Os folcloristas, nesse momento, assumem uma tarefa determinante ao lançarem seus olhares calçados em réguas morais, religiosas e sociais, que orientam a classe média em sua função de proteger a classe dominante de uma classe dominada que canta, toca e dança - elementos facilmente associados a um estado de alegria e satisfação, e, portanto, de liberdade - e que, não à toa, isso será encarado como subversivo.

A cultura de tradição, mais do que um conjunto de costumes preservados, é uma consciência viva e inquieta, que questiona, confronta e perturba. Ela traduz uma alma complexa - nada simplista - que carrega as alegrias, as contradições, as dores e as grandezas do povo, questiona o que não faz sentido, e aquilo que foi sendo naturalizado por uma lógica dominante e injusta. É por isso que ela incomoda - e, por isso, precisa ser constantemente “envernizada”, a bem da convivência e do seu consumo.

Mesmo nos pontos vulneráveis, onde a classe dominante não pode ser importunada, a repressão policial e os estigmas preconizados pela mídia impressa e

pela literatura folclorista desempenharam um papel essencial na construção de uma narrativa que dá origem ao que hoje se chama de “cultura popular” e que, em verdade, nada mais é do que uma abstração domesticada daquilo que seria, de fato, a expressão artística da cultura de tradição. Gestos indissociáveis de uma forma de viver profundamente poética, existencial e crítica, passam, então, a ser tratados como “arte”, pagando, por isso, o alto preço de serem vistos como simplórios, ingênuos e quase sempre associados à precariedade e à ignorância de uma forma de vida “menos evoluída”.

Este olhar preconceituoso e repressivo molda e distorce as expressões da cultura de tradição para produzir o que se apresentaria como valorização da mais “autêntica arte popular”. Porém, o que se vê nesse contexto de “pseudovalorização” é, antes, um modelo de enquadramento que, após esterilizar as expressões da arte da tradição, coloca o povo como intelectualmente passivo, autor de uma arte esvaziada de força, reduzida ao plano estético, transformando suas criações em meros produtos voltados ao consumo medíocre e acessórios a uma política repressiva.

Exemplo disso é que, quando se olha para uma apresentação de cavalo-marinho no palco de alguma instituição cultural ou programação de um festival, a influência do olhar folclorizado sob o senso comum, permite enxergar apenas fitas, cores, jocosidade das loas e pisadas. Isso porque o que chega ao público já vem previamente filtrado: censurado, desprovido da picardia, do erotismo, do questionamento genuíno, da violência e da denúncia social que marcam as tradições vivas, mas que não podem subir aos palcos. Na alma do povo, o profano, o sagrado e o social dançam no mesmo baque, tratando os códigos da vida e do mistério com a mesma naturalidade - e isso é perigoso demais para virar um produto. Ainda assim, o mercado não abre mão: cria, para o seu uso desta forma de arte, outras dimensões simbólicas que compactuam com a manutenção do modelo socioeconômico estabelecido, concebendo um novo e mais palatável produto para suas prateleiras.

Produto e apagamento

Quando a lógica do mercado, sobre essa cultura de tradição, opera esvaziando seus elementos essenciais - os que confrontam a ordem, os que revelam a força e a profundidade simbólica do povo - e mantém apenas o que é palatável, decorativo, vendável, nasce “a cultura popular” enquanto produto. Neste processo, o valor é primeiro transferido do sujeito que cria, para o objeto que se consome e,

posteriormente, é reconhecido na atuação de sujeitos da classe média, que se apropriam dos seus elementos mais plásticos e estéticos, e por fim, transferido junto com a autoridade intelectual sobre a matéria a estes mesmos sujeitos. Ao menor indício de retomada desse valor e reconhecimento para quem é fazedor da cultura de tradição, todo o sistema reage.

Em uma estrutura onde o povo faz, a classe média se apropria, a academia discute e as instituições salvam, reconhecer o mérito, a legitimidade e a autonomia como vocações desse povo criador e protagonista ameaça diretamente o equilíbrio do modelo que está posto - essa construção deformada tanto altera a percepção de quem consome, quanto o comportamento de quem produz.

O povo, subalternizado, sofre uma espécie de "alfabetização" em um novo léxico, que atenda as expectativas externas. Termos como 'mestre', 'cultura popular', 'folclore', 'show' passam a integrar o discurso oral do fazedor, de modo que é fácil constatar que muitos mestres e mestras de tradição já aprenderam a agir adaptando suas formas de expressar-se - não só por submissão, mas como tática –, para garantir ganhos e respeito, ainda que de um lugar muito frágil. Essas novas práticas acabam por fazer parte de uma estratégia de sobrevivência diante de um mundo que insiste em negar sua humanidade, inteligência e valor. Isso porque, à vontade, eles são vistos como perigosos e subversivos, somente por suas existências expressarem aquilo que há de mais verdadeiro e, portanto, mais 'ameaçador' na alma do povo.

No fim, sombriamente, parece-me que o fazedor, mesmo inserido na lógica da cultura popular, é mais interessante quando morto. Explico: ao passo em que, vivos, suas existências são uma denúncia, quando mortos, mestres e mestras tornam-se símbolos institucionais, objetos valiosos de estudo, escada para artistas mimetizadores que fazem uso de sua imagem e de sua obra para se legitimar - em uma espécie de "espremida final" ou "último gole" para que, novamente, sejam dedicados a outros, o valor e a dignidade que sempre lhes foram negados.

Trata-se de uma espécie de enredo singelamente macabro, que se cumpre no derradeiro ato, a morte, quando aqueles saberes imateriais abandonam a cansada matéria e retornam para o campo etéreo. Depositando o que não se transfere - a alma da tradição viva do nosso povo - desse patrimônio simbólico, em um tipo de camada subjetiva da qual ninguém é dono. E, se não tem dono, ninguém precisa ser reconhecido por isso. A classe média sabe que também não pertence a ela, mas a narrativa pertence.

Uma lógica de apagamento tão cruel que ignora, por exemplo, que a existência do artista da tradição - cantador, bonequeiro, bordador, ceramista - carrega, em si, um processo de criação tão complexo quanto o de qualquer artista - mesmo os considerados eruditos, clássicos e contemporâneos - e que isso, é sim, um patrimônio, e que, sim, tem dono.

Quem é reconhecido?

"...pode pisar
que a pisada é nobre
o que eu canto para o pobre
os ricos querem pegar
na varanda eu vou
vou vadiar..."

Mestre Rui Pereira

O olhar externo folclórico - do mercado, da política cultural e das classes dominantes - afetado pela narrativa, começou a valorizar o que é tangível dentro das manifestações da cultura de tradição, aquilo que se pode levar para casa, pendurar na parede, animar um receptivo de aeroporto, reduzindo o valor da arte da tradição ao que é 'típico'", 'exótico', 'singelo' e 'funcional'.

Por isso, dentro da realidade mercadológica, essa arte popular dificilmente ascende a um nível aceitável de reconhecimento, sendo tratada, quase sempre, como uma 'subarte', uma curiosidade pitoresca, um souvenir da 'cultura'.

O que se dá de forma diferente quando sujeitos externos à camada popular empreendem campanhas, negócios, pesquisas e produtos 'inspirados' na cultura popular, quando tais iniciativas são aceitas com menos reservas e mais valorização, chegando a ser vistas com entusiasmo pela classe média, que adora se reconhecer nelas.

Servindo-se de...

Assim, a tradição é como uma grande árvore de tronco espesso, raízes profundas e galhos fortes, que sustenta toda uma copa de influências para criações que surgem depois - inclusive 'inspirando' a arte consumida pelas classes dominantes.

É interessante observar que, enquanto as artes mais aceitas como tal carecem de praticamente uma tese para se justificar, a arte, que é fruto genuíno de uma existência dentro da tradição, é um gesto poético que desvela uma forma de

existir profundamente conectada à natureza e a espiritualidade, sem que seja necessária uma palavra sequer em seu favor (nem mesmo as que, por ora, ofereço). A diferença mais básica é que o artista que traz consigo o fio da tradição, conserva em sua forma de estar no mundo a fagulha seminal da inteligência coletiva do seu povo.

Estas dimensões simbólicas da cultura de tradição estão sempre “servindo a”. Quase nunca “servem-se de”. Servem, por exemplo, para consolidar um projeto político? Servem. E devem servir. Para formar e titular agentes das academias? Servem bem.

Servem para que toda uma cadeia produtiva e de gestores institucionais tenham trabalho, produzindo, escrevendo, formulando, executando? Vêm servindo e, para isso, é importante que sirvam. Serviram e servem fartamente ao mercado publicitário, ao marketing, à televisão e às redes sociais? A estes também estamos cansados de servir. Usam-nos e aos nossos símbolos, de modo reiterado, em programas, outdoors, livros, filmes, novelas, estampas, enredos, propaganda, artes plásticas. Pois bem - sempre “servindo a”.

Convertidos em uma espécie de jazida, que guarda recursos estéticos e contemplativos inesgotáveis, os saberes tradicionais são frequentemente explorados e, quando dissociados do protagonismo do povo e apresentados por iniciativas externas, adquirem valores e importâncias, nunca assumidos antes. De fora, no assento manco que lhe foi reservado, o fazedor assiste, perplexo, ao acontecimento, enquanto reflete: ‘Como é possível?’; ‘Será que eu também consigo?’; ‘Devo me manifestar e ser malvisto ou calar e esperar que me absorvam nesse esquema tão vantajoso?’.

Já ficou claro o quanto geramos, não somente de beleza, mas de capitais como riqueza, status e legitimidade para esses e outros setores. O irônico é pensar que, enquanto ‘servem-se’ fartamente das nossas importâncias ‘imateriais’, fazendo disso sustento e, em alguns casos, uma forma de enriquecer, a narrativa permite que nos coloquem no lugar dos ‘necessitados’, aqueles que precisam ser acudidos em mais um avilte da alma autêntica, complexa, contraditória e rica do povo brasileiro.

Quem reconhece?

O uso de algumas expressões das que me vali nesse texto - correndo certos riscos pode ser perigoso, apor terem sentidos completamente antagônicos, a depender de quem as ‘usa. O termo ‘dimensão simbólica’ é um ótimo exemplo:

quando ‘dimensão simbólica’ é utilizado por um fazedor para expressar o que de intangível habita em seu fazer artístico, amparado na tradição, o ouvinte externo à tradição costuma ficar confuso ou mesmo incrédulo. Entretanto, o termo ‘dimensão simbólica’ pode ser proferido pelo mesmo sujeito externo e com o mesmo significado, referindo-se àquilo pelo qual ele não está disposto a pagar. Assim, na semântica do sujeito externo, ‘dimensão simbólica’ ganha a conotação de “algo que não tem preço e nem dono”.

Notamos então, que o sujeito compreende, mas não reconhece sua compreensão. Em geral, quando se trata de setores ligados à lógica do mercado, este reconhecimento se tornará quase impossível. Já olhando para as políticas de reconhecimento cultural, observamos que o processo de patrimonialização de algo é sempre atravessado por discussões, dúvidas, disputas, afetos, interesses políticos e questionamentos quanto à necessidade do reconhecimento, o que se quer preservar, quem tem o direito de decidir o que é ou não patrimônio. Ainda assim, quando se junta um bom dossiê a algumas justificativas bem amarradas e, às vezes, a um ou outro “cabo eleitoral” (com e sem aspas), as coisas se resolvem: o pedido é acolhido e algo passa a ser, oficialmente, um patrimônio.

Sou um entusiasta da política de patrimonialização como ferramenta necessária, que contribui para a preservação das nossas culturas. Entretanto, em se tratando da patrimonialização imaterial e humana, por algumas inconformidades, a política acaba por manter mais frágeis cenários que, historicamente já são fragilizados. E tudo isso por conta da própria ‘dimensão simbólica’” da ferramenta de reconhecimento. A meu ver, ela também movimenta a semântica da palavra ‘imaterial’ de forma a confundir o ‘detentor’ - outra palavra que corrobora para a distorção do papel das existências dentro do contexto dos saberes populares de quem, em alguns casos, é tratado por ‘mestre’. ‘Mestre’, se torna assim, uma expressão que parece também mudar seu sentido todas as vezes que alguém a pronuncia e acaba por se entender neste recorte, como “aquele que trabalha de graça” ou mesmo “quem guarda algo que não é seu para entregar a alguém que também não será dono”, muito embora iniciativas externas à tradição seguem e seguirão lucrando de forma material com toda essa conversa de ‘imaterialidade’.

É triste perceber o lugar destinado aos fazedores da arte de tradição. É igualmente triste a percepção do que se espera desses fazedores. Quem, durante toda a vida, jamais se permitiu à distração, caminhando dignamente com o que lhe foi passado, produzindo e acrescentando conhecimentos à inteligência

tradicional e, repassando este acúmulo para as novas gerações merece, por direito, gozar do prestígio social, do bem-estar econômico e do respeito intelectual daquilo que produz.

Dificilmente ecos dessa política de patrimonialização é encontrado em outras esferas (municipais, estaduais e mesmo federais) - como algo que nos leve a crer que esse 'reconhecimento' é efetivado de fato e de direito pelo poder público, de modo a permitir o acesso a outras políticas como é propalado e esperado. Pesarosos, constatamos que inexiste, por parte de outras instâncias, o respeito ao título.

A ferramenta também tende a exigir dos detentores um nível de organização, articulação e estratégia poucas vezes encontrado até mesmo em instituições e órgãos públicos de cultura. Vêm o processo, a pesquisa, o inventário, a cerimônia, o certificado e para por aí, ficando somente uma espécie de brinquedo que, na ausência de pilhas, seria necessário aprender a brincar com ele de outra forma. Mas qual? Alguém consegue? Sim. Alguém que tenha acessos, domínios das ferramentas e que fale os idiomas praticados nas instituições, o que revela que s políticas não se deixam acessar pelo povo sem que haja um atravessador que os aproxime desses acessos.

A materialidade do imaterial

Quanto à política de patrimonialização das pessoas, existem, sim, iniciativas de reconhecimento em alguns poucos estados que chegam a titular pessoas, como é o caso do "Patrimônio Vivo", em Pernambuco e o "Tesouro Vivo", no Ceará. Um reconhecimento acanhado e tardio, quando a maioria desses fazedores já estão numa idade muito avançada, muitos já doentes ou debilitados. O que chega é título e um subsídio de valor ínfimo, por mais dois, três, cinco anos de vida, no máximo.

Imaginemos uma pessoa que dedicou a vida inteira à cultura, à tradição, que viveu nisso, disso e por isso, que concebeu e carregou consigo saberes e ofícios que formam parte da nossa identidade mais profunda. Se o reconhecimento institucional chegasse antes, se o poder público tivesse se aproximado dessa vida a tempo, talvez essa pessoa tivesse vivido com mais bem-estar, conforto e saúde. Ou não? Possivelmente, ela teria repassado mais e da melhor forma os seus saberes. Ou não? No final de sua vida - vida, esta, vivida dignamente - se sentiria mais feliz em seu propósito. Ou não?

Observar esses benefícios sendo endereçados a sujeitos externos ao seu fazer é um sofrimento latente na existência dos fazedores.

É Preciso pisar o mesmo chão.

Aqui reside um ponto delicado, no qual as políticas de patrimonialização precisam agir de forma a se aproximarem urgentemente da realidade do povo, atuando para que seja desmontada a narrativa que retira os valores materiais e imateriais da pessoa humana, corpo, dono e mantenedor da expressão viva do bem imaterial.

Um patrimônio imaterial só existe na materialidade das pessoas que o carregam. Ou o mamulengo, a ciranda, o cordel moram em outro lugar que não nessas existências? A quem mais vem servindo todos estes esforços para o reconhecimento dos bens materiais e imateriais? Não seriam córregos rumando para as mesmas águas? Águas estas que continuam a passar longe dos roçados que nutrem e fortalecem a riqueza diversa e profunda da nossa cultura?

São os fazedores da cultura de tradição, subalternizados em todas as suas camadas existenciais pelo modelo socioeconômico em que vivemos, os verdadeiros patrimônios humanos deste país. Esta reparação precisa ocorrer com urgência. De outra forma, estaremos somente compactuando com a manutenção de um mecanismo do mal.

Vai beber da minha água quem passou sede comigo.

Reconhecer, de fato, não é apenas conceder títulos, medalhas ou dossiês; é restituir dignidade, voz e centralidade àqueles que sustentam, com o próprio corpo e com sua existência, a alma cultural deste país. É entender que o saber do povo não é um ‘recurso’ a ser explorado, mas uma inteligência ancestral em permanente criação, que nos ensina a viver em harmonia com os nossos e, com o mundo.

Enquanto o reconhecimento continuar endereçado às instituições, aos intermediários e às camadas que se alimentam do brilho da tradição sem carregar seu peso, estaremos apenas perpetuando o mesmo modelo de desigualdade simbólica e material que nos fragmenta há séculos.

Já é tempo de inverter o fluxo: que o reconhecimento encontre o caminho de volta para o chão de onde brotou –que volte às mãos calejadas que edificam, material e imaterialmente, às vozes que ecoam dos rincões desvelando

naturezas, aos olhos que enxergam o sagrado no simples e à memória viva que faz desse país o que é, não o que querem que seja.

Porque é ali - na poeira - que a cultura de tradição continua afirmando o essencial: sem o povo, não há patrimônio e, sem o corpo vivo da tradição, não há orgulho no sentimento de nação.

Cartas apresentadas ao final do Seminário

1. Carta do Mestre José Ronaldo de Menezes, conhecido como Mestre Zé Rolinha, da cidade Laranjeira, em Sergipe, sobre as dificuldades para realizar a festa Lambe-Sujo e Caboclinhos.
   Disponível em: **https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/seminario-internacional-reune-mais-de-220-mestras-e-mestres-das-culturas-tradicionais-e-populares/CartaEmrespeitoaMestreZRolinha.pdf**
2. Carta Por Uma Política de Arte e Cultura Popular do Campo.
   Disponível em: **https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/seminario-internacional-reune-mais-de-220-mestras-e-mestres-das-culturas-tradicionais-e-populares/PorumaPolticadeArteeCulturaPopulardoCampo.pdf**
3. Carta da Rede das Culturas Populares e Tradicionais.
   Disponível em **https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/seminario-internacional-reune-mais-de-220-mestras-e-mestres-das-culturas-tradicionais-e-populares/CartadaRededasCulturasPopulareseTradicionais.pdf**
4. Carta do Seminário Internacional de Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática para a COP 30.
   Disponível em: **https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/seminario-internacional-reune-mais-de-220-mestras-e-mestres-das-culturas-tradicionais-e-populares/CARTA_SEMINARIO_INTERNACIONAL_COP_30_Final.pdf**

A crise climática, longe de ser apenas um desafio técnico, é o reflexo de um desrespeito sistêmico aos ecossistemas e às cosmologias dos povos originários e tradicionais, sob a égide de um modelo econômico voltado ao lucro. Este livro, fruto do Seminário Internacional "Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática: Diálogos Globais, Conhecimentos Locais", propõe uma mudança de rota: a valorização desses saberes ancestrais como pilares fundamentais na defesa do planeta.

Ao problematizar a dicotomia "ter" versus "ser", a obra convida a um aprofundamento da justiça climática que não se dissocia das lutas sociais, do enfrentamento ao racismo ambiental e institucional e da superação das desigualdades históricas. Mais do que um registro de debates, este livro é um manifesto pela co-governança, pela autonomia territorial e pela urgência de políticas públicas que reconheçam a indissociabilidade entre cultura e natureza na construção de um futuro verdadeiramente sustentável e inclusivo.

O conhecimento ancestral, guardado por gerações, apresenta-se como uma resistência viva à lógica extrativista que desestabiliza o clima global. Ao contrário do paradigma que mercantiliza a vida, as culturas tradicionais e populares operam através da reciprocidade e do cuidado, oferecendo modelos de convivência onde o ser humano se entende como parte integrante, indissociável da natureza e não proprietário, do ecossistema.

O debate aqui proposto revela que não há justiça climática sem o enfrentamento direto das desigualdades sociais estruturais. O avanço da crise ambiental é, intrinsecamente, um avanço do desrespeito aos territórios e às cosmologias originárias, sendo o capital e o mercado os principais vetores de um modelo de desenvolvimento que sacrifica a dignidade das comunidades em nome do lucro imediato.

A figura dos Mestres e Mestras, guardiões desses saberes, torna-se central nesta reflexão. A transmissão intergeracional de suas práticas é uma ferramenta estratégica para a formulação de uma educação diferenciada, capaz de despertar uma consciência crítica nas novas gerações e fortalecer a resiliência das comunidades diante das transformações impostas pelo clima.

Portanto, este livro não apenas sistematiza as vozes que ecoaram no Seminário, mas convoca a um compromisso político e ético: o de alinhar as diretrizes institucionais ao saber popular. É um chamado para que a proteção do patrimônio cultural e a defesa dos direitos culturais, territoriais sejam reconhecidas como as estratégias mais eficazes e urgentes para a preservação da vida na Terra.

Sebastião Soares

